



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE

FERNANDA PIMENTA VASCONCELOS

**ARTISTAS EM ABSTINÊNCIA DA LEI ROUANET:
O CLIMA SOCIAL SOBRE O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA
CULTURA NA FOLHA DE SÃO PAULO E NO TWITTER**

SALVADOR
2022

FERNANDA PIMENTA VASCONCELOS

***ARTISTAS EM ABSTINÊNCIA DA LEI ROUANET:
O CLIMA SOCIAL SOBRE O FINANCIAMENTO PÚBLICO À CULTURA NA FOLHA
DE SÃO PAULO E NO TWITTER***

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Paula Santos

**SALVADOR
2022**

Vasconcelos, Fernanda Pimenta.

Artistas em abstinência da Lei Rouanet: o clima social sobre o financiamento público da cultura na Folha de São Paulo e no Twitter / Fernanda Pimenta Vasconcelos. - 2022.
194 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Paula Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2022.

1. Comunicação e Cultura. 2. Brasil - Política cultural. 3. Cultura - Aspectos econômicos - Brasil. 4. Brasil. [lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991]. 5. Programa Nacional de Apoio à Cultura (Brasil). 6. Análise de conteúdo (Comunicação). 7. Análise Crítica do Discurso. 8. Ciências sociais - Análise de redes. 9. Lei Rouanet - Cobertura jornalística. I. Santos, Leandro de Paula. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 353.70981

CDU - 351.85(81)



Ata nº _____

Ata da Reunião da Apresentação Oral da Dissertação de **FERNANDA PIMENTA VASCONCELOS**

Intitulada: “**ARTISTAS EM ABSTINÊNCIA DA LEI ROUANET: O CLIMA SOCIAL SOBRE O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA CULTURA NA FOLHA DE SÃO PAULO E NO TWITTER**”.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, por meio de webconferência, foi instalada a Banca Examinadora da Apresentação da dissertação intitulada: “**ARTISTAS EM ABSTINÊNCIA DA LEI ROUANET: O CLIMA SOCIAL SOBRE O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA CULTURA NA FOLHA DE SÃO PAULO E NO TWITTER**”. Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores: **Prof.(a) Dr.(a) Leandro de Paula Santos** – Orientador(a) - e pelo(a) examinador(a) externo(a): **Prof.(a) Dr.(a) João Luiz Pereira Domingues** e interno(a) do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: **Prof.(a) Dr.(a) Paulo de Freitas Castro Fonseca**. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o/a mestrando/a fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou o/a avaliador (a) externo/a **Prof.(a) Dr.(a) João Luiz Pereira Domingues**. Após o/a examinador(a) externo(a), fez suas arguições o/a **Prof.(a) Dr.(a) Paulo de Freitas Castro Fonseca**, avaliador(a) interna/o. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o/a mestrando/a fizesse a sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a dissertação de **FERNANDA PIMENTA VASCONCELOS** como APROVADA, COM DISTINÇÃO. Nada mais havendo a tratar, eu, **Prof.(a) Dr.(a) Leandro de Paula Santos** – Orientador(a) lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo/a mestrando/a. Salvador, 19 de dezembro de 2022.

Prof.(a) Dr.(a) Leandro de Paula Santos

Prof.(a) Dr.(a) João Luiz Pereira Domingues

Prof.(a) Dr.(a) Paulo de Freitas Castro Fonseca

Mestrando(a) **FERNANDA PIMENTA VASCONCELOS**

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo apoio através de bolsa de pesquisa por sete meses;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leandro de Paula, que foi um parceiro dedicado nesta trilha acadêmica, dando rumo e ânimo ao projeto. Sua postura de sabedoria e disponibilidade foi essencial para a construção e existência desta pesquisa;

Aos professores do PósCultura, especialmente à Profa. Dra. Giuliana Kauark, à Profa. Dra. Gisele Nussbaumer, ao Prof. Dr. José Márcio Barros e à Profa. Dra. Rita Aragão, e aos colegas da turma pandêmica e do Grupo de Pesquisa LOGIN - Cultura, Política, Lógicas Identitárias e Produtivas pela colaboração com o projeto em suas diversas fases;

Ao Prof. Dr. João Domingues pela análise preciosa na qualificação, por ter me apresentado o conceito de *mood* e pelo ânimo em pesquisar a gestão cultural no governo Bolsonaro;

Ao Prof. Dr. Paulo Fonseca por ter aceito participar da banca e pelas contribuições à pesquisa;

À Profa. Dra. Renata Rocha pelo processo do estágio docente, por ter dialogado tantas vezes sobre a dissertação e pelas palavras motivacionais sempre prontas para me levantar e ao Prof. Dr. Leonardo Costa que sempre me motivou na vida acadêmica, além de ser meu companheiro de produção cultural;

Ao Prof. Dr. Leonardo Nascimento, por ter colaborado com a coleta dos documentos da Folha de São Paulo e ter me apresentado o Atlas.ti; e ao Me. Carlos Beyrodt Paiva Neto por ter me apontado os caminhos das informações no Salic e também apresentado bastidores que me fez entender alguns detalhes da Lei Rouanet; à Nayanna Mattos por ter me socorrido com as planilhas de excel em diversos momentos, à Luiz Paulo Fernandes que me ajudou a categorizar as matérias da Folha de São Paulo, e à Soraya Wingester pela revisão da tradução do resumo;

À minha querida mãe pelo afeto presente e base vigorosa e meus queridos pai e irmão pelo incondicional apoio e conversas políticas;

Agradeço, especialmente, à Danilo pela ajuda com as leituras dos textos, mas, sobretudo, pela paciência em compreender minhas ausências e a constante presença da Lei Rouanet nas conversas e por ter encarado comigo uma pandemia trazendo leveza, amor e tranquilidade ao processo; e agradeço, ainda, ao menino Tom, por ter trazido muita alegria à existência e entusiasmo para que eu voltasse a estudar.

RESUMO

O Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, tema da presente investigação, é o principal instrumento público de fomento à cultura no Brasil. Dentre as três modalidades de financiamento criadas pela Lei nº 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet, o incentivo fiscal é a mais referenciada e debatida. Embora viesse sendo discutida pelo setor cultural desde meados da década de 1990, contribuíram para sua popularização na sociedade, especialmente, a implantação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) entre 2016 e 2017, que investigou a aplicação dos recursos oriundos do PRONAC, e o crescimento de grupos de direita, com uma consequente disseminação de suas pautas no debate público. Tais grupos, unidos por um sentimento antipetista e com diferentes graus de conservadorismo moral e liberalismo econômico, passaram a reivindicar a participação na disputa sobre a legislação, sobretudo nas mídias sociais, e forjaram (ao mesmo tempo que foram forjados por) um clima de alta insatisfação acerca do modelo de financiamento à cultura. A reflexão sobre este assunto assume como relevante categoria analítica o conceito de *mood* (clima ou humor), que tem sido aplicado para os estudos culturais e de comunicação para explorar as condições afetivas ambientais que permitem um sujeito agir numa certa situação social. O estudo se debruçou sobre dois conjuntos documentais distintos que mencionam a Lei Rouanet: textos jornalísticos publicados na Folha de São Paulo, entre os anos de 1991 e 2021, e as postagens e a rede formada pelos atores sociais participantes das discussões ao longo do ano de 2021, na mídia social Twitter. Este conjunto de dados se mostrou pertinente por reunir 1. posições de um jornal de grande circulação e atuante que contribuiu para um diagnóstico da formação temporal da opinião pública sobre o tema, além 2. dos pontos de vista de pessoas ativistas contra a Lei Rouanet, em uma mídia social de grande relevância política, em um ano de destaque para o debate. O exame desse corpus adotou alguns pressupostos da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough e da Análise de Redes Sociais, a partir da perspectiva de Raquel Recuero. A pesquisa demonstra que embora os posicionamentos da Folha sejam multifacetados ao longo dos anos, a partir de 2016, a atitude do jornal é de defesa clara e insistente de que a Lei precisa de ajustes e adequações, mas que ela é importante para as políticas culturais brasileiras e para todos os artistas. Entre as mensagens e perfis mais populares no Twitter quando o assunto é a Rouanet, o tom é de radicalismo e ressentimento, e se insiste em tematizar supostas relações corruptas, sobretudo entre artistas e governos petistas, tendo como principais formuladores atores sociais ligados à base do governo de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Lei Rouanet, Direita, Clima Social, Redes Sociais

ABSTRACT

The National Program to Support Culture (PRONAC), the object of this investigation, is the leading public instrument for promoting culture in Brazil. Among the three financing modalities created by Law nº 8.313/1991, known as the Rouanet Law, the tax incentive is the most referenced and debated. Although the cultural sector has discussed it since the mid-1990s, its popularization in society increased with the implementation of a Parliamentary Commission of Inquiry between 2016 and 2017, which investigated the application of resources from PRONAC. The growth of right-wing groups also contributed to the consequent dissemination of their agendas in public debate. Such groups, united by an anti-PT (anti-Workers' Party) sentiment and with different degrees of moral conservatism and economic liberalism, began to claim participation in the dispute over the legislation, especially on social media. They forged (at the same time as they were forged by) a climate of high dissatisfaction with the financing model for cultural activities. The reflection on this subject assumes the concept of mood as a relevant analytical category, which has been applied to cultural and communication studies to explore the affective environmental conditions that allow a subject to act in a specific social situation. The study focused on two sets of documents that mention the Rouanet Law: the journalistic texts published in Folha de São Paulo between 1991 and 2021 and the posts and the network formed by the social actors participating in the discussions throughout 2021 in the social network Twitter. This dataset proved to be relevant as it gathered positions from 1. a widely circulated and active newspaper that contributed to a diagnosis of the temporal formation of the public opinion on the subject, in addition to 2. the points of view of activists against the Rouanet Law, in a social media of great political relevance, in a year of prominence for the debate. The examination of this corpus adopted some assumptions from Laurence Bardin's Content Analysis, Norman Fairclough's Critical Discourse analysis, and the Analysis of Social Networks in Raquel Recuero's perspective. The research shows that, although Folha's positions have been multifaceted over the years, as of 2016, the newspaper's stance is a clear and insistent defense that the Law needs adjustments and adaptations but is essential for the Brazilians' cultural policies and all artists. Among the most popular messages and profiles on Twitter, when the subject is Rouanet, the tone is one of radicalism and resentment. There is an insistence on thematizing alleged corrupt relations, especially between artists and Workers' Party governments, linked to the base of Jair Bolsonaro's administration as the leading formulators.

Keywords: Rouanet Law, Right-wing politics, Mood, Social Media

LISTAS – GRÁFICOS

	Página
Gráfico 01 - Ocorrência da Lei Rouanet nos cadernos Folha de S. Paulo x tempo.....	34
Gráfico 02 - Quantidade de projetos aprovados e projetos com captação de recursos, incentivo fiscal da Lei Rouanet (1991 a 2021) e quantidade de menções sobre a legislação no jornal Folha de São Paulo.....	74
Gráfico 03: Busca no Google pela Lei Rouanet ao longo do tempo	100
Gráfico 04: Quantidade de mensagens entre março e dezembro de 2021.....	108
Gráfico 05 - Conversação sobre Rouanet no dia 27 de dezembro de 2021 - Grau de entrada.....	139
Gráfico 06 - Conversação sobre Rouanet no dia 27 de dezembro de 2021, utilizando a Centralidade de Intermediação e visualizando os clusters.....	141

LISTAS – IMAGENS

	Página
Imagem 01: Capa da ilustrada de 9 de novembro de 2018.....	65
Imagem 02: Imagem compartilhada no Twitter associando artistas e “mamata”, em 2015.....	95
Imagem 03: Vagabanda receberá R\$ 5 milhões pela Rouanet.....	97
Imagem 04: Fake News de Artistas na mira da PF.....	97
Imagem 05: Tweet com notícia sobre Concentração da Lei Rouanet, após 9 anos de PT	98
Imagem 06: Tweet de Tv Bolsonaro utilizando a tag #RouanetNão em dezembro de 2018.....	99
Imagem 07: Nuvem de palavras sobre a Lei Rouanet em 2021 no Twitter.....	105
Imagem 08: Nuvem de palavras das 104 mensagens analisadas.....	112
Imagem 09: Tweet de Mário Frias	113
Imagem 10: Tweet de Blog da Direita	115
Imagem 11: Tweet de Izabele Flores	116
Imagem 12: Tweet de Freu Rodrigues	117
Imagem 13 - Mensagens de Zélia Duncan em agosto de 2021	134
Imagem 14: Tweet de Helio Lopes	136

LISTAS – TABELAS E QUADROS

	Página
Tabela 01 - Os perfis Replicantes na ordem de quantidades de publicações sobre a Lei Rouanet – 118.....	122
Quadro 01 - Análise do Pegabot dos Replicantes em maio de 2022.....	125
Tabela 02 - Os perfis Formuladores na ordem de quantidades de publicações sobre a Lei Rouanet	127
Quadro 02 - Quantidade de compartilhamentos dos primeiros 5 perfis Formuladores.....	128
Tabela 03 - Os perfis mais comentados na ordem de quantidades de publicações sobre a Lei Rouanet.....	133

SIGLAS

CGU - Controladoria Geral da União

CNIC - Conselho Nacional de Incentivo à Cultura

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Ficarts - Fundos de Investimento Cultural e Artístico

FNC - Fundo Nacional de Cultura -

IR – Imposto de Renda

MinC - Ministério da Cultura

PF - Polícia Federal

PL – Projeto de Lei ou Partido Liberal (ver contexto)

ProCultura - Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

PT – Partido dos Trabalhadores

SALIC - Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura

Secult - Secretária Especial de Cultura

SEFIC - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura

STF - Superior Tribunal Federal

TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Nascimento de uma lei neoliberal.....	17
Formatação da lei e as críticas feitas pela academia.....	19
CPI e ampliação das Direitas	26
Conjunto documental e seus marcos metodológicos e temporais.....	30
1. DEU NO JORNAL.....	32
1.1. Apresentação.....	32
1.1.1. Corpus	33
1.1.2. A Folha de São Paulo	35
1.1.2.1. Ilustrada.....	38
1.2. Análises.....	39
1.2.1 Primeiras polêmicas	42
1.2.2 Projetos comercialmente viáveis.....	46
1.2.3. Audiovisual	54
1.2.4. Operação Boca Livre e CPI.....	56
1.2.5. Passivo da Rouanet	61
1.2.6. Bolsonaro versus Lei Rouanet	63
1.3. Sentimento público sobre a Rouanet.....	73
2. MENSAGENS, USUÁRIOS E REDE ANTI-ROUANET NO <i>TWITTER</i>	79
2.1. As redes sociais na internet.....	85
2.2. “Mas ninguém usa o <i>Twitter</i> ”	88
2.3. Contextualização da Lei Rouanet nas redes sociais.....	92
2.4. O que dizem os dados	102
2.4.1 As mensagens e os sistemas de crenças	104
2.4.1.1 Argumento de bilhões	111
2.4.1.2 Argumento da abstinência.....	115
2.4.1.3. Argumentação identitária	118
2.4.2. Os perfis e as posições dos sujeitos.....	120
2.4.2.1 Replicantes	121
2.4.2.2 Formuladores.....	126
2.4.2.2.1 André Porciúncula.....	128
2.4.2.2.2 Eduardo Bolsonaro.....	129
2.4.2.2.3. Mário Frias	130

2.4.2.2.4. Thiago Gagliasso.....	131
2.4.2.2.5. Dama de Ferro.....	131
2.4.2.3. Comentados.....	132
2.4.2.4 As redes de relações.....	137
2.5. Sintonia de ressentimento.....	143
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	153
Apêndice 01 – Mensagens analisadas na seção <i>O que dizem os dados</i>	177

INTRODUÇÃO

A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) é o principal instrumento público de fomento às manifestações culturais no Brasil. Ela foi criada com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor, cumprindo, especialmente, com o dever constitucional de que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988). Ao longo destes anos de existência, a legislação colaborou no fomento de milhares de manifestações artísticas e culturais do país e também acumulou críticas e controvérsias envolvendo diversos atores sociais, em múltiplos ambientes.

O enfoque desta pesquisa está em compreender a formação do *mood* criado em torno da Lei Rouanet. O conceito¹ de *mood*, que pode ser traduzido como “humor”, “fundo”, “atmosfera” ou “clima”, tem sido aplicado como uma categoria analítica para os estudos culturais e de comunicação e, segundo as autoras Rita Felski e Susan Fraiman, “contorna as categorias desajeitadas muitas vezes imposta à experiência: subjetivo versus objetivo, sentimento versus pensamento, latente versus manifesto” (FELSKI; FRAIMAN, 2012, p.vi; tradução minha). Deste modo, a ideia diz respeito tanto ao sentimento, a uma disposição interna e subjetiva, quanto a algo que parece estar no ar, na atmosfera, no que é externo e público.

O professor e pesquisador Paulo Gajanigo (2020) aplicou esta noção para tratar do processo de redemocratização brasileira após a ditadura militar, tratando do “clima de abertura”. Ele utilizou especialmente os aspectos coletivos do *mood*, que são próximos de “clima social”, uma certa sintonização coletiva. Esta noção de clima explora as condições afetivas ambientais que permitem um sujeito agir em uma certa situação social. “Por essa razão, afirmamos que a disputa pelo clima de um debate público é um aspecto relevante na compreensão dos conflitos políticos, pois é por meio dela que se configura o que é ou não audível” (GAJANIGO, 2020, p.171).

Ao pensar o *mood* em torno da abertura democrática entre 1974 e 1985 no Brasil, após o golpe militar, Paulo Gajanigo (2020) verificou que o governo do General Ernesto Geisel percebeu nos humores sociais, após grande repressão no período anterior com Médici, que a transição deixaria de ser um tema discutido somente nos bastidores, para ocupar um espaço significativo no debate público amplo. O governo conseguiu “se aproveitar” do clima e

¹ As discussões sobre *mood* nas Ciências Sociais têm sido feitas nos últimos dez anos, especialmente na Inglaterra e nos EUA. Os principais expoentes são Rita Felski, Susan Fraiman, Ben Highmore e Jenny Bourne Taylor.

fortalecê-lo através de um longo processo de abertura, fortemente controlado, e que teria como meio de realização uma alteração climática. Medidas governamentais de afrouxamento da censura, a revogação do AI-5 e a Lei da Anistia foram essenciais para manutenção e crescimento de tal clima, mesmo que não houvesse consenso nenhum sobre o processo de abertura democrática em si, ainda na década de 1970; aliás, a escolha de se falar em “clima de abertura” evitava expressões mais claras como “redemocratização”, por exemplo.

Para a análise, Gajanigo (2020) partiu de notícias em três jornais que mencionavam “clima de abertura”. O que ele viu foi que aos poucos as menções foram saindo apenas dos cadernos de política e indo também para os cadernos de economia e cultura – tratando de discos mais “à vontade” e novelas das seis com cenas de sexo indicando o “clima de abertura” como fenômeno social. O clima no ar, captado pelo governo, foi usado como forma de legitimação numa modulação que não assustasse os mais radicais no governo e nas Forças Armadas, e também agradasse aos setores democráticos da sociedade. O autor demonstra que o clima passou a ser um meio de legitimidade e fazia parte do processo de disputa entre governo e oposição frente à redemocratização.

Incluir o humor como modo de analisar o contexto em que se encontram as discussões sobre a Lei Rouanet permitirá a esta pesquisa uma compreensão sobre os processos pelos quais os discursos anti-Rouanet foram ganhando força e legitimação na sociedade. Afinal, o clima está no ar em todas as situações e seria, na ideia de Felski e Fraiman (2012), um pré-requisito para qualquer tipo de engajamento intelectual, abrindo o caminho para as ideias, ajudando a determinar o que importa para nós (ou não).

Esta pesquisa foi motivada pela busca de compreender esse clima acerca do modelo de financiamento à cultura que nós passamos a perceber ao nosso redor. Sou produtora cultural e utilizo mecanismos públicos para financiar projetos culturais, e fiquei curiosa (e algumas vezes chocada) ao ver comentários diferentes do que era habitual para mim, em discussões em espaços públicos de maneira presencial, como em reuniões familiares e também nas mídias sociais. Eram frases como “Lei Rouanet é a Bolsa-Família das celebridades”; “quem usa Rouanet é vagabundo”; “eu não aguento mais sustentar esses artistas folgados”; “quantas vezes vocês viram figurões defendendo ‘Lula livre’, ‘viva Che Guevara’, ‘socialismo é o que interessa’ em troca da Lei Rouanet?”, esta última proferida pelo Presidente Jair Bolsonaro, em abril de 2019.

Frente aos desafios impostos de estudar um fenômeno ainda em movimento, fui seguindo as pistas deixadas pelos atores para compreender como as narrativas sobre a Lei

Rouanet foram sendo compostas ao longo dos anos, tendo como inspiração a Sociologia Pragmática Francesa², um conjunto de pressupostos que compreende o social como um produto do trabalho dos atores sociais frente a determinadas situações críticas. Um dos maiores expoentes dessa corrente é o filósofo francês Bruno Latour, que argumenta que “a tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista” (LATOURE, 2012, p.44).

Assim, a principal iluminação do pragmatismo para esta pesquisa está na descrição do modo como os próprios atores lidam com as situações críticas. Levar a sério o que todos dizem, contextualizando e contrapondo com outros atores sociais, numa tentativa de que eles descrevam as situações. Me esforcei para evitar fazer juízos de valor frente às situações narradas, embora em alguns momentos possa ter se explicitado algum desgosto sobre falas de alguns dos atores envolvidos no debate.

E para entender esse *mood*, levando a sério os atores sociais, a pesquisa será dividida em dois capítulos, além das considerações finais. No primeiro serão analisadas as impressões da imprensa sobre o assunto ao longo de 30 anos, através da cobertura sobre a Lei Rouanet na Folha de São Paulo. E no segundo capítulo será explorado o *comentariado*³ sobre a Lei no Twitter em 2021.

Mas antes, será necessário situar o aparecimento da Lei Rouanet, seu funcionamento e as críticas que a própria academia produziu nas últimas décadas sobre o mecanismo, visto que muitas delas são novamente acionadas tanto na imprensa, quanto nas mídias sociais. Além disso, será feita ainda nesta Introdução uma rápida descrição da conjuntura política contemporânea, uma vez que o fenômeno faz parte de um movimento amplo que não diz respeito apenas às políticas para cultura. Optei por oferecer nesta introdução uma leitura da legislação com foco nas suas transformações político-institucionais ao longo dos anos e

² Diogo Corrêa (2014) explica que a Sociologia Pragmática Francesa ou Pragmatismo tem como principais expoentes autores como Bruno Latour, Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Francis Chateauraynaud tentam tratar o problema do social como fluxos problemáticos em constante movimento, diferentemente dos autores neoclássicos que buscavam enfrentar problema do tratamento do social como substância (ou como coisa) por intermédio das relações. "Isto é: o social deixa de ser o fator explicativo do mundo social e torna-se aquilo que deve ser explicitado e explicado por meio do modo como os atores, em meio aos momentos críticos e situações indeterminadas, fazem, desfazem e refazem suas associações heterogêneas." (CORRÊA, 2014)

³ Este termo foi cunhado por Ivana Bentes (2020) e é usado para tratar dos comentários, na internet, em que “todos podem falar de tudo”. O “comentariado”, segundo Bentes, produziu uma partilha do sensível, dando voz a pessoas que antes não tinham direito a ela, mas criou, ao mesmo tempo, muita desinformação, comportamentos de manada e cancelamentos.

governos, trazendo leituras sobre a gestão do mecanismo através das pesquisas acadêmicas sobre o assunto. Uma contextualização do modo de funcionamento da Lei e principais críticas feitas pelos gestores e acadêmicos.

Os capítulos que se seguirão trarão as disputas sobre a Lei que engajam não apenas atores da política institucional, mas tomam conta do espaço social e da opinião pública, na imprensa (Folha de São Paulo) e mídias sociais (*Twitter*) com intuito de compreender a repercussão pública do mecanismo e a formação de um clima social

Nascimento de uma lei neoliberal

A Lei Rouanet ou Lei de Incentivo à Cultura (BRASIL, 1991), foi sancionada pelo Presidente Fernando Collor de Mello, o primeiro Presidente eleito diretamente pela população após a Ditadura Militar de 1964 e após a nova Constituição Cidadã (BRASIL, 1988). Ele foi eleito com a postura de "guardião da moral". Quando Governador de Alagoas, a imprensa o chamava de "Caçador de Marajás", pois empreendeu um combate no estado nordestino a alguns funcionários públicos que recebiam salários altos e desproporcionais. Em 1988, ele foi capa da revista *Veja*, que publicou que "como caçador, conquistou reputação de político preocupado com a moralidade" (VEJA, 1988). A moralidade, nesse caso, tinha relação direta com uma preocupação pública com a corrupção e o bom uso do dinheiro dos impostos dos cidadãos. Curioso que seu mandato não é concluído por um processo de impeachment por acusações de corrupção.

Quando eleito Presidente, implementou o Plano Collor, que inicialmente teve amplo apoio de empresários, políticos, economistas e até mesmo da população do país, segundo o economista Alexandre Andrada (2018), mas que acabou aprofundando ainda mais a crise econômica no país. Collor implementou diversas ações de privatização, abertura do mercado nacional às importações e uma tentativa de estabilizar a inflação que chegou a 82,39% ao mês em março de 1990, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE.

De um lado tínhamos uma nova Constituição (BRASIL, 1988) que incluía princípios constitucionais culturais (CUNHA FILHO, 2004)⁴ e do outro, a implementação de ajustes neoliberais, com a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente

⁴ Humberto Cunha Filho destrincha em sua tese (2004) os Princípios Culturais contidos na Constituição Federal de 1988, a saber: Princípio do Pluralismo Cultural, da Universalidade, da Participação Popular na concepção e gestão de políticas culturais, e do Respeito à Memória Coletiva e da Atuação Estatal como Suporte Logístico.

de seu papel de garantidor de direitos. Este paradoxo de projetos apontando para direções opostas, a cientista política Evelina Dagnino (2005) chamou de “confluência perversa”.

Logo que assumiu, “em uma postura neoliberal extremada, Collor acreditou que o mercado substituiria o governo no fomento à cultura no país” (DURAND, GOUVEIA, BERMAN, 1997, p.41), extinguiu o Ministério da Cultura e dissolveu inúmeras fundações como, por exemplo, a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e a Fundação Cultural Palmares. Ele também determinou o fim da Empresa Brasileira Filmes (Embrafilme) e da Lei Sarney (BRASIL, 1986).

A Lei Sarney foi pioneira nas políticas de financiamento da cultura mediante a parceria com o setor privado no Brasil. Para o pesquisador Alberto Freire (2008), ela foi um marco pois introduziu o incentivo fiscal como meio de estimular o investimento privado em cultura, que passaria a ser predominante no país. Para a doutora em história e pesquisadora Lia Calabre, o objetivo da criação da Lei Sarney “era o de buscar superar as dificuldades financeiras que o campo da administração pública federal da cultura sempre enfrentou” (CALABRE, 2007, p.94).

No ano anterior à sua criação, em 1985, havia sido criado o Ministério da Cultura, seguindo o percurso de redemocratização do país. A pasta surgiu graças à mobilização de artistas, intelectuais e gestores, mas também com olhares críticos, que achavam que sem orçamento e administração mínima, era melhor se manter como Secretaria, como aponta Fábio Ferron (2017). Os pesquisadores Durand, Gouveia e Berman (1997) nos contam que a Lei Sarney foi apresentada, em 1972, ao Congresso Nacional, mas só conseguiu aprovação definitiva em 1986, quando o parlamentar autor do projeto se tornou o Presidente da República (DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997, p.40). O contexto da época era semelhante ao do governo Collor: fragilidade econômica, início da redemocratização política, inflação altíssima - de modo que a solução encontrada no momento foi a busca pelo patrocínio privado.

Apesar de inovadora, a Lei Sarney era acusada de vulnerabilidade e de facilitar a sonegação e a evasão fiscal (BARBALHO, 2007, p.9), afinal não havia aprovação técnica dos projetos, apenas o cadastramento de entidades culturais. Ela financiava produtores cadastrados através de renúncia fiscal e não projetos culturais, como acontece na Lei Rouanet. E qualquer nota fiscal de uma entidade cadastrada poderia ou não ser referente a uma despesa com um projeto cultural, o que teria tornado possível muito abuso. Outra crítica a esta lei era o favorecimento de projetos sem caráter público, como edições de livros de luxo, por exemplo (DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997, p.40-41).

Um ano depois do início do seu governo, em março de 1991, Collor chamou o Embaixador do Brasil na Dinamarca, Sérgio Paulo Rouanet, para assumir a pasta da Cultura. O intelectual Rouanet marcou sua passagem pela secretaria com seu empenho pela aprovação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), o que seria concretizado em 23 de dezembro de 1991, com a Lei de Incentivo à Cultura, que ficaria conhecida com o nome do secretário.

A Lei Rouanet tinha muitas semelhanças com a Lei Sarney, como por exemplo a compreensão de que a cultura é composta de atividades de diferentes naturezas e o uso de incentivo fiscal para financiamento cultural. Mas demorou até que a Lei Rouanet se estabelecesse. O vácuo existente entre a interrupção da Lei de 1986 e o aumento do uso da Lei de 1991, que só foi acontecer a partir de 1995, “se soma à retração do papel do Estado no financiamento direto da cultura, contribuindo para a difusão de um imaginário que estabelece a isenção fiscal como solução preponderante para a grave crise então enfrentada pelo setor cultural” (ROCHA, 2022, p.9).

Formatação da lei e as críticas feitas pela academia

O sociólogo chileno José Joaquín Brunner (1985, 1987, 1988) construiu um conceito de *circuitos culturais*, que é particularmente interessante para falarmos da Lei Rouanet. Ele afirma que o objeto das políticas culturais não é a “cultura” e sim uma constelação móvel de circuitos culturais, em que intervêm agentes diretos de produção simbólica, mídias e formas comunicativas, públicos e instâncias organizacionais desses circuitos (BRUNNER, 1985, p.8). Os circuitos culturais articulam e combinam dentro da produção, distribuição/circulação e consumo de bens simbólicos as diversas instâncias organizacionais (públicos, privados e comunidades) e agentes (produtores, empresas, agências públicas, associações voluntárias).

Apesar de também preocupado com delimitar o que seriam políticas democráticas e compreender tensões e “conflitos de reconhecimento e ressignificação do processo político” (BRUNNER, 1985, p.8), a concepção de política cultural de Brunner é formalista e compreende as intervenções na dimensão da cultura que dizem respeito à esfera especializada de produção simbólica. Para ele, as políticas culturais seriam intervenções deliberadas, com meios apropriados na esfera da constituição pública, macrossocial e institucional da cultura com o fim de obter os efeitos pretendidos (BRUNNER, 1988, p.168).

Os circuitos culturais são pertinentes para compreender a Lei Rouanet por dois motivos. Primeiramente por entender que uma política cultural não é feita apenas pelo Estado e sim por um circuito vivo de organismos e agentes. E também por trabalhar um conceito de cultura em uma dimensão sociológica: um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos (BRUNNER, 1985; BOTELHO, 2001). Nesse sentido, a Lei Rouanet objetiva um entendimento especializado de cultura, e não dar conta da cultura em sentido amplo - aquela que representa o conjunto de tradições, crenças e costumes de determinado grupo social.

A Lei Rouanet pretendia organizar estes circuitos culturais instituindo o PRONAC, propondo um Sistema de Fomento à Cultura com três distintos mecanismos: 1) o Fundo Nacional de Cultura (FNC), que destina aplicação de recursos da União para projetos que estimulem e favoreçam o atendimento aos interesses da coletividade, levando em consideração a distribuição regional equitativa dos recursos, a regionalização cultural, o aperfeiçoamento profissional e artístico, além da preservação e proteção do patrimônio cultural; 2) os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficarts), que proporcionariam o investimento de pessoas físicas e jurídicas em projetos culturais comerciais, funcionando como outros fundos de investimento, nos quais os investidores recebem lucros ao mesmo tempo que capitalizam o setor; e 3) o Incentivo a projetos culturais através de renúncia fiscal, que ficou conhecido como Mecenato, que é destinado a canalizar recursos privados para projetos culturais através de aplicação de parcelas do imposto de renda devido de pessoas físicas e jurídicas que atuam como patrocinadores ao investirem em atividades culturais.

Desde o início, a maior parte dos recursos sempre veio do Mecenato. Entre 1999 e 2016, o dinheiro disponibilizado através do incentivo fiscal ficou em torno de 80%, e em alguns momentos mais próximos dos 90% (PAIVA NETO, 2017, p.33). Os Ficarts nunca saíram do papel e o FNC passou muito tempo sendo usado de forma discricionária (lógica de “balcão”), cujo apoio é decidido diretamente pelo Secretário ou Ministro (RUBIM, 2007, p.26-27). Por conta dessa concentração financeira, os termos “Lei Rouanet” e “Incentivo Fiscal” muitas vezes se confundem. Mas para além do montante de recursos, Carlos Paiva Neto, que foi Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura entre 2015 e 2016 e é também pesquisador da área, salienta que

mais da metade dos artigos da Lei nº 8.313/91 tratam do incentivo fiscal, o que denota a centralidade mantida pelo mecanismo no sistema proposto. A maior quantidade de artigos pode ter como razão a demanda por maior detalhamento administrativo em resposta às críticas oriundas da experiência da Lei Sarney em que o legislador

entendeu que merecia tratamento expresso na nova legislação. (PAIVA NETO, 2017, p.24)

Importante ressaltar que a lei foi regulamentada em 1992, e, segundo dados do SalicNet⁵, foi somente em 1994 que os primeiros dois projetos captaram recursos através da Rouanet. Através de esforços da gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com Francisco Weffort à frente do Ministério da Cultura - recriado durante o governo de Itamar Franco -, os recursos financeiros e o número de projetos incentivados cresceram significativamente de 45 projetos em 1995, para 451 em 1996 e seguiram crescendo.

Um diagnóstico feito a pedido do Ministério da Cultura (MINC) pela Fundação João Pinheiro e Centro de Estudos Históricos e Culturais constatou dificuldades no processo de aplicação da Lei Rouanet entre 1992 e 1994, como a “rigidez e a burocratização das formas de aprovação dos projetos bem como o desconhecimento e o preconceito dos empresários em relação à lei” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998, p.43). O reconhecimento dessa realidade teria levado o Ministério da Cultura, a partir de 1995, a implementar uma série de mudanças na legislação em vigor, de forma a torná-la mais ágil e atrativa,

umentando o percentual de desconto do Imposto de Renda de 2% para 5%, desburocratizando e dinamizando o processo de análise dos projetos e reconhecendo o trabalho de profissionais especializados que fazem a captação de recursos junto às empresas investidoras, além de promover campanhas de divulgação e de esclarecimento da legislação em vigor. Essas medidas resultaram em um crescimento significativo do número de projetos incentivados e dos recursos canalizados à cultura a partir de então (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998, p.44).

E de fato, ao longo do governo FHC (1995 - 2002), os percentuais de renúncia do imposto de renda no mecanismo de incentivo fiscal foram sendo alargados. O teto disponível para isenção de Imposto de Renda (IR) de pessoas jurídicas também passou de 2% para 5% (atualmente são 4%). O teto para pessoas físicas, que inicialmente era de 3%, passou para 6%.

Em 1995, foi distribuída a cartilha do Ministério da Cultura chamada "Cultura é um Bom Negócio" (MINC, 1995a), um material voltado aos empresários, mostrando as vantagens do apoio privado às artes. A cartilha dizia que “o marketing cultural oferece a mais rica gama de opções, no universo simbólico, de valores que o empresário pode agregar à imagem de seu empreendimento ou à marca de seu produto, a depender da estratégia estabelecida” (MINC, 1995a, p.9). Em conjunto, foi feito e distribuído também um Banco de Projetos (MINC, 1995b)

⁵ SalicNet é o Sistema de apoio às leis de incentivo à cultura que é disponibilizado online para garantir transparência aos atos ligados aos mecanismos de renúncia fiscal à cultura, disponível em <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet>

com uma listagem dos projetos, divididos por área, cadastrados até 30 de junho de 1995. Também no mesmo ano, Weffort introduziu a figura do captador de recursos – um profissional que poderia ser pago por conseguir intermediar o projeto e o proponente com os empresários (BARBALHO, 2007).

A partir de 1997, foi também adotada a possibilidade do abatimento de 100% do patrocínio, realizado através de diversas medidas provisórias. Uma empresa poderia assim utilizar apenas o recurso oriundo dos 5% (hoje são 4%) do imposto de renda devido por ela, e reaver todo o valor no ano seguinte. Isto é, se uma empresa devia R\$100 mil de IR, ela poderia patrocinar um projeto cultural com R\$ 5 mil (ou R\$ 4 mil atualmente) e abater no ano seguinte pagando R\$95 mil (ou R\$96 mil atualmente) de IR, sem incluir outros recursos e ainda ganhar visibilidade com o marketing cultural. O professor e pesquisador em políticas culturais Albino Rubim salienta que a lei de incentivo ao investimento privado em cultura passou a desestimular tal atitude, pois o dinheiro cada vez mais era público, entretanto, estranhamente, gerido pela iniciativa privada (RUBIM, 2007, p.27).

A introdução do abatimento integral, entretanto, não serve para todos os projetos, apenas àqueles que se adequam ao Artigo 18 da lei (BRASIL, 1991), a saber: projetos de artes cênicas, livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, doações para acervo, produções audiovisuais de curtas e médias-metragens, preservação patrimonial e construção de salas de cinema em municípios com até cem mil habitantes. Os demais projetos seriam enquadrados no Artigo 26 e abatem outros patamares (que variam entre 30% e 80%) do valor do projeto e os financiadores precisam entrar com recursos próprios. Esta alteração do abatimento do imposto de renda para os projetos enquadrados no Art. 18 colaborou muito para que o mecanismo do incentivo fiscal fosse hiperdesenvolvido. Na prática, mesmo que o dinheiro seja totalmente público, a decisão de quais projetos financiar é inteiramente do setor privado. O incentivo fiscal da Lei Rouanet trabalha com recursos não orçamentários, já que não transitam pelo orçamento federal. O incentivador é o doador ou o patrocinador.

Em 2001, a pesquisadora Isaura Botelho crítica o modelo de financiamento à cultura no país baseado no incentivo fiscal, dizendo que o financiamento deve ser determinado pela política e não o contrário. E complementa que “quando se transferem responsabilidades para o setor privado, isso não exclui o papel regulador do Estado, uma vez que se está tratando de renúncia fiscal e, portanto, de recursos públicos” (BOTELHO, 2001, p.77)

Lia Calabre (2007) inclui que as alterações feitas à Lei subverteram o projeto inicial de conseguir a parceria da iniciativa privada em investimentos na área da cultura.

As alterações ampliaram um mecanismo de exceção, o do abatimento de 100% do capital investido pelo patrocinador. Em síntese, isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago de impostos. O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do Ministério na gestão Weffort (CALABRE, 2007, p.95).

Esta lógica de predominância do incentivo fiscal dá bastante poder à iniciativa privada na escolha de quais projetos apoiar. Funciona mais ou menos assim: o Estado - através de servidores públicos, pareceristas técnicos da sociedade civil e do Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) - avalia a proposta cultural e autoriza, ou não, o proponente (pessoas físicas ou jurídicas) a captar o recurso com o mercado (pessoas físicas⁶ e jurídicas). Mesmo que o proponente tenha a aprovação para captar, ele precisa encontrar patrocinadores para sua proposta. Segundo pesquisa do ex-Secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura entre 2010 e 2013 Henilton Menezes (2016), os patrocinadores, em sua maioria, são grandes empresas que devem grandes quantias de imposto. Dados do Salic nos mostram que os maiores incentivadores são bancos e companhias de seguro públicos e privados, empresas mineradoras públicas e privadas, empresas públicas como a Petrobrás ou Correios e empresas multinacionais. E são os patrocinadores que escolhem qual projeto apoiar.

A grande força da Rouanet, desde o início, sempre foi o incentivo fiscal, que utiliza recursos públicos, mas concede a escolha dos projetos a serem incentivados nas empresas. Albino Rubim (2010) afirma que a crítica a este modelo ganhou força a partir da entrada do músico Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC), em 2003, quando houve uma tentativa de superar o modelo de fomento baseado exclusivamente no incentivo fiscal (RUBIM, 2010). Lia Calabre detalha a crítica com diferentes concentrações que existem na lei:

O resultado de todo esse processo foi o de uma enorme concentração na aplicação dos recursos. Um pequeno grupo de produtores e artistas renomados são os que mais conseguem obter patrocínio. Por outro lado, grande parte desse patrocínio se mantém concentrado nas capitais da região sudeste. As áreas que fornecem aos seus patrocinadores pouco retorno de marketing são preteridas, criando também um processo de investimento desigual entre as diversas áreas artístico-culturais, mesmo nos grandes centros urbanos (CALABRE, 2007, p.95).

A ideia da gestão de Gilberto Gil (2013) era retomar o papel do Estado de formulador e executor de uma política cultural para o país, com participação pública através de

⁶ A participação de pessoas físicas como patrocinadoras de projetos através da Lei Rouanet é muito pequena. O ano em que atingiu o maior índice foi em 2016, que chegou a 3,6% da captação total (PAIVA, 2017, p.43).

Conferências e Seminários Públicos, além de fazer uma reforma para melhorar a gestão dos mecanismos e aumentar os recursos financeiros para o setor.

Os esforços para criação de formas de participação dos agentes culturais na formulação de políticas e na implementação do Programa Cultura Viva - com recursos do FNC - foram visíveis. Os pesquisadores João Domingues e Victor Souza apontam em estudo sobre o Cultura Viva que “entre 2003 e 2007, o FNC passa a ser pensado como política redistributiva, com grande aumento de recursos e, especialmente, conteúdo programático na forma de políticas públicas orientadas” (DOMINGUES; SOUZA, 2012, p.242). Entretanto, apesar de apresentar mudanças quanto à orientação da utilização dos recursos do FNC, com a utilização de editais ao invés da lógica de “balcão”, houve uma continuidade da relevância do incentivo fiscal no governo Lula (RUBIM, 2010).

Em 2009, o então Ministro da Cultura Juca Ferreira elencou diversas críticas ao modelo vigente defendendo a proposta do Projeto de Lei (PL) nº 6.722 de 2010 (que mais adiante seria o PLC 93/2014), que instituiria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (ProCultura). O ProCultura, segundo a gestão de Ferreira, revisaria e requalificaria os mecanismos existentes, fortalecendo o FNC e consolidando o Sistema Nacional de Cultura (SNC), instrumento de gestão compartilhada de políticas públicas de cultura entre os entes da federação e sociedade civil, criado em 2012. O PL foi amplamente discutido entre governo e sociedade civil e segue no Senado desde 2014⁷. A defesa do Ministro Juca Ferreira para a nova proposta de fomento e incentivo à cultura estava alinhada à literatura (CASTELLO, 2002; OLIVIERI, 2004; SARKOVAS, 2005; BARBALHO, 2007; CALABRE, 2007; RUBIM, 2007, PORTO, 2007). Ele detalhou que a lei precisava beneficiar o consumo cultural e que era altamente concentradora e excludente:

seja por região (cerca de 80% dos recursos são destinados à Região Sudeste); por segmento cultural (apenas seis setores têm direito ao patrocínio integral do projeto, como artes cênicas e patrimônio); por proponente (cerca de 50% dos recursos estão concentrados em apenas 3% dos autores de projetos); ou por natureza da ação (apesar de representarem apenas 8% do total de projetos apoiados, as grandes produções hoje recebem mais da metade do total de investimentos realizados: uma média de R\$ 3 milhões por projeto) (FERREIRA, 2009, p.2).

Mesmo com muitas as críticas ao modelo vigente e proposição de um novo marco legal para o fomento, o PRONAC, durante o governo Lula, teve avanços consideráveis do ponto de

⁷ O PL foi amplamente discutido entre governo e sociedade civil e segue no Senado desde 2014. PLC 93/2014 disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118946>

vista de gestão, sobretudo no mecanismo de incentivo fiscal, com informatização e maior celeridade e transparências dos processos (PAIVA NETO, 2017, p.29-30).

Apesar dos recursos do FNC terem sido incrementados com diversas ações e programas que reconheciam identidades subalternizadas - como o Programa Cultura Viva ou editais voltados às comunidades LGBT, negras, ciganas etc. (MUNIZ JR; BARBALHO, 2020) -, ele continuou fragilizado. Além disso, os recursos da renúncia fiscal também cresceram, mantendo no máximo 20% dos recursos do PRONAC para o FNC (PAIVA NETO, 2017, p.33).

Em 2011, a quantidade de projetos com captação efetivada no Mecenato chegou a 3.754⁸ e, desde 2010, os valores investidos, através do incentivo fiscal, ultrapassaram a marca de um bilhão de reais (em números da época, não corrigidos), por ano. O crescimento do número de projetos apresentados e com captação, somada a demanda dos órgãos de controle como a Controladoria Geral da (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), foi o impulsionador das melhorias da gestão do mecanismo no governo petista (PAIVA NETO, 2017).

Como vimos, a concentração de recursos no mecanismo de incentivo fiscal não dá conta de cumprir com os princípios constitucionais culturais (CUNHA FILHO, 2004), que colocam a cultura como um direito fundamental e efetivo, reconhecendo-os como mecanismo potencializador do ideal de igualdade material entre os cidadãos (CARCARÁ; MAIA, 2018, p.9), nem tampouco articular efetivamente os circuitos culturais com suas diversas instâncias organizacionais e agentes (BRUNNER, 1988). O modelo de renúncia fiscal também não conseguiu estimular uma tradição de patrocínio da arte por parte de famílias ricas, que sempre foi inexpressivo na história da promoção da arte nacional, e relativamente comum em alguns países europeus e nos Estados Unidos. O apoio à cultura no país é baseado nos retornos que pode trazer aos investidores, não uma prática benemérita.

Além destas críticas feitas à Rouanet de concentração de poder das empresas patrocinadoras e concentração de recursos no modelo de Incentivo Fiscal, os estudos acadêmicos fazem outras ao PRONAC, como, por exemplo, a desigualdade regional de acesso (GRUMAN, 2010; MENEZES, 2016; PAIVA, 2017; FICHEIRA; HOLLANDA, 2018). O Sudeste detém a maior parte da destinação dos recursos por meio do incentivo⁹. Somente a captação dessa região correspondeu a quase 80% da arrecadação acumulada do incentivo fiscal

⁸ O maior número de projetos captados entre 1995 e 2021, segundo dados do SalicNet

⁹ A concentração da população e do PIB no Sudeste poderiam ser uma explicação a esta concentração da lei de incentivo, mas os percentuais são muito maiores quando se trata da Lei Rouanet.

da Lei Rouanet entre 1993 e 2017 (FICHEIRA e HOLLANDA, 2018, p. 264). Há também a concentração de grandes recursos para poucos proponentes. Em 2015, por exemplo, apenas 132 proponentes (5,6% do total) captaram 50,1% de todo dinheiro movimentado pelo incentivo desse instrumento legal (PAIVA, 2017, p. 41).

Estas são as principais críticas à Rouanet, e existem na literatura acadêmica desde que a lei começou a ser utilizada com maior vigor, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Todas estas críticas demonstram que a Lei Rouanet, mesmo sendo o mais importante sistema normativo de concretização dos direitos culturais no ordenamento jurídico brasileiro (CUNHA FILHO, 2004, p.19), não dá conta de cumprir com tudo que é prometido na Constituição. Essa lacuna se dá seja por ausência de recursos para executar a grandeza dos Princípios Constitucionais, por falta de consenso sobre como realizá-los ou mesmo por falta de vontade política, por não se achar que tais Princípios sejam realmente relevantes frente a outros tantos tidos como mais prioritários.

CPI e ampliação das Direitas

Ainda no intuito de contextualizar o assunto, é necessário falar sobre acontecimentos políticos brasileiros dos últimos anos. O processo de impeachment de Dilma Rousseff é um marco para a visibilização de novas coletividades ligadas à Direita. Por algum tempo estes grupos foram chamados de Novas Direitas, mas, visto a consolidação do movimento e da passagem de tempo, não faz mais tanto sentido exaltar sua novidade. Essas pessoas, agrupadas ou não, em geral são influenciadas por diferentes graus de liberalismo e conservadorismo, e tiveram como propulsor e aglutinador o fato de terem um inimigo em comum: os governos e os eleitores do PT, suscitando o crescimento de expressões de extrema-direita no país. O que estou chamando de "extrema-direita" seria um espectro político que, recentemente, no Brasil, veio a se identificar com a plataforma de Jair Bolsonaro, sendo caracterizado por bandeiras como o ultraliberalismo econômico, a vigilância conservadora dos costumes, o elogio a práticas da ditadura, a defesa do armamento da população e do punitivismo etc.

As redes sociais na internet têm papel importante na amplificação dos grupos alinhados a pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia. A cientista política Camila Rocha (2018, 2019) defende que a origem da formação desses novos grupos vinculados à direita no

Brasil remonta à organização de contrapúblicos¹⁰ digitais, durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010. Em sua pesquisa, ela expõe que jovens *ultraliberals* afirmam que passaram a se organizar em grupos no *Orkut*, uma mídia social que fez muito sucesso no Brasil entre 2004 e 2014, onde discutiam teóricos liberais, já que nos ambientes universitários e culturais eles se sentiam hostilizados, formando assim um contrapúblico ultraliberal. Rocha (2019) salienta que, além desta presença em fóruns e mídias sociais, jovens universitários e profissionais interessados pelo liberalismo econômico impactaram a política nacional de forma relevante também pela preexistência de uma rede de *think tanks*¹¹ liberais no país, dispostos a oferecer apoio organizacional e financeiro (ROCHA, 2019).

Os pesquisadores Jorge Chaloub, Pedro Lima e Fernando Perlatto (2018) destacam que a presença social cada vez mais forte da Direita na cena política brasileira foi se realizando paralelamente a uma maior difusão, no plano cultural, das ideias conservadoras, mobilizadas e difundidas por diferentes intelectuais que foram ocupando lugar de destaque nos jornais e revistas de grande circulação no país, colaborando para essa ascensão. Aos poucos aqueles que antes se colocavam como centro ou até mesmo como neutro ou não-político, especialmente no contexto pós-ditadura, passaram, a partir de 2005, a perder a vergonha de se dizerem de direita.

Desde a Constituição de 1988, o Brasil estava em uma ascensão de políticas democráticas e progressistas, com auge nos anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente do governo federal, quando houve implementação de uma cultura de maior transparência e controle. No período, também houve um aumento de visibilidade, paridade de participação e reconhecimento a identidades não-hegemônicas, seja através de políticas dos governos para a promoção da igualdade de gênero, o Estatuto da Igualdade Racial e o Bolsa Família, seja através de movimentos do Superior Tribunal Federal (STF), como o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, em 2011, e ainda a ampliação e consolidação da política de cotas nas Universidades através da lei nº 12.711, de 2012. Havia um horizonte crescente de políticas que reconheciam as pluralidades e que passaram a tensionar na sociedade a presença cada vez mais forte destas identidades. Os governos petistas, entretanto, não quebraram com uma tradição de atos corruptos existentes no Brasil, como, por

¹⁰ Rocha (2018, 2019) utiliza o conceito de contrapúblico a partir de Michael Warner (2002) para definir a identidade de atores sociais imbuídos de uma consciência a respeito de seu status (subalternos ou não) em conflito com um ambiente cultural percebido como dominante.

¹¹ *Think tanks* são instituições ou grupos de especialistas de natureza investigativa e reflexiva cuja função é a reflexão intelectual sobre assuntos diversos. No caso destes centros em questão, Camila Rocha (20219) salienta que atuam com o objetivo principal de disseminar ideários políticos procurando influenciar a opinião pública.

exemplo, escândalos ligados à compra de votos do congresso nacional e a grande imprensa contribuiu bastante para atrelar a corrupção ao PT (BIROLI; MANTOVANI, 2014; AZEVEDO, 2017).

Pessoas que se sentiam marginalizadas por terem pensamentos liberais nas universidades, por exemplo, encontraram pares em mídias sociais (ROCHA, 2019), e começaram a protagonizar ações e protestos nas ruas e nas redes (TATAGIBA, 2018), especialmente após a reeleição de Dilma, em 2014. Embasadas por uma pauta comum de combate à corrupção, atrelada ao PT com o “Mensalão” e depois com a “Lava Jato”, estes grupos foram agregando outras pautas ao antipetismo, mas sempre tendo este inimigo comum a ser combatido, numa espécie de reedição do anticomunismo (AB´SÁBER, 2018).

O clima de acirramento político exacerbado e o formato dessas direitas neoconservadoras (LACERDA, 2019)¹² no Brasil integra um fenômeno de ressonância global (ROCHA, 2019) e, na esteira desse processo, lideranças políticas ascenderam desses movimentos. Neste ambiente, é construída a identidade popular bolsonarista (CESARINO, 2019, 2021), se utilizando dessa gramática neoliberal-conservadora através de um populismo digital ímpar, desqualificando moralmente da luta por direitos e proteções pelo Estado como privilégios indevidos por parte de “vagabundos” e “parasitas” (CESARINO, 2021, p.84).

Estes grupos vinculados às Direitas se tornam também interessadas em discutir e refletir sobre o financiamento público à cultura, sobretudo após a CPI da Lei Rouanet e Operação Boca Livre, implementada pela Polícia Federal (PF) e CGU. As investigações levaram a Justiça Federal condenar, em 2020, 12 réus, ligados ao grupo empresarial Bellini Cultural, a penas que variam de 4 a 19 anos de reclusão, pela prática de ilícitos na contratação e execução de projetos culturais incentivados através da Lei Rouanet. Os desvios foram estimados em R\$ 21 milhões. A especulação gerou grande repercussão e, apesar de terem sido comprovadas poucas das denúncias feitas, promoveu uma tensão capaz de tornar a Lei Rouanet um tema de amplo interesse público (DOMINGUES; DE PAULA, 2021, p.88).

Apesar de não ter sido criado pelo PT e ainda que os próprios gestores apontassem críticas ao PRONAC, houve no período petista um considerável aumento dos recursos movimentados pelo setor, seja pela consolidação do mecanismo ou como consequência do momento econômico favorável. Assim, o antipetismo também tomou conta das críticas à Lei

¹² Inspirado no neoconservadorismo norteamericano, o neoconservadorismo, no Brasil, agrega parte da direita que constrói uma agenda ligada a defesa da família patriarcal, do neoliberalismo, do punitivismo, do militarismo e do Estado de Israel (LACERDA, 2019).

Rouanet. Passou a se proliferar uma visão liberalizante de que as artes e a cultura poderiam sobreviver sem financiamento governamental, e a ideia de que só utilizam tal recurso aqueles artistas que não têm talento suficiente para conquistar o mercado. E ainda, uma noção conservadora de que o Estado não deveria apoiar determinados projetos ligados a pautas feministas, a movimentos negros e, sobretudo, a movimentos LGBTQ+, tendo o caso mais emblemático o cancelamento (após protestos nas redes sociais) pelo Instituto Santander Cultural da exposição *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira (2017)*, financiada com recursos da Lei Rouanet.

Algumas destas ideias ligadas à Lei Rouanet fizeram parte da campanha eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro à presidência da República. Com a conquista do governo federal, foram colocadas em prática disputas de valores das políticas públicas, entre elas as ligadas às artes e à cultura. Como ponto de partida, foi extinto o Ministério da Cultura e decretadas algumas alterações na Lei Rouanet logo na chegada.

Entretanto, as principais modificações da legislação, e o momento em que a gestão cultural do governo Bolsonaro ganhou robustez, foi na gestão de Mário Frias, que em conjunto com André Porciúncula, forjaram para si uma performance discursiva de que estavam fazendo uma gestão baseada na eficiência e controle que toda pessoa honesta é capaz de fazer, direcionando as políticas do setor para "homens comuns" (CID; DOMINGUES; DE PAULA, 2022a, 2022b). Além disso, falavam sempre em moralização da política cultural. Para isso, utilizaram portarias, instruções normativas e decretos para disputarem no âmbito da Lei Rouanet valores sobretudo conservadores. Em nova regulamentação da Lei Rouanet de 2021 (BRASIL, 2021b), por exemplo, foram modificadas algumas finalidades de ações culturais apoiadas pelo incentivo fiscal. Uma das finalidades incluídas foi "apoiar as atividades culturais de Belas Artes", uma ênfase que parece ter relação com uma visão mais tradicional e conservadora sobre as Artes, visto que já se fala em Belas Artes na lei de 1991. Na mesma regulamentação, foi incluída uma nova finalidade que fala em apoiar atividades de caráter sacro, além de ser adicionado também um representante da área da arte sacra na CNIC, aquela comissão que faz uma avaliação final dos projetos da Rouanet. Ambas, disputas na esfera da gestão do PRONAC.

Busquei apresentar nesta introdução um breve panorama da trajetória da Lei desde sua criação, enfatizando as disputas travadas em torno do mecanismo em âmbito federal. Esse histórico é importante para a dissertação já que corresponde às "versões oficiais" dos fatos, tais como foram documentadas na literatura especializada sobre o tema. A pesquisa, no entanto,

tem o objetivo de compreender como as disputas sobre a Lei engajam não apenas atores da política institucional, mas tomam conta do espaço social e da opinião pública. Para tanto, sinalizo a seguir os aportes metodológicos que fundamentam essa proposta de análise.

Conjunto documental e seus marcos metodológicos e temporais

Para compreender o *clima social* sobre a Lei Rouanet, serão analisados dois conjuntos documentais, com marcos temporais distintos, aplicando um mix de métodos.

O primeiro grupo de documentos foram as publicações sobre a Lei Rouanet na Folha de São Paulo, entre os anos de 1991 e 2021, que reuniram as posições de um jornal de grande circulação (e seus colaboradores) e bastante atuante nas discussões sobre a Lei de Incentivo à Cultura. Foram 1251 páginas de jornais categorizadas de maneira temática através da Análise de Conteúdo (AC), de Laurence Bardin (2011) e com ajuda do *software* Atlas.ti, muito usado para análise de dados qualitativos, trazendo as contribuições do jornal para os principais assuntos sobre o PRONAC. Para interpretação das notícias selecionadas foram utilizados também alguns critérios de Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2001), considerando a análise linguística e intertextual, a análise da prática discursiva e a análise do contexto em que o evento comunicativo acontece, que serão detalhadas no primeiro capítulo. Estes textos jornalísticos, que foram analisados ao longo do primeiro capítulo, contribuíram para um diagnóstico da formação temporal da opinião sobre o tópico ao longo de 30 anos, colaborando para a compreensão da formação do *sentimento público* acerca da Lei Rouanet, trazendo para reflexão, também a mudança de consumo informacional com a chegada da internet.

O segundo conjunto documental se apresenta no segundo capítulo e é uma amostra de 601.438 mensagens coletadas entre março e dezembro de 2021 que citaram a Lei Rouanet na mídia social *Twitter*. Como a base de dados era extremamente extensa, foram traçadas estratégias para lidar com ela de maneira que os dados se mantivessem relevantes, mas que a análise se tornasse exequível. Para a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) das mensagens, elencaram-se 19 momentos no período citado, em que as mensagens tiveram repercussão maior que 5 mil compartilhamentos. Nestes 19 momentos, foram selecionadas 104 mensagens que tiveram relevância no debate em questão e tipificaram-se os argumentos utilizados para criticar a Lei Rouanet e as pessoas que se utilizam do mecanismo. Os principais perfis de usuários do *Twitter* que participaram das discussões também foram analisados e divididos em três categorias utilizando a AC (BARDIN, 2011) e também princípios da Análise de Redes Sociais

(ARS), de Raquel Recuero (2017), que ajudou a diferenciar os perfis pelo seu grau de saída (os usuários que interagem muito) ou grau de entrada (aqueles que são alvo da interação).

Além das mensagens e dos perfis, foi investigada através da ARS, com o auxílio da análise estatística e visual do *software* Gephi, a rede de interação entre os usuários do *Twitter* no dia de maior interação dos dados coletados em 2021. Esse recurso ajuda a entender e demonstrar visualmente, de forma exemplar, como se comportam alguns dos principais atores sociais desta rede criada em torno dos discursos sobre a Lei Rouanet, demonstrando como determinados usuários podem funcionar como intermediários entre grupos.

Uma vez descrito o cenário oficial de gestão da legislação e das reflexões feitas pelos estudos acadêmicos, seguiremos para as disputas nos meios de comunicação e como os diversos atores atuaram para criação de um clima de insatisfação em torno da lei Rouanet. A dissertação está dividida em dois capítulos que analisarão as condições afetivas ambientais que permitiram a criação de uma militância Anti-Rouanet, além das considerações finais. O primeiro capítulo *Deu no Jornal* é dedicado às análises de textos jornalísticos publicados na Folha de São Paulo, entre os anos de 1991 e 2021 que apresentam a posição do jornal e atores envolvidos sobre as disputas envolvendo a Lei Rouanet. Já no segundo capítulo intitulado *Mensagens, usuários e rede anti-Rouanet no Twitter* se encontram as análises das publicações entre março e dezembro de 2021, na mídia social *Twitter*. Nas *Considerações Finais* estão concentradas as principais reflexões sobre o debate em torno desta situação social nos documentos analisados.

1. DEU NO JORNAL

1.1. Apresentação

A Lei Rouanet foi promulgada com a promessa de ser uma lei antipaternalista, “por não ser assistencialista nem autoritária”, na concepção do Secretário Nacional de Cultura da época, Sérgio Paulo Rouanet (FOLHA DE S. PAULO, 1991) e é até hoje o principal mecanismo de fomento e financiamento à cultura do Brasil. Este capítulo será dedicado a trazer as posições do jornal Folha de São Paulo (Folha ou FSP), seus donos, editores e jornalistas sobre a Lei Rouanet.

A estrutura do capítulo está dividida em três seções. Na *Apresentação* será retratada como se chegou aos documentos que compõe o corpus analisado, assim como será feita uma descrição da Folha de São Paulo, o jornal diário de maior circulação no país¹³, justificando como a escolha do jornal para esta pesquisa e como ele contribui ativamente com o debate sobre a Lei Rouanet, dando voz a múltiplos atores sociais, o que possibilita ter variadas percepções que influenciam setores diversos.

A segunda seção está dedicada às análises, em que veremos que embora a Lei nº 8.313 (BRASIL, 1991) tenha sido assunto do jornal ao longo de todos os anos de existência, é a partir de 2011 que ela passou a protagonizar a maioria das controvérsias, como projetos milionários com artistas famosos e grandes eventos que chamaram a atenção de usuários das redes sociais e da imprensa. Em 2016, a lei também virou alvo de uma investigação da Polícia Federal e de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades nas concessões de benefícios fiscais. Durante campanha eleitoral a tag #RouanetNão, no *Twitter*, foi uma das respostas ao ato público #EleNão, com grande adesão da classe artística contra a candidatura de Jair Bolsonaro. Em balanço de fim de ano em 2018, o caderno *Ilustrada*, da Folha de São Paulo, fez uma retrospectiva dos destaques daquele ano, e ressaltou:

A discussão sobre o financiamento da cultura ganhou tons de guerra, com profusão de fake news nas redes sociais e no WhatsApp sobre quais artistas usaram recursos captados via Lei Rouanet e quanto eles obtiveram (GREGÓRIO, 2018).

Ao final, uma seção intitulada *Sentimento Público sobre a Rouanet* traz reflexões sobre as repercussões mais comuns oriundas deste importante veículo de imprensa, apresentando

¹³ A Folha tem maior circulação, quando somadas as edições impressas e online (SACCHITIELLO, 2021).

agentes sociais como artistas, produtores, órgãos públicos, jornalistas e intelectuais que atuaram para criação de um clima de insatisfação perante a lei. As discussões se repetem ao longo dos anos e, mesmo que com graus diferentes, são base dos discursos “anti-Rouanet” da atualidade nas redes sociais.

1.1.1. Corpus

Com objetivo de entender como foi retratada a Lei Rouanet na FSP, foram analisados matérias, notas, reportagens, editoriais, artigos opinativos, cartas de leitores e anúncios publicitários do jornal Folha de São Paulo que citaram a Lei Rouanet. Mais precisamente, foi feita uma *busca booleana*¹⁴ no acervo digitalizado¹⁵ da Folha de São Paulo, na publicação nacional, com as palavras “lei” e “rouanet” entre janeiro de 1991 e dezembro de 2021, mas as citações à legislação só começam em agosto de 1991 e terminam em junho de 2021. É possível que matérias relevantes tenham ficado de fora da análise por falarem em “lei de incentivo à cultura” ao invés de “lei rouanet”, por exemplo. Mas esse foi um recorte necessário e com *corpus* relevante, que não compromete a compreensão do contexto e a formação da imagem pública da legislação.

A escolha da Folha se deu por conta de ser um jornal diário com cobertura abrangente e que contempla debates e análises sobre campos específicos da realidade social, dentre eles a Lei Rouanet e as nuances sobre a discussão sobre o financiamento à cultura no país, sendo por isso um meio privilegiado para se reconhecer a “temperatura” do debate público de uma época. A Folha é categorizada como um *quality paper*, um tipo de jornal que apresenta conteúdo jornalístico concentrando-se na vida pública dos atores mencionados, que tem uma linha editorial que privilegia política, economia, administração pública e cultura, e que se diferencia dos tabloides ou jornais populares (CHAGAS, 2017). Muitas vezes esse tipo de jornal é colocado como imprensa “séria” ou de “prestígio”.

Com base no recorte mencionado, foram analisadas 1251 páginas¹⁶ de jornais. Destas, 294 (23,4%) trazem debates relevantes sobre a legislação, com mais profundidade. As que foram consideradas de menor importância, apesar de contribuírem com a formação do discurso

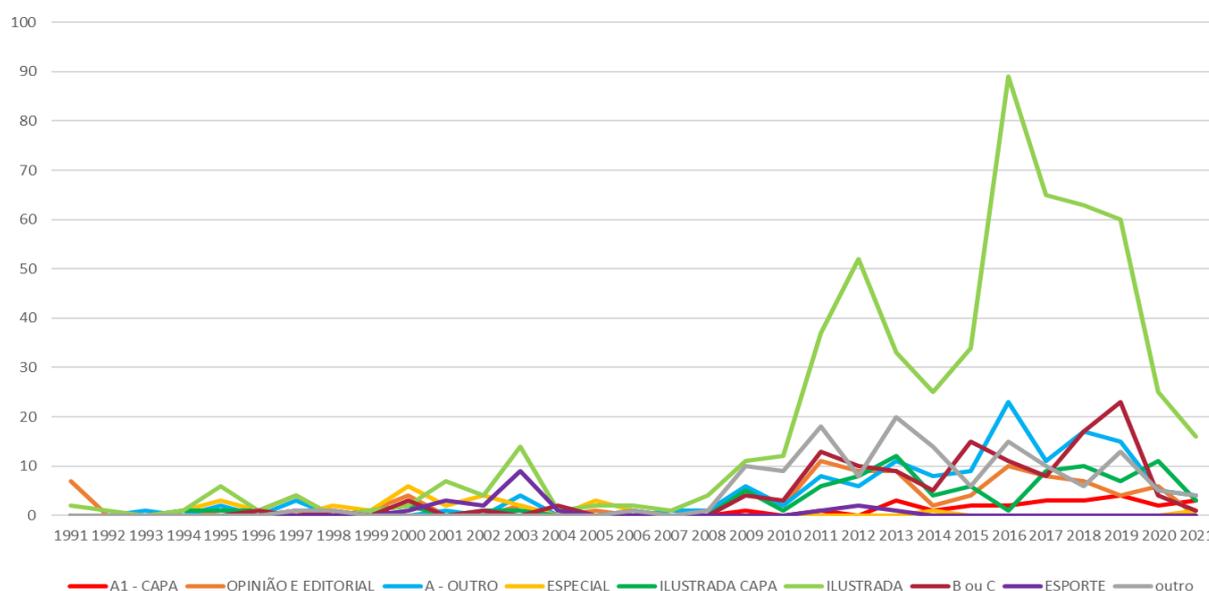
¹⁴ Busca booleana é um tipo de pesquisa que utiliza os operadores “and”, “or” e “not”, na combinação de palavras-chave para adição, alternância ou negação entre os termos. Foi usado no caso o operador “and”.

¹⁵ O acervo online da Folha pode ser acessado em <https://acervo.folha.com.br>

¹⁶ Por vezes a mesma página tinha mais de uma citação sobre a Lei ou mais de uma matéria sobre a Lei. A contagem aqui é de páginas mencionando a referida legislação.

da Folha de São Paulo sobre a Lei Rouanet, eram, em sua maioria, notas, matérias ou mesmo anúncios publicitários sobre filmes, peças teatrais, exposições de artes visuais, livros e outros projetos culturais que continham citações de que tal produto ou atividade havia sido patrocinado através de recursos incentivados através da Lei Rouanet. Outras faziam menções à Rouanet dentro de reportagens maiores sobre uma política cultural com pouca ou nenhuma profundidade. Existiam também algumas notas ou matérias que estavam no caderno de Esporte, que citavam a Rouanet apenas para falar sobre a criação de uma lei de incentivo ao esporte e outras sobre um projeto de captação de recursos através da Lei Rouanet para a construção da sede social de um clube de futebol. Elas não foram descartadas, mas aparecem nas análises com uma frequência menor.

Gráfico 01 - Ocorrência da Lei Rouanet nos cadernos Folha de S. Paulo x tempo



Fonte: Elaboração Própria, com base das matérias coletadas na FSP

Do total das 1251 páginas, 27 foram chamadas de capa. 98 estavam na segunda ou terceira página do primeiro caderno onde se encontram normalmente os Editoriais, artigos de opinião, Painel do Leitor¹⁷ e Erramos¹⁸. Outros 138 eram artigos ou matérias em outras páginas

¹⁷ Painel do Leitor é uma sessão em que são publicadas mensagens oriundas dos leitores do jornal por e-mail ou correio. É utilizada algumas vezes como um espaço de discussão de assuntos relevantes, não é incomum que pessoas enviem cartas se defendendo de acusações ou desenvolvendo pontos que consideram relevantes ao assunto.

¹⁸ Espaço dedicado à retificação de erros constatados pelo jornal.

do primeiro caderno (A)¹⁹ e 131 estavam em outros cadernos (B e C)²⁰. No caderno de esporte (D) tiveram 20 matérias mencionando a Lei Rouanet e 170 estavam em cadernos não regulares, especiais ou outros não citados anteriormente²¹. A maioria (53%) estava no caderno de cultura, como pode ser visualizado no Gráfico 01: 91 estavam na capa e 576 em outra página da Ilustrada. Chamo a atenção aqui para a participação da coluna da jornalista Mônica Bergamo no debate, com 186 páginas com menções à Rouanet.

Algumas destas páginas (em cadernos variados) eram relatórios semestrais ou anuais de empresas patrocinadoras, na sua maioria empresas estatais, de projetos que prestam contas publicamente de seus gastos. E a Folha, como um *quality paper*, é um dos jornais procurados por este tipo de publicação. Seguindo a ideia de Bruno Latour (2012) que diz que a tarefa de definir e ordenar o social deve ser dos próprios atores, este capítulo irá dar voz aos os atores sociais visibilizados²² pela Folha de São Paulo, explicitando a relação entre os elos, contando um pouco da posição destas pessoas e especialmente do jornal, recolhendo insumos sobre como as percepções sobre a Lei mudaram ao longo dos anos.

1.1.2. A Folha de São Paulo

A eleição deste jornal como fonte de análise se deu a princípio por ele ser líder predominante de circulação total no Brasil há mais de 30 anos. É um jornal paulista que tem cadernos de interesse local, mas traz, predominantemente, notícias de interesse nacional. Eles mantêm redações ou representantes em diferentes regiões do país e têm um quadro e projeto editorial de ponta, mas sua grande circulação se deve, sobretudo, a um sistema eficiente de distribuição.

¹⁹ Houve variação ao longo do tempo, mas o mais comum é que o primeiro caderno englobe além do Editorial, Opinião, Tendências e Debates, Painel do Leitor, as seções Brasil, Poder, Mundo e Dinheiro. Muitos dos textos estão na coluna Ilustrada em cima da hora, dentro da seção Poder. De todo modo, este é o caderno mais importante do jornal.

²⁰ O segundo e terceiro cadernos do jornal podem também conter variações, mas normalmente estão neles as seções Cotidiano, Ciência, Turismo, Folha Corrida e os mais locais que tratam da cidade de São Paulo e interior paulista. Em alguns momentos, a Ilustrada esteve nos cadernos B ou C, mas nos momentos em que isso aconteceu, elas foram contabilizadas à parte.

²¹ Seções como FolhaInvest, AgroFolha, FolhaTeen, Guia, Classificados, Mais, Revista da Folha, TV Folha e cadernos especiais e comemorativos.

²² A Folha escolhe para falar da legislação atores específicos, o que por si só já é uma parcialidade da opinião sobre a Lei.

Criado em 1925 com o nome de Folha da Manhã, o jornal assumiu, em 1986, a maior circulação nacional. E com o slogan “vende mais porque é melhor”, o jornal sustentava que o sucesso de vendas é aliado à qualidade editorial (RIBEIRO, 1994). Segundo o jornalista Jorge Claudio Ribeiro (1994), com base em sua vivência e entrevistas a diversos diretores do grupo, a FSP sempre se assumiu como uma indústria. Passou por donos diferentes e em apenas uma das fases (entre 1930-45) o jornal assumiu uma causa (a agrarista). Ainda assim, “as Folhas assumiram explicitamente a característica de empresa, a mística da eficiência, diluíram o discurso de causa” (RIBEIRO, 1994, p.57).

A capitalização do negócio se deu especialmente a partir da década de 1960, quando houve uma organização financeira da empresa Folha da Manhã S/A, investimento em distribuição e com renovação do parque gráfico que conseguia imprimir com maior rapidez. A empresa criou e comprou vários jornais e “essa segmentação permitia à empresa sobreviver numa conjuntura política confusa” (RIBEIRO, 1994, p.62). Durante a maior parte da ditadura militar, a FSP se manteve “neutra”: contava com jornalistas de direita, outros de esquerda, fazia editoriais inofensivos e por isso foi acusada muitas vezes de “flacidez ideológica”, pois jogava dos dois lados no campo político. “Tinha montado um aparato para seguir os ventos e tirar proveito deles, qualquer que fosse sua direção” (TASCHNER, 1992 *apud* RIBEIRO 1994, p.63), sintetizou Gisela Taschner.

Em 1984, assumiu a liderança da empresa Otavio Frias Filho, filho do dono que só deixou a direção do jornal em 2018, quando faleceu. Ele modernizou o jornal e delineou um modelo que foi perseguido por quase toda a imprensa brasileira. Frias Filho encabeçou a elaboração do Projeto Folha, uma "revolução gerencial" com “o objetivo de implantar uma nova política editorial e profissionalizar a Redação”²³. O projeto trazia também o novo Manual da Redação da Folha, que impunha a busca de um “jornalismo crítico, apartidário e pluralista” e fez o jornal assumir uma feição moderna sintonizada com os ventos que pediam Diretas Já e a Constituinte.

Para conhecer melhor seus leitores, o grupo investiu na criação do DataFolha em 1984, cujo trabalho mais volumoso inicialmente era fazer o perfil do leitor do jornal. Conhecer o público-alvo principal ajudava na linha editorial, mas colaborava, sobretudo, na venda de anúncios publicitários. No final da década de 1980 (RIBEIRO, 1994, p.90), o perfil era um homem entre 32 e 42 anos, executivo ou profissional liberal, que viaja ao exterior, com alto

²³ https://www1.folha.uol.com.br/fofha/80anos/choque_editorial.shtml, acesso em 6 abr 22

padrão de consumo e nível intelectual, politicamente de centro-esquerda. Em 2000²⁴, o leitor e a leitora (metade era composto por mulheres) típicos da Folha não se alteraram tanto. Tinham uma média de 40 anos, faziam parte ou da classe A ou B, com formação superior. Seria católico, possuiria TV por assinatura e utilizaria a Internet.

Em pesquisa mais recente sobre circulação, em 2020, a FSP ocupou o primeiro lugar no ranking de circulação total, que considera as assinaturas impressas e digitais, com uma média mensal de 337.854 exemplares pagos. O Globo ficou em segundo e O Estado de São Paulo (Estadão) em terceiro lugar no *ranking*. Quando se considera apenas a circulação impressa, entretanto, tanto o Estadão quanto O Globo atualmente vendem mais (SACCHITIELLO, 2021).

A Folha é líder em assinaturas digitais, o que se deve, sobretudo, ao seu pioneirismo. Foi responsável pelo primeiro canal de notícias em tempo real em língua portuguesa do mundo, a FolhaWeb, criada em 9 de julho de 1995. Em 2012, a Folha também foi o primeiro jornal brasileiro a lançar o sistema *paywall*, modelo de cobrança no ambiente digital (BENEVIDES, 2020, p. 56).

Mas, para além de vendas e circulação, a escolha do jornal se deu pela importância das coberturas jornalísticas da FSP, que foi o jornal que mais abertamente professou em seus projetos editoriais, desde a redemocratização, sua adesão simultânea à democracia, ao apartidarismo e ao pluralismo interno (BIROLI, 2007, 2009, RIBEIRO, 1994), explicitada no documento, de 1984, “A Folha depois da Campanha Diretas-Já”:

Temos atrás de nós uma empresa economicamente sólida, financeiramente saudável e que vem adotando uma atitude crescentemente agressiva no setor publicitário e comercial. É a situação privilegiada da empresa que tem assegurado a autonomia política e a contundência editorial da Folha (FOLHA DE S. PAULO, 1984).

No mesmo documento, o jornal diz “Temos em nosso favor a ausência de preconceito, uma posição política aberta e que encontra ampla ressonância na opinião pública” (FOLHA DE S. PAULO, 1984). Ribeiro (1994) salienta que colocar-se neutro tratava-se, sobretudo, de uma lógica mercadológica. O jornal foi ambíguo quanto ao apoio ou crítica à Ditadura Militar. No início, em 1964, fez até editorial se colocando a favor do golpe militar, e depois tentou se manter reticente sobre o assunto. Até que, na década de 1980, foi ativo na campanha para as Diretas Já. Pediu pelo *impeachment* de Collor, em 1991, que renunciou no ano seguinte. Foi na Folha que se falou pela primeira vez em “Mensalão”, em entrevista ao deputado Roberto Jefferson, em 2005. A partir de 2006, o jornal passou a se posicionar com certa constância contra o PT,

²⁴ https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml, acesso em 04 de janeiro de 22

algo que entre 2002 e 2006 não acontecia, com a versão petista mais domesticada pelos interesses do capital (BIROLI; MANTOVANI, 2014). Sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, a Folha posicionou-se contundentemente a favor (PINHEIRO; VIEIRA, 2018, MORITZ; RITA, 2020), e promoveu pouco debate acerca dos motivos que desencadearam o processo que retirou Dilma da presidência. “O jornal paulista foi enfático em seus editoriais, sempre críticos à presidenta, e os enquadramentos utilizados conduziram o leitor a uma observação natural e acrítica do processo” (PINHEIRO; VIEIRA, 2018, p.173). Em projeto editorial de 2019, entretanto, a Folha reafirma desenvolver um jornalismo num registro crítico, apartidário e pluralista.

Este pluralismo da Folha, aparentemente, tem limites que passam pelas oportunidades comerciais (RIBEIRO, 1994, p.56), funcionando muitas vezes para vender jornal ou trazer cliques às matérias para o maior número de pessoas. Não que a FSP fuja dos conflitos, necessários à formação de uma política democrática e plural, mas não é dado o mesmo peso a todos os atores sociais.

Já a opinião do público tem sido controversa sobre o jornal, ora classificado como esquerdista, ora como direitista. Em reportagem especial dos 100 anos da Folha, em fevereiro de 2021, a FSP convidou 6 representantes de diferentes ideologias para classificar sua posição. O jornal apresenta que nos anos em que o PT governava, ele era apresentado como parte da "mídia golpista" e era chamada de "Falha"; já no governo Bolsonaro, passou a integrar a "extrema imprensa", e virou "Foice". Os centristas tenderam a ser mais simpáticos às opções do jornal, um dos de centro disse que só assina a Folha atualmente “justamente por ser xingada tanto pela direita quanto pela esquerda” (ZANINI; PAULUZE, 2021).

Assim, a escolha da Folha de São Paulo justifica-se pela sua importância numérica, pelo pioneirismo em diversas áreas, mas sobretudo por dar visibilidade a opiniões diferentes, muitas vezes contraditórias, sobre os mesmos temas ou fatos. A "flacidez ideológica", resultante da proposta de pluralismo e apartidarismo, faz com que a Folha seja também "em cima do muro", mas a riqueza da contradição a faz possivelmente mais interessante do que outros veículos.

1.1.2.1. Ilustrada

O debate sobre as políticas culturais passou a ser relevante à Folha de São Paulo a partir da década de 1980. Importante destacar aqui o caderno cultural da Folha, a Ilustrada, pois a maioria das reflexões e debates relevantes acerca da Lei Rouanet neste jornal acontecem nele. O caderno Ilustrada, criado em 1958 com objetivo de engrossar o jornal para ter mais espaço para

anunciantes, foi ganhando robustez e linha editorial mais clara ligada ao setor artístico ao longo dos anos. Segundo Fiamengui (2016, p.8-9), a Folha Ilustrada foi criada inicialmente para que as mulheres não ficassem com as mãos abanando, enquanto os homens liam o jornal. Não era exatamente um caderno “feminino” com textos comuns à época sobre decoração, moda e beleza, mas continha textos ditos de “variedades” como colunas sociais, viagens, exposições de arte e artigos científicos curiosos. Aos poucos, a linha editorial foi ficando mais ligada às artes, se firmando em 1980 como o principal caderno de cultura do país (FIAMENGUI, 2016, p.8-9).

O jornalista Boris Casoy, que foi editor-chefe entre 1974 e 1984, com um intervalo entre 1976 e 77, em entrevista a uma reportagem especial sobre os 60 anos da Ilustrada (FOLHA DE S. PAULO, 2018c), disse que o caderno era a internet dos anos 1980, por trazer casos como a briga entre Caetano Veloso e Paulo Francis, em 1983, mas também indicação de livros, coberturas de mostras de cinema e shows, que transformaram o caderno num dos carros-chefe da Folha. Os cadernos culturais sempre foram vistos como mais livres do que os demais cadernos, “sobrou para o jornalismo cultural dar o toque de ‘personalidade’ nos grandes veículos” (ANTUNES apud TOGNOLLI, 2007, p.146).

O caderno já teve colunistas ilustres e jornalistas como Glauber Rocha, Mino Carta, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Castro, Plínio Marcos, Flávio Rangel, Boris Casoy, Paulo Francis, Contardo Calligaris, Bia Abramo, Zeca Camargo, Fernanda Torres, Xico Sá e José Simão. Mas quem mais contribuiu individualmente para o debate acerca da Lei Rouanet foi inegavelmente Mônica Bergamo: 14% de todas as menções à Rouanet, dentro do que foi recolhido, foram feitas em sua coluna, mesmo que só em forma de notinhas. Repórter especial do jornal desde abril de 1999, Bergamo assumiu coluna social fixa na Ilustrada desde fevereiro de 2000. A coluna na página 2 do caderno, retrata, como é próprio de coluna social, fatos e personagens da elite principalmente carioca e paulista. Mas o espaço de Bergamo destaca informações de diversas áreas, entre elas, poder e moda. O debate sobre a Rouanet é recorrente nesta coluna desde 2011.

1.2. Análises

Na tentativa de construir uma narrativa sobre a Lei Rouanet sob o ponto de vista da Folha de São Paulo, as análises foram divididas por temáticas com base na Análise de Conteúdo (AC), de Laurence Bardin (2011), um conjunto de instrumentos metodológicos inferenciais, e

com suporte do *software* Atlas.ti²⁵, muito usado para análise de dados qualitativos. O *software* facilita a leitura de múltiplos arquivos, além de auxiliar na categorização temática, através buscas de termos com marcações automáticas nos documentos (*auto coding*).

A AC foi importante para uma visão mais sistemática no encontro com os textos, sobretudo no momento de encontrar os temas mais relevantes para este trabalho. Na fase de exploração do material, os pressupostos de Bardin (2011) colaboraram para a criação das *categorias*, que “são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 2011, p.117).

Cada página de jornal que citava a lei Rouanet se transformou em uma linha de informações em uma planilha eletrônica, em que foi descrita conforme ano, mês, posição que ocupava no jornal (informações como página e caderno), que tipo de texto (notinha, reportagem, propaganda etc.), que atores estavam envolvidos, relevância da Rouanet dentro do texto e temáticas que abordava. Uma das colunas era dedicada à classificação das matérias por valência²⁶. Comecei a categorizá-las como positivas, negativas ou neutras, acreditando que poderia dar à pesquisa um resultado interessante sobre como isso foi sendo alterado (ou não) ao decorrer dos anos, principalmente por ter notado que o jornal, que vinha trazendo muitas críticas à legislação, depois de 2016 passa a fazer reportagens numa tentativa de explicar o funcionamento da lei ou mesmo defendê-la. Mas me vi incapacitada de tal feito, por tamanha subjetividade do processo, tendendo a concordar com Luis Felipe Miguel, um crítico deste tipo de análise, que acredita que “a noção de valência opera depreciando a agência tanto de emissores quanto de receptores e pressupondo uma carga semântica fixa para os enunciados” (MIGUEL, 2015, p. 173). Entendi que seria demasiadamente parcial e presunçoso acreditar que um *habitus*²⁷ específico seria universalizável, mesmo que explicitados os processos metodológicos, e desisti dessa classificação.

²⁵ Computer-assisted qualitative data analysis software (CAQDAS)

²⁶ Quando estavam sendo feitas as classificações das matérias jornalísticas, foi incluída a valoração de textos que eu considerava positivos/favoráveis, negativos/desfavoráveis e neutros. Este tipo de classificação é conhecido como estudos ou análises de valência e é muito usado em estudos de comunicação. Provavelmente o projeto mais conhecido no país que faz este tipo de análise de valência é o Manchetômetro (manchetometro.com.br).

²⁷ Habitus, para Pierre Bourdieu, são princípios geradores de práticas distintas e distintivas, ou tendências que organizam as formas pelas quais os indivíduos percebem (e reagem a) o mundo social ao seu redor. Pode ser colocado também como capital cultural incorporado.

De todo modo, nesta planilha eletrônica (e também no Atlas.ti) foram sendo criadas algumas categorias analíticas que ajudaram a analisar os textos, mas o arquivo ajudou a sobretudo encontrar os temas centrais para a análise deste capítulo. Não será apresentada uma análise cronológica da cobertura da FSP, nem mesmo uma análise por cadernos ou por tipo de material, mas sim uma divisão temática. Foram categorizados temas que se repetem e que ressoam nos debates atuais nas redes sociais. Parte das temáticas trazidas aqui vêm de uma revisão da literatura anterior à coleta de dados, outras surgiram através da leitura do material e outras ganharam importância pelo debate na atualidade. Desta forma, é possível entender como determinado assunto é retratado ao longo dos anos. Acreditei que a leitura e também a própria escrita seriam mais proveitosas.

Para a interpretação das notícias selecionadas foram utilizados, critérios de Análise Crítica do Discurso (ACD) do linguista britânico Norman Fairclough (2001), uma abordagem transdisciplinar que considera a linguagem como forma de prática social e não como atividade individual. Fairclough (2001) considera que o discurso contribui para construção das identidades sociais e as posições de sujeito; para construir as relações sociais entre as pessoas; e para construir o sistema de conhecimento e crença. Isso implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação.

Para isso, o autor propõe a análise de textos (uma análise mais linguística e intertextual), análise da prática discursiva (processos de produção, distribuição e consumo dos textos) e análise dos eventos discursivos como instâncias da prática sociocultural, principalmente no âmbito das transformações sociais. A prática discursiva, para o linguista, contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la (FAIRCLOUGH, 2001, p.92). Assim, a ACD considera o discurso como local de afirmação e construção de poder e se torna interessante para este trabalho por considerar o contexto de maneira não restrita, considerando contextos políticos, por exemplo, no uso da língua.

Deste modo, serão encontradas a seguir as seções temáticas *Primeiras polêmicas*, que traz dois textos opinativos de 1991 e contextualiza a promulgação da Rouanet, além do primeiro projeto incentivado que gerou debate público; *Projetos comercialmente viáveis*, trazendo a cobertura do jornal sobre projetos ligados aos cantores Caetano Veloso, Gilberto Gil e Maria Bethânia e ainda o festival Rock in Rio; *Audiovisual*, com a repercussão de casos polêmicos do cinema nacional e como a Lei do Audiovisual alterou a Lei Rouanet; *CPI e Operação Boca*

Livre, com a análise da cobertura da Folha sobre estes acontecimentos; *Passivo da Rouanet* que trata da incompatibilidade do tamanho da equipe e a quantidade de análises de prestações de contas necessárias; *Bolsonaro versus Lei Rouanet*, que é a mais linear das análises, pois trata da cobertura do jornal às modificações feitas pelo governo Bolsonaro à Lei; e, por último, uma sessão de considerações sobre a criação do clima social criado pelo jornal intitulada *Sentimento público sobre a legislação*.

1.2.1 Primeiras polêmicas

Nossa análise começa antes mesmo da promulgação da lei, a partir de um editorial que a Folha de São Paulo fez em 17 de agosto de 1991, intitulado *Lei Rouanet*, quando o então secretário nacional de Cultura Sérgio Paulo Rouanet apresentou oficialmente o “Programa Nacional de Financiamento da Cultura”²⁸. Embora a Folha traga no editorial elogios à lei, dizendo que ela seria mais rigorosa do que sua antecessora, a Lei Sarney, na concessão dos incentivos, conclui o texto dizendo que é possível que o rigor cause uma morosidade exagerada, e que parece haver uma excessiva abrangência dos benefícios. Conclui o editorial com o seguinte parágrafo:

É de se questionar que o governo dedique escassos recursos oficiais para custear projetos culturais de forma quase que integral, ou abra mão deles em favor de atividades, por si só, lucrativas, que se realizariam, da mesma maneira, sem tais incentivos. Ao poder público brasileiro, sem dúvida, não faltam setores mais prioritários onde aplicá-los (FOLHA DE SÃO PAULO, 1991).

Antes de comentar o questionamento sobre a relevância dos incentivos estatais às produções culturais, é importante ressaltar o espaço de destaque em que este tipo de crítica se situa. Os editoriais pertencem ao gênero jornalístico opinativo e carregam em essência o posicionamento institucional de cada organização jornalística, reportando a *visão ideológica* dos veículos sobre assuntos importantes (SOUSA, 2005). Os editoriais não expõem somente a opinião do proprietário, mas o consenso de opiniões dos diferentes núcleos que participam da empresa jornalística, além de pressões externas vindas de governos, anunciantes etc. Então é um ponto de vista que também carrega contradições (MARQUES DE MELO, 1985). Os editoriais são motivados pelas temáticas consideradas mais relevantes e com potencial para repercutir nas tomadas de decisão em um ambiente democrático. A finalidade desse formato

²⁸ Vale observar que quando promulgada a Lei, em dezembro de 1991, o programa passou a se chamar Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

jornalístico não é o de apenas produzir opiniões, mas pautar o debate público ao evidenciar novas camadas interpretativas para os fatos sociais.

O argumento do editorial de que “não faltam setores mais prioritários” explicita uma certa aversão ao setor cultural e uma compreensão de que a arte e a cultura não devem ser prioridade num país com tanta desigualdade, com deficiências básicas de alimentação, moradia, saúde, educação. Este tipo de argumento tem incidência histórica. Mário de Andrade, em frente do Departamento de Cultura (DC) de São Paulo na década de 1930²⁹, quando foi exonerado, se sentiu decepcionado pois não conseguiu “impor e normalizar o DC na vida paulistana” (CALIL, 2015, p. 16). E a amargura do poeta por não ter conseguido demonstrar aos políticos daquele momento a importância que ele via nas artes e na cultura, ainda permanece em muitos artistas, gestores e trabalhadores da cultura e volta a aparecer muitas vezes ao longo da cobertura do jornal e é uma das principais críticas atuais nas redes sociais.

A criação do Ministério da Cultura (MinC), anos antes, também encontrou críticas semelhantes. A dissertação de Fabio Ferron (2017, p. 45-50) discute as fortes controvérsias sobre a criação de uma pasta exclusiva para a cultura, vindo sobretudo de intelectuais e artistas, entre o final de 1984 e março de 1985. Os principais receios falavam sobre burocratização e falta de recursos (cerca de 0,1% da União), mas também sobre uma preocupação com outros assuntos mais importantes. Ruy Castro colheu críticas à criação do MinC e reuniu em uma matéria na capa da *Ilustrada*, em 1985. Nela, o romancista Antonio Callado disse que o Ministério seria supérfluo, e que o governo deveria estar preocupado com a quantidade de analfabetos. O sociólogo Florestan Fernandes concordava com ele e afirmou que numa primeira etapa o Ministério só serviria como cabide de emprego da classe média alta, quando o certo seria uma campanha de alfabetização maciça.

No dia anterior ao editorial citado, em 16 de agosto de 1991, na seção *Tendências e Debates*, o jornalista Jorge da Cunha Lima, que também foi Secretário de Cultura do governo de São Paulo e comandou por muitos anos a TV Cultura, teceu também sérias críticas à Lei Rouanet. Ele foca sua crítica em dois pontos: grande burocracia para aprovação dos projetos em um quadro insuficiente de funcionários e pouca atenção aos critérios relacionados ao público consumidor, dizendo que “não basta ajudar uma produção a coroar-se com uma platéia vazia” (CUNHA LIMA, 1991). As críticas sobre a burocracia a que Cunha Lima se refere fazem

²⁹ As experiências de Mário de Andrade dirigindo o Departamento de Cultura de São Paulo e a experiência de Gustavo Capanema, no Ministério da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945, são tidos os marcos das políticas culturais no Brasil (RUBIM, 2007; CALABRE, 2007; BARBALHO, 2007).

uma menção à Lei Sarney. O artigo na terceira página do jornal, em 1991 dizia que “se a Lei Sarney ficava muito ao arbítrio do interessado, essa fica muito nas mãos da burocracia pública da Secretaria da Cultura” (CUNHA LIMA, 1991). Ele se referia sobretudo à aprovação de cada projeto e prestação, o que se revelaria de fato uma questão relevante que enfrentaremos mais adiante.

A outra crítica abordada no artigo era sobre o acesso do público aos produtos dos projetos. E realmente a Lei nº 8.313/91 não coloca obrigações de distribuição gratuita ou a preços populares dos produtos culturais resultantes dos projetos. Fica instituído, entretanto, no artigo 3º que, para cumprir as finalidades da lei, os projetos culturais precisam escolher pelo menos um de cinco objetivos e um deles é

IV - estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

- a) **distribuição gratuita e pública de ingressos** para espetáculos culturais e artísticos;
- b) levantamentos, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;
- c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos ou outras entidades de caráter cultural. (BRASIL, 1991, grifo nosso)

Ações de acessibilidade e democratização só viriam a aparecer na legislação em 2006, com a regulamentação que estabelece a sistemática de execução do PRONAC, pelo Decreto nº 5761/2006. O artigo 27 estabelece parâmetros de democratização do acesso aos bens e serviços resultantes no que diz respeito a valores praticados, mas também acesso físico de deficientes e idosos, e o art. 44 estabelece a distribuição gratuita de 20% dos produtos para o Ministério e patrocinador (BRASIL, 2006). Estes dois textos opinativos de agosto de 1991 marcam o início da cobertura da Folha com críticas contundentes, antes mesmo da lei existir de fato.

A primeira grande polêmica envolvendo um projeto apoiado pela lei apareceu na Folha em 1997. Em mais um editorial, desta vez para tratar do uso do incentivo fiscal na visita do Papa João Paulo II ao Brasil, que aconteceria em outubro de 1997. O texto dizia que empresas, que estariam sendo contratadas pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, iriam deixar de pagar impostos para incrementar as festividades ligadas à visita do chefe da Igreja Católica ao país. O texto explicita que um dos eventos aconteceria no Maracanã e sugere que os critérios do Ministério da Cultura “já não são dos mais confiáveis” e que “obter vantagens fiscais para patrocinar a visita do Papa retira ainda mais credibilidade da lei de incentivos” (FOLHA DE S. PAULO, 1997). O catolicismo era identificado nesse momento como a religião do perfil do

leitor do jornal (FOLHA DE S. PAULO, 1998), mas não foram poupadas críticas ao uso da lei em manifestação religiosa.

O apoio da Rouanet à visita papal rendeu outras duas matérias no caderno Brasil e uma carta do secretário de Apoio à Cultura ao Painel do Leitor para comentar o editorial citado. Em uma das matérias do caderno principal, com o título *Universal recorrerá contra incentivo em viagem do papa* (TREVISAN, 1997), a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) diz que entraria com uma ação questionando o uso da lei no financiamento da visita. O bispo Carlos Rodrigues faz coro na matéria às provocações do editorial (FOLHA DE S. PAULO, 1997), e afirma que quer isonomia e igualdade de tratamento e questiona se qualquer grupo religioso poderia solicitar o mesmo benefício fiscal.

Foram três projetos inscritos na época, que são mencionados por José Álvaro Moisés, secretário de Apoio à Cultura, na carta enviada ao jornal. Segundo o MinC e dados do SalicNet, os projetos *Artes Integradas para o Encontro Mundial das Famílias com o Papa João Paulo II*, *Festa Testemunho* e *Da Terra aos Povos* cumpriam com os requisitos da lei, tinham proponentes com finalidades culturais, a planilha orçamentária era adequada segundo avaliação dos técnicos e se propunha atividades como apresentações musicais, orquestra, exposição de artes visuais e foram aprovados para captação. Apenas o *Festa Testemunho* conseguiu captar recursos: R\$1.730.499,98.

Apesar de não ter nenhuma delimitação na própria lei Rouanet sobre o que seria “cultura” ou “natureza cultural”, “o objeto de pertinência da lei é exemplificado em artigos que tratam de temas prioritariamente de arte e deixam o campo “outros” como brecha para casos imprevistos” (SANT’ANA, 2013, p.25). Para o mecanismo de incentivo fiscal, a concepção de cultura é mais utilizada numa dimensão sociológica, àquele circuito organizacional que estimula a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos (BRUNNER, 1988; BOTELHO, 2001). As manifestações religiosas, seus ritos, dogmas não se encaixam por si só nas finalidades da Lei nº8313/91, estando mais enquadrada numa concepção antropológica de cultura, em que cultura é tudo que o ser humano produz simbólica e materialmente. A defesa do secretário da época Álvaro Moisés para o apoio a tal projeto foi de que “o que o Ministério da Cultura autorizou foi o financiamento de atividades culturais paralelas à vinda de João Paulo 2º ao Brasil” (MOISÉS, 1997).

1.2.2 Projetos comercialmente viáveis

Uma das críticas existentes à Rouanet e mencionada ao longo dos anos no jornal foi sobre projetos “comercialmente viáveis”. Estariam neste *hall* os grandes eventos e também artistas de sucesso de vendas de shows e discos que, segundo estas opiniões, não precisariam de recursos públicos para desenvolver suas atividades. Para falar sobre os grandes eventos, será destrinchado o caso sobre o Rock in Rio como exemplo. Um movimento parecido aconteceu com o Cirque de Soleil³⁰ e grandes espetáculos musicais, mas não nas mesmas proporções. E, para falar de artistas, trarei ainda nesta seção a discussão de polêmicas envolvendo os cantores Caetano Veloso, Gilberto Gil e Maria Bethânia.

O Rock in Rio é um festival de música com números milionários, tanto de recursos financeiros quanto de público, e teve sua primeira edição em 1985, no Rio de Janeiro. Em 1985, 1991 e 2001, o festival contou com patrocínio direto de grandes marcas e alguma receita de bilheteria. Em 2001, houve uma tentativa de captação através da Lei Rouanet, com o projeto “Rock in Rio por um Mundo Melhor - Nacional”, mas foram utilizados apenas R\$232.000, valor irrisório frente aos R\$8 milhões que foram aprovados. Entre 2004 e 2010, aconteceram quatro edições do evento em Lisboa e duas em Madrid.

Depois do hiato, em 2011 o evento volta ao Brasil. Foram aprovados para captação, através da Rouanet, R\$12,3 milhões com o projeto “Rock In Rio 2011”, dos quais foram captados R\$7,4 milhões. Esse projeto foi alvo de representação do Ministério Público (MP) e Tribunal de Contas da União (TCU), em 2016, sobre possíveis irregularidades na aprovação de incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet a projetos com potencial lucrativo, mas a prestação de contas foi aprovada com ressalva formal³¹ e não houve prejuízo ao proponente. Neste ano, o festival já contou com uma receita grande através da bilheteria.

Em 2013, foram aprovados para captação através da Rouanet R\$11,7 milhões com o projeto “Rock In Rio 2013”, dos quais foram captados R\$9,6 milhões. Em matéria da Folha em 2013, os organizadores do evento disseram que o custo total de produção do Rock in Rio 2013 foi de R\$ 135 milhões para os sete dias de evento. Apenas com a venda de ingressos, o festival teve receita de quase R\$ 88 milhões (CANÔNICO, 2013). Uma das organizadoras e filha do

³⁰ Em 2006, projeto de turnê de um espetáculo da trupe circense Cirque du Soleil teve captação de recursos via incentivo fiscal. O projeto tinha ingressos caros (alguns valiam mais que um salário mínimo da época), que eram vendidos inicialmente para clientes do banco Bradesco, um dos patrocinadores. Além disso, havia grande quantidade de ações de marketing dos patrocinadores feito durante o espetáculo, que foi muito questionado na época.

³¹ As ressalvas são colocadas quando algum elemento do projeto não foi cumprido, contanto que tal descumprimento não tenha dado prejuízo ao erário e não descumpra com objetivos propostos pelo projeto

fundador do festival, Roberta Medina, disse, entretanto, que o uso da lei seria para minimizar seus riscos. “Se existe uma lei que permite usar incentivo fiscal, por que eu não pediria esse apoio?”, afirmou à Folha (2013).

Em 2015, foram aprovados R\$18,3 milhões e, mesmo após terem sido captados R\$4 milhões, o recurso não chegou a ser utilizado. Em 1º de abril de 2015, matéria de capa da *Ilustrada* (VIANA, 2015a) afirma que o Festival aumentou em 60 reais o preço do ingresso em relação ao que havia sido aprovado pelo Ministério da Cultura, que solicitou a destinação desse excedente aos cofres públicos, via Fundo Nacional de Cultura. A matéria faz questão de frisar que os organizadores do evento não pareciam muito preocupados. Dois dias depois, uma nota (VIANA, 2015b) diz que os organizadores do Rock in Rio, através da empresa Rock World, foram notificados pelo Procon-SP e que, se a empresa não apresentasse justificativa plausível, deveria pagar multa e devolver o excedente diretamente aos consumidores. Em 6 de abril, a Folha fez editorial sobre o assunto, questionando o uso da lei de incentivo para grandes eventos:

Na área da cultura, o estímulo estatal deveria voltar-se não para a realização de eventos, e sim para atividades básicas, capazes de abrir caminho a novas frentes de produção: cursos de formação de artistas, escolas especializadas, museus, salas de espetáculo. (FOLHA DE S. PAULO, 2015a)

No dia seguinte, a empresa anunciou que iria devolver os R\$4 milhões já arrecadados. Segundo matéria com chamada de capa (FOLHA DE S. PAULO, 2015b), com a decisão de devolver o valor captado via renúncia fiscal, o festival poderia cobrar quanto quisesse pelo ingresso, devendo arrecadar cerca de R\$ 40 milhões a mais do que se vendesse pelo valor acertado com o MinC. Em setembro de 2015, o mesmo jornalista de matéria de 2013, Marco Aurélio Canônico, fez artigo em sua coluna comentando a programação do festival e dizendo que, ao longo dos anos, enquanto aumentam-se os lucros, diminuiu-se a relevância cultural do Rock In Rio.

No ano seguinte, em 2016, o TCU determinou que eventos culturais com “potencial lucrativo” ou que “possam atrair investimento privado” serão proibidos de receber incentivos fiscais por meio da Lei Rouanet, em uma ação que tinha como referência o projeto do Rock in Rio de 2011. No processo, a unidade técnica do TCU apontou que o Ficart – o mecanismo previsto na Lei Rouanet que nunca foi implementado - seria o instrumento mais adequado para projetos dessa natureza, mas ressaltou que não há impedimento legal do uso do mecenato, desde que se estabeleçam critérios razoáveis para que se exija uma contrapartida proporcional do empreendedor com vistas à democratização de acesso.

Em matéria com chamada de capa (AMORA, 2016), o Ministro relator do processo, Augusto Sherman, comenta que não consegue vislumbrar interesse público a justificar a renúncia de milhões de receita do Imposto de Renda em benefício da realização de um projeto com altíssimo potencial lucrativo. Em nota ao jornal, o MinC diz que “não há uma classificação a respeito do assunto” e que o Ministério defende mudança na lei (com o ProCultura) para acabar com “distorções”.

Em análise na Ilustrada sobre a questão de projetos potencialmente lucrativos, o jornalista Matheus Magenta usa, na construção de seu texto, frases e ideias hoje constantes nas redes sociais como "a farrá da cultura com as tetas públicas está perto do fim", e faz críticas contundentes ao uso de dinheiro público com interesse privado (MAGENTA, 2016). Alguns dias depois, a Folha fez um editorial defendendo ação do TCU e dizendo, mais uma vez, que o estímulo estatal na área da cultura deve voltar-se às frentes de formação, à preservação do patrimônio histórico e a setores que não encontram sustentação no mercado (FOLHA, 2016). O colunista Hélio Schwartsman entra no debate também concordando com o TCU e diz que, ao permitir que o empresário que financia a cultura abata até 100% do que “investiu” do imposto de renda devido, ela pode ser descrita não como um mecanismo de apoio às artes e sim como um modo pelo qual a sociedade subsidia a publicidade de empresas (SCHWARTSMAN, 2016).

A valerem as opiniões divulgadas pelo jornal, o argumento da representação do TCU é apoiado pelo senso comum, pela imprensa, pela direita e pela esquerda e pelo próprio MinC. No entanto, é difícil sua execução, pois a própria legislação permite tais distorções. No processo nº 034.369/2011-2 (MP/TCU), o relator Augusto Sherman, mesmo com muitas recomendações do bom uso do dinheiro público, conclui que não existem vedações legais para concessão de incentivos fiscais a projetos culturais com potencial de retorno comercial, e ainda salienta que o Ministério da Cultura, no decorrer do processo, não esteve inerte frente a tais questões, mas que o aprimoramento da política pública depende de um redesenho regulatório que viabilize mecanismos capazes de abarcar a complexidade das diferentes categorias de projetos culturais. O redesenho regulatório, no caso, poderia ser o ProCultura (PL nº 6.722 de 2010) ou outras soluções possíveis.

Podemos reconhecer, neste caso, como a lei pode reproduzir imoralidade e injustiça, mas ao mesmo tempo ações de órgãos da justiça como o TCU e também a imprensa afetam as disputas de valores. Mesmo sem impedimento legal de que projetos como o Rock in Rio solicitem apoio através do mecenato, os organizadores do festival Rock In Rio, sob pressão moral, não utilizaram mais da Lei Rouanet para captação de recursos. Em 2017, o festival foi

orçado em R\$200 milhões, contando com R\$100 milhões em patrocínios diretos e cerca de 300 milhões em bilheteria (CANÔNICO, 2017).

Importante salientar a presença do TCU como ator político relevante nessa disputa de narrativa. Ao TCU somam-se a Controladoria Geral da União, Ministério Público e outros atores jurídicos que têm grande importância e poder, pois determinam se e como algumas políticas públicas devem ser executadas mesmo que não diretamente através de determinações judiciais, com pressão social. Neste processo de judicialização da política, questões políticas e sociais são discutidas no âmbito de processos jurídicos, em substituição aos locais tradicionais desses debates políticos como no Poder Legislativo e Executivo.

O caso com projetos envolvendo artistas famosos segue argumentos semelhantes ao do Rock in Rio, pois presume-se no senso comum que um artista famoso conseguiria bancar um show com venda de ingressos. Obviamente, eles não são os únicos, mas trago aqui discussões envolvendo os artistas da música Maria Bethânia, Gilberto Gil e Caetano Veloso, para ilustrar o debate, por sua relevância e constância no processo, mas também porque as nuances dos casos fazem refletir sobre assuntos ligados ao financiamento da cultura e o crescimento das Novas Direitas.

Começemos por Gilberto Gil, que foi Ministro da Cultura por 2037 dias (entre 2003 e julho de 2008) durante os governos Lula e trouxe ao cargo todo seu poder simbólico de grande artista nacional e executou mudanças no modo de se fazer política cultural no Brasil. Lia Calabre diz que há uma unanimidade nas análises contemporâneas sobre os avanços obtidos neste período, com repercussão internacional, inclusive (CALABRE, 2015, p. 34). Gil defendeu uma democratização das políticas culturais, englobando culturas populares, afro-brasileiras, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, das novas tecnologias etc. Neste período, como já dito, houve uma ampliação do uso do Mecenato e também do Fundo Nacional de Cultura, e uma tentativa de reforma da Lei, o ProCultura já citado anteriormente, que não seguiu adiante.

Como Ministro, obviamente, estive no jornal neste período inúmeras vezes. Mas serão analisadas aqui controvérsias envolvendo o artista, e não o Ministro Gilberto Gil, e a Lei Rouanet. Uma polêmica envolvendo a família do cantor não tinha ligação direta com a Lei, mas é interessante para desenhar a situação. Em maio de 2003, a Ilustrada fez uma matéria intitulada “Flora Gil busca patrocínio em estatais”. Flora Gil é a esposa e produtora do cantor. A denúncia da Folha, entretanto, diz que a produtora cultural solicitou patrocínio e apoio às estatais Petrobras e Banco do Brasil, em nome da Casa de Cultura da Rocinha, após a nomeação de seu

marido, Gilberto Gil, para o Ministério da Cultura. Flora se defende dizendo que não tem cargo na instituição e que seu nome não consta do estatuto. Segundo ela, as captações que vem buscando não se beneficiam de leis de incentivo, cuja autorização depende do Ministério da Cultura. O advogado Tito Costa, na matéria, argumenta que vê problemas na atitude “pelo menos de ordem moral, quando não de ordem legal, porque ela utiliza o prestígio do cargo do marido para obter os recursos” (SANCHES, 2003).

É controversa a repercussão, visto que é comum, por exemplo, que primeiras-damas de Estado façam arrecadação de recursos para projetos sociais. Mas pelo fato de Flora ser produtora cultural e esposa de artista-político, os holofotes viraram-se para sua ação. Embora sua empresa Gege Produções tivesse projetos apoiados pela Rouanet desde 1996, não houve nenhuma solicitação de apoio à Lei Rouanet enquanto Gil esteve no Ministério. Entre 1996 e 2021 (com o hiato entre 2003 e 2008), segundo o Salic, a Gege Produções captou R\$7,3 milhões, através do mecenato, em projetos envolvendo o cantor.

Gil volta às páginas do jornal como artista em 2005, quando vai integrar um evento comemorativo do Ano do Brasil na França, em Paris. A matéria com o nome de “Cantar com fé”, diz que o ministro não receberá cachê e estará de férias seguindo em turnê com sua banda pela Europa. Após deixar o governo, a empresa de Flora Gil inscreve projeto com o ex-Ministro na Rouanet e matéria sobre o assunto traz a mesma questão discutida no caso do Rock in Rio anteriormente:

A aprovação do projeto para a realização de dois shows, que darão origem a um DVD, é legal. Mas realimenta a seguinte pergunta: artistas viáveis comercialmente devem ser beneficiados com recursos advindos de renúncia fiscal, ou seja, dinheiro do contribuinte? (SOUSA, 2009).

Ao ser questionada sobre o assunto, Flora diz que, pelos seis anos que o marido foi Ministro, não trabalhou com leis, “uso recursos próprios das empresas” (SOUSA, 2009). A postura do Ministro da Cultura Juca Ferreira é a mesma: a lei é para consagrados e não consagrados. “Há dezenas de outros projetos como esse. Seria discriminatório não aprová-lo” (SOUSA, 2009), comentou Juca. Após polêmica, entretanto, não houve captação de recursos.

Anos depois, em uma grande reportagem, Flora Gil diz que para o artista seria mais confortável se o mercado funcionasse sem o dinheiro das empresas. “Se não uso a Rouanet, não consigo patrocínio. De cada dez empresas, sete perguntam de cara: tem lei de incentivo?”, conta a produtora. Flora Gil lamenta que a Rouanet acabe inflacionando o mercado: “Posso fazer show sem patrocínio? Posso. Mas o preço dos ingressos vai subir.”, justificando que o preço dos ingressos precisa ser muito alto para custear a produção (BERGAMO E PRETO, 2011).

Situações semelhantes aconteceram com Caetano Veloso. A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC decidiu que o projeto *Tour Caetano Veloso*, em 2009, que previa shows em 22 capitais, no valor de R\$2 milhões, não precisava de incentivo por ser “comercialmente viável”, situação semelhante à narrada com Flora e Gilberto Gil. A decisão foi revertida pelo também baiano Juca Ferreira, que afirmou em entrevista à Folha que os critérios da lei valem para todos: “A lei atual não tem nenhum critério que diga que os artistas bem-sucedidos não podem ter seus projetos aprovados” (AITH, 2009). Juca foi acusado de beneficiar o amigo conterrâneo. No dia seguinte, no Painel do Leitor, o publicitário Luiz Félix Krüger Neto (2009) repercutiu: “Se o Ministro Juca Ferreira acha justo liberar verba para o show de Caetano Veloso, que obrigue o evento a oferecer preços populares”.

Em entrevista à Folha, Juca diz que não sofreu qualquer tipo de pressão da produtora cultural e esposa de Caetano, Paula Lavigne, para aprovar o projeto, e que mesmo evitando ao máximo contrariar as decisões da CNIC, houve um erro ao negar patrocínio. Sobre o assunto, o jornalista Gilberto Dimenstein (2009) diz que Caetano só deveria receber recursos da Rouanet se fosse dar aula-espetáculo para estudantes de música e shows gratuitos. Meses depois, o cantor Raimundo Fagner crítica o show experimental do disco "Zii e Zie" de Caetano, seu desafeto de longa data. Fagner usa a expressão que virou jargão nos dias atuais: “Fazer isso usando lei é uma mamata, mas esse pessoal aí só vive lei”. E resolve atacar Gil também: “desde que botaram o ministro lá, usam lei adoidado. É o que eu chamo de ‘uma mão suja a outra’” (FAGNER *apud* PRETO, 2009). Meses depois, a FSP noticiou que o Ministro Juca Ferreira seria investigado pelo Ministério Público Federal por ter permitido que projetos de Caetano Veloso e Maria Bethânia usassem benefícios fiscais da Lei Rouanet, mesmo após parecer contrário da CNIC (GUIMARÃES E PINHO, 2009).

Não bastasse toda essa polêmica envolvendo tal projeto, a execução do mesmo não foi correta. O Ministério aprovou uma proposta de R\$1,7 milhão para apresentação do show do disco "Zii e Zie" em 22 capitais brasileiras. Foram captados R\$800mil (44% do valor) e feitos shows em 7 capitais e Santo Amaro (36% das cidades). Além disso, houve um descumprimento do plano de distribuição pactuado, que previa ingressos entre R\$ 20,00 e R\$ 40,00, e foi constatado que os preços praticados variavam de R\$ 80,00 a R\$ 500,00. O TCU (Acórdão nº 7098/2020-TCU) aplicou multa ao proponente do projeto, Maurício Pessoa Show e Eventos

Culturais. Uma busca no SalicNet revela projetos relacionados ao santoamarense com captação de R\$2,5 milhões, de 3 empresas diferentes³².

Dez anos depois, Caetano volta a aparecer em polêmicas relacionadas à Lei Rouanet. Caetano Veloso e Daniela Mercury lançam clipe da marchinha “Proibido o Carnaval”, um protesto contra o avanço da onda conservadora no país. Em resposta, o presidente divulgou em suas redes sociais outra marchinha que dizia “Ei, ei, ei, tem gente ficando doida sem a tal lei Rouanet. Nosso carnaval não está proibido, mas com dinheiro do povo não será mais permitido”. O presidente ainda disse "esse tipo de artista não mais se locupletará da Lei Rouanet" (FOLHA DE S. PAULO, 2019a).

A irmã de Caetano, Maria Bethânia, se envolveu em polêmicas semelhantes. Uma empresa ligada à cantora também teve projeto negado pela CNIC, em 2008, com decisão derrubada pelo ministro Juca Ferreira, mas não rendeu matéria exclusiva na Folha sobre o caso. Foi em 2011 que seu nome marcou presença na discussão sobre a Rouanet. Foi aprovado um projeto pela Quitanda Produções Artísticas chamado “O Mundo Precisa de Poesia – blog”, um site de divulgação de poesias interpretadas pela cantora, que teve captação aprovada de R\$1,3 milhões. Em 16 de março de 2011, um dia depois da autorização do MinC para captação do projeto, usuários do Twitter fizeram o assunto estar entre os mais debatidos do dia (*trending topics*). A *tag* “Maria Bethânia” chegou a constar entre os três temas mais comentados do mundo” (COSTA e ROCHA, 2011, p.4). Não houve captação de recursos para este projeto, mas no sistema do SalicNet constam projetos envolvendo Maria Bethânia propostos por três empresas, com recursos captados entre 1997 e 2013 na ordem de R\$6,2 milhões.

A Folha repercutiu negativamente o caso. Só em março de 2011, Bethânia e seu projeto de blog foram citados 19 vezes na amostra coletada. As críticas são semelhantes às já citadas: uso de dinheiro público por pessoas famosas que poderiam conseguir recursos de outras formas.

Em uma nota, a Ministra da Cultura da época, Ana de Hollanda, minimiza a polêmica: “Não tem nada [de mais]. É uma polêmica que foi criada não sei por quê. Foi inteiramente dentro das regras” (COSTA, 2011). O cineasta Andrucha Waddington diz que parece que internet não é um meio válido e complementa dizendo que “se fosse documentário ou filme para ser visto por cinco mil pessoas no cinema, ninguém estaria reclamando” (PRETO, 2011).

³² As empresas são QPA Quitanda Produções Artísticas Ltda, Conexão Marketing Comunicação e Negócios Empresariais Ltda., Neo Ventura Empreendimentos e Produções Artísticas Ltda

Já o cantor Lobão afirmou à Folha que “gerar projeto de poesia é muito bacana, mas as pessoas beneficiadas com essas leis são sempre as mesmas” (PRETO, 2011).

Em editorial, a Folha disse sobre o assunto que de poesia todo mundo precisa, já de Rouanet, nem todo mundo. E fala sobre prioridades no uso da lei:

A Lei Rouanet faz sentido quando empresas se dispõem, por exemplo, a arcar com os custos de preservação do patrimônio histórico, ou com atividades formativas como a abertura de bibliotecas ou cursos de educação artística (FOLHA DE S. PAULO, 2011).

Houve uma coluna que se posicionou com outro ponto de vista sobre o caso, do jornalista Fernando Barros e Silva, que viria a ser diretor de redação da revista Piauí. Ele enfatiza que não houve favorecimento e que a lei existe e “uma das maiores intérpretes do país busca se beneficiar dela”. E conclui seu texto dizendo que a reação ao blog de Bethânia é, no fundo, “só mais um capítulo de um certo macarthismo chulé que vem ganhando expressão no país”. Onze anos atrás, ele já afirmava que vinha se formando uma “caça às bruxas capitaneada por uma direita cultural hoje bem estruturada na mídia, quase sempre maledicente e escandalosa” (BARROS E SILVA, 2011).

O jornalista captou neste comentário a presença da direita política na mídia. As novas direitas começam a protagonizar ações e protestos nas ruas e nas redes a partir de 2011 (TATAGIBA, 2018), após reeleição de Dilma Rousseff. Neste momento, vinha se realizando uma maior difusão das ideias liberais e conservadoras, mobilizadas por diferentes pensadores de direita tanto no mercado editorial, na publicação de artigos e colunas em jornais de grande circulação nacional, na ocupação de espaços como o rádio e nas plataformas digitais, que contam muitas vezes com milhares de seguidores (CHALOUB, LIMA, PERLATTO, 2018). Nas ruas, nos livros, nas colunas, no rádio ou nas redes sociais começava a ser vista uma indignação com a corrupção, dirigida ao PT (TATAGIBA, 2018; SOLANO; ORTELLADO; RIBEIRO, 2017; MESSEMBERG, 2017; CHALOUB, LIMA, PERLATTO, 2018; ROCHA, 2019a).

Os projetos comercialmente viáveis, entretanto, não são criticados com base em filiações partidárias, apesar do alinhamento dos três cantores citados mais à esquerda. As críticas têm mais relação com uso do dinheiro público por projetos que poderiam ser financiados pelo “Mercado”. A Lei Rouanet, como já descrito, previu um mecanismo próprio para este tipo de projeto, que seria o Ficart, nunca implementado ao longo de três décadas.

1.2.3. Audiovisual

Em 1993, o presidente Itamar Franco, após pressão do setor audiovisual, que passou por maus momentos desde a extinção da Embrafilme por Collor, criou a Lei 8.685, a Lei do Audiovisual, uma lei de incentivo específica para projetos de audiovisual nas áreas de produção, exibição, distribuição e infraestrutura. Uma novidade da Lei do Audiovisual era a dedução de 100% do imposto de renda. Mas, além dessa novidade que era o abatimento integral, existia a possibilidade do lançamento desses valores como despesa operacional. Esse fato tornava o percentual de abatimento real no imposto de renda a pagar superior a 100%. O abatimento no imposto de renda a pagar decorrente de investimento pelo mecanismo é superior à quantia efetivamente investida (IKEDA, 2011, p.35).

Em 24 setembro de 1997, a Medida Provisória (MP) nº 1.589 introduziu na Lei Rouanet a dedução de 100% para projetos que se enquadram nos segmentos contidos no Art. 18. Entre 1997 e 1999, o governo FHC reeditou a MP 27 vezes até torná-la Lei 9.874, em 1999. A Folha, em editorial, no dia seguinte da primeira MP elogia as mudanças: “a nova lei tem a clara intenção de induzir o investimento em áreas de menor apelo mercadológico” equiparando algumas áreas aos benefícios da Lei do Audiovisual, “tida como o principal fator de recuperação do cinema nacional nos últimos anos”. Mas o editorial lança críticas no final: “Não são poucos os exemplos de uso duvidoso da lei, em alguns casos envolvendo empresas públicas. Num país pobre como o Brasil, são recomendáveis maior rigor e mais parcimônia nessa área” (FOLHA DE S. PAULO, 1997).

A lei Rouanet, em nova versão, reforçou o movimento crescente de transferência para o mercado da responsabilidade sobre a política cultural do país. Também por pressão do setor audiovisual, em 2001, Francisco Weffort, que foi Ministro da Cultura pelos oito anos do governo FHC, estendeu as áreas beneficiadas pelo Art. 18 da Rouanet, o artigo que permite o patrocinador deduzir 100% do imposto a ser pago, incluindo “produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual”, através da MP 2.228-1, em 6 de setembro de 2001. A mesma MP estabelecia os novos princípios da política para o cinema e criava a Agência Nacional do Cinema (Ancine). Segundo Sarkovas, “o chamado renascimento do cinema brasileiro foi financiado por um sistema que consumia R\$124 de dinheiro público, sem nenhuma contrapartida privada, para que R\$40, em média, chegassem a um filme” (SARKOVAS, 2005).

O uso das Leis Rouanet e do Audiovisual foi questionado quando se tornaram públicos os primeiros casos de suspeita de desvio de dinheiro: os filmes *O Guarani*, de Norma Bengell,

e *Chatô, o Rei do Brasil*, de Guilherme Fontes, foram os primeiros a serem investigados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Norma Bengell foi atriz de muito sucesso entre 1960 e 1980, tendo no currículo atuações em filmes como *O Pagador de Promessas* (1962, dir. Anselmo Duarte) e *A idade da Terra* (1980, dir. Glauber Rocha). Em 1988, estreou na direção de seu primeiro longa, *Eternamente Pagu. O Guarani*, baseado no livro de José de Alencar, estreou em 1996 e não foi muito bem recebido pela crítica especializada, mas a repercussão negativa veio mesmo com a prestação de contas, que não foi aprovada pelo MinC. A imprensa deu grande repercussão ao caso, “provocando a retração de investidores que não queriam associar sua imagem ao cinema brasileiro” (IKEDA, 2011, p.38). Para o projeto *O Guarani*, foram captados pela Rouanet R\$2.055.000,00 e pela Lei do Audiovisual R\$943.824,00. O filme estreou em 1996 e em 2002 o Ministério Público pediu indisponibilidade dos bens da atriz e diretora Norma Bengell. “O confronto dos gastos efetuados e notas fiscais apresentados por Bengell na prestação de contas do projeto demonstrou, entre outras irregularidades, que a cineasta retirou, como pró-labore referente ao seu trabalho de produtora e cineasta, 21,25% do total captado” (ARANTES, 2002). O TCU alegou, como base do processo, configuração de má-fé. Meses depois, Bengell envia carta ao Estadão e a Folha repercute: “jamais agiria de má-fé, com quem quer que fosse e, principalmente, com o cinema” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002). Norma Bengell morreu em 2013 com bens bloqueados, “declarava-se injustiçada” (BERGAMO, 2013).

A repercussão de *Chatô, o Rei do Brasil* foi ainda maior. Dirigido e produzido por Guilherme Fontes, com roteiro baseado na obra homônima de Fernando Morais, o filme narra a vida de Assis Chateaubriand. Segundo dados do Sistema Ancine Digital³³, o projeto teve captação através da Lei Rouanet (Art. 26) de R\$5,6 milhões e pela Lei do Audiovisual (Art. 1º) outros R\$3 milhões. O projeto se arrastou entre 1995 e 2015, quando estreou. O filme começou a ser rodado em 1999, mas as gravações foram suspensas. A partir de 2000, desenrolam-se acusações de irregularidades no uso do dinheiro público e o vai e vem do projeto em órgãos do MinC, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e até o Supremo Tribunal Federal.

A jornalista Silvana Arantes repercutindo ação do TCU contra o filme escreveu no jornal: “o filme “Chatô” já foi para os diretores brasileiros a curiosidade (por seu resultado), a chacota (pela inconclusão) e o temor (pelos possíveis efeitos em queda de patrocínio)”

³³ <https://sad.ancine.gov.br/>

(ARANTES, 2001). Segundo esta matéria, os colegas cineastas defendiam Fontes, dizendo se tratar de questão pessoal. O cineasta Jorge Furtado teria dito que “talvez esse episódio tenha servido para que houvesse maior rigor no cumprimento dos orçamentos, na fiscalização da destinação dos recursos das leis, que, afinal, são públicos” (FURTADO apud ARANTES, 2001). No final de 2001, “Guilherme Fontes é inocentado das acusações de desvio de verbas em “Chatô””, diz título de nota que afirma ainda que Fontes tem 95 minutos do filme prontos e que necessita de mais US\$ 2 milhões para concluí-lo com 130 minutos.

Anos depois, em 2008, a CGU pedia que fossem devolvidos R\$36,5 milhões (valores atualizados para aquele momento). “O motivo da decisão é o fato de a empresa ter começado a captar recursos em 1995 e não ter concluído o filme até hoje”, dizia a matéria. O diretor, entretanto, afirmava estar em negociação com o MinC e que “se tudo ocorrer bem, (...) [o filme] deve sair até o fim do ano” (FERRAZ E PINHO, 2008). Em 2014, o TCU negou recurso de Guilherme Fontes referente à prestação de contas do filme “Chatô”. Em decisão em novembro de 2014, o diretor teria que ressarcir o Fundo Nacional de Cultura em R\$68 milhões (GENESTRETI, 2014).

Além das leis de incentivo, o filme teria arrecadado com patrocinadores outros R\$14 milhões, totalizando R\$26 milhões (MARCIN, 2017). Em 2015 o filme, enfim, estreia e a Folha coloca, na capa da Ilustrada, fotos do filme com o título “Saiu e é muito bom”, com muitos elogios à adaptação. Ao final, o projeto gerou os subprodutos documentais *Dossiê Chatô*, *Chatô – Contemporâneo do futuro, 5 Dias que abalaram o Brasil* e a minissérie de ficção *O Caudilho e o Jagunço*. “Após a longa tempestade de quase duas décadas, o documentário está pronto, apresentado ao Ministério da Cultura, e as questões judiciais e administrativas tratadas nos tribunais chegam a seu termo final. Subsiste a tudo o imenso valor cultural legado ao país”, disse o relator Ministro Augusto Nardes, no Acórdão 1.611/2015-TCU-Plenário. O Acórdão 2623/2019 - TCU encerrou o longo processo, julgando as contas regulares com ressalvas, dando à empresa, e também ao próprio diretor, quitação.

1.2.4. Operação Boca Livre e CPI

O ano de 2016 foi de grande crise política no Brasil e também para as políticas culturais. Não por acaso, foi o ano de maior incidência de matérias sobre a Lei Rouanet, como pode ser visto no Gráfico 02. Entre 2016 e 2018, foram 28 páginas dentre as coletadas falando da CPI da Lei Rouanet e 22 sobre a Operação Boca Livre. Quatro delas tratavam de ambas. Foram dois editoriais - *Circo da CPI* e *Cultura insustentável* - sobre os assuntos.

Em 12 de maio de 2016, após o Senado instaurar processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, Michel Temer foi empossado interinamente na presidência da República, e extinguiu o Ministério da Cultura através da MP Nº 726/2016, no mesmo dia da posse. Após múltiplas manifestações e pressão de agentes culturais politizados (BARBALHO, 2017, 2018), a MP foi revogada após onze dias. Diferentes membros da 55ª Legislatura, entretanto, expressaram contrariedade quanto à reabilitação do Ministério, “manifestando uma leitura da pasta estritamente vinculada à gestão dos mecanismos de financiamento de atividades culturais” (DOMINGUES; DE PAULA, 2021, p.77 - 81).

Em 25 de maio de 2016, os Deputados Federais Alberto Fraga (DEM/DF) e Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ) protocolaram um pedido pela instauração de CPI para investigação a aplicação de recursos da Lei Rouanet. O Ministro da Cultura Marcelo Calero, em 27 de maio de 2016, critica a proposta de uma CPI da Lei Rouanet que, para ele, é inoportuna e contribuirá para a satanização e criminalização do artista (FRANCO; URIBE, 2016).

Em coluna na segunda página do jornal, o jornalista Bernardo Mello Franco defende a lei, dizendo que ela pode apresentar problemas, mas atacá-la com demagogia é a forma mais segura de não os resolver, ridicularizando o pedido de CPI - “O documento protocolado na Câmara tem seis páginas. Cinco delas são copiadas de um site que fez campanha pelo *impeachment*” (MELLO FRANCO, 2016) - e comparando com publicações de redes sociais:

Quem navega nas redes sociais já deve ter se deparado com publicações semelhantes. Em geral, elas sustentam que artistas são “vagabundos” que vivem do dinheiro público, que a lei é usada para sustentar esquerdistas e que os recursos destinados à cultura deveriam ser aplicados em saúde e educação (MELLO FRANCO, 2016).

A Polícia Federal (PF) e a CGU, instauraram, em 28 de junho de 2016, a Operação Boca Livre cumprindo 14 mandados de prisão temporária e 37 mandados de busca e apreensão nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O caso mais polêmico investigado da Operação foi uma cerimônia de casamento em uma praia de Florianópolis que recebeu o incentivo, envolvendo a família Bellini.

Em coluna opinativa sobre o assunto, André Sturm - que naquele momento era o diretor do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP) e viria mais tarde a se tornar Secretário Municipal de Cultura na gestão de João Doria - elogia a gestão do MinC e fala de polarização política:

Na manhã de terça (28/6), fomos surpreendidos pela operação da Polícia Federal batizada de Boca Livre, com foco em proponentes de projetos da Lei Rouanet. A operação, corretíssima, resultou da gestão da lei realizada pelo MinC (Ministério da Cultura), pois foi justamente por meio da rigorosa análise de prestação de contas que os indícios de fraude foram identificados e se transformaram numa operação da

Polícia Federal. A investigação, porém, pode reforçar o preconceito crescente contra a Rouanet, seus proponentes e beneficiários, já que nos últimos meses, dentro do flúmen que tomou conta do debate político no país, a lei passou a ser atacada como um dos maiores males nacionais (STURM, 2016).

Neste mesmo dia, reportagens longas (NUNES et al., 2016, PRADO e NUNES, 2016, PESSOA, 2016, FOLHA, 2016), ocupando três páginas na *Ilustrada*, detalham a Operação e contam detalhes do casamento do filho de Antonio Carlos Bellini Amorim, detido pela operação Boca Livre e outros projetos do grupo Bellini Cultural. A reportagem ouviu alguns artistas e ex-Ministros da Cultura, e todos os depoimentos ressoam que as falhas precisam ser sanadas, mas que o país é melhor com a Lei do que sem ela. A partir daqui é possível ver um crescente de matérias em defesa da Lei Rouanet, que, mesmo trazendo as críticas ao mecanismo, têm sempre esse tom de “melhor com ela do que sem ela”.

Em umas dessas reportagens, é citada uma discussão que se tornaria um dos principais assuntos ligados à Rouanet em 2021, no *Twitter*: a falta de fiscalização dos projetos depois de realizados. “A operação atinge um dos problemas da Rouanet, a dificuldade de fiscalização. Como revelou a Folha, no atual ritmo, o MinC levaria quase 19 anos para analisar prestações de contas de projetos aprovados na Rouanet só nos 20 primeiros anos da lei” (NUNES et al., 2016). Em sua coluna opinativa, o jornalista Elio Gaspari disse que a “Lei Rouanet tem muitos defeitos, mas ela fez mais pela cultura do que as CPIs que limpam o prontuário das administrações petistas da Petrobrás e as ligações políticas de Carlinhos Cachoeira” (GASPARI, 2016).

A CPI da Lei Rouanet foi instaurada em 13 de setembro de 2016 e ficou ativa até 9 de maio de 2017. Os proponentes da Comissão foram escolhidos para a presidência e vice-presidência, os Deputados Alberto Fraga e Sóstenes Cavalcante, respectivamente. Ambos fizeram parte da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família da 55ª Legislatura (CÂMARA DOS DEPUTADOS). Sóstenes é um dos mais ativos protagonistas de pautas neoconservadoras nesta legislatura, tendo onze iniciativas pró-família patriarcal, além de protagonizar ações punitivistas ou mesmo falar sobre anticomunismo/anti-socialismo (LACERDA, 2019, p. 182-183). Ambos não tinham relação com o fazer artístico ou com proposições para a área. Bernardo Mello Franco insinua que Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ),

pastor da igreja de Silas Malafaia³⁴, teria interesses escusos com a implantação da CPI - acabar com a imagem de artistas e centros culturais: “basta andar pelo centro do Rio ou de São Paulo e contar o número de teatros e cinemas que deram lugar a templos. Com isenção de impostos, é claro” (MELLO FRANCO, 2016). A instalação dessa CPI “desponta como consequência da atuação de atores historicamente alheios ao campo das políticas culturais, que passaram a disputar seu sentido público frente ao alastramento social do sentimento antipetista” (DOMINGUES; DE PAULA, 2021, p.77).

Os principais jornalistas que cobriram a CPI foram Mônica Bergamo e Rodolfo Viana. Bergamo lançava notinhas constantes anunciando os depoentes ou mesmo fazendo piada, como quando o deputado Expedito Netto (PSD-RO) incluiu na lista de depoentes da CPI a artista plástica falecida Tomie Ohtake (BERGAMO, 2016). Já Viana focou na cobertura das reuniões da CPI e em análises mais aprofundadas.

Rodolfo Viana noticiou falas sobre a CPI em um seminário em São Paulo. Roberto Sadek, Secretário Municipal de Cultura de São Paulo, criticou a CPI da Lei Rouanet dizendo que não estão claras as intenções por trás da investigação, dizendo que “pessoas fraudam o Imposto de Renda e nem por isso há CPI” (VIANA, 2016a). Já o ator Odilon Wagner, vice-presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes, disse que “a Rouanet tem somente 0,66% de todas as renúncias fiscais, e não se falam dos outros 99,3%” (VIANA, 2016a). Em outubro de 2016, o jornalista Rodolfo Viana analisou a primeira reunião da CPI:

[...] a primeira reunião da CPI que pretende apurar na Câmara irregularidades na Lei Rouanet mostrou que a polarização está na raiz da comissão, o que vicia os trabalhos desde o começo. A reunião durou 77 minutos, dos quais 51 foram gastos para discutir a convocação do ator José de Abreu à comissão que, em princípio, terá como pilar a Operação Boca Livre (VIANA, 2016b).

Na linha fina³⁵, escreveu: “Comissão deveria ter caráter técnico, mas primeiras ações apontam para polarização e sugerem perseguição ao PT”. Ao longo do texto, o jornalista ridiculariza o deputado Alberto Fraga, que, segundo ele, “adotou o mesmo discurso raso de leigos que gritam nas redes sociais que “artista é vagabundo”, quando se referem a pessoas que acreditam serem ligadas ao PT” (VIANA, 2016b). Ele aponta também certo tom de revanche, mesmo que com menor ênfase, dos deputados Jorge Solla (PT) e Jandira Feghali (PCdoB), que estariam tentando chamar para depor agentes ligados a partidos ao PSDB (como o Instituto

³⁴ Silas Malafaia é líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e apresentador do programa televisivo Vitória em Cristo

³⁵ Linha fina vem abaixo do título e completando seu sentido e dá outras informações. Funciona como subtítulo.

FHC e Bia Doria, mulher do prefeito eleito de São Paulo, João Doria), por projetos em que não constariam infrações.

Delegados encarregados da Operação Boca Livre afirmaram que houve falhas na fiscalização do MinC com projetos do grupo Bellini Cultural, principal alvo da operação que apura fraudes no mecenato (VIANA, 2016c). Em artigo opinativo, sócios de um escritório de assessoria jurídica especializado em projetos culturais defendem a Rouanet: “A lei merece aprimoramentos no seu texto, como imaginamos que virão da CPI e da nova gestão do MinC, mas o seu controle tem sido até aqui muito criterioso e seu uso tem trazido resultados que beneficiam o conjunto da sociedade” (CESNIK E FREITAS, 2016).

Os dois editoriais sobre o assunto falam que o debate sobre a legislação, tanto na Operação Boca Livre quanto na CPI, vem sendo obscurecido pela polarização “partidária” (FOLHA DE S. PAULO, 2016b) ou “ideológica” (FOLHA DE S. PAULO, 2017a).

Em outubro de 2017, o grupo Bellini Cultural foi denunciado pelo Ministério Público Federal em São Paulo sob acusação de desvio de R\$ 21 milhões captados com uso da Lei Rouanet. Em nota, o MinC diz que “as irregularidades identificadas nos projetos do Grupo Bellini foram informadas ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União em 2013 e resultaram na Operação Boca Livre, deflagrada pela Polícia Federal em 2016 e inabilitou as empresas identificadas, que não tiveram mais nenhum projeto admitido” (FOLHA DE S. PAULO, 2017).

A cobertura da CPI foi esfriando e o encerramento sequer foi noticiado pela Folha. Na época, outra CPI - da Funai e Inbra 2 - estava chamando mais a atenção da mídia. O relator da Comissão, Domingos Sávio (PSDB), disse sobre relatório final: “Lei Rouanet precisa de ajustes, mas é necessária para a cultura brasileira” (Agência Câmara de Notícias, 2017). O relatório (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017) se concentrou em três pontos: encaminhamento ao Ministério Público das investigações realizadas pela Comissão, os mesmos alvos da Operação Boca Livre; pedir providências ao Ministério da Cultura e a outros órgãos do governo para melhorar os mecanismos de controle; e apresentar uma proposta legislativa para alterar pontos da lei.

Durante a cobertura da CPI, a Folha defendeu a Lei Rouanet. Não ecoou discursos inflamados durante as reuniões ou mesmo fora delas de deputados contrários ao financiamento à cultura nos moldes atuais, alastrados pelas redes sociais na ocasião. Deu pouca voz até mesmo aos presidentes da Comissão e, quando os referidos deputados aparecem, é, quase sempre, de forma depreciativa. Sobre Alberto Fraga fala-se sobre “discurso raso de leigo” (VIANA,

2016b) ou o descrevem como “ex-coronel da PM que se notabilizou ao declarar que “mulher que bate como homem tem que apanhar como homem” (MELO FRANCO, 2016). No final de abril de 2017, foi noticiado que Fraga solicitou mais tempo para que pudesse redigir o relatório final da CPI. Em nota, a Folha disse que a deputada Erika Kokay (PT-DF) concordava, “mas fez uma ressalva: — Desde que este seja o único objetivo — disse Kokay, que, em seguida, questionou o caráter do deputado.— Continuo com a minha moral acima de qualquer suspeita — provocou Fraga” (FOLHA DE S PAULO, 2017c). Já sobre Sóstenes Cavalcante, Mello Franco diz que “é fácil compreender por que um líder da bancada da bala quer impedir que o Estado apoie a produção de livros” (MELLO FRANCO, 2016).

O jornal é um organismo vivo, composto de muitas vozes, mas é possível ver uma tendência à defesa da legislação começando paralelamente à CPI, em 2016. Em 2018, além da defesa, é possível visualizar uma outra tendência: a de explicar a legislação. A primeira grande reportagem da Folha que cumpre essa função referencial é a Rouanet* (MARIANI et al., 2018), em 09 de novembro de 2018, quando já estava decidida a eleição de Jair Bolsonaro. Na reportagem, expõem-se opiniões de deputados recém-eleitos (56ª Legislatura) sobre a Lei e afirma que “o DEM, assim como o PT, quer a democratização do incentivo”. Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) afirma: “não podemos mais ver só os grandes e milionários grupos de cultura recebendo o incentivo”.

A CPI, mesmo tendo um final tímido e sem comprovação de um grande esquema de corrupção como eram as intenções políticas de sua instauração, deu visibilidade a narrativas que deixaram marcas e incluíram definitivamente as políticas culturais, especialmente o financiamento da cultura através das leis de incentivo, como mais uma pauta a ser combatida pelas Direitas. Ao falar sobre os interesses que mobilizaram agentes como os deputados Alberto Fraga, Sóstenes Cavalcante e Magno Malta, os pesquisadores João Domingues e Leandro de Paula acreditam que os interesses não foram exatamente frustrados com o desfecho da CPI.

Pelo contrário, a atuação desses personagens parece ter sido exitosa no sentido de promover uma tensão nos critérios que fizeram do financiamento às atividades expressivas um tema de interesse público no Brasil pós-Constituinte. Não por acaso, decorridos dois anos da divulgação do relatório da CPI, Jair Bolsonaro segue a mobilizar seu eleitorado prometendo blindar os mecanismos federais de incentivo à cultura a certos “tipos de artista” (DOMINGUES; DE PAULA, 2021, p.88).

1.2.5. Passivo da Rouanet

Um assunto que aparece com grande veemência nas redes sociais em 2021, mas surge de maneira tímida nas páginas da Folha é o “passivo da Rouanet” - os projetos que não passaram

por análise de prestação de contas. Os gestores da pasta da Cultura, entre 2020 e 2021, André Porciúncula e Mário Frias preferem chamar de “auditoria”. Este passivo existe porque a quantidade de projetos que conseguiram captar recursos cresceu numa velocidade maior do que a capacidade de análise das prestações de contas. No ano 2000 foram aprovados 1098 projetos com captação, em 2004 foram 2042 projetos e em 2007 já eram 3236 projetos, isso pode ser visualizado no Gráfico 02. Em 2011, o TCU (Acórdão 1385/2011 - TCU) solicitou ao Minc (e também à Ancine, sobre a Lei do Audiovisual) que medidas urgentes fossem adotadas para que o problema do alto estoque de processos de prestação de contas da Lei Rouanet sem análise conclusiva fosse sanado. O MinC contratou através do edital nº1/2013 (MINC, 2013) temporariamente 114 servidores, em 2013, para analisar os documentos no sistema de mutirão. Ainda assim, não resolveu a questão.

Em junho de 2016, a Folha fez uma matéria-denúncia falando que mais de 8 mil prestações de contas de projetos anteriores a 2011 apoiados através da Lei Rouanet não haviam sido analisadas pelo MinC e que seriam necessários 19 anos para dar conta das análises com a estrutura do ministério (VIANA, 2016d). A reportagem citou portaria de 2014 (Portaria MinC nº 86, de 26 de agosto de 2014) que dispensaria as análises financeiras de projetos com captação de até R\$ 350 mil, desde que não existissem indícios de aplicação irregular de verbas por parte dos proponentes, denúncias e demandas de controles externos e internos. Anos depois, a Portaria MinC nº58, de 10 de maio de 2016 (assinada nas vésperas do afastamento da presidente Dilma Rousseff), ampliou o limite da dispensa para R\$ 600 mil. Em julho, o jornalista Rodolfo Viana, o mesmo da maioria das matérias do Rock in Rio e CPI, escreveu que “oito em cada dez projetos do passivo da Lei Rouanet podem ser dispensados de análise financeira pelo Ministério da Cultura” (VIANA, 2016e), seguindo esta portaria (BRASIL, 2016), o que correspondia, segundo a reportagem a 9,42% dos recursos.

Em agosto de 2016, TCU considerou a Portaria nº58 inadequada. A análise foi feita a pedido de Marcelo Calero, nomeado Ministro da Cultura por Michel Temer. “Para a Corte, a regra poderia trazer “risco ao erário”” (URIBE; LIMA, 2016). O jornal ouviu Juca Ferreira que disse que a portaria possibilitaria uma análise de projetos “em ritmo mais célere, sem descuidar da adequada aplicação dos recursos públicos renunciados” e que a medida estava alinhada a tendências internacionais de controle por resultados (URIBE; LIMA, 2016).

A FSP volta a tocar no assunto no ano seguinte para falar de uma melhoria na prestação de contas, já que os pagamentos seriam feitos com cartão e os gastos poderiam ser acompanhados em tempo real pela internet (VIANA, 2017). A melhoria é realmente relevante

para o controle das contas, mas não resolvia o *problema do passivo*, já que os funcionários não estavam dando conta de prestações de 10 anos atrás, iriam acompanhar os gastos “em tempo real”?

Depois de grande hiato sobre o assunto, ele volta em 2021 em uma matéria sobre a lentidão na análise de novos projetos que tentavam ter acesso a patrocínio através de incentivo da Lei Rouanet. O texto fala da publicação da Portaria nº24, de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020), que prevê que só seis processos da Rouanet sejam analisados diariamente, ou seja, uma média mensal de 120 projetos. Segundo o órgão, “esta portaria busca evitar o aumento do passivo de prestações de contas da Secretaria Especial da Cultura” (PERASSOLO; MOURA, 2021). Em setembro de 2021, segundo matéria do jornal O Globo, o TCU suspendeu a portaria argumentando que o “indevido represamento semestral ou anual dos projetos culturais de fomento indireto”, o que afetou “substancial e desfavoravelmente o necessário desenvolvimento da respectiva política pública em incentivos fiscais ao relevante setor cultural brasileiro, sem a devida motivação técnica para esse procedimento” (SOUZA, 2021). Dar respostas a este problema da gestão da Lei Rouanet passou a fazer parte da estratégia discursiva da gestão Bolsonaro, principalmente na gestão de Mário Frias.

1.2.6. Bolsonaro versus Lei Rouanet

A Lei Rouanet ganhou protagonismo também durante as campanhas eleitorais de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Ele disse em discursos que iria extinguir o MinC e que este Ministério servia apenas como um “centro de negociações da Lei Rouanet” (BOREKI, 2018). A imagem criada em torno de Jair foi de alguém espontâneo e próximo do povo, defensor das “pessoas de bem”, que combate a “ideologia de gênero”. Este perfil encontrou afinidades com “*trolls*” na internet: “figuras que adquirem influência e engajamentos através de declarações tabu, absurdas e ultrajantes” (CESARINO, 2019, p. 541). O populismo digital da campanha de Bolsonaro, entre outras estratégias, colocou as militâncias feminista e LGBT e do movimento negro em oposição aos “cidadãos de bem” (CESARINO, 2019).

Os agentes ligados ao campo cultural têm, historicamente, uma identificação com essas militâncias pelo reconhecimento de minorias identitárias, mais à esquerda do espectro político. Eram os “inimigos naturais” da campanha (e também do governo) de Bolsonaro. Esses “*trolls*” encontraram nas discussões na internet sobre a Lei Rouanet um campo fértil, pois a oposição tanto à militância de esquerda quanto aos artistas rendia muito debate e davam cada vez mais visibilidade às disputas neste campo.

Um fato relevante à discussão aconteceu em setembro antes da eleição. Um grande ato público com protagonismo feminino contra a candidatura de Jair Bolsonaro, o #EleNãO, ganhou as ruas e as redes sociais, com grande adesão da classe artística. Em resposta, simpatizantes do candidato lançaram uma campanha contrária com o uso da *hashtag* #RouanetNãO, fazendo uma oposição direta entre o candidato e a Rouanet, a associando a estes artistas críticos ao candidato. Em 24 de setembro de 2018, a *tag* se tornou a mais utilizada no *Twitter* no Brasil.

Em 2018, para além da campanha eleitoral, aconteceram algumas polêmicas envolvendo mais uma vez as grandíssimas produções. Desta vez foi o caso dos musicais de franquia, como *O Fantasma da Ópera* ou *O Rei Leão*. Em editorial, a Folha fala mais uma vez que o Estado deve fomentar especialmente “atividades de formação e nos ramos menos propensos ao êxito comercial” (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

Sobre o assunto, o produtor teatral Paulo Pélico, em artigo, escreve sobre a contradição do uso de dinheiro público para eventos lucrativos. Seu argumento é de que, assim, o mecanismo vai deixar de ser para o artista e ficar apenas para fortes grupos econômicos, trazendo um dilema para a classe artística em um possível futuro da lei: “Exibindo uma política distributiva concentrada em níveis próximos do obscuro e dispondo de baixa legitimidade aos olhos da sociedade, que exige o oposto disso aos gritos, a velha Rouanet exalaria insalubridade institucional e se tomaria marketing tóxico” (PÉLICO, 2018).

Em 9 de novembro de 2018, já com a eleição decidida, o jornal fez uma grande reportagem com nome de *Rouanet** (Imagem 01), na versão impressa, e *Fim da Rouanet causaria apagão em orquestras, museus e musicais*, na versão digital. Em ambas as versões, o texto começa assim:

Alvo de recentes e acaloradas discussões, a Lei Rouanet tem sido fortemente criticada por parte da sociedade e da classe política, havendo mesmo quem defenda a extinção do mecanismo, hoje o principal instrumento federal de incentivo às artes.

A retórica ganhou força com a eleição de Jair Bolsonaro, já que muitos expoentes da direita que apoiaram o presidente eleito, como o grupo MBL e o deputado federal eleito Alexandre Frota (PSL), pregam pela sua revogação (MARIANI *et al.*, 2018).

A reportagem faz uma grande defesa da Lei de Incentivo, além de ser muito detalhada e explicativa e traz, inclusive, para a pauta o fenômeno das *Fake News*, como pode ser visto na Imagem 01. Ela é um marco na mudança da narrativa de jornalistas e da própria Folha. Inclui falas de representantes de grandes espaços culturais, produtores e associações, como Eduardo Saron, diretor do Itaú Cultural; advogada Cris Olivieri; Paulo Vicelli, representante da Pinacoteca; Eduardo Barata, presidente da Associação dos Produtores de Teatro (APTR); Francisco C. Martins, vice-presidente da Associação Paulista de Cineastas (Apaei); o cineasta

André Klotzel e o advogado Pedro Machado Mastrobuono, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-SP, além de ex-gestores como Henilton Menezes, ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura. A reportagem traz pontos dos discursos alastrados pelos apoiadores de Bolsonaro e os desconstrói. Sobre a suposta relação entre os petistas e a Rouanet, eles argumentam: “não tem que ser amigo de ninguém do PT para ter projeto aprovado” (OLIVIERI apud MARIANI et al, 2018) ou ainda “tem-se a impressão de que a esquerda é quem controla o cinema nacional. Mas, quando se olha os campeões de bilheteria nacional, o que se vê são filmes como ‘Nada a Perder’ [sobre o bispo Edir Macedo] e comédias que têm uma visão mercadológica que não tem nada de esquerdista” (KLOTZEL apud MARIANI et al, 2018). O advogado representante da OAB - SP diz que “a demonização da lei é um equívoco” (MASTROBUONO apud MARIANI et al., 2018).

Imagem 01 – Capa da ilustrada de 9 de novembro de 2018



Fonte: Folha de São Paulo

Além dos atores do campo, a defesa também se dá através de dados como em “70% dos projetos realizados são de pequeno porte, de até R\$ 500 mil” (MENEZES apud MARIANI et al., 2018), ou ainda sobre o mercado de musicais que “gera em média cem empregos diretos

por peça” (MARIANI et al, 2018), com infográficos explicativos e com muitos dados positivos.

Também após a eleição, a Folha fez o editorial *Rouanet sem mitos* também em defesa da Lei e cita uma ofensiva com o objetivo de extinguir a legislação de incentivo à cultura “que se deflagrou recentemente nas redes sociais, fomentada por movimentos de orientação conservadora e simpatizantes do presidente eleito” (FOLHA DE S. PAULO, 2018b).

Outros textos opinativos atacam a ideia de se extinguir a Rouanet. Hélio Schwartzman (2018) escreve sobre aprimorar a Lei Rouanet, não acabar com ela; Daniel Rangel (2018) se coloca preocupado com a situação das artes plásticas e da lei de incentivo após vitória de Bolsonaro; Pablo Ortellado (2018) fala sobre os discursos sobre a “mamata”, que não têm qualquer respaldo na realidade.

Bolsonaro tomou posse em 2019 e, conforme prometido, extinguiu o MinC, criando uma Secretaria Especial de Cultura chefiada por José Henrique Medeiros Pires, vinculada ao Ministério da Cidadania³⁶, cujo ministro era Osmar Terra. Em 3 de janeiro, Medeiros Pires faz declarações de que não iria extinguir a lei, e disse que “o que precisamos é de algumas mudanças que ampliem o uso da lei e a levem para onde hoje ela não é utilizada” (PIRES apud BRAGON, 2019).

A defesa da Rouanet pela Folha e jornalistas continua ao longo do governo. Bergamo traz dados de pesquisa de Paulo Pélico sobre distribuições de recursos. Segundo o produtor, “o estudo também sepulta dois mitos: que a concentração dos recursos seria de natureza regional e que as verbas eram abocanhadas por artistas consagrados” (BERGAMO, 2019).

Em abril de 2019, o governo publicou a Instrução Normativa³⁷ - IN nº2/2019 (BRASIL, 2019), que estabelecia procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Pronac. A principal mudança foi a implementação de um teto de 1 milhão de reais para os projetos, com exceções dos planos anuais de instituições, os projetos sobre patrimônio cultural material e imaterial, e dos museus. Além disso, foi noticiado que a Lei não seria mais chamada de Lei Rouanet em comunicados

³⁶ Em junho de 2019, a Secretaria Especial de Cultura vai informalmente para o Ministério do Turismo, o que só se formalizaria em julho de 2021.

³⁷ Instrução Normativa é uma norma complementar administrativa que precisa estar em consonância com o ordenamento jurídico.

oficiais do governo. Uma tentativa do governo Bolsonaro de repaginar a reputação pública da legislação tão atacada por sua campanha e seus apoiadores.

Dias antes da publicação da IN n°2/2019, mas já repercutindo o que vinha sendo anunciado em discursos e nas redes sociais, Ana Paula Sousa analisou como irônica a “reforma da Lei Rouanet”, pois Jair Bolsonaro havia se apropriado da narrativa encampada por Juca Ferreira, desde 2003, contra a concentração de recursos na região Sudeste e nos artistas “consagrados” (SOUSA, 2019a).

Após publicação em Diário Oficial, a Folha explica as alterações com boa recepção. O texto (MOLINERO; BALBI; FIORATTI, 2019) diz que poucos projetos serão afetados, mas salienta que os musicais, que foram alvo de polêmicas no ano anterior, não entraram nas exceções. O editorial *Lei Ex-Rouanet* repercute a IN dizendo que há méritos na revisão do mecanismo. E, mais uma vez, Paulo Pélico faz artigo opinativo dizendo que as duas regras centrais da Instrução, embora barulhentas, têm apenas efeito placebo. Ele traz dados dizendo que se a IN estivesse vigorando em 2018, afetaria apenas 9% dos projetos (PÉLICO, 2019).

Uma reportagem de página inteira estampa o título *Demonizada por Bolsonaro, Rouanet ainda é pilar da cultura* (FOLHA DE S PAULO, 2019d), usa o mesmo infográfico sobre Renúncia Fiscal por setor e dá voz quase às mesmas pessoas da reportagem do final de 2018 (MARIANI et al, 2018) e mais uma vez explica as alterações feitas pela IN, que foram repercutidas no Seminários Folha³⁸, evento produzido em parceria com o Itaú Cultural, sobre Economia da Arte, que em 2019 teve 3 edições.

Um artigo comenta uma aproximação das políticas para a cultura com movimentos ultraconservadores que falam em “arte clássica liberal” (PIRES apud SOUSA, 2019b), com a “valorização do belo e da arte clássica”. A jornalista conclui que “quanto mais Bolsonaro e os ultraconservadores pregam sobre cultura, mais as discussões se afastam da política cultural para se fechar no terreno da ideologia e das questões morais” (SOUSA, 2019b). Este artigo divide a página com uma matéria sobre a suspensão de um edital de chamamento para projetos para TV’s públicas, com recursos do FSA e gerido pela Ancine. A matéria repercute uma fala do presidente sobre filmes inscritos no edital: “(...)fazer um filme sobre negros homossexuais do DF, confesso que não dá para entender. Então, mais um filme aí que foi para o saco” (BOLSONARO apud BALBI, 2019). A restrição ao financiamento público pode ser

³⁸ Os Seminários Folha acontecem todos os anos e com diversas temáticas e parceiros. Nele, acontecem debates sobre temas que o jornal considera importante serem debatidos. O título da página dos Seminários é “O Brasil e o mundo precisam de discussão. Quem concorda lê e segue a Folha”, evidenciando com a ideia da teoria do agendamento (*agenda setting*), na qual o jornal influencia sobre o que o leitor/a sociedade irá pensar.

considerada como uma das formas de se fazer censura na atualidade (PAULA; DUMAS; PIMENTA, 2022). A suspensão deste edital levou à saída do Secretário Especial da Cultura Henrique Pires, que disse que não iria cancelar a censura.

O jornal repercutiu também uma segunda edição naquele ano do Seminários Folha com um caderno especial. Mais uma vez em defesa das políticas culturais e da Lei Rouanet, apresentou dados positivos do uso de recursos pelos municípios (FREIRE, 2019a) e repercutiu dados de Frederico Barbosa (IPEA) como aportes privados dos patrocinadores que diminuiriam drasticamente (FREIRE, 2019b), com as mudanças feitas na Rouanet em 1997 com a dedução de 100% do imposto para projetos enquadrados no art. 18, narrada na seção sobre o audiovisual. No caderno há uma discussão sobre a diversificação de fontes de financiamento para fugir da dependência da Rouanet (SOMBINI, 2019; SOUSA, 2019c), sobre dificuldades da filantropia no país por conta de impostos (VIEIRA; BOTACINI, 2019), sobre financiamento coletivo frente às dificuldades enfrentadas por conta das alterações da Rouanet, mas também cortes nos estados (BARSANELLI, 2019) e também uma repercussão da IN nº2/2019 nos musicais (SÁ, 2019).

Após a saída de Pires, a pasta da Cultura foi assumida por Ricardo Braga, que ficou por apenas 58 dias no cargo. Na sucessão, veio Roberto Alvim “prometendo trazer uma visão genuinamente conservadora” (ORTELLADO, 2020), mas também permaneceu por pouco tempo - 71 dias - sendo exonerado após publicação de um vídeo institucional usando trechos de discurso de nazista, reproduzindo ambientação e postura que remetiam ao ministro da Propaganda de Hitler, Joseph Goebbels³⁹. Não antes de ir a uma reunião anual da Unesco e atacar a arte brasileira de “propagação de uma agenda progressista avessa às bases da nossa civilização” perante ministros de todo o mundo, em novembro de 2019. Ele disse que “a arte brasileira transformou-se em um meio para escravizar a mentalidade do povo em nome de um violento projeto de poder esquerdista”⁴⁰.

Em janeiro de 2020, a Folha noticiou *Regina Duarte assume a Cultura em meio a guerra ideológica acirrada* (CARVALHO; FIORATTI; FERNANDES, 2020). Na época, em alusão ao apelido de “a namoradinha do Brasil”, a atriz e Bolsonaro brincaram que estavam “noivando”, antes do “casamento”. No período do “noivado”, Regina Duarte foi no programa

³⁹ Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>

⁴⁰ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/na-unesco-roberto-alvim-diz-que-a-arte-brasileira-escravizou-a-mente-do-povo.shtml>

Conversa com Bial⁴¹, da TV Globo, e disse, lendo um roteiro impresso preparado, que artistas conhecidos deveriam obter patrocínio sem isenção fiscal. A famosa atriz, entretanto, já utilizou da legislação algumas vezes. Tendo, inclusive, contas recusadas de um projeto de 2004, por parecer técnico de 2018. A Folha reproduziu uma fala para a revista *Veja* do filho da atriz, também sócio da empresa proponente do projeto, dizendo que a reprovação se deu pela falta de comprovantes de que a peça foi exibida sem cobrar ingressos, o que era uma exigência do contrato (FIORATTI, 2020a). Em julho de 2022, o secretário da Cultura do governo Bolsonaro, Hélio Ferraz de Oliveira, recusou os recursos⁴² e a empresa proponente precisará devolver mais do que R\$300.000 à União.

Regina só tomou posse oficialmente em 04 de março de 2020 e o título da matéria para anunciar a nova secretária foi *Rainha da Sucata* (URIBE; FERNANDES; AZEVEDO, 2020), novela em que a atriz fez sucesso na TV Globo, fazendo uma crítica ao “sucateamento” da Secretaria. A matéria reproduz falas do presidente durante cerimônia de posse: “Nós achamos uma pessoa certa que agora pode valorizar, por exemplo, a Lei Rouanet, que foi mal utilizada no passado”, acrescentando que “com a chegada dessa grande mulher, nós estamos colocando nas mãos de quem realmente entende do assunto esse desafio”.

Ao longo do governo Bolsonaro, o jornal fez ainda uma denúncia com a matéria *Teto de Vidro* (FIORATTI, 2020b), envolvendo mais uma vez os musicais, em fevereiro 2020. Utilizando uma brecha da legislação que permite a captação de mais de um milhão de reais para planos anuais, Carlos Cavalcanti e Vinícius Munhoz, que são ligados à produtora Ateliê de Cultura, e mais um terceiro sócio criaram o instituto sem fins lucrativos Artium. No plano anual que foi aprovado a captar R\$25 milhões, estavam a produção de três peças musicais: *Charlie e a Fantástica Fábrica de Chocolate*, *Oliver!* e *Um Estranho no Ninho*.

Com o anúncio da pandemia por Covid-19, o setor artístico (especialmente as artes presenciais) foi amplamente afetado, já que o isolamento social esteve entre as primeiras medidas adotadas para evitar o contágio da doença. A matéria intitulada *Cultura no chão* (SANCHEZ; BRÊDA; MEIRELES, 2020) trazia na capa da *Ilustrada* muitas setas vermelhas apontadas para baixo, falando dos impactos da Covid-19 à cultura. No texto, informações sobre a indústria criativa que previam penúria e prejuízo ainda incalculável, já anunciando

⁴¹ Pode ser assistido em <https://globoplay.globo.com/v/8251779/>

⁴² Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/07/regina-duarte-tera-que-devolver-r-320-mil-por-peca-financiada-pela-rouanet.shtml>

cancelamento de grandes eventos e centros culturais nas áreas de música, cinema, teatro e moda. Em 20 de março é decretada (BRASIL, 2020a) calamidade pública no país.

Os recursos para os eventos e projetos culturais oriundos do governo federal já estavam escassos, o que na observação de Lia Calabre parecia ser “uma espécie de cruzada contra o dito marxismo cultural que, segundo alguns representantes do atual governo, domina a área artística e cultural e que deveria ser duramente combatida” (CALABRE, 2020). O novo governo havia suspenso, bloqueado ou descontinuado chamadas para apoio a projetos com recursos do Fundo Nacional de Cultura e Fundo Setorial Audiovisual. Em abril de 2019, por exemplo, a Folha noticiou o rompimento de contratos de patrocínio cultural pela Petrobras de 13 grandes projetos como a Mostra de Cinema de São Paulo, o Festival do Rio, o Festival de Brasília e o Anima Mundi. Segundo documento da empresa, os patrocínios deverão focar em projetos de ciência, tecnologia e educação (MEIRELES, 2019). A Folha noticiou em julho que *Captação de recursos pela Rouanet cai 35%, maior queda da década*. Em nota, a Secretaria Especial da Cultura afirmou que a queda ocorreu a partir de abril em função do coronavírus. “A nova realidade reduziu as expectativas de realização de lucros por parte das empresas investidoras e impediu que ocorressem eventos culturais presenciais” (LOPES, 2020).

Os impactos só não foram mais negativos para o setor por conta da Lei nº 14.017/2020, que ficou conhecida por Lei Aldir Blanc (LAB), homenageando o compositor que morreu em decorrência da Covid-19. A LAB representou a distribuição de um montante inédito de recursos que puderam contribuir para amenizar a crise do setor (CANEDO et al, 2021). “O financiamento público da cultura no Brasil jamais cresceu tanto quanto neste ano de epidemia”, escreveu Vinicius Freire em matéria de análise da política cultural de 2020. A LAB previa a descentralização de R\$ 3 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios, na proporção de 50% para os estados e o Distrito Federal e 50% direto para os municípios. A maior parte dos recursos foi oriundo do superávit do Fundo Nacional de Cultura (FNC), apurado em 31 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2020b). Embora a LAB utilize recursos da Lei Rouanet, já que o FNC também é um dos mecanismos previstos do PRONAC, muitas pessoas fazem esta confusão de associar a Lei Rouanet apenas ao mecanismo de incentivo fiscal, como foi o caso do jornalista nesta matéria que disse que “em anos gordos, o dinheiro da Lei Rouanet foi a metade do previsto pela Lei Aldir Blanc” (FREIRE, 2020).

Este foi o cenário da chegada do novo Secretário de Cultura, Mário Frias, que tomou posse em junho de 2020 e foi o nome mais duradouro na pasta na gestão Bolsonaro, só a deixando para se candidatar a deputado federal, em abril de 2022. O anúncio do novo secretário

na Folha foi capa da Ilustrada com uma foto do ator nu, com título de “*O novo homem do presidente*”. A matéria foi muito criticada: a *Ombudsman*⁴³ do jornal, Flavia Lima, escreveu que “a capa foi vista como homofóbica e moralista” e que com o uso da ironia de aliar o conservadorismo de costumes com a escolha do secretário em ensaio sensual, o “jornal decidiu correr o risco, amealhou muitos cliques e pautou um debate necessário; a forma como os jornais abordam a comunidade LGBTQI+” (LIMA, 2020).

Em setembro, Frias trouxe André Porciúncula, ex-capitão da Polícia Militar da Bahia, como Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, que se tornou seu parceiro no cumprimento dos dois objetivos traçados por Bolsonaro para sua gestão: aumento do rigor na concessão de benefícios ao setor do audiovisual e proposições de mudanças na Lei Rouanet (FERNANDES; FIORATTI, 2020).

Esse “rigor na concessão de benefícios” foi muito bem traduzido pela gestão de Mario Frias, que criou uma performance discursiva do *gestor-auditor* (CID; DOMINGUES; DE PAULA, 2022a), muito presente nos discursos nas redes sociais, mas também visível em entrevistas e discursos oficiais. Mais adiante neste trabalho, na análise dos tuítes de Mario Frias, esse tema aparecerá novamente com maior detalhamento.

Em 21 setembro de 2020, no mesmo dia da matéria de O Globo (SOUZA, 2020) falando da suspensão pelo TCU da portaria que previa a análise de apenas seis novos processos da Rouanet por dia, Mario Frias assinou uma coluna para a FSP para relatar 100 dias exitosos de sua gestão na Secretaria Especial de Cultura. No texto, a retórica do gestor eficaz é escancarada: “O grande desafio é enxugar a máquina federal da Cultura, melhorar todos os processos para dar maior agilidade, eficácia e não gastar com grandes estruturas físicas nem com projetos que beneficiam a poucos e não levam a arte ao povo” (FRIAS, 2020). Sobre a LAB, fruto de um projeto vindo do Congresso e de autoria de uma deputada do PT, escreveu: “A distribuição dos R\$ 3 bilhões vem sendo feita como deve ser, de forma isenta, mediante critérios essencialmente técnicos e com o necessário zelo pelo erário e interesse público” (FRIAS, 2020). Ele critica o formato de descentralização de recursos para estados e municípios e principalmente os critérios de algumas prefeituras na escolha de alguns projetos citando o projeto “Criança Viada Show”, um podcast com uma série de cinco entrevistas com artistas LGBTQI+: “É lamentável que os

⁴³ Ombudsman é uma palavra de origem sueca que significa representante do cidadão. É o mesmo que ouvidor. Na imprensa, o termo é utilizado para denominar o representante dos leitores no jornal.

recursos, repassados devido a imposição da Lei Aldir Blanc, sejam usados para fins políticos/ideológicos, e não para seu real motivo, o financiamento da cultura" (FRIAS, 2021).

No final de 2020, a Folha publicou uma matéria extremamente contrária à gestão de Mário Frias com o título de *Sinal Fechado*, que dizia que “o país pode enfrentar um apagão na cultura no ano que vem com a paralisação na aprovação de projetos da Lei Rouanet, que se acumulam nas mãos de um PM” (PERASSOLO, 2020) e traz informações sobre demora nos processos de análise dos projetos. Hoje já é possível saber os dados no SalicNet e confirmar que houve uma diminuição no número de projetos aprovados se comparado com a média anual da década anterior (11,3 mil projetos), já que foram aprovados cerca de 8,1 mil projetos. Entretanto, o número de projetos com recursos captados ficou na média da década, com 3250 projetos. O jornalista Perassolo e editores, entretanto, fazem questão de desfazer a imagem de bons gestores, colocando as ações como conservadoras e negacionistas (em relação com medidas contra a Covid-19).

A Folha repercutiu a Portaria nº124/21 (BRASIL, 2021), que impede que propostas culturais que pleiteiam incentivo via Lei Rouanet sejam analisadas e aprovadas nos próximos 15 dias caso elas envolvam interação presencial. A matéria, de março de 2021, traz falas de produtores como Eduardo Barata (APTR), que diz ainda ver na ação de Porciúncula uma retaliação “política contra os governadores e prefeitos que, ao contrário do líder do Executivo federal, não seguem o negacionismo” (MOURA, 2021). A suspensão do trabalho da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), com o fim da vigência do edital de composição da Comissão do biênio 2019-2020 (BRASIL, 2018) também foi noticiada.

O desmonte da comissão é uma forma de o governo sufocar a Rouanet se valendo de um mecanismo da própria lei, segundo um dos conselheiros. Isso se soma a outras atitudes recentes, como o atraso na publicação de centenas de projetos no Diário Oficial da União, o DOU, que assim ficam impossibilitados de captar as verbas e ser executados. (PERASSOLO; MOURA, 2021)

E o jornal seguiu com textos preponderantemente negativos à gestão de Bolsonaro e Frias. Em editorial, *Boiada Cultural*, sobre a suspensão da CNIC, é dito que o “esvaziamento de comissão facilita decisões personalistas na nova Lei Rouanet” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). Em maio de 2021, Frias e Porciúncula participaram de uma *live*, intitulada *Cultura e Arte Cristã*, com a presença também dos produtores de música gospel Wesley Ros e Doninha, com mais de 12 mil visualizações no Youtube. Na Folha, João Perassolo (2021) fez uma análise das falas da *live*, nas quais o tom era de que “o governo federal não tem obrigação de bancar marmanjo”, afirmando que Mario Frias demonstra ignorância sobre Rouanet.

Em junho, uma entrevista com atriz Ítala Nandi (VIEIRA, 2021), em que ela critica o governo e diz que não consegue patrocínios das empresas públicas através da Rouanet, ganha o seguinte título: *Governo Bolsonaro pensa com a bunda*. Já a matéria *Fogo Amigo* (MOURA, 2021), capa da Ilustrada de 29 junho de 2021, é a última do *corpus* analisado. Nela, artistas de direita, que votaram em Bolsonaro, atacam a gestão da Cultura sob o governo Bolsonaro. O ator Carlos Vereza, por exemplo, diz que “Mario Frias e seu obscurantismo são o lado visível e medíocre de um governo indiferente à arte e à cultura. Mas ele e o atual governo não nasceram de nenhum fiat lux. São a consequência da absoluta pulverização de valores, morais e culturais, dos governos petistas” (MOURA, 2021).

Não houve repercussão nas matérias coletadas da nova regulamentação da Rouanet (BRASIL, 2021) de julho de 2021, que é muito comentada nas redes sociais.

1.3. Sentimento público sobre a Rouanet

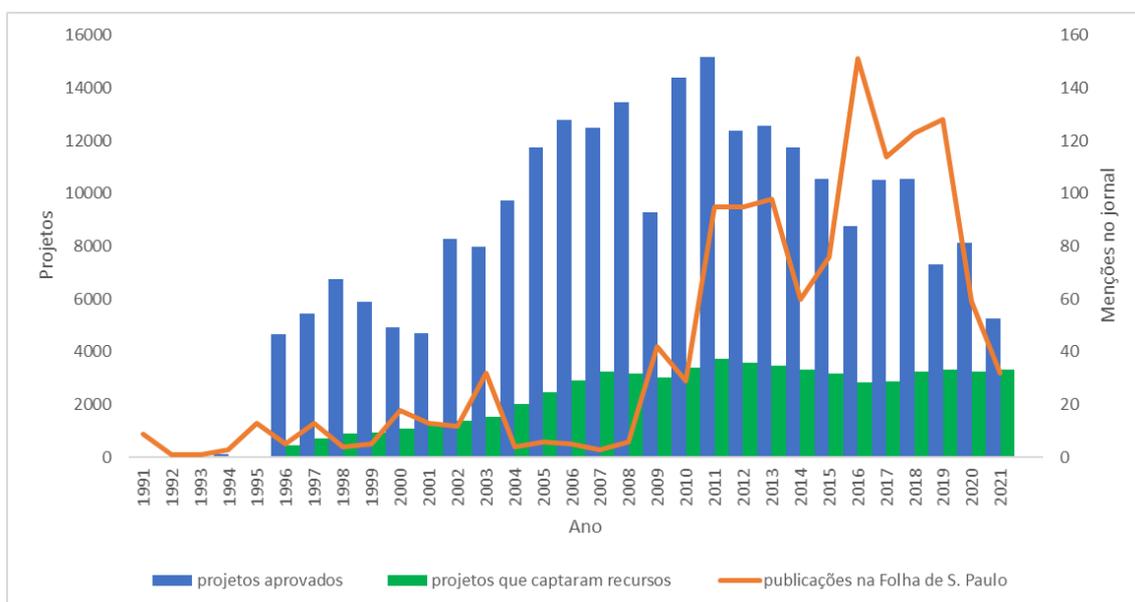
A cobertura sobre a Lei Rouanet na Folha de São Paulo permite captar um pouco sobre a formação do *mood* (clima ou humor) acerca da legislação ao longo do tempo. Ao estudar as repercussões da Lei Rouanet na Folha é possível ativar este conceito para compreender a sintonia criada acerca do tema, que chamarei aqui de *sentimento público*, dando ênfase aos aspectos afetivos, ao mesmo tempo que são coletivos.

A quantidade crescente de menções é um indício do crescimento do interesse do jornal no assunto, que pode ser entendido por alguns aspectos. Primeiramente, é natural que a lei vá se tornando mais relevante ao se tornar mais conhecida, tanto pelos artistas e produtores, quanto pelas empresas patrocinadoras, e movimentando mais recursos financeiros. Mas a curva de crescimento de publicações sobre a Lei Rouanet não é coincidente aos números de projetos aprovados ou mesmo aos recursos captados.

É possível ver no Gráfico 02 que, a partir de 2011, o interesse do jornal no assunto dá um salto considerável (linha laranja) tendo seu pico de publicações em 2016. Já o primeiro grande salto na quantidade de projetos aprovados se dá entre 2001 e 2002, e se mantém em crescimento (com exceção de 2009) até um pico em 2011 e uma queda na procura de aprovação de projetos. Entre 2006 e 2021, entretanto, há uma estabilidade de projetos com recursos captados (barras verdes). São aproximadamente 3 mil projetos com recursos captados por ano neste período. O Gráfico 02 demonstra que o interesse do jornal na Lei não tem relação com o uso do mecanismo, mas tem uma associação, sobretudo, com eventos políticos como mudanças

de governo, instalação de CPI ou processos judiciais, manifestações políticas nas ruas ou nas redes.

Gráfico 02 - Quantidade de projetos aprovados e projetos com captação de recursos, incentivo fiscal da Lei Rouanet (1991 a 2021) e quantidade de menções sobre a legislação no jornal Folha de São Paulo



Fonte: Elaboração Própria, com dados da SalicNet e das matérias coletadas na FSP

Como já dito, em 2011, no primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, já se iniciam ações e protestos nas ruas e nas redes que tiveram seu ápice no movimento de impeachment de Dilma em 2016, e uma grande novidade desse período de mobilização foi o protagonismo das direitas. A pesquisadora Luciana Tatagiba explicita que na análise das reportagens dos protestos contra corrupção em 2011, é possível perceber um cansaço geral em relação à corrupção das instituições democráticas, associado a uma percepção de piora das condições de vida (TATAGIBA, 2018, p.103). A indignação dirigida ao PT começou em 2005, com o escândalo do “mensalão”, e a imprensa (que inclui a Folha de S. Paulo) teve protagonismo na condução, seleção e amplo destaque dado às denúncias (BIROLI; MANTOVANI, 2014, AZEVEDO, 2017) e o tal “pluralismo” alardeado pelo projeto editorial da Folha (FOLHA DE S. PAULO, 2019b) se mostrou com limites bem determinados. Além da imprensa, as mídias sociais tiveram papel decisivo. Foi no *Orkut*, mídia social já desativada, que surgiram grupos para discutir pensadores liberais (ROCHA, 2019), que foram a gênese de coletivos que repaginaram a representação pública do pensamento de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL).

Além desse clima já instaurado contra o governo petista de Dilma Rousseff, nas políticas culturais outra crise se apresentava neste ano de 2011. A indicação de Ana de Hollanda ao ministério da Cultura “configurou-se como uma situação-limite que resultou em rupturas” (BARBALHO, 2018, p.246). O campo cultural politizado queria que fosse mantido no cargo Juca Ferreira e isso provocou um forte movimento de oposição (inclusive interna) à sua gestão (BARBALHO, 2018, p.245). Em 04 março de 2011, na capa da Ilustrada estampa “*FRÁGIL* (em letras maiúsculas e em vermelho) *ministério*”, uma matéria falando sobre como o MinC precisava se desvencilhar da “agenda negativa” ligada a Ana de Hollanda (SOUSA, 2011).

Outros dois fatores importantes a serem citados para que esta publicação tão grande de matérias em 2011 foram a tramitação da “Nova Lei Rouanet”, o ProCultura, que começou a ser noticiada, e a cobertura sobre a polêmica do blog de poesia envolvendo Maria Bethânia, que envolveu 19% das páginas de cobertura da Folha sobre a Rouanet em 2011.

O ano de 2016, foi o ápice de menções da Rouanet na Folha de São Paulo. Além do contexto citado sobre o crescimento de novos movimentos políticos, somam-se polêmicas envolvendo o TCU (com o Rock in Rio e também com o passivo das prestações de contas), a CPI da Lei Rouanet e Operação Boca Livre, já detalhadas anteriormente. A extinção do Ministério da Cultura pelo governo Temer e movimentos de ocupações de espaços vinculados ao MinC, que trazia uma oposição e resistência do governo de Temer, avaliado pelas ocupações como ilegítimo (BARBALHO, 2017, P.35), e de fato foi “o mais barulhento foco de resistência a seu governo em suas semanas iniciais” (BOSCO, 2016), que resultaram na reativação do Ministério, também trouxeram muitas citações à Lei.

A partir de 2016, é possível visualizar uma mudança de humor do jornal, dos colunistas e dos jornalistas sobre a Rouanet. Eram feitas críticas contundentes à legislação ao mesmo tempo que a política de financiamento à cultura era defendida. As críticas do jornal falam principalmente do grande poder deliberativo dos departamentos de marketing das empresas patrocinadoras dos projetos culturais e do pequeno aporte de recursos privados; da concentração de recursos para artistas famosos e grandes eventos com grandes potenciais mercantis; concentração de recursos em pequeno número de projetos; e a concentração regional no Sudeste, mais precisamente nas cidades Rio de Janeiro e São Paulo.

Posicionamentos sobre a necessidade de aprimoramento da legislação nunca deixaram de acontecer nas páginas da Folha. Os temas que surgiram na análise das matérias demonstram como alguns deles são mais constantes ao longo de toda a cobertura acerca da Rouanet e como

outros são reflexo de uma gestão. A temática mais comum nos 30 anos de cobertura na Folha é sobre como o incentivo fiscal deveria ser usado para projetos não comerciais, projetos menores, projetos sem artistas famosos, além de uma atenção que é sempre dada à necessidade de cuidado com o erário. Isso se repete no *Twitter*, em 2021.

Também são bem corriqueiras falas questionando a prioridade de recursos para este setor, enquanto a saúde e educação seriam “mais prioritários”. Algumas vezes essas críticas vêm acompanhadas de um pensamento mais reflexivo, compreendendo o funcionamento do patrocínio cultural através de incentivo fiscal e mesmo a indústria cultural de modo mais complexo, em outros momentos são enunciados mais radicais.

Outros temas, entretanto, aparecem em determinados momentos. Críticas à concentração de recursos no sudeste do país, por exemplo, aparecem a partir de 2003 e vêm de dentro da própria gestão do MinC, normalmente em falas de Juca Ferreira ou Henilton Menezes. As auditorias do TCU que denunciam a quantidade de projetos que não passaram pela análise de prestação de contas só vêm a aparecer no jornal a partir de 2016, mesmo já sendo uma questão importante dentro do MinC desde 2011. Nos finais de semestre eram mais comuns reportagens falando sobre números da legislação, apoiados em relatórios do Ministério/Secretaria.

Mesmo com a existência de muitas polêmicas envolvendo a Rouanet ao longo dos anos, como vimos, é só a partir de 2016, com a Operação Boca Livre, a CPI da Lei Rouanet, o acirramento político e crescimento da extrema-direita que o acesso às leis de incentivo (incluindo aqui a Lei do Audiovisual) passou a ser visto, por algumas pessoas, como um suposto trato ilícito entre o governo (petista) e os artistas, em troca de apoio político. Essa visão é explicitada em mensagens nas redes sociais de Bolsonaro como consta em seu *Twitter*:

A Lei Rouanet foi usada para cooptar parte dos artistas “famosos” num projeto de Poder. Em meu Governo, sua utilidade será para artistas em início de carreira. Quanto a possibilidade de receber “renomados” que já se beneficiaram da referida, para discuti-la, não passa de piada (BOLSONARO, 2019b).

Mesmo a CPI, entre 2016 e 2017, tendo o objetivo de esclarecer questões acerca da Lei Rouanet, as reuniões estavam carregadas de muita desinformação sobre o assunto e brigas políticas de outras ordens. No período, há também grande crescimento de *Fake News* com denúncias infundadas e discussões acirradas nas redes sociais. A Folha, e também outros veículos de imprensa, fizeram matérias explicando a legislação ou mesmo defendendo-a, frente ao surgimento desse fenômeno.

O *sentimento público* sobre a Lei Rouanet na FSP é multifacetado e muda ao longo dos anos. Mas a partir da CPI, os editores e grande parte dos jornalistas e colunistas tomaram uma posição de que a Lei Rouanet precisa de ajustes e adequações, sintonizando na defesa de que ela é importante para as políticas culturais brasileiras e para *todos os artistas*. Importante salientar, entretanto, que a Folha é uma empresa jornalística grande e que conta em seu quadro de jornalistas e colunistas (fixos ou não) com uma variedade de pensamentos e inclinações político-ideológicas. Ao mesmo tempo em que a FSP fez campanha para o *impeachment* de Dilma, durante a cobertura da CPI e Operação Boca Livre defendeu a Rouanet e inclusive medidas tomadas nos governos petistas.

Mas, durante o governo Bolsonaro, grande parte da cobertura do jornal desqualifica a gestão e principalmente a figura do presidente, principalmente na condução da pandemia, mas também nas políticas externas, educacionais e culturais. A área que demorou a ser criticada foi a econômica, mas também aconteceu. Importante também trazer que a reprovação do governo Bolsonaro em 2021 só aumentou, chegando à maioria (51%) da população em julho (DATAFOLHA, 2021), que se estabilizou em 53% neste ano. Esses números ajudam a entender também a tomada de decisão do próprio jornal enquanto empresa jornalística em criticar o governo.

Em um texto de 2013, um dos expoentes sobre os estudos de *mood*, o inglês Ben Highmore, com tradução para o português de Gajanigo em 2016, conta como ele tentava “criar um clima favorável” quando foi projetorista de um cinema.

O truque era ir baixando a música de fundo ao mesmo tempo que diminuía as luzes, abria a cortina e iniciava a projeção, de forma que, no momento chave, quando as luzes estavam quase apagadas e as cortinas abertas mais da metade, e quando o silêncio estava se iniciando, você podia virar a chave que permite que o intenso feixe de luz seja jogado do projetor na tela e conectar o sistema de alto-falante à trilha sonora do filme (GAJANIGO, 2016, p.97)

Ao narrar como a luz e a música poderiam criar uma atmosfera antes da exibição de um filme, Highmore exemplifica como o humor pode calibrar as situações, oferecendo as circunstâncias de sintonia, também performando as situações que ligam às pessoas.

De modo semelhante, as posições da Folha contribuíram para a construção da sintonia acerca da Lei Rouanet, ao mesmo tempo que o clima “que estava no ar” colaborou para as colocações do jornal. Gajanigo salienta que o clima não é apenas uma consequência de um estado de coisas, mas é alvo de ações bem como é modulador de práticas (GAJANIGO, 2020, p.171). O jornal ajudou com o clima de insatisfação em torno da Lei Rouanet. Mesmo quando

saiu em defesa após a CPI, manteve as críticas mesmo que o tom fosse mais ameno falando em “ajustes e adequações”.

O *sentimento público* de necessidade de mudança foi construído na Folha especialmente em torno do cuidado com o erário e na necessidade de apoiar projetos não comerciais. Veremos que as posições públicas no *Twitter* sobre o financiamento público à arte e à cultura, também falam também disso, com uma entonação radical e incluindo outras notas à orquestra.

2. MENSAGENS, USUÁRIOS E REDE ANTI-ROUANET NO *TWITTER*

No capítulo anterior, foi possível visualizar a importância dos fatos políticos como impulsionadores do debate sobre a Lei Rouanet na imprensa. As discussões sobre a Lei no jornal Folha de São Paulo foram ampliadas nas mudanças de governo, nos momentos de disputa eleitoral e em outras disputas políticas, como no caso do impeachment de Dilma, tendo como motor dessa amplificação o contrapúblico ultraliberal (ROCHA, 2019), em crescimento desde 2005 a partir do ambiente digital. Os conflitos sobre a Rouanet nos sites de redes sociais⁴⁴ acompanham a mesma lógica de uma ampliação da discussão a depender do clima e fatos políticos. E é essa análise que se pretende apresentar neste capítulo, mas não sem antes constatar a mudança no padrão de produção, circulação e consumo de informações ocorrida na última década.

Em linhas gerais, seguindo Celikates (2015), é possível pensar que o jornalismo impresso – como é o caso da Folha até, aproximadamente, 2010 - tinha, de um lado, uma elite relativamente fechada de jornalistas e “formadores de opinião” com acesso aos políticos e aos meios de comunicação, e do outro lado tínhamos uma audiência relativamente passiva, anônima e silenciosa. O novo formato de consumo de informações, embora não tenha rompido totalmente com este padrão anterior, emparelha de forma significativa as hierarquias entre emissão e recepção ao permitir, pelo menos em princípio, a inclusão e o intercâmbio entre uma multiplicidade de perspectivas e papéis (CELIKATES, 2015).

A comunicação por intermédio de computadores conectados a uma rede internacional foi mesmo uma revolução, mas que não deve ser nem endeusada, nem vilanizada. Ela tem características que ajudam a democracia e outras que atrapalham. Regiane Ribeiro coloca que parte dos usuários das mídias sociais, especialmente aqueles mais engajados como um *sujeito ativo*, produz sua própria cultura ao se emancipar dos modos de leitura previamente determinados por um autor centralizado, como era o caso da relação com a imprensa tradicional. O ciberespaço possibilita assim o surgimento de um ambiente de interação e agenciamento coletivo (RIBEIRO, 2016, p. 210).

⁴⁴ Há diferenças entre os termos “site de redes sociais” (ou mesmo “site de mídias sociais”) e “redes sociais”. Enquanto as “redes sociais” existem em qualquer ambiente, para além da internet, e são constituídas nas relações entre as pessoas a partir de suas relações nos mais variados ambientes, os “sites de redes sociais” fazem parte da apropriação das ferramentas de comunicação mediada por computador pelos atores sociais (RECUERO, 2009), como por exemplo, *Orkut*, *Facebook* ou *Twitter*. Compreendendo e salientando as diferenças necessárias entre os termos, e que “são os atores sociais, que utilizam essas redes, que constituem essas redes” (RECUERO, 2009, p.103), para fins desta dissertação, algumas vezes aparecerão os termos “redes sociais” ou “redes” com referência aos sites. Se for necessária a referência às redes, em sentido mais geral, deixarei explicitado.

Os meios de comunicação de massa, apesar de se manterem em posição privilegiada, foram perdendo espaço de visibilidade e também seu papel de agendamento das discussões públicas, competindo cada vez mais com atores periféricos na internet (ALVES DOS SANTOS, 2019). A partir de 2010, com a popularização das ferramentas digitais foram se redesenhando as formas pelas quais os cidadãos se informam e se entretêm. O entretenimento audiovisual, por exemplo, que era composto por salas de cinema, vídeo locadoras, TV a cabo e sobretudo TV aberta, foi aos poucos perdendo espaço para aplicativos de *streaming* de vídeo. Enquanto na década de 1990 a maioria das crianças assistia ao mesmo desenho animado na televisão no mesmo horário, hoje em dia esta hegemonia foi quebrada pela possibilidade de uma maior personalização e variedade de escolhas.

A pesquisadora Camila Tavares (2017) acredita que há também uma crise na hegemonia do jornalismo tradicional, defendendo que os meios de comunicação de massa saíram da posição central de difusores de informação para se tornarem um canal entre tantos outros nesse processo. Já o cientista político Luiz Felipe Miguel (2022), em artigo sobre o jornalismo neste novo ambiente comunicacional, nos coloca que a organização do mundo em "bolhas sociais" diminuiu a importância do jornalismo na capacidade de agendamento da produção de uma narrativa comum da sociedade (MIGUEL, 2022, p.197). Para ele, o jornalismo vem perdendo sua importância na sociedade em ser o perito que distingue, sob critérios objetivos, entre o que é verdade e mentira. Já não se confia também, da mesma forma, que o jornalismo toma boas decisões quanto aos enquadramentos que devem ter uma notícia ou quais delas são importantes de serem noticiadas. A crise é também econômica: o jornalismo tradicional tem tido receitas declinantes, "e as empresas são levadas a cortar custos e reduzir pessoal, mas com isso reduzem seu diferencial de qualidade em meio à cacofonia de informações presente no mundo virtual" (MIGUEL, 2022, p.203). Desse modo, manchetes sensacionalistas "caçadoras de cliques"⁴⁵ se tornam um formato crescente, inclusive nos *quality papers*.

Todas estas questões fazem parte da emergência de um contexto de desordem informacional que ganhou corpo no Brasil, especialmente a partir de 2018. Vimos no capítulo anterior que, a partir de 2016, a Folha e seus jornalistas (assim como boa parte da imprensa nacional⁴⁶) começaram a fazer muitas matérias explicativas sobre a Lei Rouanet; a partir de

⁴⁵ Os sites jornalísticos vendem anúncios e precisam que eles sejam visualizados. O tráfego dos internautas, medidos pelos cliques, em suas páginas é uma importante fonte de remuneração.

⁴⁶ Ver, por exemplo, a reportagem da Veja "Lei Rouanet: para além dos memes", em 2019, no link <<https://veja.abril.com.br/especiais/lei-rouanet-para-alem-dos-memes/>> ou a matéria "Ministério da Cultura anuncia mudanças na Lei Rouanet", em 2017 no Estadão, disponível em

2018, além das explicações, o jornal e seus colaboradores saíram em defesa da mesma. Isso porque houve um crescimento de divulgação de informações mentirosas sobre a Lei Rouanet (e também de vários outros assuntos) que, a partir de 2016, se tornaram conhecidas pelo nome de *Fake News* (em tradução literal: notícia falsa).

Mesmo que já existisse o fenômeno de invenção de notícias ou contorcionismos da prática jornalística⁴⁷, as *Fake News*, como conhecemos hoje, se consolidaram nas eleições presidenciais em 2016 nos Estados Unidos da América e ganharam espaço também no Brasil, principalmente na campanha eleitoral de 2018 (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). Alguns autores chamam tal fenômeno de “pós-verdade” (OXFORD, 2016) para indicar uma situação em que há uma ampliação da desconfiança nas fontes, até então julgadas legítimas de saber. Esse fenômeno em geral é acompanhado da disseminação de um relativismo radical e à crença de que não há possibilidade de estabelecer, com segurança, a veracidade de um fato, o que equaliza todos os discursos como “opiniões” de valor simétrico (MIGUEL, 2022, p.196).

A disseminação de relatos (em forma de vídeo, texto, áudio, imagens) pretensamente factuais, mas efetivamente falsos, embalados para difusão e consumo em ambientes digitais (GOMES, 2020) tem sido chamado de *Fake News* ou desinformação. Os pesquisadores em mídias sociais Recuero e Gruzd (2019) colocam que, para que aconteça o espalhamento destas desinformações, são necessários, além da estrutura da rede, dois fatores: primeiramente, os algoritmos de visibilidade, que são ditados pelos sites de redes sociais, sobre os quais não temos muita ingerência; e também a própria escolha dos atores sociais, que decidem o que tornar visível à sua rede social.

Como os atores tendem a compartilhar informações baseadas em suas próprias crenças e percepções, especialmente em contextos polêmicos, a mídia social tende a apresentar redes de conversação extremamente polarizadas. Este fenômeno é representado pela constituição de polos opostos partidarizados, pouco conectados entre si. Nisso, a estrutura das fake news como notícias “verdadeiras” tem valor muito importante, pois cria narrativas que ecoam preconceitos e visões de mundo dos atores sociais (RECUERO; GRUZD, 2019, p. 33).

<<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-cultura-anuncia-mudancas-na-lei-rouanet,70002102197>>, ou ainda o texto do G1 “Lei Rouanet dá retorno de R\$ 1,59 ao país para cada R\$ 1 investido em projetos, diz ministério”, em 2018, disponível em <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2018/12/14/lei-rouanet-da-retorno-de-r-159-ao-pais-para-cada-r-1-investido-em-projetos-diz-ministerio.ghtml>>. Todos os links estavam disponíveis em 15 de novembro de 2022

⁴⁷ Manipulação, desinformação, falsidade, rumores, teorias da conspiração sempre existiram, mas muitos (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; KALSNES, 2018; TANDOC JR., E. WEI LIM, Z & LING, 2018, GOMES, 2020) concordam que as novas tecnologias de comunicação permitiram novas formas de produzir, distribuir e consumi-las, e que a eleição presidencial americana em 2016 colocou o fenômeno diretamente na agenda internacional e em outro patamar.

Estas formações de “bolhas sociais” (PARISER, 2012) e “câmaras de eco” ou “casulos de informação” (SUNSTEIN, 2009) fazem com que as pessoas tendam a acreditar no que condiz com seu modo de apreensão do mundo e a desacreditar de narrativas que desconstroem essa percepção. Por isso, as mídias sociais, por conta da estrutura e modo de funcionamento, têm predisposição a ampliar a circulação de *Fake News* e, particularmente, daquelas eleitorais (RECUERO; GRUZD, 2019, p. 34).

Alguns autores, como o professor Marcelo Alves dos Santos Júnior (2019), salientam que o uso do termo *Fake News* é muito vasto e desgastado, além de estimular uma relação muito próxima das notícias (por conta da tradução literal), quando é um fenômeno mais próximo da comunicação política (GOMES, 2020). No intuito de refutar a expressão *Fake News*, alguns autores preferem utilizar o termo “desinformação”, “ressaltando o caráter de intencionalidade na produção e na propagação de informações falsas, equivocadas ou descontextualizadas para provocar uma crise comunicacional e, assim, obter ganhos econômicos e/ou políticos” (SANTOS *et al.*, 2021, p.188). Ao mesmo tempo, o uso de “desinformação”, se não explicado do que se trata, pode também causar outra confusão, afinal, o que o fenômeno faz não é apenas desinformar as pessoas. Uma outra expressão que tem sido usada é “desordem informacional” (ALVES DOS SANTOS, 2019), que tem o mérito de enfatizar a falta de ordenamento e centralização, que é uma característica deste fenômeno, e montar o cenário trazendo inclusive estratégias de guerra informacional, mas algumas vezes é usada como uma consequência do cenário da desinformação (SANTOS *et al.*, 2021). Ciente dessas disputas, não pretendo aqui esgotar as minúcias dessas terminologias, mas simplesmente indicar que o debate público sobre a Lei Rouanet tem sido impactado por informações falsas, cuja circulação causa efeitos e danos políticos. O capítulo busca mostrar que essas informações se alastraram na internet nos últimos anos por duas situações: o avanço, sem precedentes, da direita conservadora digital no mundo e a hiperpolitização⁴⁸ da política (GOMES, 2020).

Mas por que o crescimento da direita conservadora tem relação com esse fenômeno? Alguns estudiosos têm levantado que a chave para entender esta correlação está no fomento de uma “crise epistêmica” (GOMES; DOURADO, 2019), também chamada de “crise do Sistema

⁴⁸ Para Gomes (2020), essa hiperpolitização diz respeito ao tensionamento das relações pessoais, em que o centro político vai sendo desertado e as pessoas se colocam nos extremos. Seria o fenômeno da polarização política que Rodrigo Nunes (2020a), entre outros pesquisadores, argumenta que foi um fenômeno fomentado pela Direita. Isso inclui a imprensa de Direita, cuja produção promove a sensação da política estar dividida em polos distintos; entretanto, um dos polos está na extrema direita e o outro polo não está na extrema esquerda; por isso, seria uma polarização assimétrica.

de Peritos” (CESARINO, 2021), “anti-intelectualismo” (TIBURI; CASARA, 2016; NUNES, 2020b), “negacionismo científico” (AZIZE; AGGIO, 2020; FONSECA, 2021) ou ainda certa seletividade científica, dividindo as informações entre zonas de conhecimento amigo ou inimigo (NASCIMENTO *et al.* 2021).

Alguns grupos vinculados às Direitas estariam, intencionalmente, criando uma crise de confiança no sistema de conhecimento em seu próprio benefício. Para Gomes e Dourado (2019), essa crise “consiste em desqualificar todas as instituições tradicionalmente dotadas de credibilidade para arbitrar sobre o conhecimento socialmente aceito sobre fatos, a saber, a ciência, a universidade e o jornalismo” (GOMES; DOURADO, 2019, p.37). Já Cesarino (2021) coloca que minar a confiança social do sistema de peritos (conhecimento especializado em sociedades complexas) traz desordem e desestabilização. Marcia Tiburi e Rubens Casara dizem que o anti-intelectualismo é o “ódio que se dirige atualmente à inteligência, ao conhecimento, à ciência, ao esclarecimento, ao discernimento” (TIBURI e CASARA, 2016). Enquanto o professor de filosofia Rodrigo Nunes (2020) elencou o anti-intelectualismo como uma das matrizes discursivas que compõem o bolsonarismo, além de militarismo, empreendedorismo, liberalismo econômico, anticomunismo, conservadorismo de costumes e o discurso anti-corrupção.

Azize e Aggio, em apresentação de livro sobre ataque à área de Humanas, falam que o negacionismo científico e o desprezo pelas artes, articulados sobretudo por ideólogos de extrema-direita através de novos meios digitais, já encontram eco nas instituições de Estado que deveriam acolher, promover e proteger a área (AZIZE; AGGIO, 2020, p.9). Já os pesquisadores do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA, Nascimento, Fonseca, Jesus e Oliveira (2021), elucidam que, para além da deslegitimação do conhecimento científico, nota-se uma oscilação entre zonas de confiança e zonas de ignorância nas quais a ciência e os cientistas são divididos entre amigos e inimigos, resultado de uma análise de informações ligadas à pandemia de Covid-19 na comunicação digital entre bolsonaristas. Assim, a legitimação de informações é feita a partir de credenciais científicas, mas apenas quando se apresentam instrumentalmente favoráveis à confirmação da leitura específica de mundo deles (NASCIMENTO *et al.*, 2021, p.204).

Nestas circunstâncias, a falta de credibilidade do jornalismo tradicional abre espaço para que novas fontes de informação disputem a atenção do cidadão nas mídias sociais. O sistema informacional vai sendo alterado, abrindo espaço para novos formatos e novos atores sociais, e as mídias sociais vão ganhando cada vez mais relevância nas discussões sobre os

principais temas públicos. Como toda mudança, aos poucos vão acontecendo adaptações. Os jornais, por exemplo, foram criando perfis nas mídias sociais para se fazerem presentes também nelas, assim como as mídias sociais vão se tornando notícias no jornalismo tradicional, como vimos acontecer na Folha.

Assim, no intuito de compreender melhor o *clima social* recente em torno da Lei Rouanet, além de analisar as posições históricas da Folha de São Paulo, investigaremos também a rede informacional composta por diversos atores por intermédio de computadores, para assimilar a atmosfera ligada ao mecanismo. Este capítulo é dedicado inicialmente à compreensão deste contexto geral, com a seção *Redes sociais na internet*, com base principalmente em estudos das redes sociais da pesquisadora Raquel Recuero, para compreender, sobretudo, a gramática de funcionamento vigente neste ambiente. Depois será feita uma justificação do fato da escolha do *Twitter*, mídia social muito utilizada por jornalistas, políticos e celebridades, além de se detalhar o funcionamento da mesma na seção “*Mas ninguém usa o Twitter*”. Antes ainda de seguir para as análises dos dados coletados em 2021, será feita na seção *Contextualização da Lei Rouanet nas redes sociais*, uma ambientação das redes sociais entre 2011 e 2020 sobretudo no *Twitter*, no intuito de evidenciar o panorama político e midiático para a frutificação da atual discussão sobre a Lei Rouanet nas mídias.

Explicada a conjuntura, seguiremos para os dados, para verificarmos como se deu o ativismo anti-Rouanet em 2021 através de uma análise dos principais perfis que dão destaque à discussão, argumentação desenvolvida acerca do tema e a rede de relações formada. Os dados coletados através da ferramenta *Netlytics*⁴⁹, entre março e dezembro de 2021, serviram como base para diversos desdobramentos da investigação. Para compreender a argumentação utilizada pelos agentes foi utilizada na seção *As Mensagens e os sistemas de crenças* tanto a base de dados completa (com mais de 600 mil tuítes) para estabelecer as palavras-chaves mais citadas, quanto as mensagens proferidas nos momentos em que houve maior repercussão dos tuítes, para tipificar as alegações mais mencionadas numa base de dados mais apreensível, através de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

Na seção *Os perfis e as posições dos sujeitos*, são analisados os principais perfis presentes nesta rede criada em torno da Lei Rouanet utilizando a base de dados completa. Assim distinguiram-se os perfis por grau de interação: aqueles que compartilharam mais os conteúdos foram chamados de perfis *Replicantes*; já os perfis que tiveram suas mensagens mais

⁴⁹ Gruzd, A. (2022). Netlytic: Software for Automated Text and Social Network Analysis. Disponível em <http://Netlytic.org>.

compartilhadas foram chamados de *Formuladores* e uma terceira tipologia surgiu com os perfis *Comentados*, aqueles com interações do tipo “resposta”.

Na seção *As redes de relações* é feita ainda uma análise da rede formada em torno dos discursos sobre a Lei Rouanet no dia de maior repercussão entre todos os dados coletados, que aconteceu em 27 de dezembro de 2021. Então seguiremos para uma análise sobre a sintonia em torno da insatisfação e ressentimento no *Twitter*, em 2021.

2.1. As redes sociais na internet

Talvez os nascidos no século 21 não consigam entender a dimensão revolucionária das comunicações mediadas por computadores em nosso modo de consumir informações e de nos relacionar com outras pessoas. A difusão de informações tornou-se mais rápida e mais interativa e as conexões entre as pessoas foram construídas ou mantidas com bases diferentes do mundo *offline*. Treinar seu inglês conversando com alguém do outro lado do mundo sem sair de casa e a custo zero, organizar uma vaquinha para ajudar sobreviventes de uma catástrofe, encontrar pessoas que pensam como você quando achava que estava sozinho são exemplos de como a conexão pela internet modificou o modo de vida de grande parte da população mundial.

Com a popularização da internet, foram sendo criados sites que fazem com que pessoas utilizem das ferramentas de comunicação mediada pelos computadores criando redes sociais entre eles. As redes sociais existem em todo ambiente social, são constituídas nas relações entre as pessoas. Os sites de redes sociais, como o *Orkut*, o *Facebook* ou o *Twitter*, são uma forma de criar relações entre as pessoas. Entretanto, acabamos usando, na linguagem corriqueira, o termo “redes sociais” para nos referirmos a este tipo de site⁵⁰.

Estes sites são feitos, principalmente, através da relação entre pessoas. A pesquisadora Raquel Recuero, que é referência nos estudos das redes sociais e comunidades virtuais na Internet, diz que as redes são constituídas pelos atores sociais que utilizam essas redes (RECUERO, 2009, p.103). Um fator de muita relevância para a discussão desta pesquisa sobre a Lei Rouanet nas mídias sociais são as conexões construídas, mantidas e amplificadas no ciberespaço. Recuero (2009) coloca que, por meio de redes, os atores sociais constroem capital social, um conceito que é associado às vantagens de pertencer a um grupo social e obter vantagens relativas dentro dele. Essas vantagens podem ser compreendidas como os valores

⁵⁰ Feitas as devidas diferenciações, para fins desta dissertação, algumas vezes aparecerão os termos “redes sociais” ou “redes” com referência aos sites de redes sociais, mas para deixar mais explícita a diferença, chamarei os sites de “mídias sociais”.

que podem ser obtidos pelos indivíduos ao fazerem parte de uma rede social, como visibilidade, reputação, popularidade e autoridade. Um exemplo dessa dinâmica nas mídias sociais, observada por ela em 2009, mas ainda constatada nos dias atuais, é o uso estratégico de memes.

A presença de memes é relacionada ao capital social, na medida em que a motivação dos usuários para espalhá-las é, direta ou indiretamente, associada a um valor de grupo. Por exemplo, as pessoas que espalham os recados com imagens acreditam estar fazendo algo positivo, que deixará aquele que recebeu a mensagem contente. Logo, há intencionalidade na construção/aprofundamento de um laço social, que é ultimamente explicado pela necessidade de capital social. (RECUERO, 2009, p. 130)

Os memes são informações (texto, imagens, ideia, música, vídeo etc.) que são viralizadas e alcançam grande popularidade. Conhecer e usar um meme pode dar ao usuário capital social de pessoa atualizada: usar este tipo de mensagem em uma situação cotidiana pode sugerir que se trata de uma pessoa sagaz, inteligente, que usa do humor para se comunicar. Seja com ou sem memes, a comunicação no século 21 é fortemente permeada pelo uso das mídias sociais, e não demorou para que as campanhas políticas também passassem a usar tais mídias de forma profissional. Em 2010, todos os candidatos à presidência no Brasil já utilizavam o *Twitter* de maneira efetiva e interativa (AGGIO, 2014). Nos anos seguintes e de forma crescente, a tendência se alastrou entre os aspirantes a todos os cargos políticos, como uma forma de atuar próximo a seus eleitores. E é importante salientar aqui que a difusão de informações nessas mídias sociais é diferente do que acontecia quando não havia internet, modificando a formação da opinião pública. São os atores que, a partir de motivações baseadas em suas percepções individuais, filtram e replicam as informações, tornando essas visíveis (e não outras) para o restante da sua rede (RECUERO, 2009). A forma de circulação das informações é diferente e, assim como na vida *offline*, existem atores que têm mais visibilidade do que outros.

Recuero, Bastos e Zago (2015) defendem que os sites de redes sociais “podem ser compreendidos como elementos ampliadores da esfera pública que proporcionam um espaço onde, além da socialização, os atores podem expressar e reproduzir opiniões políticas e ideias que contribuem para o debate público” (RECUERO, BASTOS; ZAGO, 2015, p. 35). Outro pesquisador da participação política na internet, Jackson Medeiros, nos diz que as redes sociais na internet seriam instrumentos potencializadores da esfera pública (MEDEIROS, 2013).

Na abordagem oferecida por Soares e Recuero (2017), são reconhecíveis os conceitos do filósofo alemão Jürgen Habermas: a *opinião pública* formada na internet é constituída e constituinte da *esfera pública*. Esse seria um espaço público de participação com um conjunto de arenas, através de discussões e debates de questões relevantes para aquela sociedade. A

diferença da opinião pública na internet seria, então, a ampliação desta esfera. Eles salientam que Habermas já incluía em sua conceituação, por exemplo, o papel dos influenciadores na formação dessa opinião. A opinião pública nas mídias sociais seria então “fruto de posicionamentos de indivíduos sobre temas específicos. Sendo assim, possui como tendência a heterogeneidade de opiniões em sua formação, visto que é fruto de perspectivas de indivíduos sobre os temas debatidos” (SOARES; RECUERO, 2017, p. 22). A diferença nas mídias sociais está na velocidade de propagação destas opiniões, no tipo de circulação de mensagens e no poder persuasivo de atores sociais influentes que podem fortalecer um tipo de posicionamento sobre o tema debatido (SOARES e RECUERO, 2017, p. 22), o que não impede a existência de opiniões divergentes adotadas por outros grupos ou atores.

Então, para além da presença dos candidatos a cargos políticos, fazem parte também dessas redes sociais outros atores sociais como eleitores, ativistas, jornalistas, influenciadores, que participam ativamente dos debates com níveis diferentes de capital social. E podemos ver nesta *arena política* a circulação de diversos discursos. Mas, como veremos, mesmo existindo esta tendência à heterogeneidade na formação da opinião pública, o *Twitter* colabora para que o debate sobre a Lei Rouanet pareça ser mais homogêneo do que ele realmente é.

Uma outra especificidade comum nas mídias sociais que é importante comentar é a facilidade da exposição e manifestação de afetos, que é facilitada quando as pessoas não estão fisicamente presentes. Algumas pessoas têm comportamento de fãs, demonstrando intensidade amorosa, devoção e se mobilizam a favor da pessoa, se apropriando, reconfigurando e interpretando os produtos midiáticos (ALVES DOS SANTOS, 2016). E quando são anti-fãs ou *haters* (termo em inglês cuja tradução seria *odiadores*), a intensidade vem na manifestação do ódio, algumas vezes até criminalmente. A internet facilita este espalhamento de discursos de ódio e algumas vezes são discursos repletos de preconceitos e termos pejorativos (STEIN; NODARI; SALVAGNI, 2018).

O comportamento de fã normalmente é visto voltado a celebridades da cultura *pop*, como foi o caso dos adoradores da cantora Anitta que se mobilizaram em 2022 para colocar a cantora entre as mais tocadas no serviço de *streaming* de música *Spotify*⁵¹. Mas os fãs têm comportamento semelhante quando o tema é política (PARIKH, 2012; ALVES DOS SANTOS, 2014, 2016; DALMONTE; SOUZA, 2019), assim como os políticos também passaram a

⁵¹ Ver em <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/04/12/como-fas-de-anitta-manipularam-algoritmo-para-coloca-la-no-topo-do-spotify.htm>

performar como celebridades (PARIKH, 2012). Marcelo Alves Santos Júnior considera os fãs políticos como uma audiência altamente engajada no consumo de informações e que possui uma postura ativa e dinâmica de produção de conteúdo na internet. “Os fãs criam sentido e identidades a partir dos objetos da comunicação política, adaptando as formas simbólicas para seus contextos de sociabilidade” (ALVES DO SANTOS, 2016, p. 119). Já Edson Dalmonte e Pedro de Souza (2019) colocam que a atividade política nas redes⁵² de “usuários comuns” deve ser pensada como uma forma de microativismo em que o principal interesse é mais favorecer uma performance discursiva do que exatamente promover uma mudança política e social. As identidades, sejam elas quais forem, só existem com a existência das diferenças: o comportamento dos fãs é o de adoração a alguém ou uma causa e o ódio é a outra face da mesma moeda.

Este tipo de comportamento é muito presente na rede anti-Rouanet no *Twitter*. Vamos então entender a importância desta mídia social e suas idiossincrasias.

2.2. “Mas ninguém usa o *Twitter*”

A mídia social escolhida para a análise mais aprofundada destes discursos sobre a Rouanet foi o *Twitter*. Site de mídia social ou microblog, cujo símbolo é um passarinho azul, em que os usuários são convidados a *twittar* ou tuitar (uma onomatopeia para um pio de um passarinho), respondendo à pergunta “o que você está fazendo?” em até 280 caracteres (entre 2006 e 2017 eram 140 caracteres). Além dos textos curtos, os usuários podem também postar links, vídeos e imagens.

No *Twitter*, as pessoas criam suas contas e preenchem informações de seu perfil com imagens e pequenas descrições. Os perfis “seguem” outros perfis do seu interesse, sem a necessidade de serem seguidos de volta, diferentemente de outras redes como o *Facebook*, em que a reciprocidade é necessária para perfis individuais, a depender da configuração. Essa forma de funcionamento torna a integração social do *Twitter* mais ampla e diversificada, por conta da interação não se valer por parâmetros de amizade, mas de interesse. No *Twitter*, com a configuração padrão, o perfil “X” pode ter relação com o perfil “Y” sem que necessariamente “Y” tenha relação com “X”.

⁵² Eles falam de facebook, eu que estou generalizando

A maioria dos perfis neste site são, por padrão, públicos e abertos⁵³, o que permite mais acessibilidade na coleta de dados. E este já é um primeiro motivo para a escolha desta rede social: a possibilidade de captação dos dados com mais facilidade e de forma legal através da API⁵⁴ do site. Outras plataformas, como o *Facebook* e *Instagram* já foram mais abertas; a primeira versão da API do *Facebook*, por exemplo,

permitia que desenvolvedores tivessem acesso a dados de usuários referentes a amigos, fotos, eventos e informações. Vários apps e games foram lançados nesse contexto, o que também acabou ajudando na popularização da plataforma, com o fenômeno de jogos como *Farmville* (MEIRELLES, 2019, p.5)

Segundo o analista de redes de mídias sociais Pedro Meirelles (2019), ao longo dos anos, algumas plataformas, como é o caso do *Facebook* e *Instagram*, passaram a dificultar cada vez mais o acesso aos dados. Isso se deveu, principalmente, a uma série de escândalos denunciados a partir de 2014 pela imprensa britânica e norte-americana sobre a coleta de informações pessoalmente identificáveis de dezenas de milhões de usuários do *Facebook*. Esta coleta foi feita por uma empresa chamada *Cambridge Analytica*, que deu nome ao escândalo, e estes dados foram utilizados por políticos para influenciar a opinião de eleitores em vários países. Especialmente após abril de 2018, a coleta de dados no *Facebook* e *Instagram*, para fins de pesquisa, se tornou muito difícil. O *Twitter*, entretanto, manteve as portas minimamente abertas. A facilidade da captação de dados, que tem relação com a API mais acessível e aberta do *Twitter* em relação às demais redes, foi um dos dados importantes para a escolha desta rede. Mas não era só pela facilidade da coleta.

O site já foi a segunda mídia social mais usada no país (CANATTA, 2014), só perdendo para o *Facebook*, por um período na década de 2010. Mas, atualmente, o *Twitter* está em nono lugar em número de usuários. Segundo relatório de abril de 2022, produzido por duas grandes empresas globais na área de mídias sociais *We are Social* e *Hootsuite* (2022), as 10 redes sociais mais usadas no Brasil em 2022 são (nesta ordem): *WhatsApp*, com 165 milhões de usuários ativos, *YouTube*, com 138 milhões, *Instagram*, com 122 milhões, *Facebook*, com 116 milhões,

⁵³ Existe a possibilidade de configurar uma conta para que se torne privada, e assim, apenas seguidores que também são seguidos podem ver as atualizações. É possível também bloquear um perfil para que este não consiga mais visualizar as mensagens.

⁵⁴ Sigla para "Application Programming Interface", que em português quer dizer Interface de Programação de Aplicativos, que intermediam a comunicação entre dois sistemas. No caso do *Twitter*, é dado o acesso a parte do serviço através das APIs, para permitir que os desenvolvedores criem softwares que se integrem à rede social.

TikTok, com 73,5 milhões, *Messenger*, com 65,5 milhões, *LinkedIn*, com 56 milhões, *Pinterest*, com 30 milhões, *Twitter*, com 19 milhões, e *Snapchat* com 7,6 milhões de usuários.

Apesar de não ser das redes mais utilizadas no país, o *Twitter* é muito ágil e tem muita importância para o debate político, e este é um segundo fator para a escolha desta rede. Em abril de 2021, a pesquisa *The State of Journalism*⁵⁵ apontou o *Twitter* como a rede social mais usada por profissionais da imprensa e também a mais valiosa para eles. Além disso, 74% dos usuários ativos⁵⁶ dizem que utilizam a rede para se informar. A presença dos jornalistas é compreensível, como assinalou Gabriela Zago (2011), pois eles têm no *Twitter* a facilidade de acesso às fontes, tendo à sua disposição, “um conjunto de declarações por escrito, feitas espontaneamente ou não, por famosos ou políticos (ou por seus assessores), a partir das quais podem produzir suas matérias” (ZAGO, 2011, p. 60).

Além da presença ativa dos jornalistas, é notória a interação dos políticos nesta rede social. É pelo *Twitter* que muitas declarações e anúncios são feitos, sem mediações. Segundo o estudo *Twiplomacy 2020*⁵⁷, governos e dirigentes de 189 países estão presentes oficialmente na rede social, o que representa 98% dos 193 estados membros da ONU. O perfil do atual Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, está na décima sétima posição em número de seguidores dos líderes mundiais nesta rede social, e é o primeiro na América Latina. Apesar de ter mais de 1,3 bilhões de usuários cadastrados, apenas 340 milhões são usuários ativos monetizáveis mensais⁵⁸, aqueles que realmente estão navegando nesta rede e sendo impactados pelos anúncios. Em um ranking realizado pelo *Statista*⁵⁹, em 2021, o Brasil ocupa a 5ª posição de países de audiência ativa e engajada na rede.

Apesar de ter atingido seu auge de entrada de usuários em 2009, a partir de 2016 a rede social voltou a crescer no Brasil (OLIVEIRA, 2017), com as pessoas buscando atualizações mais ágeis de notícias, o que a torna muito relevante jornalisticamente. Os publicitários, analistas de mídia e estudiosos do assunto (FIGER; SOUZA, 2012; HABCKOST, 2019; VOLPATO, 2021) dizem que o *Twitter* é usado como segunda tela, em que os usuários

⁵⁵ https://mediatalks.uol.com.br/2021/04/14/twitter-a-rede-mais-valiosa-para-os-jornalistas/?utm_medium=site&utm_source=portaljornalistas&utm_campaign=portal

⁵⁶ <https://www.journalism.org/2017/09/07/news-use-across-social-media-platforms-2017/>

⁵⁷ <https://twiplomacy.com/>

⁵⁸ <https://www.omnicoreagency.com/twitter-statistics/>

⁵⁹ <https://www.statista.com/statistics/242606/number-of-active-twitter-users-in-selected-countries/>

comentam e debatem o que estão assistindo na TV, postando comentários sobre noticiários, *reality shows*, jogos de futebol e outros programas.

Esta mídia social tem sido foco de pesquisas em todo o mundo, com atenção no compartilhamento de informações em tempo real e sobre a capacidade de mobilização política dos usuários, principalmente após as manifestações sociais ocorridas na primeira década dos anos 2000. As pesquisadoras Lucia Santaella e Renata Lemos (2010) caracterizam o *Twitter* como termômetro social e político, instrumento de resistência civil, palco cultural e arena de conversações contínuas (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 66).

Já as autoras Mariana Passos e Teresinha Pires (2019) compreendem que os públicos em rede são capazes de consumir e compartilhar informação de forma mais rápida e ainda argumentar e discutir sobre temas diversos de forma a, possivelmente, obter retorno em ações políticas concretas a partir da extensa e crescente visibilidade proporcionada pelo ambiente online. Para elas, toda essa arquitetura do espaço público se traduz em novas formas de percepção da política ao possibilitar a circulação de narrativas e contranarrativas criadas pelos próprios usuários, “e a ampliação do alcance dessas narrativas para outros públicos, o microblog se torna uma mídia social de extrema relevância na contemporaneidade” (PASSOS e PIRES, 2019, p.184).

Por último, é importante ressaltar que, além dos jornalistas, políticos e celebridades, a grande massa de pessoas no *Twitter* está ali para se informar e se entreter, e muitos estão a serviço de comunidades de fãs. Gabriela Habckost, que pesquisa o comportamento dos telespectadores do programa televisivo Big Brother Brasil no *Twitter*, explica que as comunidades de fãs se apropriaram do *Twitter* para trocar informações sobre seus objetos de afeição e traçar estratégias de comportamento (HABCKOST, 2019). Então, ao mesmo tempo que os *Trending Topics*⁶⁰ são tomados por *hashtags* ligadas a celebridades e programas televisivos, as pautas políticas também suscitam o mesmo comportamento de “fã”, que o estudioso norte-americano Joel Penney (2015) chamou de *citizen marketer*. O pesquisador Viktor Chagas traduziu bem em uma entrevista que o “cidadão marqueteiro” seria “o sujeito comum que simultaneamente vai à rua com camiseta, que participa de grupos de WhatsApp e que contribui circulando memes sobre um candidato. Trata-se de um militante, organizado, coordenado, mas também espontâneo” (CHAGAS apud ARAUJO, 2021)

⁶⁰ Uma tradução literal para Trending Topic, ou simplesmente tt, seria tópico de tendência. No Twitter, uma palavra, frase ou *tag* mencionados com mais frequência do que outros são considerados uma "tendência".

Mais um dado que contribui para a escolha desta mídia social é a principal característica inerente a ela: as mensagens são curtas. O *Twitter* é uma rede que favorece a discussão mais rasa, através de frases de efeito e de piadas. É difícil mudar opiniões com frases rápidas: o que acontece é uma reafirmação identitária, um reforço de conexões com seu grupo de pertencimento. O *Twitter* incentiva a repetição, afinal de contas existe um *ranking* (*trend topic*) de palavras mais usadas, além do uso de *hashtags*, que conectam uma mensagem a outra através de *hiperlink*. Ao usarem bordões para expressar sua recusa ao incentivo público à cultura – como “artista que mama nas tetas do governo” ou “a mamata vai acabar” –, por exemplo, as pessoas se sentem fazendo parte de um grupo, reafirmando sua inscrição naquela identidade, naquela tribo. Este reforço é proporcionado pelos algoritmos do site, sobre os quais o usuário não tem ingerência, nem sabe ao certo como funcionam, e pela interação com as demais contas.

A interação entre os perfis no microblog se dá através de 5 formas. Uma delas é o envio de mensagens particulares entre perfis, que não são rastreáveis. As outras são curtir (ícone de coração) uma postagem, retuitar (compartilhar uma mensagem, aparece um “RT” no início das mensagens), fazer um texto mencionando um perfil (com @ + nome do perfil) ou responder a uma postagem feita (semelhante a um comentário em outras redes). É a partir destes recursos que os diferentes atores sociais vão buscar visibilidade dos demais perfis e também agir no algoritmo da plataforma, explica Carlos d’Andréa, pesquisador de plataformas online.

Essas ações são variáveis fundamentais para o modo como os algoritmos vão hierarquizar as postagens exibidas, de forma personalizada, para cada usuário. Assim, quanto mais rastros um ator deixa nas plataformas, mais visibilidade ele tende a ter. Essa indução de mais ações interessa, é claro, às próprias plataformas, inclusive pelo potencial comercial dos dados gerados (D’ANDRÉA, 2020, p.9).

D’Andréa nos lembra que este e tantos outros sites de mídia social no final das contas são geradores de dados sobre pessoas, encaixando-as em tipos com determinados padrões que as fazem sentir-se pertencendo a grupos específicos e, muito além das relações pessoais, isso ajuda a criar nichos de mercado, a vender anúncios cada vez mais personalizados e eficazes nestas redes. Então, para além de trocar mensagens, as mídias sociais “servem” para vender anúncios.

O que veremos a seguir é como essas interações se deram ao redor da discussão sobre a Lei Rouanet na última década, aprofundando em seguida a análise no ano de 2021.

2.3. Contextualização da Lei Rouanet nas redes sociais

Seria prematuro seguir para a análise dos dados coletados em 2021 sem antes contextualizar a circunstância da desordem informacional (ALVES DOS SANTOS, 2019)

acerca das movimentações discursivas sobre a Lei Rouanet a partir de 2011, quando aparece a primeira grande polêmica nas redes sociais ligada à legislação. A seção fará uma visão panorâmica das mensagens entre 2011 e 2020, sem maiores detalhamentos e verificação de particularidades. Mas o desenho desta conjuntura ajuda, sobretudo, a compreender o clima social formado em torno da temática em questão, que será detalhada a seguir.

No capítulo anterior, foi narrada uma polêmica sobre o projeto *O Mundo Precisa de Poesia - blog*, no qual uma poesia seria recitada diariamente em um site pela intérprete Maria Bethânia. Esta foi a primeira vez que a Lei Rouanet ganhou grande visibilidade em uma rede social. Os pesquisadores Renata de Paula e Leonardo Costa acompanharam a controvérsia em 2011, relatando que, naquele momento, a cantora se tornou um dos assuntos mais comentados do mundo, sendo *trending topic* no *Twitter*. No artigo, eles evidenciam que a enxurrada de mensagens demonstrava grande desconhecimento sobre a lei de incentivo, falando por exemplo que Bethânia deveria devolver o dinheiro, sendo que ainda não havia existido captação do recurso (COSTA e ROCHA, 2011, p. 5). O texto traz algumas dessas mensagens polêmicas ligadas ao caso, muitas delas envolvendo humor - que é uma característica importante para a viralização de mensagens - e cita também outras críticas que comumente questionavam no *Twitter* o uso de dinheiro público para o financiamento de projetos culturais, num país em que as necessidades mais básicas dos cidadãos não são completamente supridas. Assim como aconteceu na análise da Folha de São Paulo, em que constantemente se falava em “setores mais prioritários” que deveriam ter mais apoio governamental, antes da Cultura.

Utilizando a ferramenta de busca avançada no *Twitter* é possível ter acesso às polêmicas envolvendo a Lei, colocando filtros temporais ano a ano, mês a mês. Outras redes, como *Facebook*, *Instagram* ou *Youtube*, não têm uma ferramenta que permita pesquisar por data, e nas buscas com palavras-chave aparecem sempre as postagens mais atuais, dificultando o acesso às postagens mais antigas. Por isso, foi feita uma pesquisa sobre o que foi postado entre 2011 e 2020 apenas no *Twitter*, com intuito de reconhecer um histórico das discussões e do clima nessa mídia antes de analisarmos os dados de 2021. É possível ver um crescimento de heterogeneidade dos atores sociais que incitam a discussão ano a ano, e o aumento de repercussão do assunto também.

Entre 2011 e 2015, a maioria das movimentações em torno da Lei Rouanet são repercussões ligadas a projetos ou propostas de lei, como foi o caso de mobilizações positivas sobre a inclusão da música gospel (BRASIL, 2012) como uma demarcação da presença pública dos evangélicos nas pautas culturais (SANT’ANA, 2013). Ou mesmo campanhas para incluir

setores como a gastronomia como uma área a ser apoiada. Há também repercussões negativas como no caso do blog de Bethânia, sobre o Rock in Rio e alguns projetos envolvendo artistas famosos.

Neste período, temos uma preponderância de mensagens de perfis oficiais do governo ou perfis jornalísticos dando notícia como as reuniões da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura ou do Procultura. Nesse momento já se fala em corrupção de artistas através da Rouanet. Em 2014, por exemplo, durante a eleição presidencial, aparecem mensagens vinculando o apoio de alguns artistas (como o cantor Chico Buarque ou o ator Paulo Betti) ao PT ao ganho ilícito de recursos da Lei Rouanet, mas ainda não são ostensivas, nem suscitam tanta interação. Outras mensagens mencionam a movimentação de “artistas beneficiários da Rouanet” para aprovação do Marco Civil da Internet, que supostamente traria “censura” ao acesso à informação na rede.

Um dos perfis mais efusivos sobre a Lei Rouanet, no período anterior ao impeachment de Dilma, é o do jornalista Reinaldo Azevedo, que fez parte do grupo de intelectuais assumidamente de direita portadores de “uma retórica mais virulenta, combativa e militante” (CHALOUB; LIMA; PERLATTO, 2018, p.9). Segundo Chaloub, Lima e Perlatto (2018) nesse período intelectuais de direita como Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, Diogo Mainardi e o próprio Reinaldo Azevedo foram, aos poucos, ocupando a esfera pública através da presença no mercado editorial, grande imprensa e plataformas digitais. Azevedo foi um dos jornalistas mais atuantes na chamada polarização assimétrica (NUNES, 2020a) da política brasileira, e é também ator político importante nos debates sobre a Lei Rouanet. Após o governo Bolsonaro, o jornalista se tornou menos crítico ao PT e a favor de algumas políticas que antes criticava, como as cotas nas universidades, por exemplo. Azevedo tem grande importância nos debates políticos dos últimos 20 anos: manteve por muitos anos um blog hospedado no site da Revista Veja, onde forjou o termo “petralha” para se referir aos simpatizantes e militantes do PT. Durante a polêmica do blog de Bethânia (março de 2011), o jornalista escreveu um texto opinativo já se referindo à Lei Rouanet como “mamata” e questionando uma suposta superioridade da classe artística perante outros trabalhadores. No texto, ele fala sobre os artistas “puxarem o saco do PT” porque eles gostam de um Estado forte que possa financiá-los (AZEVEDO, 2011). Mas, ainda que essa retórica já estivesse assim em circulação pública, havia relativamente baixa interação sobre o tema no *Twitter*.

É explícito o crescimento da importância das mídias sociais no campo político, assim como o crescimento e a visibilidade da Direita. As manifestações de junho de 2013 e a derrota

de Aécio Neves (PSDB) com a reeleição de Dilma no final de 2014 tornaram-se “oportunidades políticas” (ROCHA, 2019) que fizeram com que cada vez mais pessoas passassem a assumir discursos de direita de maneira aberta. Os protestos, com início em 2013, encabeçados por grupos militantes das Direitas como os Movimento Brasil Livre (MBL), Movimento Vem pra Rua e Revoltados Online, que traziam jovialidade à velha imagem do conservador brasileiro, ganharam fôlego entre 2015 e 2016, com o auge da campanha do impeachment de Dilma. Entre as inovações do repertório dos protestos, nesse período, estão, por exemplo, os “panelaços”, que eram convocados pelas redes (TATAGIBA, 2018). A atuação do MBL nas redes sociais é exemplar no uso de memes, que colocava ênfase no papel do indivíduo como protagonista da política e um apelo para que o Estado exerça papel regulatório e fiscalizador (SANTOS; CHAGAS, 2018).

A associação entre o antipetismo e a luta contra a corrupção foi uma chave poderosa para unir grupos diversos em função da pauta do impeachment de Dilma. Em meados da última década, começa a aparecer já em grande quantidade e repercussão a associação de suposta vantagem financeira a artistas, através da Lei de Incentivo, para apoio ao partido.

Imagem 02: Imagem compartilhada no *Twitter* associando artistas e “mamata”, em 2015



Fonte: <https://twitter.com/EdGarcia/status/681902596806852608>⁶¹

⁶¹ Acesso em 02 de setembro de 2022

Entre 2014 e 2015 evidenciam-se listas como “Os 12 projetos mais bizarros aprovados pela Lei Rouanet”⁶², citando projetos citados anteriormente como o blog de Maria Bethânia, espetáculo do Cirque du Soleil e outros como um filme do petista José Dirceu e DVD de MC Guimê, por exemplo. Aparecem também muitos memes (como o da Imagem 02) associando artistas (os que mais aparecem nesse momento são Chico Buarque, Marieta Severo, Claudia Leite, José de Abreu, Letícia Sabatella, Gregório Duvivier e Paulo Betti) ao suposto apoio comprado ao governo, prática que viria a ser exacerbada nos anos seguintes.

No universo da desordem informacional, as *narrativas*⁶³ podem ganhar dos fatos e a descredibilização é uma ação constante. Em um estudo sobre os temas mais recorrentes em sites de *fact-checking*⁶⁴, entre janeiro de 2016 e julho de 2019, Suelen Batista encontrou uma predominância de boatos ligados a “artistas”, “produções culturais”, “Política e Cultura”. Em sua pesquisa, a Lei Rouanet integra essas *Fake News* sempre no intuito de marginalizar a classe artística, deslegitimar e depreciar a importância da cultura/artistas, colocar que valores progressistas representam um risco à sociedade, ao mesmo tempo que os valores conservadores defendem a ordem social e valorizam a ideia de Estado Mínimo (BATISTA, 2020).

No final de 2017, circulou pelas mídias sociais, por exemplo, uma informação feita para parecer uma notícia da Folha de S. Paulo, dizendo que o Diário Oficial da União havia publicado a liberação da verba de R\$ 5 milhões através da Lei Rouanet em 2018 para a cantora Pablo Vittar. Muitas mensagens no *Twitter* divulgaram tal “notícia” e criticaram o MinC e Pablo, dizendo que existiam setores mais importantes onde aplicar o recurso público. Alguns dias depois, a cantora, que é constantemente alvo de informações inventadas a seu respeito por representar a comunidade LGBTQ+ como *drag queen* e professora admiradora do PT, desmentiu o fato em seu perfil no *Twitter* com um vídeo, assim como fizeram os sites de checagem de fatos. Para compreender a dinâmica da circulação de afetos na mídia social, vale notar que esse boato se tornou uma piada nas redes e alguns usuários postaram no *Twitter* o mesmo texto da suposta notícia, só trocando o nome de Pablo Vittar por vários artistas e grupos fictícios, como

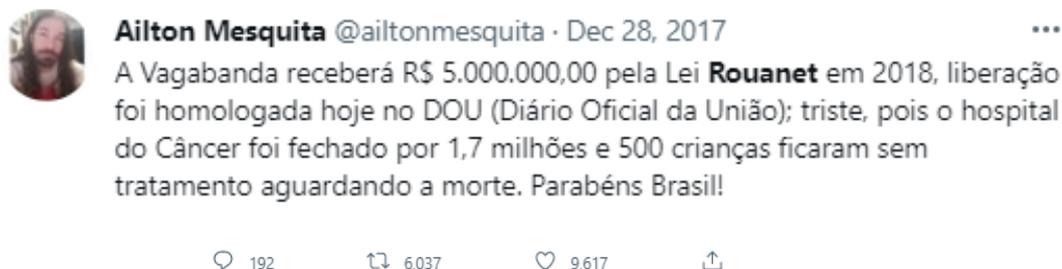
⁶² O link com esta lista mais citado teria origem em um site (Spotiniks.com) que saiu do ar. Mas alguns blogs reproduziram a lista como este disponível em <http://maristelafarias6.blogspot.com/2015/06/os-12-projetos-mais-bizarros-aprovados.html>, acesso em 15 de novembro de 2022

⁶³ O uso de narrativas aqui em lugar de ‘estórias’ ou ‘mentiras’, por exemplo, se deu por seu valor êmico: trata-se de uma palavra muito utilizada por atores da extrema-direita no Brasil para aludir à guerra sobre a verdade.

⁶⁴ A tradução literal de *Fact-checking* seria checagem de fatos. Os sites especializados fazem apuração dos fatos, chegando os dados mencionados em textos. Os sites pesquisados por Batista foram Agência Lupa, Aos Fatos e Boatos.org

no caso da Vagabanda (Imagem 03), uma banda criada para a novela Malhação (TV Globo). Ou seja, mesmo com a informação desmentida, ela foi parodiada e alcançou muitas pessoas, como mostra este *tweet*.

Imagem 03: Vagabanda receberá R\$ 5 milhões pela Rouanet



Fonte: <https://twitter.com/ailtonmesquita/status/946352264318418944>⁶⁵

Mas nem sempre é o que acontece. Muitas mensagens enganosas envolvendo artistas ajudaram a criar uma imagem negativa sobre estes trabalhadores, como aconteceu com a desinformação criada em 2018 pelo site sensacionalista *Jornal do País* que dizia que a Polícia Federal, estaria mirando artistas como Roberto Carlos, Fafá de Belém e Caetano Veloso. A notícia dizia que indícios apontavam fraudes em todos os contratos no período petista e utilizaram uma foto com setas apontando que artistas seriam estes (Imagem 04).

Imagem 04: Fake News de Artistas na mira da PF



Fonte: <https://www.aosfatos.org/noticias/policia-federal-nao-vai-prender-artistas-que-receberam-da-lei-rouanet/>⁶⁶

⁶⁵ Acesso em 04 de set de 2022

⁶⁶ Acesso em 20 de setembro de 2022

Existem ainda desinformações que usam manchetes parciais e normalmente sensacionalistas, um tipo de *Fake News* que coloca os fatos fora de contexto (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017), como é o caso do *tweet* abaixo, de junho de 2018, na Imagem 05, sobre a concentração da Lei Rouanet no Sudeste durante nove anos de governo do PT. A concentração existe de fato, mas não só neste período. Entretanto, o texto é produzido de forma a relacionar a crítica exclusivamente ao governo petista.

Imagem 05: Tweet com notícia sobre Concentração da Lei Rouanet, após 9 anos de PT



Fonte: <https://twitter.com/jacquietequila/status/1006298567726784512>⁶⁷

Como já comentado, em setembro de 2018, durante campanha eleitoral, a *tag* #RouanetNão chegou a ficar em primeiro lugar dos *trending topics* no *Twitter*, como uma reação ao manifesto *Democracia sim* e ao ato público *Ele Não*, com grande adesão da classe artística e personalidades públicas que consideram Jair Bolsonaro uma “ameaça”. A *tag* continuou sendo usada mesmo depois deste episódio em algumas mensagens para falar de artistas que se colocavam contra Jair Bolsonaro, como aconteceu, por exemplo, quando a atriz

⁶⁷ Acesso em 20 de setembro de 2022

consagrada Fernanda Montenegro, homenageada no Troféu Domingão (TV Globo), em dezembro 2018, defendeu a classe artística, ao lado das outras atrizes Marieta Severo e Adriana Esteves. Mensagens como a da Imagem 06 pintaram as telas com mentiras envolvendo a Lei Rouanet e artistas do gabarito da Imortal.

Chamo atenção aqui para as medidas de relevância do *Twitter*: quantidade de curtidas, compartilhamentos e respostas nas mensagens. A partir de 2016, a exemplo das Imagens 03 e 06, é possível visualizar um crescimento nestes indicadores de relevância, demonstrando como este tipo de mensagem passou a mobilizar mais os participantes da rede.

Imagem 06: Tweet de Tv Bolsonaro utilizando a tag #RouanetNão em dezembro de 2018



Fonte: <https://twitter.com/22TvBolsonaro/status/1072172811681234945>⁶⁸

Outro dado interessante e que complexifica este quadro sobre o interesse sobre a Lei Rouanet na internet pode ser visualizado através do *Google Trends*⁶⁹, uma ferramenta do Google que mostra os mais populares termos buscados no site desde 2004. A ferramenta apresenta gráficos com a frequência em que um termo particular é procurado em várias regiões do mundo.

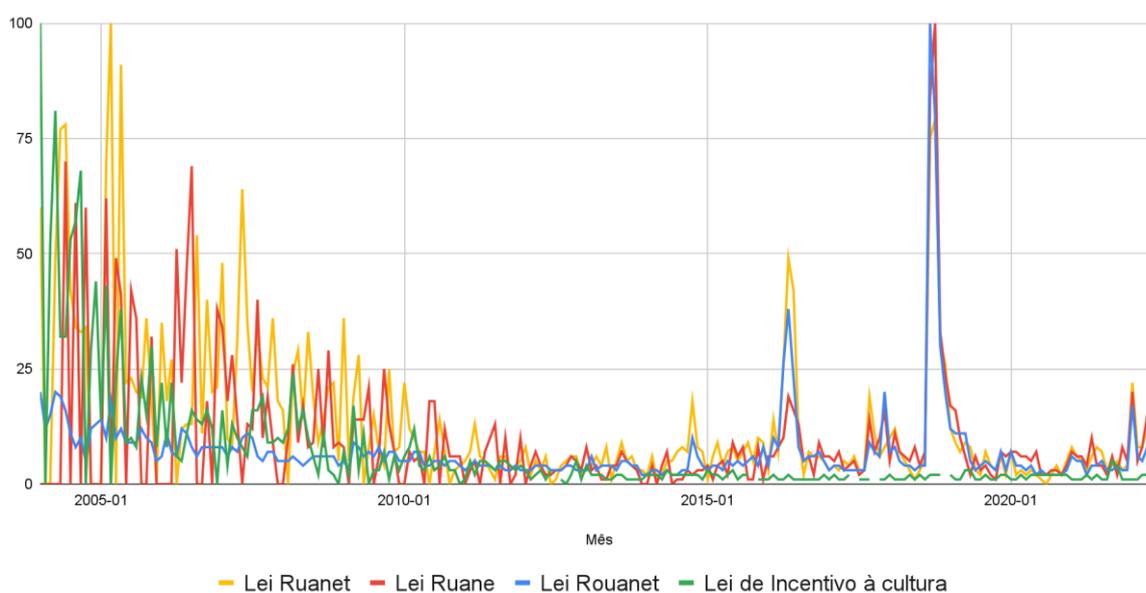
O Gráfico 03 apresenta a busca por “Lei Rouanet” no Google entre 2004 e junho de 2022, em que o eixo horizontal representa o tempo; e o vertical, o volume de buscas. Ele trouxe

⁶⁸ Acesso em 20 de setembro de 2022

⁶⁹ Pode ser visualizado em <https://trends.google.com.br/>

surpresas: a linha azul (busca por “Lei Rouanet”) lembra um pouco a curva das menções sobre a Rouanet na Folha no Gráfico 02 (no capítulo anterior), mostrando interesse baixo e mais ou menos contínuo, e a partir de 2016 alguns picos de relevância. Contudo, ao adicionarmos variações de grafias (“Ruane”, “Ruanet”) e também “Lei de Incentivo à cultura”, é possível visualizar um interesse muito alto entre 2004 e 2010, período de maior crescimento do uso da própria lei. E é interessante notar como o uso do termo “Lei de Incentivo à Cultura” (em verde) vai diminuindo ao longo dos anos, pois a lei foi sendo cada vez mais chamada pelo apelido de Rouanet.

Gráfico 03: Busca no Google pela Lei Rouanet ao longo do tempo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Google Trend

Na ferramenta de busca, o interesse no assunto coincide com o crescimento de aprovação e captação de projetos na Lei de Incentivo (vide Gráfico 02). Depois disso, o interesse pelo termo diminui e temos um novo pico em 2016, entre abril e junho, quando estava sendo protocolado o pedido pela instauração de CPI da Lei Rouanet e instauração do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Depois houve uma grande curiosidade sobre o termo em setembro de 2019, que podemos atribuir a duas polêmicas: o canal humorístico no *Youtube* Porta dos Fundos publicou um vídeo intitulado “Mamata”⁷⁰ tratando o tema de forma irônica, dizendo que “agora essa

⁷⁰ Pode ser visualizado em <https://www.youtube.com/watch?v=bWWt5nE02P0>. Acesso em: 20 maio 2021

gente (os artistas) vai ter que aprender a trabalhar de verdade”. O vídeo ridiculariza as abordagens desinformadas da temática, afirmando que “agora que acabou a Rouanet” os hospitais estão maravilhosos, não há mais violência nas ruas e, na ficção, artistas levam outra forma de vida: Stepan Nercessian pede dinheiro na rua, Milton Nascimento carrega sofá e Fernanda Montenegro dirige um carro tipo táxi. Em um único dia, o vídeo alcançou um milhão de visualizações, repercutindo no Twitter. A outra polêmica foi que, alguns dias depois do vídeo, o Ministro da Justiça Sérgio Moro divulgou a criação da “Lei Rouanet da Segurança Pública”, uma medida provisória que daria abatimento no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas que fizessem doações ao Fundo Nacional de Segurança Pública, contribuindo para a confusão da renúncia fiscal com a Lei Rouanet, e fazendo com que mais pessoas quisessem saber do que se trata essa tal Rouanet.

Em 2022, o interesse na Lei Rouanet voltou a crescer por conta do caso que ficou conhecido como “CPI dos sertanejos”. A controvérsia começou com uma fala do cantor sertanejo Zé Neto durante um show em maio, afirmando que ele não dependia de dinheiro público, se referindo à Lei Rouanet, e que seus ganhos eram realizados por meio dos ingressos em shows lotados, alfinetando a cantora Anitta, que fazia campanha contra Bolsonaro. A partir daí, internautas passaram a publicar nas redes sociais sobre valores de cachês pagos por prefeituras (portanto, dinheiro público) de todo o Brasil para artistas sertanejos, em sua maioria apoiadores do presidente Bolsonaro. A repercussão gerou uma crise no mundo sertanejo, gerando inquéritos do Ministério Público para investigar as origens de contratos altíssimos previstos para artistas como Gustavo Lima e a dupla Bruno e Marrone.

Foi a primeira vez que uma grande polêmica envolvendo a Lei Rouanet foi levantada contra atores sociais vinculados às Direitas e atacando diretamente os próprios argumentos morais utilizados por eles sobre o mau uso do dinheiro público. Através da Lei Rouanet, os valores de cachês têm tetos estabelecidos (mesmo antes da IN nº1/2022), os recursos não são diretamente oriundos do Estado (mas sim de empresas/pessoas que descontam os patrocínios na declaração de Imposto de Renda) e há uma rigorosa prestação de contas. Enquanto os cachês das prefeituras dos casos divulgados são exorbitantes (com 6 a 7 dígitos), não há prestação de contas e muitas vezes não há licitação.

O que parece é que as polêmicas e a desordem informacional sobre a Lei Rouanet cresceram concomitantemente ao surgimento de novos grupos que se vincularam às Direitas. E, apesar do impulso da pesquisa nascer de uma pré-noção de que havia um aumento de

interesse sobre a legislação nas redes sociais, ao me aproximar do objeto de pesquisa foi possível confirmar que havia um interesse excepcional real.

Uma vez feita esta contextualização sobre as redes sociais, os discursos das Direitas contra corrupção e intelectuais, e o movimento da desinformação, chegamos finalmente aos dados sobre a Lei Rouanet de 2021.

2.4. O que dizem os dados

O ano de 2021 foi marcado por muitos acontecimentos dentro da Secretaria Especial de Cultura e muitos deles estavam ligados à Lei Federal de Incentivo à Cultura. Como comentado no capítulo anterior, os gestores da pasta, em 2021, eram Mário Frias, o Secretário Nacional de Cultura, e André Porciuncula, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura. Ambos muito ligados à família Bolsonaro e disputando dentro da pasta (e fora dela) por valores conservadores nos costumes e extremamente liberais na economia.

O governo Bolsonaro se utilizou de “estratégias que burlam o Legislativo e a institucionalidade, entre outras áreas, para flexibilizar o acesso a armamento, fragilizar a autonomia de instituições de controle e vigilância, atacar o pluralismo e diversidade no setor cultural e dismantelar políticas ambientais” (GALF, 2022). É o que afirmam os pesquisadores Oscar Vilhena Rubens Glezer e Ana Laura Barbosa que intitularam esta prática de “infralegalismo autoritário”. Na cultura, essas disputas ficaram visíveis no aparato infra legal mobilizado por tais gestores fazendo pequenas modificações em como gerir as leis e políticas culturais.

No caso da Lei Rouanet, por exemplo, é possível ver as disputas sobre o tipo de arte e cultura que se deseja fomentar com a inclusão de membros das Artes Sacras na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, ou mesmo a retirada das artes experimentais ou “atividades que busquem erradicar todas as formas de discriminação e preconceito” do rol de finalidades da lei (BRASIL, 2021b). Ou ainda na publicação da Portaria 124, de 4 de março de 2021 (BRASIL, 2021a), que dizia que não seriam analisadas as propostas de cidades que aderiram a restrições de circulação durante a pandemia de Covid-19, colaborando para pressionar os estados e municípios que implantaram medidas de *lockdown*⁷¹, que o governo federal se declarava contrário.

⁷¹ O termo em inglês pode ser traduzido como “confinamento” e trata de protocolos de restrições de circulação de pessoas adotado por durante a pandemia de Covid-19 por municípios e estados brasileiros.

A particularidade da gestão está também na performance discursiva construída por Mario Frias e André Porciuncula. Os pesquisadores Gabriel Cid, Leandro de Paula e João Domingues (2022a, 2022b) destrincharam em dois artigos, através de análise de tuítes de ambos e controvérsias em que eles se envolveram durante a gestão, uma ênfase em discursos ligados à lisura da administração dos recursos públicos, “mérito que advogam para si em oposição aos “fins políticos/ideológicos” que atrelam a uma “elite artística sindical”” (CID; DOMINGUES; PAULA, 2022b, p.44). Os secretários ostentam “perfis bastante distintos da intelectualidade que, via de regra, realizou a mediação entre governo, academia e os saberes das populações excluídas” (CID; DOMINGUES; DE PAULA, 2022a, p.13), e criaram legitimidade assumindo papéis como gestores cautelosos do erário público. A falta de relação com a gestão e com o tradicional campo cultural, que era visto pela imprensa, academia e artistas como algo negativo, foi usado por eles como um trunfo. O argumento dos gestores é de que sendo pessoas comuns, cuidam do erário, como qualquer outra pessoa de bem faria.

A performance retórica do *gestor-auditor* (CID; DOMINGUES; DE PAULA, 2022a) gira em torno de um novo tipo de gestor público, com a missão de moralizar os mecanismos de fomento à cultura em respeito ao povo, ao “homem comum”. Desta forma eles se colocam de forma mais próxima do público que eles dizem ser os destinatários das políticas públicas para cultura no governo Bolsonaro: de e para “homens-comuns”.

Em nome da disputa de valores, eles se envolveram em polêmicas em 2021 como do projeto da nona edição do Festival de Jazz do Capão, que teve a captação na Lei Rouanet inabilitada pela gestão com um texto fora do padrão com muitas citações religiosas, por exemplo, e com argumentos de que o festival tinha teor ideológico, apresentando como prova uma postagem feita nas redes sociais em que o evento se dizia “antifascista e pela democracia”. Na ocasião da divulgação da inabilitação do projeto, André Porciuncula publicou: “Aviso aos militantes: todos que tentarem usar a Rouanet para palanque político/partidário serão impedidos. Não temos medo da pressão de vocês, não deixaremos a cultura do país ser rebaixada a condição de panfleto partidário. Dinheiro público, nesse Governo, é respeitado” (PORCIUNCULA, 2021c).

Outras ações arbitrárias como a suspensão do edital de chamamento para séries em TVs públicas que envolviam projetos com pautas LGBTQ+, em 2019 ou a inabilitação do plano anual do Instituto Vladimir Herzog, que tem pautas ligadas a liberdade de imprensa e democracia, para captação de recursos via Lei Federal de Incentivo à Cultura, no início de 2021 (PAULA;

DUMAS; PIMENTA, 2022) cooperaram para ampliar as instabilidades do mercado cultural no país, caracterizado pela fragilidade de suas bases institucionais.

Este período também foi marcado por uma alta da inflação, especialmente no preço dos alimentos, como não se via desde 2015. A falta de controle da pandemia de Covid-19 continuou contaminando e matando muitas pessoas, mas foi em 2021 que foi iniciada a vacinação. Foram mantidas também algumas medidas de isolamento, com Jogos Olímpicos históricos sem plateia, por exemplo. No período também foram registradas altas taxas de desmatamento na Amazônia e queimadas em várias regiões do país. Outro incêndio que inflamou discussões no campo cultural foi o de um galpão da Cinemateca Brasileira. Foi proposto também um novo projeto de lei aos moldes da Lei Aldir Blanc, desta vez em homenagem ao ator e humorista Paulo Gustavo, a PLP 73/2021. Foi também em 2021 que foram anuladas as ações da Lava Jato contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que podia novamente se candidatar a cargos políticos.

É nesse ambiente que estão situados os dados coletados. As análises foram divididas em três seções: 1) primeiramente foi feita uma análise das mensagens publicadas elencando as argumentações utilizadas dentro do sistema de crenças dos sujeitos protagonistas da discussão; 2) assumindo os argumentos utilizados, foi feito um exame sobre os principais perfis da rede em questão dividindo-os entre os perfis *Replicantes*, perfis *Formuladores* e perfis *Comentados*; e 3) como se organizam as relações entre os perfis na rede Anti-Rouanet.

2.4.1 As mensagens e os sistemas de crenças

Para a captura de dados analisados nesta pesquisa foi utilizada uma plataforma com interface amigável, especialmente para leigos em programação, com nome de *Netlytics*: uma ferramenta que é muito usada em pesquisas acadêmicas em mídias sociais. A ferramenta, além de coletar as mensagens, traz relatórios de quantitativos de mensagens, ajuda com *insights* e análises prévias de textos e estabelece redes entre os atores sociais das conversas públicas online no *Twitter*. A *Netlytics* solicita uma autenticação com algum perfil na rede social e faz a coleta em cada requisição de até mil *tweets*, a cada 15 minutos. É possível baixar planilhas com informações das mensagens em formatos de Excel ou arquivos CSV, que traz os valores separados por vírgulas.

E então foram baixadas planilhas com listas de mensagens que mencionaram a palavra “rouanet” ao longo de dez meses (março a dezembro de 2021) no *Twitter*, que consideramos ser um período de tempo significativo e viável, dentro da duração do mestrado, que me

letras. As vinte palavras mais citadas, na ordem, são “artistas”, “cultura”, “dinheiro”, “projetos”, “bilhões”, “contas”, “acabou”, “governo”, “brasil”, “presidente”, “cultural”, “bolsonaro”, “@andreporci”, “querem”, “@mfriasoficial”, “ação”, “conta”, “contra” e “deputados” e “filme”. Esta reunião de termos já sugere muito bem o tipo de discussão que tem sido feita sobre a legislação de financiamento à cultura no Twitter.

É possível, entretanto, organizar essas palavras em três grupos. No primeiro grupo temos substantivos e adjetivos como “artistas”, “cultura”, “cultural”, “projetos” e “filmes”, que são palavras ligadas ao fazer cultural. No segundo grupo temos substantivos e verbos ligados a cobranças, acusações e a recursos financeiros como “dinheiro”, “bilhões”, “contas”, “conta”, “acabou”, “querem”, “ação” e “contra”. E um terceiro grupo de termos que se referem a entes ligados ao governo atual como “governo”, “brasil”, “presidente”, “bolsonaro”, “@andreporci”, “@mfriasoficial”⁷³ e “deputados”.

Quando vamos às mensagens que utilizam essas palavras, a formulação normalmente é uma cobrança (grupo 02) dos entes do governo (grupo 03) aos artistas (grupo 01). Vou dar um exemplo com uma mensagem da deputada federal Bia Kicis, reeleita em 2022 pelo Distrito Federal: “Menino, e eu que antigamente pensava que os artistas ganhavam dinheiro com o fruto do seu trabalho e do seu talento e que a lei Rouanet era pra ajudar os artistas populares (sic) e carentes de um incentivo do Estado... tolinha!” (KICIS, 2021). Nela, a deputada, de forma irônica, critica os artistas que supostamente não se sustentam com o próprio trabalho e talento, e sim com a Lei Rouanet, que, segundo sua visão, deveria incentivar artistas populares e carentes. Este é o principal padrão encontrado nas mensagens: uma crítica à lei que não é usada para “ajudar os mais carentes”, e uma crítica aos artistas que “mamam nas tetas do Estado” ao invés de ganharem dinheiro com o fruto do seu trabalho. Este argumento funciona bem pois a imensa maioria das pessoas, “o homem-comum”, desconhece o funcionamento da lei, da economia da cultura ou do financiamento público à arte e cultura. Então, a lógica de que o Estado ajude as pessoas “carentes” parece soar convincente para determinados públicos.

A maioria das mensagens transmite um discurso de tom ultraliberal economicamente, solicitando a diminuição da intervenção do Estado e uma visão mercadológica do que seria arte e cultura. Na discussão sobre a Rouanet no *Twitter* em 2021 se fala muito em diminuir os

⁷³ @andreporci é o nome do perfil de André Porciuncula no *Twitter*, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura entre 2020 e 2021 e @mfriasoficial é o perfil de Mario Frias, o Secretário Especial de Cultura no mesmo período

recursos para artistas, em questionamentos sobre os motivos deles terem apoio governamental especial, enquanto outras profissões não têm.

Este tipo de fala não é novidade na discussão da Lei Rouanet. Em 2011, o jornalista Reinaldo Azevedo publicou um texto em seu blog na revista *Veja* no qual argumentava que os “artistas escolhem uma profissão, como qualquer pessoa, e têm de arcar com os riscos inerentes à opção que fizeram” (AZEVEDO, 2011). No entanto, nas mensagens de 2021, para além do “desmerecimento” do incentivo fiscal, é possível ver uma clara “demonização” do setor artístico-cultural, associando-o a um setor privilegiado.

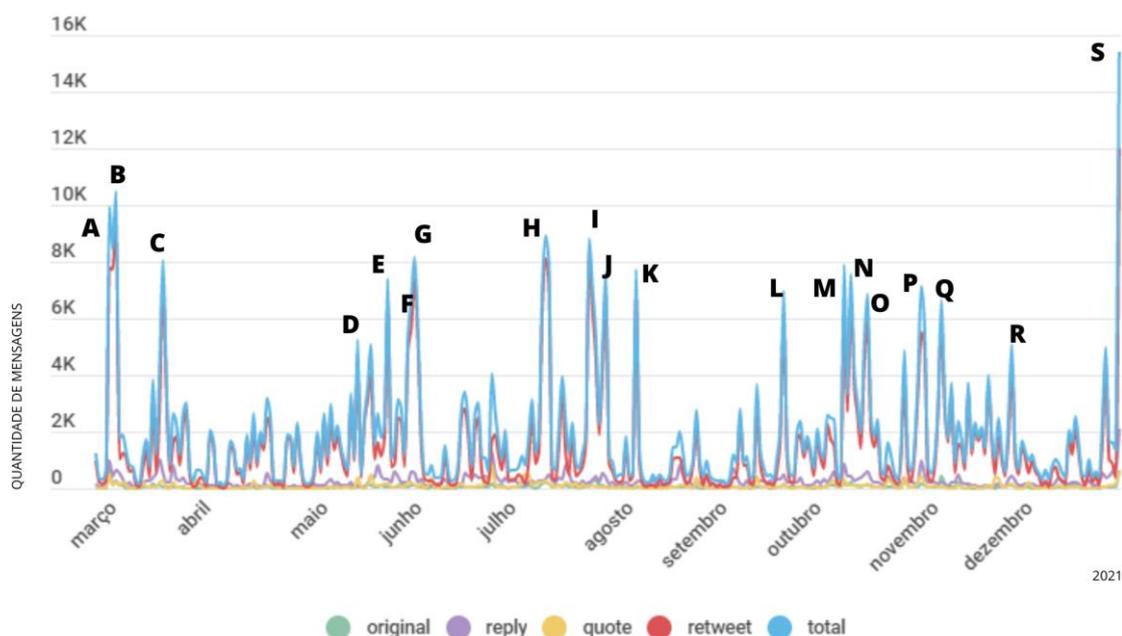
Aliás, não é novidade sequer a associação dos artistas a uma elite intelectual e financeira. O sociólogo Pierre Bourdieu coloca em seu estudo sobre a conquista da autonomia do campo artístico que ter recursos financeiros e estudos acadêmicos foram tidos como condições necessárias para a construção da autonomia do fazer artístico no século 19 com relação ao Estado, a Igreja ou mesmo da Burguesia, que garantia um mercado das obras de arte: “é ainda o dinheiro (herdado) que assegura a liberdade em relação ao dinheiro. Tanto mais que, ao dar certezas, garantias, redes de proteção, a fortuna confere a audácia para qual sorri a fortuna - em matéria de arte mais, sem dúvida, que em qualquer outra coisa” (BOURDIEU, 1996, p. 103 e 104). Então, as pessoas que tinham formação e dinheiro herdado podiam fazer experimentações artísticas, “arte pela arte”, e criar entre eles um ambiente próprio de retroalimentação e aprovação do que seria Arte. Na França do século 19, estes artistas já eram vistos como pessoas privilegiadas naquele momento histórico, e uma condição indispensável a quem quer fazer a “verdadeira arte” seria a posição de herdeiro.

Obviamente sempre existiram artistas sem fortuna e que trabalhavam num jornal ou repartição pública, por exemplo, para ter condições de fazer sua arte “engajada”, ou mesmo que faziam “arte comercial”, mais palatável e vendável. E estes eram tidos pelos “artistas-puros”, que tinham liberdade de criação, como artistas menores. Dois séculos depois, estas discussões ainda fazem total sentido, mesmo quando em um contexto diferente como o brasileiro. As políticas públicas para as artes e cultura modificaram um pouco o modo de operação desse mercado, afinal, o financiamento estatal contribui para garantir o fazer artístico experimental ou menos comercial, por exemplo, que antes era privilégio dos mais abonados. Entretanto, na atual conjuntura de crescimento no *Twitter* da participação de pessoas com visão conservadora e ultraliberal na discussão sobre a Lei Rouanet, há um crescimento também pelo desprezo pelas artes não-comerciais, e mais ainda pelas artes políticas/engajadas, que são normalmente associadas a intelectuais da esquerda. Este desgaste dos artistas seria então consequência da

tentativa de erosão do campo intelectual, como vimos tanto em uma criação de crise epistêmica pela Direita como na performance da gestão de Frias-Porciuncula, e também uma disputa do sistema de valores vigentes na sociedade. Afinal quem define o que é arte?

Frente ao grande quantitativo de mensagens: mais de 600 mil tweets, ou cerca de 18 mil contabilizando apenas as mensagens originais, um outro movimento foi feito para se chegar a um quantitativo realizável em termos de análise. Como procedimento metodológico para viabilizar uma análise mais aprofundada dos conteúdos em si, resolveu-se encontrar os momentos de maior repercussão das postagens e as principais mensagens envolvidas nestas situações. Estabeleci que 5 mil citações em um único dia era um número relevante, e que sobressai aos olhos quando se vê o Gráfico 4. Ao longo do período de observação, foram 19 vezes em que aconteceram estes picos de mensagens impactantes. Nestes 19 momentos listados de A a S no Gráfico 04, elencaram-se as mensagens que tiveram maior relevância.

Gráfico 04: Quantidade de mensagens entre março e dezembro de 2021



Fonte: Elaboração própria com base de dados do Netlytics

A inclusão das mensagens segue dois padrões: na maioria das vezes, os picos se davam por conta de uma a três mensagens que viralizavam e chegavam a pelo menos mil *retweets*/cada. Em outros momentos, era necessário um grupo maior de mensagens de diversos perfis, com 300 a 1000 retweets que faziam juntos uma viralização do assunto. Com este critério, foram 104 mensagens que mais fizeram eco nesses 19 momentos elencados, oriundas de 49 perfis

diferentes. Nesta seleção de mensagens, os principais propagadores dos discursos contra a Rouanet no *Twitter* são políticos ou gestores ligados ao governo Bolsonaro ou militantes bolsonaristas: 24% das 104 mensagens vieram do perfil de André Porciuncula, 11% de Mario Frias e 9% de Eduardo Bolsonaro.

Dois tipos de fatos geraram os picos de reverberação. Primeiramente, como esperado, há uma ressonância de fatos ligados à gestão da legislação pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura e a Secretaria Nacional de Cultura, que vão de publicações de portarias, instruções normativas e decretos vinculados à Lei Rouanet, passando por discussões de propostas de leis com relação à Lei, até polêmicas ligadas a trâmites internos da gestão. Um outro grupo de “fatos propulsores” de discussão são acusações a artistas e militantes que se posicionam contrários ao governo e medidas tomadas durante a pandemia de Covid-19. Neste grupo, estão também acusações que nem sempre têm um fato gerador claro por trás, mas as acusações são semelhantes.

Todas estas 104 mensagens estão na íntegra no Apêndice 01, informando o momento, data e link das postagens. Mas apresento a seguir uma espécie de legenda destes momentos com picos de repercussões que somaram mais de 5 mil *retweets*. Em A e B (dias 05, 06 e 07/03) aconteceram repercussões sobre a Portaria n° 124, de 4 de março de 2021, que dizia que só seriam analisados e publicados projetos culturais submetidos à Secretaria, caso presenciais, em cidades que não adotaram medidas restritivas para propagação da Covid-19, como *lockdown*. Nestes dias foi publicada também uma lista de produções/projetos que supostamente “não prestaram contas”⁷⁴ na Ancine. Nos momentos C (dia 21/03) e D (18/05), volta o assunto da prestação de contas. O momento E (22/05) foi de repercussões ligadas a uma consulta aberta pelo Senado para o PLP 73/2021 (Lei Paulo Gustavo). O pico F (27/05) foi principalmente um *tweet* polêmico da deputada Bia Kicis. O momento G (02, 03, 04, 05/06) é marcado por diversas discussões que misturavam o tema da Rouanet com a vacinação da Covid-19, um mês de morte de Paulo Gustavo e a proposta de Lei que leva seu nome (PLP 73/2021). O pico H (12 a 14/07) é marcado por repercussões ligadas à polêmica negação de apoio via Lei Rouanet ao projeto da nova edição do Festival de Jazz do Capão. Em I (26 a 28/07), somam-se discussões sobre a nova regulamentação da Lei Rouanet (Decreto n° 10.755, de 26 de julho de 2021). O momento J (31/07) foi uma mobilização do Coletivo 342 artes, pedindo a prisão do Secretario Mário

⁷⁴ O que está na lista divulgada (de 2020) é uma lista de projetos que prestaram contas, mas não foram analisadas pelos órgãos de governo, tanto da Lei Rouanet quanto da Lei do Audiovisual.

Frias, um dia após o incêndio da Cinemateca Brasileira, em São Paulo: a rede bolsonarista reagiu fortemente, chamando os integrantes do Coletivo de “elite sindical” e falando sobre concentração de recursos e falta de auditoria. Em K (09/08), duas postagens se destacam, mas não há um fato gerador aparente, são mensagens acusando artistas de corrupção e vagabundagem. O momento L (22/09) é ligado a uma manifestação nas ruas de Nova York contra Jair Bolsonaro, que iria falar na Assembleia da ONU. A curva de M (10/10) tem relações com uma entrevista da atriz Ingrid Guimarães, com falas sobre a Lei Rouanet no jornal Estado de São Paulo. Em N (12/10), uma repercussão de entrevista de André Porciuncula no programa Sem Censura (TV Brasil). O momento O (16 e 17/10) repercute principalmente uma fala da cantora Fafá de Belém contra o Presidente, somado a repercussões contra Preta Gil e Fernanda Montenegro. A curva do momento P (02 e 03/11) se dá em torno de reverberações da entrevista do ator e diretor Wagner Moura no Roda Viva, além de falas sobre o Passaporte de Vacina. Em Q (08/11) repercute-se a Portaria 44/2021 (que proibiu a cobrança de Passaporte de Vacinação nos projetos apoiados pela Lei Rouanet). Em R (19/11), uma mensagem associando polarização e Lei Rouanet viraliza. E no final do ano, a curva S (27/12) se deve a uma espécie de revanche contra artistas, por conta da viralização de uma imagem com Chico Buarque nas redes com cartaz de "Lula 2022", sendo um dos assuntos mais comentados do *Twitter* na tarde do Natal de 2021, nesta mídia.

As mensagens que mais repercutiram durante estes momentos de grande relevância podem ser divididas em alguns grupos. Um deles é de mensagens de pessoas que estão criticando ações do governo Bolsonaro ou o modo bolsonarista de gestão ou compreensão da Lei Rouanet. A ocorrência deste tipo de mensagem é pequena, como foi o caso desta mensagem de Ciro Gomes criticando o governo: “Bolsonaro publicou um decreto punindo produtores culturais e artistas dos locais onde prefeitos e governadores cumprem o dever de tentar salvar vidas com o isolamento social. Suspendeu a Lei Rouanet. Nós do PDT vamos buscar anular esta aberração na Justiça! Bolsonaro assassino!” (GOMES, 2021). Ou a chamada da Folha de São Paulo para sua matéria com o texto: “Paulo Coelho oferece R\$ 145 mil a festival barrado por Mario Frias na Rouanet” (FOLHA, 2021), e ainda a postagem de Bruno Gagliasso julgando os críticos da Rouanet:

“Atraso na compra de vacina
500 mil mortos
Dólar nas alturas
Inflação
Caristia (sic) da alimentação básica
Descaso com a pandemia

E o GADO continua falando de mamata da Rouanet. Se quando vc pensa em política vc só pensa no seu umbigo, não projete isso no outro.” (GAGLIASSO, 2021a)

Além destes enunciados que vão de encontro com o ativismo anti-Rouanet, mas com baixa ocorrência, temos outros três grandes tipos de argumentação. A primeira forma de argumentar é a ideia de que a gestão de Frias-Porciuncula irá moralizar o instrumento, fazendo uma gestão eficaz, combatendo o desvio de bilhões de reais. Um outro formato de argumentação é a difamação de artistas, colocando-os em um lugar de aproveitadores que precisam ser desacreditados. E um terceiro caminho é o alinhamento do uso da Lei Rouanet com ícones ligados à esquerda (ou ao anti-Bolsonarismo) neste momento, como a vacinação, o isolamento social, o uso de drogas, as lutas LGBTQ+, linguagem neutra etc., sempre como algo negativo. Os perfis escolhem dar maior ou menor ênfase a esses argumentos na escolha dos textos e imagens, mesclando em muitos momentos o formato da oposição.

2.4.1.1 Argumento de bilhões

Quando se analisaram os dados completos, como vimos há pouco, já foi possível identificar uma lógica da argumentação em que um ente do governo (“bolsonaro”, “governo”, “presidente”, “brasil”) faz cobrança (“bilhões”, “recursos”, “dinheiro”, “acabou”, “auditoria”) aos “projetos”, “artistas”, “globo”, sempre com a ideia de moralização da cultura, quando utilizando o grupo das palavras que mais se repetem no *corpus* como um todo. Mesmo com o recorte das 104 mensagens, esta lógica se mantém (Imagem 08). Existe a alteração de algumas palavras, mas o raciocínio segue o mesmo, como pode ser visto na nuvem de palavras com os termos mencionados nas 104 mensagens ao menos 4 vezes.

ator Fabio Porchat (GAGLIASSO, 2021b). Posteriormente, foi divulgada, pela Ancine, uma relação de projetos⁷⁶, incluindo o do filme citado, que estavam pendentes de análise de prestação de contas e não de prestação de contas. O usuário Rafael Brunetti, por exemplo, que se apresenta no perfil do Twitter como “Brasileiro com muito orgulho, defensor da família e da vida e a favor da democracia e liberdade de expressão acima de tudo”, faz o mesmo afirmando que “Mario Frias abre caixa-preta da Lei Rouanet e mostra indícios de irregularidades” (BRUNETTI, 2021). O Deputado Federal Eduardo Bolsonaro sugere um descontrole no uso do mecanismo, como acontece em uma *thread* (um conjunto de *tweets*) cuja mensagem de abertura é “Ao chegar na SECULT em JUN/2020 Mario Frias tinha, só na Lei Rouanet: +15.000 projetos não auditados, que totalizavam um passivo de R\$ 11 bilhões (baita farrá!)” (BOLSONARO, 2021a) e continua dizendo que mesmo assim “as viúvas da Rouanet reclamam”, afinal as pessoas teriam se acostumado com o descontrole (BOLSONARO, 2021b). Já André Porciuncula diz que “Qualquer um que fez mau uso das verbas públicas será devidamente responsabilizado” (PORCIUNCULA, 2021d) colocando a imagem da tela de uma notícia que diz que o governo pede R\$54 milhões de volta da Fundação Roberto Marinho. Mario Frias chega a falar em uma suposta normalização do “desvio de função da Lei Rouanet, transformando a verba pública da Cultura em fundo partidário” (FRIAS, 2021c), ao comentar o caso sobre o Instituto Vladimir Herzog.

Imagem 09: Tweet de Mário Frias



Fonte: <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1421427260922413057?s=20&t=h3qYj42a57sXzj79ZBg8kA>⁷⁷

⁷⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/ancine-divulga-lista-de-processos-pendentes-de-analise-de-prestacao-de-contas>, acesso em 4 de setembro de 2022

⁷⁷ Acesso em 20 de maio de 2022

Nesta mesma linha, utiliza-se de maneira competente outras críticas que eram feitas por gestores anteriores, como é o caso da histórica concentração de recursos destinados a poucos proponentes. Em julho de 2021, por exemplo, uma mensagem de Mario Frias (Imagem 09) reciclou este mote quando um grupo de artistas puxou uma mobilização na internet pedindo sua prisão, por conta do incêndio em um galpão da Cinemateca Brasileira.

Dados sobre concentração de recursos são muito usados pela rede anti-Rouanet. A Deputada Federal Bia Kicis, por exemplo, mostrou-se perplexa com os dados em junho e pediu pela popularização do mecanismo: “Acabo de saber que apenas 10% dos proponentes dos projetos da Lei Rouanet ficaram com quase 80% dos recursos. Que política pública é essa com tamanha concentração? #PopularizaRouanet” (KICIS, 2021b).

Uma outra forma de mostrar uma gestão eficaz é exaltar ações do governo, aproveitando para criticar a esquerda, como fez Eduardo Bolsonaro ao divulgar link do site bolsonarista O Jornal da Cidade, em que um projeto de orquestra infantil deu um bom exemplo de aplicação de recursos da Lei de Incentivo à Cultura: "Aos que verdadeiramente se preocupam com a arte, uma boa notícia: "Orquestra de crianças carentes faz sucesso e dá exemplo de boa aplicação da Lei Rouanet, para desespero dos esquerdopatas" (BOLSONARO, 2021b).

Outra forma de defender a gestão é argumentar sobre a necessidade de contingenciar o Fundo Nacional de Cultura, devido à necessidade de economizar por conta da crise econômica causada pela Covid-19 (FRIAS, 2021b). Ou argumentar que o lobby para aprovação da Lei Paulo Gustavo “é a tentativa desesperada de retirar o controle do Governo Federal, transformando-o num caixa eletrônico de saque compulsório, criando um fluxo descontrolado de dinheiro” (PORCIUNCULA, 2021k).

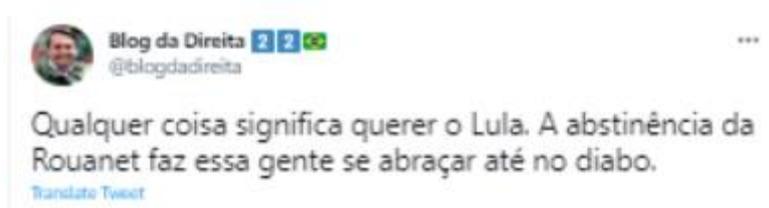
A luta anti-corrupção é um dos assuntos mais presentes entre a extrema-direita, uma das matrizes discursivas do Bolsonarismo, segundo Nunes (2020b, 2020c). Faz também parte da centralidade dos protestos de junho de 2013, sendo atrelada ao PT com o “Mensalão” (a partir de 2005), como demonstram as pesquisadoras Luciana Tatagiba (2018), Camila Rocha (2019) e Letícia Cesarino (2019). A argumentação sobre os *bilhões roubados da Rouanet* muitas vezes afeta os artistas ou é usada para fundamentar que outras áreas são mais prioritárias, como é o caso do *tweet* de @LaurinhaIronic: “Gente, 4 bilhões da Rouanet que os artistas não prestaram

contas daria pra população tomar a vacina até de canudinho. Isso a Globo não mostra!”⁷⁸. E então entramos no limiar de outro argumento muito utilizado, que é o ataque aos artistas.

2.4.1.2 Argumento da abstinência

Nesta linha de argumentação, os artistas estão colocados como uma classe privilegiada que recebia recursos do governo petista através da Lei Rouanet em troca de apoio ao PT. No governo Bolsonaro, contudo, teriam perdido essa “mamata”, estando em “crise de abstinência” dos recursos do governo.

Imagem 10: Tweet de Blog da Direita



Fonte: <https://twitter.com/blogdadireita/status/1447232066018500613>⁷⁹

O perfil Blog da Direita (Imagem 10) postou o link de uma notícia em que Bruno Gagliasso diz que é a favor de qualquer coisa que tire este "psicopata do poder", se referindo a Bolsonaro. Sobre o assunto, o usuário diz “qualquer coisa significa querer o Lula. A abstinência da Rouanet faz essa gente se abraçar até no diabo” (BLOG DA DIREITA, 2021). Além de falar em diabo, em uma relação clara com “o mal” para os cristãos, é importante lembrar que a palavra abstinência normalmente é utilizada em relação a dependência química especialmente de drogas ilícitas. O uso desta palavra não é por acaso, visa associar os artistas ao mundo das drogas.

Este tipo de raciocínio também foi utilizado pela militante de direita Raquel Stasiaki, candidata a Deputada Federal não eleita em 2022, cuja imagem do perfil é um banner da campanha de Bolsonaro para presidente em 2022. Ela também utiliza o argumento da abstinência: “Visitei alguns perfis de atores e atrizes da Rede Globo. Diagnóstico: Mais 4 anos de governo Bolsonaro sem lei Rouanet e sem mamata para a TV Globo metade vai parar num manicômio, e a outra parte vai mendigar nos bares da vida” (STASIAKI, 2021). A postagem,

⁷⁸ O usuário alterou a privacidade de seu perfil, e não é mais possível ver o tuíte online, mas foi capturado no momento da postagem

⁷⁹ Acesso em 3 de maio de 2022

que parece ter saído do vídeo já citado *Mamata* do canal Porta dos Fundos (2019), foi compartilhada mais de 1200 vezes.

O militante Nelson Paffi, que diz em seu perfil ser um “perseguidor implacável a corruptos”, inventou fatos dizendo que: “Muitos dos artistas demitidos pela Globo, além de perderem o salário, ainda terão que devolver milhões, por uso indevido da Lei Rouanet. O desespero dos lacradores é imenso” (PAFFI, 2021). Sua mensagem foi retuitada mais de 500 vezes. Este tipo de raciocínio foi utilizado no tweet já mencionado de Bia Kicis que disse que antigamente pensava que os artistas ganhavam dinheiro com o fruto do seu trabalho (KICIS, 2021a).

Paródias também fazem muito sucesso nesta linha argumentativa. Como esta da canção *A Banda* do petista Chico Buarque, divulgada pelo perfil da Dama de Ferro: “Estava à toa na vida e o Bolsonaro falou/ Vá trabalhar vagabundo/ A Rouanet acabou” (DAMA DE FERRO, 2021b), que também diz que, se você depende da Rouanet, significa que não tem talento.

A “elite sindical” (GAGLIASSO, 2021c, FRIAS, 2021d), como alguns preferem chamar este grupo de artistas famosos que supostamente recebiam dinheiro do Estado para apoiar a ideologia esquerdista, é chamada de “vagabunda” (DAMA DE FERRO, 2021b), “sem talento” (DAMA DE FERRO, 2021a; FLORES, 2021, KICIS, 2021a) e “saudosista” (BOLSONARO, 2021f).

Imagem 11: Tweet de Izabele Flores



Fonte: <https://twitter.com/IzabelleFores/status/1449230101837664256>⁸⁰

⁸⁰ Acesso em 6 set 2022

Alguns nomes famosos vêm à tona nessas postagens, como da atriz Fernanda Montenegro e da cantora Zélia Duncan, ambas muito críticas ao movimento de extrema-direita. Outras mulheres, como Preta Gil (Imagem 11) e Fafá de Belém (Imagem 12), foram alvo de uma exposição misógina no intuito de desvalorizá-las ou desmerecê-las, por meio do uso de suas imagens pessoais, como se fossem piadas. Foram justapostas fotos delas mais jovens, bem maquiadas e bem produzidas, dizendo que, naquele momento, elas tinham Lei Rouanet, ao lado de fotos sem pintar o cabelo, sem maquiagem como elas teriam ficado sem a lei, como pode ser visto nas Imagens 11 e 12. Não há, no conjunto de mensagens analisadas, memes deste tipo com imagens masculinas.

Imagem 12: Tweet de Freu Rodrigues



Fonte: https://twitter.com/freu_rodrigues/status/1449486390593564689⁸¹

Esta linha de raciocínio visa desacreditar atores sociais de grande visibilidade e que ativam dinâmicas de forte engajamento afetivo típicas da cultura pop. Assim funciona o comportamento de fãs políticos (ALVES DOS SANTOS, 2016), que inclui também a disputa entre grupos rivais. O outro-inimigo, no caso, são aqueles contra e a favor de Bolsonaro. Os artistas que se expressam contrários ao governo bolsonarista, como têm capital social de

⁸¹ Acesso em 6 nov 2022

visibilidade no *Twitter* - e também fora dele, tendem a ser depreciados nas mensagens analisadas aqui. São acionados na gramática dos ativistas anti-Rouanet o ódio à inteligência (TIBURI e CASARA, 2016) e o desprezo pelas artes (AZIZE; AGGIO, 2020).

Este ódio aos artistas que pode ser percebido através da depreciação da imagem parece se tratar, sobretudo, de um ódio à visibilidade da qual desfrutam - vista como algo não merecido. Esse fenômeno tem rebatimento também na maneira como os órgãos da imprensa são percebidos, como mostram os tuítes, também com a utilização da descredibilização, como é o caso desta mensagem de Porciuncula, que anexa imagens de projetos apoiados pelo grupo Folha:

Por que a Folha faz uma matéria por dia nos imputando crimes inexistentes? Tem alguma coisa a ver com o PagueSeguro, UOL e Folha, dos mesmos donos, terem abatido 51,7 milhões de reais do imposto de renda, pela Rouanet? São muitos interesses contrariados com auditoria e probidade? (PORCIUNCULA, 2021b)

Esta linha argumentativa objetiva difamar atores sociais, como artistas ou órgãos da imprensa, que criticam o presidente e que estariam "em abstinência" da Lei Rouanet, como explicita o militante capixaba Marcio Furtado, que também se candidatou a deputado federal em 2022:

A Globo ataca pq tem dívidas;
A CNN ataca pq acabou o MCMV do Menin;
Banqueiros atacam pq acabou a Selic de dois dígitos;
Artistas atacam pq acabou a Rouanet;
Pesquisas difamam pq são pagas pelos grupos acima.
Crie sua própria tese! Não compre narrativa dos outros (FURTADO, 2021)

2.4.1.3. Argumentação identitária

Na discussão sobre a Rouanet temos como principais divulgadores dos discursos os militantes e gestores bolsonaristas, que se opõem ao formato (ou mesmo à existência) da lei. E como a identidade e a diferença estão em uma relação de estreita dependência (SILVA, 2000), encontrar aquilo que os diferencia dos demais é tão importante quanto aquilo que os identifica entre si. Este grupo, ao encontrar a diferença (a esquerda/o PT/os artistas), encontrou também uma pauta comum de identificação.

No caso da discussão sobre a Rouanet, as identificações podem variar. Alguns são mais conservadores e acreditam que o Estado não pode financiar um tipo determinado de arte (feita por pessoas LGBTQIA+, por exemplo); outros já acreditam que a intervenção do Estado precisa diminuir, e a cultura e arte devem ser financiadas pelo Mercado. Estas identificações (e várias

outras) são legítimas e devem ser debatidas. Mas o *Twitter*, como já vimos, não é o lugar do debate aprofundado. É o lugar do reforço de tribo e das incessantes repetições.

Neste argumento em que há a associação à Lei Rouanet, a identidade de esquerda normalmente é transversal e atravessa a maioria das mensagens, mas algumas explicitam este uso, para além do argumento sobre o combate à corrupção. Porciuncula insinua, por exemplo, a relação entre beneficiários da lei e o uso de drogas: “Tenho para mim que a abstinência de alguns aí não é só da Lei Rouanet. A PF e a PRF ficam batendo recordes de apreensão.” (PORCIUNCULA, 2021h). Eduardo e Carlos Bolsonaro associam a Lei Rouanet ao comunismo, citando “obras de empreiteiras em Cuba, Venezuela e Nicarágua” (BOLSONARO, 2021e). Há ainda aqueles que também vinculam isolamento social ou vacinação à Lei Rouanet, como o perfil Tropa dos Patriotas:

O governo Bolsonaro está suspendendo a análise de projetos via Lei Rouanet em cidades e estados que estejam com restrições de circulação e lockdown. Está certo. Se as atividades artísticas e culturais estão proibidas e é para ficar em casa, então não tem liberação de Rouanet (TROPA DOS PATRIOTAS, 2021).

Mas o tuíte que acredito ser uma espécie de síntese da moralidade e identidade presente na discussão foi postado pela advogada militante bolsonarista Flávia Ferronato em novembro de 2021: "O país está tão polarizado que podia dividir de vez: de um lado ficam os defensores do passaporte vacinal, do STF, da Lei Rouanet, da linguagem neutra, do banheiro unissex. Do outro fica quem só quer poder trabalhar em paz e ter liberdade!!"(FERRONATO, 2021). Ela credita, portanto, ao bolsonarismo o trabalho, a paz e a liberdade. E posiciona do outro lado o que acredita ser ruim para a sociedade.

Uma postagem de um dos principais *Formuladores* dos discursos anti-Rouanet ficou de fora do recorte de análise, mas queria trazer aqui como exemplo, pois utiliza dessa mesma argumentação. Marcello Neves (@marcelloneves72, no *Twitter*) está entre os 10 maiores publicadores de mensagens sobre a Rouanet e está até presente nos Gráficos 5 e 6. Com 52 mil seguidores, ele se descreve como “Conservador | Patriota | Pai | Amo a Vida e o Brasil CMRJ 1990 | ESPCEX 1991 | AMAN 1995”⁸². Ele escreveu em 24 de março de 2021 a seguinte mensagem: “A galera do “fica em casa” é a mesma do “ele não”, “lula livre” “marcha da maconha”, “aborto sim” e “órfãos da lei Rouanet”” (NEVES, 2021). Marcello traz em sua bio

⁸² Estas siglas dizem respeito a instituições militares. A saber: CMRJ é Colégio Militar do Rio de Janeiro, ESPCEX é Escola Preparatória de Cadetes do Exército e AMAN é a Academia Militar dos Agulhas Negras. Os anos citados dizem respeito à turma de ingresso nas instituições.

da rede social palavras ligadas à família, patriotismo e exército, signos ligados ao conservadorismo. Ao falar da “galera do fica em casa”, ele as vincula ao campo oposto, ou à esquerda do espectro político. Ele se refere a estas pessoas que militam pelo distanciamento social durante a pandemia do Covid-19, como contra Bolsonaro e a favor de Lula, e as relaciona com outras pautas que não teriam relação direta com o assunto, como o feminismo, a liberalização da maconha, a descriminalização do aborto, além de vinculá-las com agentes culturais que estariam “órfãos da Rouanet”.

Este modo de se colocar no debate da Lei Rouanet nos ajuda a entender esta identidade da extrema-direita sendo forjada, ganhando legitimidade, impondo seus lugares de fala e suas posições morais. Uma “maioria silenciada” (ROCHA, 2019) que passou a reivindicar reconhecimento de seus valores, suas posições políticas e suas identidades de grupo e que devem ser levadas a sério.

2.4.2. Os perfis e as posições dos sujeitos

Vimos na seção anterior as argumentações utilizadas para depreciar a Lei Rouanet e usuários do mecanismo. Agora, entenderemos melhor quem são os sujeitos que acionam tais argumentos. A partir dos dados coletados no *Netlytics* entre março e dezembro de 2021, foram elencados os perfis de maior relevância (os que mais publicaram, os que mais compartilharam as publicações e aqueles que têm suas postagens mais respondidas/comentadas). Falando nos termos das Análises de Redes Sociais - ARS (RECUERO, 2017), no *Twitter*, as contas (ou perfis) são os nós das redes e as conexões entre eles são feitas pelas interações. Quando um nó recebe muita interação (é curtido, comentado, mencionado ou retuitado), se diz nas métricas das ARS que ele possui um alto *grau de entrada*. Se o nó é quem interage muito (é ele que comenta, que retuita etc.), possui um alto *grau de saída*. Assim, será possível analisar estes nós com altos graus de saída e de entrada e destrinchar melhor quem são estes perfis e seus papéis na discussão sobre a Lei Rouanet no *Twitter*.

Foram elencados três tipos de perfis, que chamei de perfis *Replicantes*, perfis *Formuladores* e perfis *Comentados*. Os *Replicantes* são os perfis com alto grau de saída. Eles interagem basicamente compartilhando mensagens, retuitando. Além de replicar mensagens, eles têm um comportamento robótico, assim como os personagens homônimos do filme de ficção científica *Blade Runner* (de Ridley Scott, 1982). Os perfis *Formuladores* são os geradores das discussões. São eles que formulam as mensagens que serão replicadas rede afora, possuindo um alto grau de entrada na forma de retuíte. Já os *Comentados* também são perfis

com alto grau de entrada, entretanto a interação se dá em forma de respostas às suas postagens, que são parecidas com os comentários no *Facebook* ou *Instagram*. Vamos entender em detalhe quais são estes perfis, suas posições e como contribuem com o debate.

2.4.2.1 Replicantes

A partir de uma análise do material publicado no *Twitter* entre março e dezembro de 2021, foram elencados os perfis que mais retuitaram conteúdos referentes à Lei Rouanet. Na Tabela 01 é possível ver algumas informações dos primeiros 18 perfis e já perceber algumas características comuns: eles não têm muitos seguidores, mas possuem uma quantidade grande de mensagens.

Quando há descrição do perfil, é possível notar a conexão com as ideias do Governo Bolsonaro ali expressas. Uma observação antes de destrinchar essas características: entre os primeiros 18 perfis, 2 deles foram suspensos⁸³ pelo *Twitter* ao longo do ano. Por isso, temos informações apenas dos primeiros 16. Das contas suspensas, temos apenas o nome do usuário.

Se comparados aos *Comentados* e *Formuladores*, os *Replicantes* têm poucos seguidores: ao somarmos todos e dividirmos por 16, a média é de 3502. Ainda assim, alguns puxam os números para o alto como @BastosJusmari (22 mil seguidores) e @DarioReserva (9,4 mil). A maioria deles tem poucas centenas de seguidores.

Chama a atenção também a alta média de postagem (no caso, as publicações são compostas quase na totalidade por retuítes), que são contadas desde a entrada do perfil no site. Para “pessoas comuns”⁸⁴, eles têm uma média muito alta de mensagens publicadas: foram 111,2 mil, sendo que 75% dos perfis foram criados a partir de 2019. Só como forma de comparação, os perfis *Formuladores* (que fazem mensagens originais e que são muito compartilhados), têm 32,7 mil tweets, sendo que a maioria dos perfis é anterior a 2014, e os *Comentados* (que fazem mensagens originais e que são muito comentados) com 132,1 mil *tweets*, com 75% dos perfis criados até 2010.

⁸³ O *Twitter* divulga que a maioria das contas é suspensa porque contém *spam* ou é falsa. Pode acontecer também a suspensão por suspeita de invasão na conta ou denúncia de comportamentos abusivos.

⁸⁴ Pessoas comuns estão entre aspas só para sinalizar que dentre os *Replicantes* não temos pessoas famosas, artistas, políticos, influencers, perfis institucionais, jornalistas ou veículos de comunicação.

Tabela 01 - Os perfis *Replicantes* na ordem de quantidades de publicações sobre a Lei Rouanet

@	nome	ano de entrada	quantidade de tweets	segue (Following)	seguidores (Followers)	descrição do perfil
LuizJosCasagra1	Luiz José Casagrande	2020	11.8K	51	10	x
paulotladeira1	Paulo Ladeira	2014	21.9K	3,337	2,387	x
cleiton_d7	Cleiton	2019	164.6K	451	358	x
Levi_de_melo	LeviLevi_original	2011	21K	6,538	7,189	"Comunismo e socialismo só deram certo nas colméias e formigueiros"
dos_lucienne	conta suspensa pelo Twitter					
EIZORRO32333230	El Zorro	2021	61.9K	622	885	x
gomessamg	BR Gomes Sa BR	2014	21.2K	997	991	BRBR AVISO AOS NAVEGANTES ESQUERDISTAS BRBR / Duvidou de alguma coisa? Deixa de ser preguiçoso e dá um GOOGLE! Afinal, burro e preguiçoso, não dá, né?
BastosJusmari	BastosJuJu	2020	368.2K	17.3K	22K	Sou Bolsonaroiana, Anti petista , AntiComunista, Cristã,Baiana de Nascimento mais Mineira de coração "Eu Tenho Medos Bobos,e Coragem Absurdas"Clarice Lispector
Josegarcian	José Nascimento	2010	198.1K	2,393	1,662	x
CaminhaMarc	Marcelo Caminha	2019	186.9K	5,001	3,539	1.000% Bolsonaro / 1.000% Família / 1.000% Valores cristãos / 10.000% Contra a esquerda imunda!!!
AriquermeS	Ariquerme Soares	2021	161K	1,068	1,490	filho de Deus
DarioReserva	Dário Gonçalves	2020	102.9K	10.1K	9,456	VERDADE É O QUE IMPORTA. VETERANO do EXÉRCITO BRASILEIRO. / Está é minha 3a conta, minha reserva é @de_dcg / BR BR BR GETTR @Dariogoncalves - tem uma conta particular desde August 2009
ValdirLazarini	Valdir Lazarini	2019	175.2K	284	1,337	X
Luciann85014334	Lucianna <3<3	2021	95.9K	3,709	2,637	Tudo posso naquele que fortalece.
LucianneDalsec1	conta suspensa pelo Twitter					
PRETORIBEIROPR1	BR BR PRETO RIBEIRÃO PRETO BR BR	2020	33K	2,049	1,366	BRBRBOLSONARO 😊TIA DO ZAPBRCONSERVADORA 🙏🙏🙏 CRISTÃ KARDECISTA
Marcosjose3838	Marcos José	2020	155.8K	92	211	X
gnaudt	Dorival G. Gonçalves	2019	172K	836	515	BR Cristão, casado, conservador e eterno aprendiz.

Fonte: Elaboração própria com dados coletados via Netylits e Twitter

Dos 16 *Replicantes*, sete não têm descrição do perfil. Os demais têm algumas características em comum: o uso de ícones “patriotas”, como as cores verde e amarelo ou a bandeira do Brasil, menções religiosas como “1000% valores cristãos” ou “filho de Deus”, menções de apoio a Bolsonaro e ainda discurso anticomunista ou antiesquerdista. Ao visitar os perfis é possível notar que alguns não têm fotos. Mas vários deles incluem as cores verde e amarelo em suas fotos de perfis ou imagem de capa, outros colocam fotos de Bolsonaro e um (@AriquermeS) coloca uma imagem com a bandeira de Israel e do Brasil. Além disso, nesta visita aos perfis é notável que eles praticamente não fazem postagens próprias, utilizando o perfil para repostar mensagens de perfis ligados a pautas bolsonaristas.

Basicamente, os *Replicantes* são perfis de “pessoas comuns” que passam sua vida virtual a retuitar postagens vinculadas ao governo Bolsonaro ou outras questões do universo “liberal na economia, conservador nos costumes”. Mais uma vez podemos recorrer a Recuero e Gruzd (2019), que trazem o conceito de homofilia que ajuda a pensar este tipo de perfil. Amparados por outros autores, eles dizem que os *retweets* têm poder importante de influência, relacionado às características de homofilia, que seria uma tendência dos perfis terem mais contato com pessoas similares, em termos de gostos, o que ajuda a compreender a tendência de uma determinada informação espalhar-se mais dentro de determinado grupo, especialmente em grupos políticos (RECUERO; GRUZD, 2019, p.34). Os perfis que retuitam contribuem com esta rede de viralização de informações.

Duas hipóteses possíveis para entender quem são os *Replicantes*: ou eles são ativistas militantes de grupos de Direita empenhados em promover tais ideias e ideais ou são perfis conhecidos como *social bots*, contas automatizadas em redes sociais. Segundo Mateus Fornasier (2020), *social bots* assumem uma identidade fabricada, se infiltram em redes de usuários, produzindo conteúdo diverso e interagindo, assim, com usuários humanos. Existem também *social bots* com interferência humana, conhecidos como *sockpuppets* (KUMAR *et al.*, 2017), que podem ser traduzidos como fantoche de meia ou marionete, e são um tipo de conta de usuário que é controlado por um indivíduo que controla ao menos uma outra conta de usuário. Este tipo de conta visa projetar artificialmente a viralidade de seu conteúdo (KUMAR *et al.*, 2017, p.2). É possível também que haja um misto entre robôs e militantes.

Entretanto, não é fácil detectar um *bot social*, pois eles têm comportamentos que se assemelham aos humanos. Fornasier (2020), que pesquisa relações entre o Direito e Tecnologia, ainda alerta que

além de terem influência deletéria para a constituição da opinião pública, os bots sociais são de difícil detecção, pois se valem de desafios tecnológicos bastante significativos — principalmente porque, conforme as ferramentas de detecção de bots

evoluem, também evoluem as técnicas de ocultação de tais aparatos. Bots causam danos epistêmicos a processos eleitorais no nível macro, principalmente por terem a capacidade de influenciar, em nível micro, a relevância de determinadas informações (sejam elas verdadeiras ou falsas) (FORNASIER, 2020, p.27).

Devido ao comportamento com aparência automatizada de muitos perfis da rede bolsonarista no *Twitter* já noticiada diversas vezes pela imprensa⁸⁵, alguns ativistas militantes se chamam inclusive de “robôs de Bolsonaro”. Mesmo sendo difícil afirmar categoricamente que existem entre eles perfis falsos/robôs, não faltam indícios. Segundo Kumar e Shah (2018), muitos dos *bots* replicam as mesmas informações (por vezes falsas) e inflam a visibilidade de determinados perfis. Diversos estudos citados por Kumar e Saha (2018) alertam para o uso de robôs em campanhas políticas e que as contas de *bots* são responsáveis por quase um quinto de todas as conversas políticas do *Twitter*. Os pesquisadores colocam que “uma estratégia comum empregada por bots é direcionar informações para mais usuários reais influentes, que às vezes podem ser influenciados e compartilhar novamente a falsa mensagem para um público mais amplo” (KUMAR; SAHA, 2018, p.6, tradução nossa).

O próprio fato do *Twitter* ter suspenso duas das contas analisadas é um indicativo de comportamento suspeito, já que a própria plataforma tem suas formas de verificação. Existem, também, algumas iniciativas de reconhecimento de *bots* que tentam demonstrar quão semelhante a um comportamento automatizado é aquela conta. Um deles é o Pegabot⁸⁶, projeto do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio) e do Instituto Equidade & Tecnologia, que programou um robô para reconhecer *bots* no *Twitter*. A plataforma lançada em 2018 analisa o perfil e sua atividade, observando a nomenclatura e descrição, forma da linguagem, rede a que pertence e comportamento. O Pegabot identifica se é mais ou menos provável que um perfil pertença a um humano ou a um robô. Na descrição no site diz que

O Pegabot indica o percentual de probabilidade de um perfil do Twitter ser um bot. Quanto maior a nota, maior a chance daquela conta não ser de uma pessoa real. Cada perfil pesquisado ocupa uma zona do medidor: verde, amarela ou roxa. Se o perfil pesquisado estiver na zona roxa, a chance de ser um bot é alta, ou seja, essa conta possui um comportamento bastante similar ao de um robô (PEGABOT, 2018).

A ferramenta dá uma nota ao perfil, e quanto maior a nota (0 a 100), maior a probabilidade de ser um robô. A zona roxa, que eles consideram com comportamento robótico,

⁸⁵ Exemplos de reportagens sobre o assunto: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/03/55-de-publicacoes-pro-bolsonaro-sao-feitas-por-robos.ghtml> ou <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-eleicao-perfis-falsos-e-robos-pro-bolsonaro-continuam-ativos-aponta-estudo.shtml>

⁸⁶ Disponível em <https://pegabot.com.br/>

é a partir de 60. Em maio de 2022, fiz a análise dos 16 perfis ativos pelo Pegabot e dez dos 16 perfis *Replicantes* analisados tinham probabilidade de mais de 98% de serem robôs.

Quadro 01 - Análise do Pegabot dos Replicantes em maio de 2022

perfil (@)	pegabot
LuizJosCasagra1	34%
paulotladeira1	34%
cleiton_d7	99%
Levi_de_melo	26%
EIZORRO32333230	99%
gomessamg	55%
BastosJusmari	98%
Josegarcian	70%
CaminhaMarc	98%
AriquermeS	98%
DarioReserva	99%
ValdirLazarini	99%
Luciann85014334	99%
PRETORIBEIOPR1	65%
Marcosjose3838	98%
gnaudt	99%

Fonte: Pegabot

Em setembro de 2022, passei os mesmos perfis pelo crivo do Pegabot e as notas eram basicamente as mesmas (com variações de um ponto em algumas). Mas a maior surpresa foi que quatro perfis com 98% de chances de serem robôs segundo o Pegabot (BastosJusmari, CaminhaMarc, AriquermeS e Marcosjose3838) foram suspensos pelo *Twitter*, por violação de regras do site: mais um indicativo de que as contas eram robôs.

Usei também uma outra ferramenta semelhante, o *Botometer*⁸⁷, programa desenvolvido na Universidade de Indiana (Estados Unidos), e apenas dois dos 16 perfis receberam nota maior/igual a quatro (o máximo é 5). É importante salientar, entretanto, que esta plataforma está programada para analisar os conteúdos apenas em inglês, o que atrapalha a leitura. De todo modo, sendo militantes ou robôs (automatizados ou geridos por humanos), os *Replicantes*

⁸⁷ Disponível em <https://botometer.osome.iu.edu/>

inflam os assuntos que interessam aos movimentos de Direita, o que inclui as discussões sobre a Lei Rouanet.

2.4.2.2 Formuladores

Os perfis *Formuladores* (Tabela 02) são um misto entre perfis verificados⁸⁸ de políticos e jornalistas, um perfil de um veículo de comunicação e alguns perfis de militantes da direita. Estes são usuários que fomentam a conversa em torno da Lei Rouanet, criam as mensagens originais que vão ser retuitadas pela rede. Diferentemente da lista dos *Replicantes*, aqui fica bem claro que não há comportamentos automatizados.

A Tabela 02 mostra os 18 perfis Formuladores mais ativos nos meses de análise, sendo que uma dessas contas foi suspensa pelo *Twitter* no mesmo ano de 2021. Entre as 17 contas ativas, oito são perfis verificados pelo *Twitter*. Todos produzem conteúdo original e interagem no site de maneira orgânica. E uma característica importante: todos os 17 da lista compartilham conteúdo vinculado a valores de direita.

Na descrição dos perfis, conseguimos identificar ex-secretários, deputados e vereador vinculados a Bolsonaro, além de perfis que falam de “perseguidor implacável a corruptos”, “Direita”, “Patriota”, “Armamentista”, “Deus acima de tudo”, “Deus vult” (uma espécie de grito de guerra da Igreja Católica associado às Cruzadas), alguns deles com bandeiras do Brasil na descrição ou imagem.

Os cinco primeiros da lista são André Porciuncula, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura entre setembro de 2020 e abril de 2022; Eduardo Bolsonaro, terceiro filho de Jair Bolsonaro e também Deputado Federal; Mario Frias, Secretário Especial da Cultura entre junho de 2020 e março de 2022; o ator Thiago Gagliasso, também irmão do ator Bruno Gagliasso e eleito em 2022 Deputado Federal; e em quinto, o perfil humorístico Dama de Ferro.

⁸⁸ Para que um perfil seja verificado pelo *Twitter* é preciso que seja autêntica, notável e ativa. Normalmente são pessoas com atividade contínua e que fornecem à plataforma ferramentas que comprovem que é uma pessoa pública notável e que é mesmo um perfil gerenciado por esta pessoa.

Tabela 02 - Os perfis *Formuladores* na ordem de quantidades de publicações sobre a Lei Rouanet

@	nome	ano de entrada	total de tweets	segue (Following)	seguidores (Followers)	descrição do perfil
*  - verificado						
andreporca 	André Porciuncula	2009	10.1K	756	218.3K	Pré-candidato a Deputado Federal na Bahia / Ex-Secretário Nacional de Incentivo e Fomento à Cultura - Lei Rouanet / Capitão da PM-BA / Siga-me no Telegram 
BolsonaroSP 	Eduardo BolsonaroBR	2009	31.4K	771	2.2M	Deputado Federal mais votado da história do Brasil (1.843.735) em seu segundo mandato por SÃO PAULO, Policial Federal, Advogado e 3º filho de Jair BolsonaroBR
mfriasoficial 	Mario Frias	2020	5,827	333	267.2K	Pré Candidato a Deputado Federal por SP. Ex Secretário Especial de Cultura do Governo Federal
thigagliasso	Thiago Gagliasso	2009	4,724	172	268.3K	Instagram @thigagliasso / Cancelamento é igual fantasma, só aparece pra quem acredita! Vamos ao que interessa!
Damadeferroofic	Dama de Ferro	2018	21.2K	894	413.3K	Perfil criado para homenagear (Margaret Thatcher) conhecida como "Dama de Ferro" 1925/2013. Também tiradas (humor) sobre Política.
CarlosBolsonaro 	Carlos Bolsonaro	2009	20.5K	616	2.4M	Vereador da cidade do Rio de Janeiro
Biakicis 	Bia Kicis	2011	29.8K	1,197	1.2M	Procuradora do DF por 24 anos, ativista e atualmente Dep. Federal - PSL/DF. Contato e sugestões dep.biakicis@camara.leg.br
nelsonpaffi	Nelson Paffi	2013	53.7K	56K	67.3K	Sou linha política positivista. Justiça sem ideologia. Lei tem que ser cumprida. Desejo Brasil próspero livre dos corruptos. Perseguidor implacável a corruptos.
BobjeffHD	conta suspensa pelo Twitter					
marcelloneves72	®Marcello NevesBR	2016	18.1K	15.8K	52.9K	Direita Patriota Pai Armamentista CMRJ 1990 ESPCEX 1991 AMAN 1995 BRBRBR
nathaliamp4	Nathalia Oliveira	2019	2,177	1,980	75K	-
RicaPerrone 	Rica Perrone	2009	175	1,782	504.1K	Jornalista, comentarista, dono de bar e Raix!
marcofeliciano 	 BR Marco Feliciano	2009	55.7K	34	752.6K	Pastor, reeleito Deputado Federal pelo Estado de São Paulo com quase 400 mil votos, Presidente da Assembléia de Deus Ministério Catedral do Avivamento
BrunoEnglerDM 	Bruno Engler	2010	7,227	748	101.1K	- Deputado Estadual MG (120.252 votos)   / #FechadoComBolsonaro / @direitaminas
freu_rodriques	Freu Rodrigues BRBR	2014	30K	81.4K	90.1K	Direita / Deus acima de tudo 
JornalDaCidadeO	Jornal da Cidade Online	2018	23.6K	133	338.6K	jornaldacidadeonline.com.br
dimacgarcia	Diego Garcia  BR	2017	35.6K	1,358	228.6K	Data Scientist/ Política, filosofia, tecnologia e estatísticas me interessam/Trabalho com fatos e dados, o resto é folclore / Deus vult

Fonte: Elaboração própria com dados coletados via Netylites

Vamos destrinchar um pouco estes cinco usuários da extrema-direita para que se tenha uma ideia de quem são os perfis que estimulam a formulação dos debates acerca da Lei Rouanet e também ganham audiência (e votos, no caso dos perfis-pessoas) com este debate. Importante salientar, entretanto, que a diferença entre a quantidade de *retweets* ligados à Lei Rouanet entre março e dezembro de 2021 do usuário @andreporci é praticamente o dobro de @BolsonaroSP e oito vezes maior que o da @Damadeferrofic, e pode ser visualizado no Quadro 02. Isso nos demonstra o destaque do papel assumido por Porciuncula neste ressentimento anti-Rouanet.

Quadro 02 - Quantidade de compartilhamentos dos primeiros 5 perfis Formuladores

Perfil	Total Retweets
andreporci	99625
BolsonaroSP	49344
mfriasoficial	29372
thigagliasso	23163
Damadeferroofic	12369

Fonte: Autoria própria

2.4.2.2.1 André Porciúncula

André Porciuncula foi o Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura mais longo do governo Bolsonaro. Nascido em 1985, formou-se em Direito (Unifacs) e ingressou na Polícia Militar da Bahia em 2005, chegando ao posto de Capitão em 2014. Em 2017, abriu uma empresa de vigilância e segurança privada (Alpen Segurança Patrimonial) com Alexandre Aleluia (atualmente vereador pelo PL-BA).

Porciuncula, que foi apelidado por Mário Frias por “Capitão Cultura”, é muito ativo no *Twitter* e é dotado de uma retórica firme e gosta de demonstrar sua religiosidade trazendo trechos da Bíblia em suas postagens. Faz muitas referências a escritores conservadores, como T.S. Eliot ou G. K. Chesterton, e foi crítico em diversas chances às medidas de isolamento social, durante a pandemia de Covid-19. A gestão dele e de Mário Frias foi também marcada por apoiar publicamente projetos culturais sobre “cultura armamentista” e chegou a prometer bilhões da Lei Rouanet para produções sobre armamentos⁸⁹.

Porciuncula também afirmou em diversos locais que já respondia a mais de 70 processos judiciais (investigações criminais, ações de improbidade, mandados de segurança, ação civil

⁸⁹ Ver em <https://oglobo.globo.com/cultura/ex-secretario-de-fomento-cultura-andre-porciuncula-orientou-uso-da-lei-rouanet-em-producoes-pro-armas-25481039>

pública etc.) movidos por “ativistas judiciais”, que, segundo ele, representam vontades de “criminalizar o ato de governar” (PORCIUNCULA, 2021f). Ele fala muito sobre isso em sua conta no *Twitter*, colocando que a quantidade de processos é algo positivo, pois é “o custo de tentar moralizar os mecanismos de fomento da Cultura” (PORCIUNCULA, 2021e). Em suas mensagens, ele sinaliza que a grande quantidade de processos comprova que eles estão seguindo o “caminho certo” de uma gestão mais eficaz.

Ele é o principal *Formulador* dos discursos Anti-Rouanet no período analisado, e toda sua atuação no Governo Federal e seu desempenho nas redes deram status e capital social a Porciuncula, que antes não tinha qualquer ligação com política, para se candidatar a Deputado Federal pelo PL na Bahia. Em 2022, ele intensificou o uso das redes. Entre maio e setembro ganhou mais de 70 mil seguidores no *Twitter* e seu slogan de campanha era “a Bahia agora tem um capitão”, se vangloriando de ser o único candidato da Bahia que teve sua filiação ao PL assinada pelo próprio presidente. As pautas passaram a ser mais localizadas na Bahia, utilizando muitos vídeos-denúncia gravados “espontaneamente” contra candidatos do PT da Bahia, contra o próprio governador e o Comandante-Geral da PM-BA. Acusa a todos por apoiarem “ideologias nefastas”, como a “ideologia de gênero”. Porciuncula não foi eleito Deputado Federal, em 2022, mas ficou como primeiro suplente do PL na Bahia, com 82.693 votos.

2.4.2.2.2 Eduardo Bolsonaro

O terceiro filho do presidente Jair Bolsonaro é advogado (UFRJ), policial federal e foi eleito para o terceiro mandato a deputado federal por São Paulo (PL) em 2022. Alinhado a posições de extrema-direita, sendo, por exemplo, a favor da redução da maioria penal e contra o desarmamento da população. Eduardo faz parte (assim como Marco Feliciano, que também está na Tabela 02) da “elite da direita não envergonhada” (QUADROS; MADEIRA, 2018), deputados da 55ª Legislatura Federal que quebraram o paradigma de políticos não se declararem de maneira explícita “direitistas”. Segundo Quadros e Madeira (2018), esse processo foi explicitado a partir da mobilização da agenda moral e das demandas por políticas mais enérgicas na área da segurança pública. “Zero-três” é conhecido por posições polêmicas contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou mesmo políticas de cotas; além disso, apresentou um projeto de lei (PL 5358) que criminaliza o comunismo, equiparando a apologia ao comunismo à apologia ao nazismo. Ele também celebra o golpe militar de 1964 e chegou a

dizer que se a esquerda brasileira "radicalizar", uma resposta pode ser "via um novo AI-5"⁹⁰. Ele se coloca como protagonista das pautas da direita conservadora no país. Em 2022, Eduardo Bolsonaro lançou um curso pago (R\$197) chamado Prepara Brasil⁹¹, segundo o site, um treinamento com a missão de formar uma direita preparada para enfrentar as mentiras da esquerda e capaz de assumir o seu papel na defesa do Brasil.

Sua presença é bastante ativa nas redes sociais. No *Youtube* ele tem mais de um milhão de seguidores, rede que é atualizada com muita periodicidade com alguns vídeos mais produzidos, mas grande quantidade de conteúdo é de reproduções de gravações espontâneas do *Instagram*, que é sua rede com mais seguidores (mais de 4 milhões). No *Twitter* ele tem mais de 2 milhões de seguidores e coloca suas posições de maneira clara e sucinta sobre diversos assuntos, e sua participação ativa nas discussões sobre a Lei Rouanet ajuda a demonstrar a importância do debate para o governo Bolsonaro e para a extrema-direita.

2.4.2.2.3. Mário Frias

Nascido no Rio de Janeiro em 1971, o ator Mário Frias não fez curso universitário, mas ganhou fama com sua carreira de ator em novelas da Rede Globo e TV Record e apresentador de programas na Rede TV!. Entre junho de 2020 e março de 2022, foi Secretário da Cultura no governo de Jair Bolsonaro, substituindo Regina Duarte. Menos contundente que o colega Capitão, Mario Frias também se mostra conservador, cristão, pró-armas e a favor da família tradicional. Ele foi contra a Lei Aldir Blanc por descentralizar os recursos e as decisões para estados e municípios, tendo sido contra, explicitamente, a aprovação da Série “Criança Viada Show”, como a temática LGBT+⁹². Na época declarou que os recursos estavam sendo usados para fins políticos/ideológicos.

Forjou para si, em conjunto com Porciuncula, uma imagem de *gestor-auditor* (CID, DOMINGUES, PAULA, 2022a) e neste caminho foi eleito com 122.564 votos Deputado Federal (PL-SP) na 57^a Legislatura, sob o slogan “Cultura, liberdade e fé”.

⁹⁰ Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/10/eduardo-bolsonaro-diz-que-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-um-novo-ai-5.shtml>

⁹¹ Ver em <https://preparabrasil.info/>

⁹² Ver em <https://oglobo.globo.com/cultura/mario-frias-ataca-uso-de-lei-aldir-blanc-em-projeto-de-tematica-lgbtqi-1-25018986>

2.4.2.2.4. Thiago Gagliasso

O quarto perfil que mais cria mensagens é o de Thiago Gagliasso. Irmão caçula do ator Bruno Gagliasso, é ex-ator de novelas e já participou do *reality show* A Fazenda, ambos na TV Record, trabalhou também como produtor de eventos. Ele se tornou muito conhecido por conta do rompimento público com o irmão mais famoso por razões políticas, no final de 2018.

De lá pra cá, ganhou notoriedade entre a rede bolsonarista na internet. Assumiu em fevereiro de 2019 um cargo de assessor na Superintendência de Artes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC-RJ), do governo de Wilson Witzel, no qual ficou por um ano. Ele diz em entrevistas⁹³ que era “apolítico”, mas que depois de 2018 começou a estudar sobre política vendo, por exemplo vídeos do Brasil Paralelo, uma produtora gaúcha de vídeos com visões de direita e extrema-direita. Em março de 2022 se filiou ao PL e anunciou pré-candidatura como Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro (foi eleito com 102.038 votos). Suas pautas são ligadas ao conservadorismo e à preservação da família tradicional. Ele faz render bastante sua briga com o irmão Bruno, que é contra Bolsonaro e foi ator do filme de Wagner Moura sobre o Deputado Carlos Marighella. O irmão e outros artistas e influenciadores que criticam o governo federal são seus objetos preferenciais de postagens, sempre na tentativa de esclarecer que eles têm como defeito “mamar nas tetas da Rouanet”.

Em julho de 2022, ele foi condenado pela Justiça por divulgar *Fake News* em suas redes sociais e terá que pagar R\$ 10 mil à mãe de um dos jovens que morreu na chacina do Jacarezinho em 2021, por ter divulgado uma foto de uma mulher segurando uma arma e afirmando falsamente ser mãe de uma das vítimas

2.4.2.2.5. Dama de Ferro

Margareth Thatcher, a líder do partido conservador inglês, foi a Primeira-Ministra britânica com o maior período no cargo durante o século 20 e a primeira mulher a ocupá-lo. Thatcher também era conhecida pela alcunha "Dama de Ferro", dada por um jornalista soviético e que se associou ao seu estilo de liderança rigoroso. Como primeira-ministra, implementou políticas liberal-conservadoras como privatizações das empresas estatais, redução de impostos e combate de forma radical aos movimentos sindicais trabalhistas. A Primeira-Ministra britânica tornou-se uma das precursoras do neoliberalismo e durante a maior parte de seu governo, foi descrita como a mulher mais poderosa do mundo.

⁹³ Uma das entrevistas pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=x2xB3T39dus>

Obviamente, @damaderroofofic não é o perfil de Margareth Thatcher, falecida em 2013. É um perfil com mais de 600 mil seguidores (em setembro de 2022), criado para homenageá-la através de comentários humorísticos e postagens de frases dela. O perfil segue os padrões das políticas do *Twitter* ao se autodeclarar a conta brasileira de fã de Thatcher. É uma conta com muitas frases curtas críticas aos partidos de esquerda, ao comunismo, ao socialismo, associando-os à corrupção, à preguiça, ao oportunismo. O perfil tem grande alcance entre a rede conservadora e seu capital social na rede é todo construído com frases de efeito que são fáceis de viralizar. Escreve *tuites* como “onde houver foice e martelo, sempre haverá picareta” e frases da ex-Primeira-Dama, como uma de seu último discurso no parlamento britânico em 1990: “o problema com o comunismo é que um dia o dinheiro dos outros acaba”.

A Lei Rouanet entra em seu discurso como forma de desaprovar os artistas críticos ao governo Bolsonaro ou mesmo falar sobre a diminuição da presença do Estado no fomento e financiamento das artes. Diferentemente dos demais perfis, que sabemos quem são as pessoas por trás do usuário, nesse caso não se sabe quem administra a Dama de Ferro piadista brasileira.

2.4.2.3. Comentados

Os *Comentados* são perfis que têm grau de entrada alto com interações de respostas (*reply*). A resposta é um tipo de interação dada a uma mensagem de outra pessoa. Quando você responde a outra pessoa, seu *Tweet* mostrará a mensagem “Em resposta a...” quando visto na *timeline* da página do seu perfil. Dessa maneira, a rede cria uma ordem cronológica entre as respostas. O *Reply* é usado também para fazer acréscimo a um comentário, sem a necessidade de editar o texto original. Isso significa que os demais usuários interagem comentando suas postagens.

Enquanto todos os principais *Replicantes* e *Formuladores* são contas vinculadas aos valores da direita conservadora, este grupo de perfis é mais heterogêneo. Além dos perfis de direita, estão também entre os *Comentados* artistas que se expressam contra o presidente Bolsonaro, defendem a classe artística ou o uso da Lei Rouanet de alguma forma, ou ainda veículos de notícias/jornalistas que fazem matérias noticiosas sobre a Lei. Neste caso aqui, como foram coletadas quaisquer mensagens que continham o termo “Rouanet”, incluem-se aí também comentários em postagens aleatórias, o que explica a grande participação de artistas que são contra as políticas do Presidente Bolsonaro. Ao professarem qualquer desagrado, são atacados com frases, por exemplo, dizendo que eles “perderam a mamata da Lei Rouanet”.

Tabela 03 - Os perfis mais comentados na ordem de quantidades de publicações sobre a Lei Rouanet

@	nome	ano de entrada	quantidade de tweets	segue (Following)	seguidores (Followers)	descrição do perfil
* <input checked="" type="checkbox"/> - verificado						
zeliaduncan <input checked="" type="checkbox"/>	Zélia Duncan 🇧🇷	2009	51.4K	635	571K	Zélia Duncan, cantora, compositora e escritora.
andreporci <input checked="" type="checkbox"/>	André Porciuncula	2009	10.1K	756	218.3K	Pré-candidato a Deputado Federal na Bahia / Ex-Secretário Nacional de Incentivo e Fomento à Cultura - Lei Rouanet / Capitão da PM-BA / Siga-me no Telegram <input type="checkbox"/>
mfriasoficial <input checked="" type="checkbox"/>	MarioFrias	2020	5,827	333	267.2K	Pré Candidato a Deputado Federal por SP. Ex Secretário Especial de Cultura do Governo Federal
zdficial	This account doesn't exist. Foi trocado para @zeliaducan					
folha <input checked="" type="checkbox"/>	Folha de S. Paulo	2008	571.2K	172.8K	8.2M	Um jornal a serviço da democracia. No Insta: http://instagram.com/folhadespaulo . No Telegram: http://t.me/folha . Assine a Folha: https://assinaturas.folha.com.br/410827
IngridGuimaraes <input checked="" type="checkbox"/>	Ingrid Guimarães	2009	16.5K	809	2.4M	Mãe da Clara Contato profissional- http://twogether.com.br IG https://instagram.com/ingridguimaraes
brunogagliasso <input checked="" type="checkbox"/>	Bruno Gagliasso - Pai de 3	2009	30.3K	1,246	5.7M	Ator
BolsonaroSP <input checked="" type="checkbox"/>	Eduardo BolsonaroBR	2009	31.4K	771	2.2M	Deputado Federal mais votado da história do Brasil (1.843.735) em seu segundo mandato por SÃO PAULO, Policial Federal, Advogado e 3º filho de Jair BolsonaroBR
BrazilFight	Família Direita Brasil	2019	57.1K	17.2K	252.1K	Brasileiros e patriotas, reunindo os que querem combater a narrativa esquerdista. / Por um Brasil melhor para nossos filhos e netos. Faça parte desta família.
FabioPorchat <input checked="" type="checkbox"/>	Fabio Porchat	2009	13.7K	1,285	9.1M	Que História é Essa, Porchat? Papo de Segunda e Porta dos Fundos! Ator, humorista e apresentador
leandraleal <input checked="" type="checkbox"/>	Leandra Leal BR 🇧🇷	2010	12.4K	1,092	962.3K	-
roxmo <input checked="" type="checkbox"/>	Roger Rocha Moreira	2008	224.4K	1,020	1.1M	Rock and roller
republica_ctba	Republica de Curitiba	2017	8,073	7,292	188.1K	-
UOL <input checked="" type="checkbox"/>	UOL	2009	498.6K	141	2.3M	Perfil oficial do UOL. Acompanhe em tempo real as manchetes do maior provedor de conteúdo em língua portuguesa do mundo.
UOLNoticias <input checked="" type="checkbox"/>	UOL Notícias	2008	540.2K	91	4.3M	Acompanhe as últimas notícias de política, economia, cotidiano, internacional, saúde, ciência, ambiente, educação e outras áreas
zehdeabreu	This account doesn't exist					
JornalDaCidadeO	Jornal da Cidade Online	2018	23.6K	133	338.6K	jornaldacidadeonline.com.br
monicabergamo <input checked="" type="checkbox"/>	Mônica Bergamo	2009	19.5K	1,365	1.7M	jornalista

Fonte: Elaboração própria com dados coletados via Netlytic

Na Tabela 03, é possível visualizar as 16 contas mais comentadas, que são em sua maioria perfis verificados de veículos de imprensa, jornalistas, artistas ou políticos. Somente 3 perfis entre os mais *comentados* não são verificados (Família Direita Brasil, República de Curitiba e Jornal da Cidade), e estes são de contas de perfis com conteúdo de direita. Existem 4 perfis da Tabela 03 que, além de terem suas mensagens muito compartilhadas, são também muito comentados: André Porciuncula, Eduardo Bolsonaro, Mário Frias e Jornal da Cidade.

Os *Comentados* estão participando ativamente da discussão política no país, mas não necessariamente estão falando sobre a Lei Rouanet. O fenômeno que melhor pode explicar este comportamento é o ativismo dos fãs de Bolsonaro, que se orientam sobretudo como “anti-fãs da esquerda”. Estas pessoas reverberam as pautas conservadoras como agentes ativos recriando em cima de outros conteúdos (DALMONTE; SOUZA, 2019). Então, quando um(a) artista fala mal do ídolo Bolsonaro, eles o protegem através da desqualificação, sobretudo, moral.

Imagem 13: Mensagens de Zélia Duncan em agosto de 2021



Fonte: [https://twitter.com/search?q=\(from%3Azeliaduncan\)%20until%3A2021-08-30%20since%3A2021-08-01&src=typed_query&f=top](https://twitter.com/search?q=(from%3Azeliaduncan)%20until%3A2021-08-30%20since%3A2021-08-01&src=typed_query&f=top)⁹⁴

O comportamento de *hater* pode ser visto nos comentários feitos nas postagens da cantora Zélia Duncan (Imagem 07). Dentro do período de análise, o mês de agosto de 2021 foi

⁹⁴ Acesso em 3 de setembro de 2022

quando mais houve comentários a Duncan que mencionando a Rouanet. Entretanto, fazendo uma busca no perfil dela, entre o mês de julho e agosto de 2021, não houve qualquer menção à Lei Rouanet produzida pela cantora (a não ser que tenha sido apagada). Contudo, em agosto, ela comentou uma fala do Presidente a favor de se facilitar o acesso da população a armas e munições, e chamou de "idiotas" aqueles que dizem que é melhor comprar feijão do que fuzil⁹⁵. Isso foi suficiente para que os comentários destas postagens retomassem as críticas à Lei de Incentivo à Cultura, por mensagens como “Esquece a Rouanet e vai trabalhar” ou “Sem a Rouanet suas músicas não valem nada”. Além de Zélia Duncan, que é o perfil com mais comentários sobre a Rouanet, temos em seguida André Porciuncula e Mario Frias. Em quarto lugar, a Folha de São Paulo, e a atriz Ingrid Guimarães em quinto.

No caso de Porciuncula e Frias, os comentários às publicações estão ligados a um comportamento de elogiar e, em quantidade menor, também de criticar a forma como eles estavam gerenciando a Lei de Incentivo. Como já foi feita um resumo do perfil deles, vou me deter na apresentação sucinta das duas artistas e do jornal, e o motivo destes perfis concentrarem comentários mais críticos.

Zélia Duncan é uma cantora e compositora que fez muito sucesso comercial e de crítica na década de 90. A artista, entretanto, se tornou muito ativa politicamente nas redes sociais principalmente a partir das eleições de 2018, quando fez parte da campanha “EleNão”, contra Bolsonaro. Sabidamente lésbica desde o início da carreira, a cantora foi se tornando uma ativista da causa LGBTQ+, também das causas feministas, indígenas, antirracistas, entre outras pautas da esquerda. Ela fez muitos vídeos utilizando a tag #ZoioNoZoio com posições políticas, muitas delas contra o governo. Em um destes vídeos ela declama uma poesia que escreveu defendendo os artistas chamada “Vida em branco” em que começa dizendo “Você não precisa de artistas?! / Então me devolve os momentos bons/ Os versos roubados de nós”. Ela é associada à Lei Rouanet por conta de suas posições políticas, e não por ser uma grande usuária do mecanismo. Em uma busca no SalicNet através de CNPJ de empresas das quais ela foi/é sócia ou pela inclusão de seu nome no título do projeto, foi encontrado um projeto de turnê em 2011-12, no valor de R\$940.000,00, com prestação de contas apresentada em 2013.

A defesa do fazer artístico, o compartilhamento de leituras e tantas posições contrárias ao governo fizeram crescer ao seu redor uma grande quantidade de pessoas não apenas favoráveis, mas também contrárias às suas opiniões. No final de 2021, por exemplo, circularam

⁹⁵ Ver em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/bolsonaro-chama-de-idiota-quem-diz-que-tem-que-comprar-feijao-tem-que-todo-mundo-comprar-fuzil.ghtml>

postagens com a cantora que teria supostamente rabiscado a bíblia escrevendo “pode sapatão, pode viado”, como no *tweet* abaixo do Deputado Hélio Lopes.

Imagem 14: Tweet de Helio Lopes



Fonte:

<https://twitter.com/depheliolopes/status/1454419979659587588?s=20&t=u13zY79azQuhhoryokWFEA>⁹⁶

As mensagens coletadas durante o período de análise em 2021, proferidas em resposta a postagens da cantora, além de associá-la à “mamata da Rouanet”, também incluem xingamentos. Tal comportamento, levou a cantora a fazer diversos vídeos falando da exaustão da exposição pública e como vinha sendo atacada nas redes por se posicionar politicamente. As postagens da cantora também têm admiradores e fãs, mas estes não mencionam a Rouanet, então ficaram de fora do corpus de análise.

Um outro usuário que é muito comentado é o da Folha de São Paulo. No primeiro capítulo, destrinchamos longamente o histórico do jornal, inclusive sobre seu pioneirismo na migração para o jornalismo online. Mas é interessante notar como também no *Twitter* o jornal, que tem mais de 8 milhões de seguidores, participa da discussão da Rouanet. Além da @folha,

⁹⁶ Acesso em 6 de novembro de 2022

na Tabela 3 temos @uol, @uolnoticias e @monicabergamo, todos vinculados à Folha. O perfil do jornal no *Twitter* posta, basicamente, chamadas para as matérias do site. Algumas contêm imagens, mas a maioria são pequenas frases com links. Além disso, os comentários das redes de perfis com tantos seguidores, como é o caso da Folha, são uma forma de dar visibilidade às suas pautas, como é o caso dos fãs de Bolsonaro.

O outro perfil entre os mais comentados é o da atriz e humorista Ingrid Guimarães, que participou de muitas novelas, séries e programas humorísticos na Rede Globo. A atriz era muito amiga do ator e também humorista Paulo Gustavo, que morreu após contrair o coronavírus, e foi muito enfática em suas mídias sociais sobre a falta de medidas de Bolsonaro contra a Covid-19. Em agosto de 2021 chegou a dizer que votaria até no seu cachorro se o outro candidato à presidência fosse o Bolsonaro. Apesar das críticas ao governo, a atriz não é militante de esquerda e chegou a afirmar no *Twitter* que “nem todo mundo que nao (sic) concorda com esse governo e (sic) esquerda, nem comunista (sic)” (GUIMARÃES, 2021). Ela participou de filmes como atriz que obtiveram financiamento via Lei do Audiovisual e Lei Rouanet. Em 2022, disse que tinha “peninha desse secretário [Mário Frias] desesperado pra ganhar likes em cima de treta com artista. Tipo a pessoa não tem mais nada a dizer nem a fazer num país com tantas questões a serem ditas! Fico lembrando que já tivemos um Gilberto Gil na cultura. E(sic) tipo deprimente” (GUIMARÃES, 2022, grifo nosso).

Após visualizarmos as mensagens e os usuários do *Twitter* em torno da Lei Rouanet em 2021, veremos na próxima seção as relações entre esta rede.

2.4.2.4 As redes de relações

As redes sociais são compostas por nós e laços. A rede de uma família que tem como nós os pais, irmãos, tios, primos, filhos, avó, namorado da prima etc. e os laços entre eles são mais ou menos fortes a depender do grau de relacionamento (maior ou menor parentesco, maior ou menos amizade etc.) entre estas pessoas. Mãe e filha provavelmente têm laços mais fortes de parentesco que a avó e o namorado da prima. Nas mídias sociais os nós seriam os perfis, e os laços as relações entre estes perfis. As relações, no caso do *Twitter*, podem ser estabelecidas com ações como “seguir” ou com as interações que a pessoa faz com os demais membros desta rede, como *retweetar* e comentar. E esses laços nas redes sociais tendem a ser fracos.

No início desta seção sobre os perfis e as posições dos sujeitos abordei sobre dois tipos de métricas de Análises de Redes Sociais (ARS) que foram as de Grau. Os perfis *Replicantes* tinham alto Grau de Saída e os perfis *Formuladores* e *Comentados* tinham alto Grau de Entrada, cada um por um tipo de interação. No contexto das mídias sociais, estes são índices relevantes

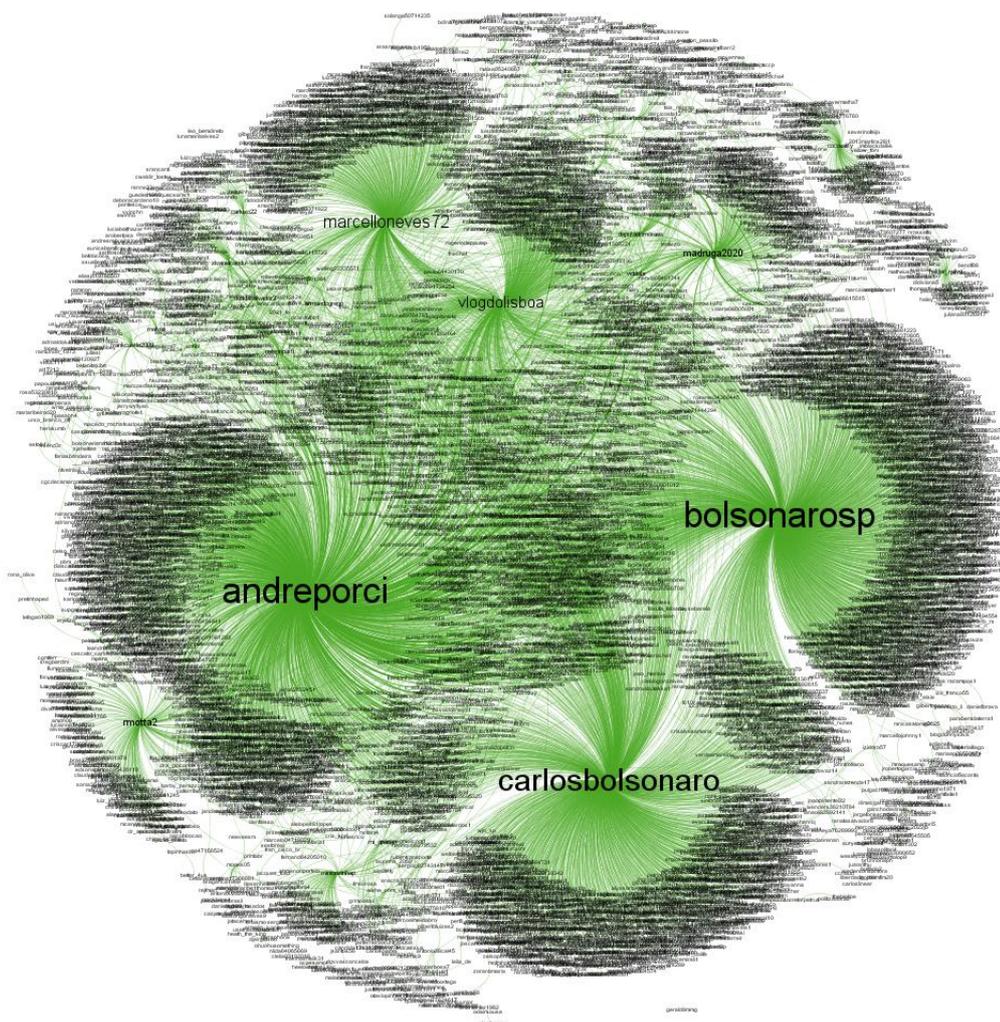
para ajudar a medir influência, autoridade, preferências, engajamento e mobilização (SILVA; STABILE, 2016). As métricas de ARS e suas visualizações dos dados através de gráficos ajudam muito a compreender a formulação de uma rede.

Como um exercício para entender e demonstrar de forma visual esta rede criada em torno dos discursos sobre a Lei Rouanet, e compreendendo a extensão da rede e do tempo de análise, foi feita uma observação das postagens do dia de maior repercussão de toda a coleta. Esta repercussão corresponde ao momento S no Gráfico 04, que aconteceu no dia 27 de dezembro de 2021.

Esta é uma rede montada em torno dos *tweets* e *retweets* deste dia citado, baixada pelo já mencionado *Netlytic*. Após filtrar os dados para usar apenas o dia em questão, foi montado o gráfico com ajuda do *software Gephi*, dentro do *layout* padrão *ForceAtlas2*. No início desta seção sobre os perfis e as posições dos sujeitos abordei dois tipos de métricas de Análises de Redes Sociais (ARS), que foram as de Grau. Os perfis *Replicantes* tinham alto Grau de Saída e os perfis *Formuladores* e *Comentados* tinham alto Grau de Entrada, cada um por um tipo de interação. No contexto das mídias sociais, estes são índices relevantes para ajudar a medir influência, autoridade, preferências, engajamento e mobilização (SILVA; STABILE, 2016). As métricas de ARS e suas visualizações dos dados através de gráficos ajudam muito a compreender a formulação de uma rede.

Como um exercício para entender e demonstrar de forma visual esta rede criada em torno dos discursos sobre a Lei Rouanet, e compreendendo a extensão da rede e do tempo de análise, foi feita uma observação das postagens do dia de maior repercussão de toda a coleta. Esta repercussão corresponde ao momento S no Gráfico 04, que aconteceu no dia 27 de dezembro de 2021. Esta é uma rede montada em torno dos *tweets* e *retweets* deste dia citado, baixada pelo já mencionado *Netlytic*. Após filtrar os dados para usar apenas o dia em questão, foi montado o gráfico com ajuda do *software Gephi*, dentro do *layout* padrão *ForceAtlas2*.

Gráfico 05 - Conversação sobre Rouanet no dia 27 de dezembro de 2021 - Grau de entrada



Fonte: Elaboração própria, com dados do *Netlytics* e análise estatística do *Gephi*

Neste Gráfico 05 é possível ver muitos nós pequenos e outros maiores. Quanto maior o nome do nó, mais *retweets* este perfil tem. Ou seja, os nomes maiores são os *Formuladores* deste dia em questão. Neste dia, tivemos quatro mensagens principais que foram muito compartilhadas. Duas de André Porciuncula (@andreporci) falando sobre o mal uso do dinheiro público por governos anteriores e dos artistas (PORCIUNCULA, 2021i, 2021j); uma de Eduardo Bolsonaro (@bolsonarosp) também falando sobre a falta de auditoria na Rouanet (BOLSONARO, 2021e); e outra de Carlos Bolsonaro⁹⁷ (@carlosbolsonaro) falando mal de artistas e de militantes de esquerda (BOLSONARO, 2021f).

⁹⁷ Carlos é o segundo filho do presidente Bolsonaro, que é vereador já por 5 mandatos pelo Rio de Janeiro, mas já pediu afastamento algumas vezes para cuidar da campanha ou marketing do pai

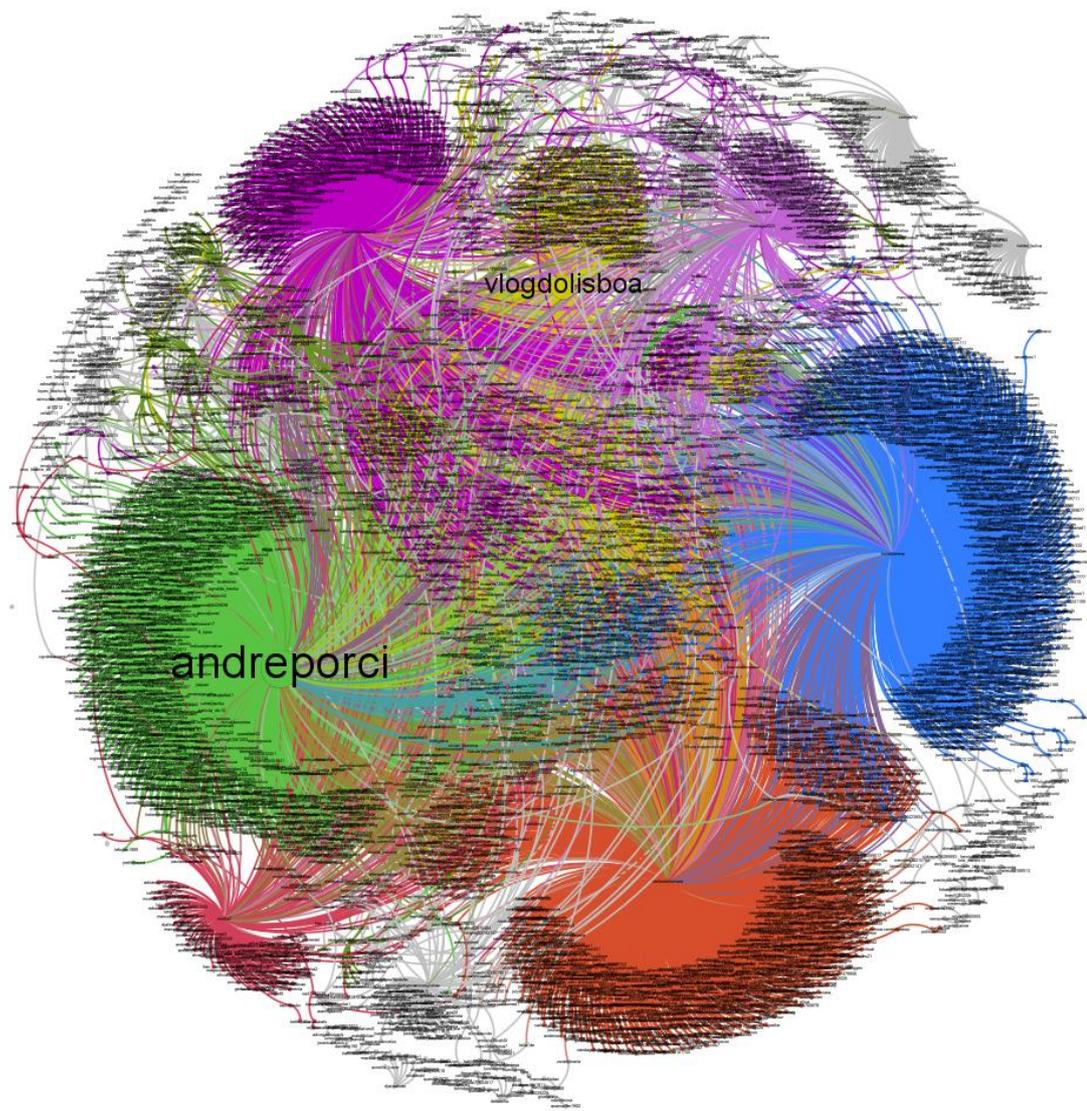
Então, em um exercício de projeção, se fôssemos fazer um gráfico como este da rede de *retweets* entre março e dezembro de 2021, todos os perfis *Formuladores* que estão na Tabela 02, estariam com letras com as fontes maiores e cheios de conexões. Entretanto, precisaria de um computador muito potente para conseguir processar tantos dados, e por isso precisei fazer tal recorte.

Uma das métricas de ARS é chamada *Between Centrality* ou Centralidade de Intermediação. Ela representa o papel de intermediador de um nó ao calcular os caminhos mais curtos entre todos os outros nós da rede. Serve para medir sua importância enquanto “ponte” possível entre áreas, grupos ou nichos diferentes (SILVA; STABILE, 2016, p.245). Segundo Recuero (2017), um perfil que possui um alto grau de intermediação não necessariamente é aquele com maior grau de entrada ou saída. O grau de intermediação calcula quais atores são capazes de manter a estrutura da rede, cujo papel conectivo é mais central (RECUERO, 2017, p.52). A visualização da mesma rede neste mesmo dia muda um pouco quando se utiliza como peso a centralidade de intermediação (ou *between centrality*) e se incluem os *clusters*, em bom português agrupamento ou conjunto.

Os *clusters* são obtidos através do cálculo de modularidade, que é “uma métrica de grupabilidade, ou seja, está relacionada à tendência de determinados nós se conectarem entre si” (RECUERO, 2017, p. 41). Este conjunto de perfis são mais densamente conectados (ou mais interconectados) do que os demais na mesma rede.

Nas mídias sociais, normalmente os laços entre os perfis são fracos, ocasionais. Nos ambientes online, esta abundância de laços fracos aumenta a probabilidade dos indivíduos acessarem conteúdos, nichos e experiências a que não teriam acesso através de suas redes mais próximas (SILVA; STABILE, 2016, p. 242). Os laços mais fortes estariam mais presentes nesses grupos/*clusters* do que entre os demais, com características mais próximas das definições de comunidade (RECUERO, 2009). Ou seja, conseguimos visualizar um agrupamento formado em torno de @andreporci, em verde. Os demais *clusters* estão com seus *Formuladores* com letras muito pequenas neste Gráfico 06, mas se compararmos com o Gráfico 05, que os mostra em tamanho maior, por estar organizado por grau de entrada, é possível visualizar que o grupo azul está em torno das mensagens de @bolsonarosp, o vermelho em torno de @carlosbolsonaro (em vermelho), em roxo em torno de @marcelloneves72 em roxo.

Gráfico 06 - Conversação sobre Rouanet no dia 27 de dezembro de 2021, utilizando a Centralidade de Intermediação e visualizando os clusters



Fonte: Elaboração própria, com dados do *Netlytics* e análise estatística do *Gephi*

Já a métrica de intermediação, Raquel Recuero esclarece que “indica o quanto um nó é essencial para que uma determinada informação circule na rede (quanto maior o grau, maior sua centralidade nesta questão)” (RECUERO, 2009, p. 74). Na visualização no Gráfico 06, isto é colocado com maior ou menor peso no tamanho das letras dos nós. Traduzindo: André Porciuncula e Fernando Lisboa fazem com que as informações sobre a Lei Rouanet cheguem a pessoas de grupos diferentes.

Como pode ser visto ao longo do capítulo e também no gráfico 06, Porciuncula, além de ser muito compartilhado e muito comentado, é também um articulador entre nichos. Nós com altos graus de intermediação são aqueles que conectam grupos diferentes (e desconectados

entre si) dentro da rede. Além dele, chama a atenção que os filhos do Presidente não ocupam o mesmo grau de importância quando se fala em intermediação, pois, apesar de terem tido suas mensagens muito compartilhadas, provavelmente quem compartilhou já são pessoas próximas a eles (já os seguem e/ou se seguem entre si). Ou seja, entre este *cluster*, a mensagem é repercutida entre as *mesmas pessoas*. Além de Porciuncula, também fura a bolha do *cluster* Fernando Lisboa (@vlogdolisboa).

Fernando Lisboa é dono do Vlog do Lisboa, atualmente com mais de 800 mil inscritos no Youtube. Ele faz *lives* de segunda a sexta nas quais basicamente apoia as ações do Presidente Bolsonaro e foi alvo de buscas da Polícia Federal por conta de um inquérito que investiga a realização de atos antidemocráticos no Brasil. Em 2021 ele foi impedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de arrecadar recursos pelo Youtube, pois alimentaram a *Fake News* de que as urnas não são auditáveis, além de ataques a ministros do STF (Supremo Tribunal Federal)⁹⁸. Ele se candidatou a Deputado Federal pelo PL de São Paulo, mas com 25.294 votos, não foi eleito.

No dia 27 de dezembro de 2021, Porciuncula e Lisboa foram os grandes intermediários sobre o debate da Lei Rouanet, fazendo com que o debate *furasse a bolha* (PARISER, 2012) das pessoas que já seguem e que se seguem entre si. É algo que não se pode generalizar, pois a medição precisaria ser feita com toda rede com um período maior, o que não foi possível nesta pesquisa. Mas, depois de analisar tantos perfis e a rede com que eles se relacionam, é possível afirmar que o debate sobre a Lei Rouanet, que a esta altura já podemos chamar de ativismo anti-Rouanet, é provocado por uma rede de extrema-direita bolsonarista, que transformou a visibilidade obtida nas mídias sociais através da discussão deste e de outros temas em votos nas eleições de 2022, seja nos atores principais ou em pessoas que eles indicaram aos eleitores.

Os *clusters* desta rede anti-Rouanet se assemelham com as distintas matrizes discursivas do bolsonarismo, ideia de Gabriel Feltran (2020) desenvolvida por Rodrigo Nunes (2020b e 2020c). Tais matrizes - como, por exemplo, o militarismo, o anti-intelectualismo, o empreendedorismo, o discurso anticorrupção, o conservadorismo de costumes etc. - não estão circunscritas em nenhuma classe ou grupo específico, o que faz com que o bolsonarismo seja um fenômeno interclasses, que encontraram um ambiente afetivo propício a recebê-las e uma infraestrutura organizacional (grupo de *WhatsApp*, *influencers*, rádios, igrejas) para disseminá-las. Isso significa dizer que um bolsonarista pode ser rico, apoiar o discurso anticorrupção e o empreendedorismo e não ser a favor do armamento da população, ao mesmo tempo que outro

⁹⁸ Inquérito administrativo 0600371-71.2021.6.00.0000 disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/corregedor-tse-suspende-monetizacao.pdf>, acesso em 6 de novembro de 2022

é de uma classe popular, muito conservador nos costumes, sendo contra a legalização do aborto ou da união homoafetiva, mas a favor de um Estado forte. Uma mesma matriz discursiva ganha sentidos diferentes a depender da posição social do sujeito.

Então, o que estes intermediadores do debate anti-Rouanet conseguem provavelmente fazer é falar para diferentes grupos, modulando seus discursos em nichos, assim como o bolsonarismo utiliza diversas matrizes discursivas falando para grupos distintos.

2.5. Sintonia de ressentimento

Vimos aqui neste capítulo que o clima social ou o sentimento público de insatisfação em torno da Rouanet foi sendo criado ao longo do tempo e por diversos atores sociais. Em sua investigação sobre o clima de abertura da redemocratização brasileira, Gajanigo (2020) verificou que os cidadãos, ao serem expostos a informações oriundas da imprensa - assim como a ações, mesmo que pequenas, ligadas à liberdade de expressão oriundas do governo -, eram contagiados por sentimentos de esperança e de liberdade, agindo em direção a acreditar que o próprio governo estava construindo o processo de abertura democrática. Ao mesmo tempo que os cidadãos eram contagiados por este clima, esta sintonia também impulsionava as ações do governo.

Vimos que o sentimento de insatisfação em torno da Lei Rouanet, de maneira semelhante, foi sendo absorvido e também co-criado pelos pesquisadores do campo, pelos gestores, pelos próprios usuários da legislação, pela imprensa, e pelos diversos atores nas mídias sociais. Mas, assim como aconteceu com o “clima de abertura” de maneira ampla, houve estímulo dos governos e dos diversos fatos políticos que incentivaram tal sentimento.

As características de funcionamento das mídias sociais e seus algoritmos conduzem as pessoas a se manterem em bolhas sociais (PARISER, 2012) e em câmaras de ecos (SUNSTEIN, 2009). No contexto de desordem informacional, levando em consideração o crescimento da extrema-direita e o fomento de uma crise epistêmica, o clima social de insatisfação sobre a Lei Rouanet demonstra que os fatos políticos são impulsionadores do debate e do clima de insatisfação também no *Twitter*, assim como aconteceu na Folha de São Paulo. Na Folha, a contrariedade perante a Lei aparece de maneira moderada, e vai se transformando em posicionamentos ligados a uma melhoria do formato do financiamento público à cultura. No *Twitter*, compreendendo a gramática da mídia social com mensagens curtas e com tendência a radicalização, a insatisfação vai para o extremo e atinge, para além do financiamento aos projetos culturais, os “fazedores de cultura” e, sobretudo, os artistas.

As argumentações utilizadas levam em consideração a insatisfação, mas trazem também tons de ressentimento. A psicanalista e jornalista Maria Rita Kehl (2005) diz que ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Ela afirma que “o ressentimento é o terreno dos afetos reativos, da vingança imaginária e adiada, da memória que só serve à manutenção de uma queixa repetitiva e estéril” (KEHL, 2005, p.242). Para ela, para que o ressentimento se instale é necessário ou que a “vítima” (nesse caso os atores sociais da ultradireita) não se sinta à altura de responder ao agressor, ou, na via oposta, queira ostentar uma superioridade moral (KEHL, 2005).

Este ressentimento tem semelhança com a experiência, narrada por Camila Rocha em sua pesquisa (2018, 2019), de estudantes do início dos anos 2000, que tinham percepções ultraliberais da economia se sentiam marginalizados em ambientes universitários. Eles se viam acuados e tinham a percepção de serem “vítimas do esquerdismo” (ROCHA, 2019). Ou ainda um sentimento entre as pessoas muito conservadoras, especialmente as religiosas, que viram políticas mais pluralistas – ligadas a direitos das mulheres, negros e LGBT+s, acontecerem nos anos em que o PT esteve à frente do governo federal e se sentiram injustiçadas (LACERDA, 2019, GRACINO; GOULART, FRIAS, 2021).

A superioridade moral que Kehl fala aparece do lado da ultradireita, que sente que seus valores são mais virtuosos. E a ignorância demonstrada por atores do campo da direita sobre a lógica do financiamento público às artes não raramente suscita entre atores da esquerda reações de ordem moral, baseadas na desqualificação dos seus oponentes como sujeitos incultos, incapazes etc. Os lados não parecem querer se ouvir, parecem ser incapazes de escutar as razões de seu interlocutor, o que Frederico Santos intitula como “diálogo de surdos” (SANTOS, 2021). Já o filósofo francês Jacques Rancière (1996) chama tais situações de “desentendimentos”, que “não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura” (RANCIÈRE, 1996, p. 11). O desentendimento não seria, assim, desconhecimento ou mal-entendido. Para o autor, não diz respeito apenas às palavras, mas à própria situação daqueles que falamos. E para ele, este seria o terreno próprio da política. Rancière (1996) argumenta que a política só acontece quando “parte dos que não têm parte” rompe uma lógica supostamente naturalizada da dominação, rompe com a hegemonia e “faz ouvir como discurso o que antes só era ouvido como ruído”.

Neste caminho, quando a política de financiamento público da cultura passa a ser contestada por novos atores, há um ressentimento de uma parcela da população que não se sente contemplada por aquele *tipo de arte*, aquele *tipo de cultura* ou ainda via como um *afronte moral*

alguns tipos de arte/cultura financiados pelo Estado e colocados como uma ordem naturalizada, sedimentada. E tudo isso parece ser muito potencializado nas mídias sociais.

Se somam ao clima de ressentimento e insatisfação contra a Rouanet também as alegações que o PT foi, no mínimo, conivente com casos de corrupção, causando decepção entre apoiadores e não apoiadores. A corrupção é também acionada ao se tratar da Lei Rouanet, conectando uma suposta relação imoral entre artistas e governos petistas. Mesmo após a implantação e finalização de uma CPI, as mensagens em 2021 nos dizem que as dúvidas não foram sanadas por parte dos usuários da rede. Este se relaciona com uma gama de outros discursos presentes no recente movimento de extrema-direita no país, que traz o antipetismo como o grande fator de união destes grupos.

Este clima esteve presente nas alegações das mensagens de 2021 no *Twitter* analisadas que giraram em torno de minar o capital social dos artistas e agentes culturais, numa tentativa de descredenciá-los como pessoas idôneas e que influenciam também os debates políticos. Para isso, muitos usuários da rede analisada insistem em relações corruptas de entre agentes dos governos petistas e artistas que se colocam contrários ao governo Bolsonaro. Além disso, houve um esforço em vincular aos opositores do bolsonarismo diversos marcadores identitários como o uso de drogas, a defesa do aborto, medidas ligadas ao isolamento social durante a pandemia de Covid-19 e também a defesa e o uso da Lei de Incentivo à Cultura.

Os principais usuários do *Twitter* envolvidos na afirmação de tal clima e que estiveram presentes nas discussões dos dados analisados foram divididos em três tipos. Primeiramente aqueles que criam e fomentam as discussões, que sabem que serão muito compartilhados e que elaboram as linhas do debate acerca de lei, que foram chamados de *Formuladores* e contam principalmente com políticos, aspirantes a políticos e militantes, todos vinculados a valores de direita. Interessante notar como a visibilidade causada pelas discussões da Lei Rouanet também colaborou para que diversos atores sociais envolvidos se candidatassem (e muitos se elegessem) às eleições em 2022.

Outro tipo de usuário envolvido no debate são os perfis que são muito *comentados*. Neste caso é um conjunto de perfis variados tendo tanto os políticos e militantes de direita quanto usuários ligados à esquerda ou ao jornalismo tradicional, que são muito comentados por perfis de direita que deixam comentários negativos nas postagens ligadas a críticas do governo Bolsonaro. O terceiro tipo de perfil é peculiar e característico da gramática da desordem informacional. São os usuários que compartilham as mensagens, que fazem com que os discursos cheguem a mais pessoas, que chamamos de *Replicantes*, cuja particularidade é a auto-caracterização como conservador ou de extrema-direita e o comportamento automatizado, se

assemelhando a robôs. Além disso, vimos a importância dos *Formuladores* em relação aos demais perfis no *Twitter*, e que, em determinadas situações, alguns perfis podem assumir o papel também de intermediador, conectando diferentes “bolhas sociais”.

Ou seja, esta discussão contrária à Rouanet e aos artistas no *Twitter* tem como protagonistas atores de extrema-direita que dominam as especificidades das mídias sociais e, mesmo sendo quantitativamente minoria e com pautas diversas, se mostraram coesos e foram produzindo um senso de maioria nesse ambiente. O clima de insatisfação se amplificou no *Twitter* e trouxe também o ressentimento ao mecanismo e à classe artística – colocada como classe supostamente privilegiada ao receber benefícios do governo e também alegadamente não idônea, já que há uma associação de corrupção em troca de apoio aos partidos de esquerda, especialmente ao PT. Este clima se alastrou pela sociedade e foi amplificado pela extrema-direita, tanto os militantes quanto o próprio governo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou como se formou o sentimento público de insatisfação e ressentimento em torno da Lei Rouanet na contemporaneidade. É interessante notar que a motivação inicial para a investigação se deu exatamente através da percepção de uma atmosfera diferente em torno do mecanismo, um novo clima, envolvendo novos atores. Para isso, a pesquisa ofereceu um olhar sobre o problema através da observação dos discursos na Folha de São Paulo entre 1991 e 2021 e no *Twitter* por 10 meses em 2021.

Os resultados focam em três pontos principais: o interesse sobre o assunto cresce em momentos políticos importantes como eleições e crises políticas; o crescimento da Direita e do contexto de desordem informacional é muito importante para o estabelecimento do sentimento público de insatisfação perante o mecanismo; e resultados em torno de como o governo Bolsonaro e o bolsonarismo souberam navegar bem neste clima em torno da lei. Revisitarei nestas considerações finais os principais achados, comentando as limitações da pesquisa e apontando possibilidades de outros caminhos para pesquisas futuras.

O pesquisador britânico Ben Highmore nos coloca que o aspecto mais valioso do *mood* é também seu aspecto mais problemático, afinal o humor (o clima, a atmosfera) está em todos os lugares, sempre. Mesmo aqueles momentos que parecem totalmente “sem humor” estão, na verdade, apenas com humores modulados diferentemente (GAJANIGO, 2016, p.103). O clima está em todo lugar, mas *criar um clima*, entretanto, exige sincronicidade de ações. E a conjunção de fatores parece ser o grande trunfo na criação de um clima, seja no apagar das luzes em uma sessão de cinema, como narra Highmore, no “clima de abertura” de redemocratização no Brasil (GAJANIGO, 2020), ou no clima de insatisfação na sociedade perante as leis de incentivo à cultura, como vimos aqui.

A sincronicidade no caso de um ambiente físico que possamos frequentar tem relação com a disposição dos móveis, o tipo de luz e música, o cheiro do lugar, como as pessoas estão vestidas etc. Alguém (ou alguma coisa) que chegue destoando do ambiente altera o clima. No caso da abertura da redemocratização estudada por Gajanigo (2020), o governo, frente ao clima de abertura já existente, foi modulando suas ações e a forma como se daria a redemocratização política brasileira. Claro que o tensionamento da sociedade impulsionou atitudes governamentais, mas o governo conseguiu através da “criação de um clima” dar o tom dessa redemocratização.

A coexistência de diversos fatores de descontentamento perante a Lei Rouanet, motivados por múltiplos atores sociais, se sincronizaram a partir de 2016 com o crescimento de uma direita ultraliberal e conservadora e com um ambiente de desordem informacional. E,

assim como o governo militar soube percorrer o clima de abertura a seu favor, o clima de insatisfação sobre a Rouanet também foi bem navegado pelo governo Bolsonaro e seus aliados.

Ao longo dos mais de 30 anos de existência da Rouanet, ações de diversos governos forjaram e mantiveram inúmeras concentrações malvistas no PRONAC. Entretanto foi possível reconhecer que a insatisfação sobre a Rouanet foi sendo produzida em torno de agendas políticas. Vimos que, na Folha de São Paulo, o sentimento público sobre a Lei Rouanet é multifacetado e vai sendo alterado com o tempo. Há certa sintonia entre o jornal e a literatura sobre o tema no que diz respeito às críticas ao modelo de financiamento proposto pelo mecanismo. As críticas tratam do grande poder de escolha dos departamentos de marketing das empresas patrocinadoras dos projetos culturais e do pequeno aporte de recursos privados; da suposta concentração de recursos para artistas famosos e grandes eventos com grandes potenciais mercantis; da concentração de recursos em pequeno número de projetos, especialmente nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Vimos que a Folha tematizou também controvérsias ligadas ao audiovisual, e ao problema do “passivo” de projetos que não tiveram as prestações de contas analisadas pelo governo. Observamos, sobretudo, que o jornal cresce suas menções à Rouanet durante momentos políticos importantes, como a reeleição e o processo de impeachment de Dilma Rousseff ou durante CPI da Lei Rouanet e a Operação Boca Livre. Seja porque o assunto aumentava as vendas do jornal (ou cliques nos sites), ou porque se entendia que era um tema importante para a sociedade. Frente ao contexto de crescimento da extrema-direita, que disseminava desinformações sobre a Rouanet após 2016, os editores e grande parte dos jornalistas e colunistas da Folha tomaram uma posição de que a Lei Rouanet precisava de ajustes e adequações, sim, mas sintonizando na defesa de que ela é importante para as políticas culturais brasileiras.

No ambiente do *Twitter*, em 2021, temos atuação explícita de atores ligados a valores de extrema-direita na leitura da insatisfação em torno da lei por parte da sociedade e na construção destes discursos com vistas a valorizar e engrandecer este desagrado. Assim, este clima de insatisfação e de que precisavam ser feitas mudanças na lei é bem evidente. Mas, para além da insatisfação, existia também certo ressentimento em torno do mecanismo. Este sentimento ia além das críticas já citadas, que ressoam o que a literatura da área já apontava como questões a serem melhoradas na legislação. Um dos incômodos também aparece na Folha de São Paulo, que é o entendimento de que artistas famosos (ou projetos comercialmente viáveis, como aparece no jornal) não deveriam ter seus projetos incentivados pelo Estado. Esse entendimento é legítimo, mas não leva em conta a natureza da lei, nem da economia em torno

dela, já que não é o Estado que faz o repasse de recursos e sim os patrocinadores, e que tais projetos acabam também fomentando um mercado com muito trabalho e renda para diversos grupos de trabalhadores, em torno destes artistas de renome. Por outro lado, se fala no *Twitter* em aumentar apoio de artistas iniciantes, sendo que isto já está previsto através do Fundo Nacional de Cultura, outro mecanismo que integra o PRONAC, recurso que foi contingenciado no governo Bolsonaro.

Um outro ressentimento se conecta com uma suposta relação imoral e corrupta entre artistas e governos petistas, como se a CPI realizada entre 2016 e 2017 não tivesse dado conta de sanar as dúvidas sobre este suposto complô em torno do PT. Este discurso, mais perigoso, se relaciona com uma gama de outros presentes no recente movimento de extrema-direita no país, que tem o antipetismo como o grande fator de coesão de diferentes grupos (TATAGIBA, 2018; ROCHA, 2019; ALVES DOS SANTOS, 2019). Relevante notar que a rede anti-Rouanet envolve atores sociais militantes de extrema-direita muito engajados, que utilizam muito bem da gramática das mídias sociais. Mas, para além disso, é notável o uso de comportamento automatizado na colaboração da difusão dos discursos destes militantes.

Vale salientar também a importância de André Porciuncula neste cenário anti-Rouanet, em 2021. O perfil do Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura no *Twitter* não é o que tem mais seguidores entre os citados. No final de 2022, @andreporci tem menos que 450 mil seguidores no *Twitter*, frente aos mais de 2 milhões de Eduardo Bolsonaro, por exemplo. Ainda assim, ele conseguiu ser o que tem mais mensagens compartilhadas sobre a Lei Rouanet, tornando-se o principal formulador dos discursos sobre o tema na mídia social. Mensagens contundentes falando, sobretudo, em controle de corrupção e moralização do mecanismo. Ele é também o segundo perfil mais respondido - um outro tipo de interação também importante, pois agrega em seu próprio perfil diversas opiniões sobre o tema, e nesse caso são mais comentários que concordam com ele do que o inverso (como é o caso de Zélia Duncan, que é o primeiro perfil mais comentado). Ele aparece também como um usuário que consegue "furar bolhas", cumprindo o papel de intermediador entre grupos, em pelo menos um dos momentos analisados. Além de ser responsável, conjuntamente com Mário Frias, por diversas alterações na gestão da legislação. Entre abril e dezembro de 2021, por exemplo, todas as decisões sobre os projetos inscritos na Rouanet ficaram concentrados em Porciuncula, que passou a aprová-los (ou não) *ad referendum*, sem a participação do colegiado, que foi dissolvido após ter decorrido o prazo previsto no edital nº 1/2018, publicado no D.O.U de 6 de setembro de 2018, que compunha a comissão para o biênio 2019/2020 e que não foi prorrogado.

Além de dissolução da CNIC neste período, a Comissão também foi enfraquecida através de Decreto (BRASIL, 2021b) e Instrução Normativa (BRASIL, 2022). A CNIC se tornou “instância recursal consultiva de projetos” e foram retiradas diversas competências deste colegiado (BRASIL, 2021b). Após IN nº1/22 (BRASIL, 2022) foi também retirada da Comissão a competência de dar pareceres sobre os ajustes de valores dos projetos, independente da sua complexidade. Em dezembro de 2021, foi publicado a nova composição da CNIC (BRASIL, 2021c) e voltaram a acontecer as reuniões, que são transmitidas pelo canal do Youtube da Secult⁹⁹.

Por conta do clima de insatisfação, o governo encontrou ambiente favorável para implantar algumas mudanças na gestão do PRONAC, através de aparato infralegal, normativas que estão abaixo hierarquicamente de uma lei, mas que têm valor legal, como Instruções Normativas, Decretos e Portarias. Elas são usadas por todos os governos para terem alguma liberdade de regulamentação e enviesamento das políticas públicas. Algumas destas alterações foram mais acenos simbólicos para os apoiadores bolsonaristas, como a inclusão das artes sacras como finalidade da lei e como uma das áreas a serem contempladas na indicação dos membros da CNIC (BRASIL, 2021b), por exemplo. Outras ações, sobretudo as ligadas à IN nº1/22 (BRASIL, 2022), alteraram substancialmente o funcionamento da Lei, como a alteração do funcionamento, já citado, da CNIC ou a diminuição do teto dos valores dos projetos, inviabilizando a sustentabilidade de grandes museus e instituições culturais, por exemplo. Houve também nesta IN (BRASIL, 2022) a diminuição do teto dos cachês para três mil reais, sem levar em consideração as características próprias do trabalho artístico, como longos períodos de formação, sazonalidade e incerteza¹⁰⁰, e a diminuição de valores de pagamento de direitos autorais para vinte mil reais por projeto audiovisual, inviabilizando a realização, através do incentivo fiscal, de muitas mostras e festivais de cinema, sobretudo com as exibições de filmes estrangeiros cujo pagamento é feito em dólar.

No momento de escrita deste trabalho, muitas dessas normas implementadas pelo governo Bolsonaro estão sendo questionadas pelo campo cultural e pela oposição no Congresso Nacional, por meio de ações no Ministério Público Federal ou no Tribunal de Contas da União. Alega-se desconfiança de uso indevido da máquina pública, como aconteceu com a Portaria

⁹⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/c/SecretariaEspecialdaCultura/>

¹⁰⁰ Sobre o mercado de trabalho na área musical ver estudos de Liliana Segnine (2012) e Amanda Cerqueira (2018)

nº124, de 4 de março de 2021 (BRASIL, 2021a)¹⁰¹, ou com Projetos de Decreto Legislativo (PDL), no intuito de sustar os efeitos de Instruções Normativas, caso do PDL nº38¹⁰², de autoria de Alice Portugal e relatoria de Professora Neide Rosa, com objetivo de sustar a IN nº1/22 (BRASIL, 2022).

A pesquisa, como foi projetada, não teve o objetivo de detalhar o funcionamento da Lei Rouanet no período analisado, mas pretende colaborar com outras pesquisas ao fornecer este mapeamento de sentimentos públicos do momento e a linha argumentativa que vem sendo mobilizada pelos atores sociais envolvidos na discussão. Outras pesquisas poderão também lançar um olhar mais detalhado para as posições de outros atores sociais importantes neste processo, como os pesquisadores das políticas culturais ou mesmo os próprios gestores do mecanismo. Além disso, pesquisas que escolham outros modelos de abordagem do fenômeno podem ainda oferecer pistas novas e diferentes sobre os humores sociais em torno do financiamento à cultura.

É preciso destacar que ao longo de sua realização, a pesquisa precisou lidar com elementos novos no debate sobre a Lei, como a instalação da pandemia, criação de novos mecanismos como a Lei Aldir Blanc e as sucessivas controvérsias da gestão da Cultura pelo governo Bolsonaro. Esses fatos trouxeram efeitos diretos para os debates públicos em torno da Lei Rouanet, e provocaram novas nuances no clima de descontentamento em relação ao mecanismo. No entanto, o sentimento já estava disseminado entre parte da sociedade e, não por acaso, foi incorporado pela primeira campanha de Bolsonaro, em 2018.

O que a pesquisa procurou oferecer nesse quadro não foi uma mera crítica a esses atores, mas uma análise de sua incidência como grupo de interesse no debate sobre a Lei. Isso só foi possível também porque a pesquisa realizou uma análise combinada de mídia tradicional e mídias sociais, e da interação entre os discursos que circulam nelas e as ações do governo.

Foi fundamental reconhecer, na Folha de São Paulo, que a insatisfação com a Lei não foi criada por Bolsonaro, mas gerava críticas e controvérsias desde o início da sua implantação e real funcionamento, tanto pela esquerda (como a literatura acadêmica mostra) quanto pela direita (como sugerem os novos formadores de opinião atuantes na imprensa).

O modelo de abordagem proposto pela pesquisa permite expandir o escopo das discussões sobre financiamento e fomento estatal da cultura, historicamente protagonizadas por artistas, intelectuais e agentes culturais, que passa agora a contar com um novo fator na conta:

¹⁰¹ Ver em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/oposicao-lei-rouanet-lockdown-pandemia/>

¹⁰² Ver em <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2314601>

o “homem comum” que ganhou tradução com o bolsonarismo. O sucesso eleitoral de atores como Mario Frias, Thiago Gagliasso, Bia Kicis e André Porciuncula mostra a capilaridade atingida por seus discursos, e amplia a demanda por mais pesquisas em torno do tema.

REFERÊNCIAS

AB´SÁBER, Tales. Crise, alucinação e mentira: o anticomunismo. Em ALMEIDA, Ronaldo de e TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Unicamp, 2018.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Relatório final da CPI da Lei Rouanet sugere indiciamento de investigados. **Agência Câmara de Notícias**. 27 abr 2017. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/512743-relatorio-final-da-cpi-da-lei-rouanet-sugere-indiciamento-de-investigados/>>. Acesso em 21 fev 2022

AGGIO, Camilo. **Campanhas Políticas e Sites para Redes Sociais: um estudo sobre o uso do Twitter na eleição presidencial brasileira de 2010**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. 243p.

ALMEIDA, Armando; PAIVA NETO, Carlos B. Fomento à cultura no Brasil - desafios e oportunidades. **Políticas Culturais Em Revista**, 2018, 10(2), 35–58.

ALVES DOS SANTOS, Marcelo. A Rede de Oposição Radical no Facebook: cartografia e apontamentos sobre os haters políticos. **Revista Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 15, n. 38, p. 309-324, set./dez. 2014

_____. Coxinhas e petralhas: o fandom político como chave de análise da audiência criativa nas mídias sociais. **Revista GEMInIS, [S. l.]**, v. 7, n. 1, p. 117–146, 2016.

_____. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. Tese (doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. 399p.

ANDRADA, Alexandre. Quem, afinal, apoiou o Plano Collor?. **Brazilian Journal of Political Economy**. 2018, v. 38, n. 4, pp. 781-799.

ANDRÉA, Carlos d'. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**, Salvador : EDUFBA, 2020. 79p

AZEVEDO, Fernando Antônio. A "grande imprensa" brasileira: parcialidade política e antipetismo (1989-2014). In: **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLITICA**, 9.ed, [Trabalhos apresentados]. Montevidéu: ALACIP, 2017. p. 1-29.

AZEVEDO, Reinaldo. Ser “artista” é moral, social e economicamente superior a ser quituteira, costureira ou contador? Blog de Reinaldo Azevedo. Revista Veja. 28 mar 2011a.

AZEVEDO, Reinaldo. Ainda os privilégios da Família Lula da Silva, a nova aristocracia brasileira, e os bocós que não sabem distinguir questão pública de vida privada. Blog de Reinaldo Azevedo. Revista Veja. 02 ago 2011b

ALLCOTT, Hunt, and GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in The 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, 31 (2). 2017, 211–236p.

ARAÚJO, Luiz Antônio. Eleições 2022: como 'marqueteiros anônimos' devem dominar campanha e desafiar controle de fake news. **BBC**, 18 dezembro 2021. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59640270>>. Acesso em 1 nov 2022

AZIZE, Rafael Lopes; AGGIO, Juliana Ortegosa. As humanidades em uma época estéril? In: AZIZE, Rafael Lopes (Org.). **Em defesa às Humanidades**. Salvador: EDUFBA, 2020. 9-30p

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. **III Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador 2007.

_____. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 10, n. 1, jan./jun. 2017

_____. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 22, núm. 1, 2018, Janeiro-Junho, pp. 239-259

BARBOSA, F. A. O financiamento das políticas culturais, 1995-2002. In: SILVA, F. A. B. da. **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2007. p. 167-195.

BARDIN, Laurence, **Análise de Conteúdo**. 1ª reimp.da 1ª Ed. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 279.

BATISTA, Suelen Mazza. **Onde os fatos não têm vez: uma análise foucaultiana das Fake News relativas à cultura**. Dissertação (Mestrado), UFPE, Recife, 2020. 132p.

BENEVIDES, Mariana. **O impacto da transição digital na comunicação cultural impressa: Uma análise de conteúdo comparativa entre o caderno Folha Ilustrada da Folha de S. Paulo e a seção Arts do The New York Times**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade do Porto), Porto, 2020.

BENTES, Ivana. Nós, os brancos, e a nova partilha discursiva. **Revista Cult**. 12 ago 2020. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/nos-os-brancos-e-a-nova-partilha-discursiva/>>

BEZERRA, Arthur Coelho; CAPURRO, Rafael; SCHNEIDER, Marco. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, 2017, p. 371-380

BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do jornalismo moderno no Brasil. **História**, vol. 26, n° 2, p.118-143, 2007.

_____. “Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004”. **Varia História**, vol. 25, n° 41, p.269-291, 2009.

BIROLI, Flávia e MANTOVANI, Denise. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". **Opinião Pública [online]**. 2014, v. 20, n. 2,

pp. 204-218. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912014202204>>. Acesso em 7 Janeiro 2022.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**. Companhia das Letras, 1996. 432 p.

BRUNNER, José Joaquin. **La cultura como objeto de políticas**. FLACSO, Santiago do Chile, 1985.

_____. **Un espejo trizado: ensayos sobre cultura y políticas culturales**. Santiago de Chile: FLACSO, 1988.

_____. Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades. In: GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59

BOREKI, Vinicius. Bolsonaro defende a extinção do Ministério da Cultura. **Uol eleições 2018**. 29 mar 2018. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/29/bolsonaro-defende-a-extincao-do-ministerio-da-cultura.htm>>. Acesso em 24 fev 2022.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva [online]**. 2001, v. 15, n. 2, pp. 73-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>>. Acesso em 19 de janeiro de 2022

_____. A política cultural e o plano das idéias. **III Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador 2007.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2007, p. 87 -107.

_____. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, Antonio; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Org). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 33-47

_____. A arte e a cultura em tempos de pandemia. **Revista Extraprensa**, v. 13, n. 2, p. 7-21, 2020.

CALIL, Carlos Augusto. O prazer de Mandarzinho. In CALIL, Carlos Augusto e PENTEADO, Flávio Rodrigo. **Mario de Andrade: me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2015. 336p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frente Parlamentares da 55ª Legislatura**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp?leg=55>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da CPI da Lei Rouanet**. Brasília: 9 mai 2017.

CANATTA, Fábio. **Tv e segunda tela : uma análise do horário nobre no Twitter**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CANEDO, Daniele; ANDRADE, Carlos Magno D. G. de; PONTE, Elizabeth; CAMPOS, Luiz Gustavo; CARVALHO, Rosimeri. Políticas culturais emergenciais na pandemia da Covid-19? Demandas e estratégias de enfrentamento e as respostas dos poderes públicos. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 165-191, jan./jun. 2021

CARCARÁ, Thiago Anastácio; MAIA, Clarissa Fonseca. A Principiologia Do Programa Nacional De Apoio À Cultura (PRONAC). **Prim@ Facie**, João Pessoa, PPGCJ, v.17, n. 35, 2018

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar e FUGUEIREDO, Rubens (Orgs.) **A Era fhc: um balanço**. São Paulo: Cultura, 2002, p. 627–656.

CELIKATES, Robin. Digital publics, digital contestation: a new structural transformation of the public sphere?. In: CELIKATES, Robin.; KREIDE, Regina; WESHCE, Tilo (Orgs.). **Transformations of democracy: crisis, protest and legitimation**. London: Rowman & Little Field International, 2015

CESARINO, Leticia. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n.1, p. 73-96, 2021.

CID, Gabriel; DOMINGUES, João; PAULA, Leandro de. “Gestor-auditor”: A retórica da peritagem na política de cultura do governo Bolsonaro. **Estudos Ibero-Americanos**, v.48, ed.1, fev 2022a.

CID, Gabriel; Domingues, João e PAULA, Leandro de. “Um governo dedicado ao homem comum e seus valores”: a cultura como objeto da política na gestão Bolsonaro. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, 2022b, v 54.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Apresentação: direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

CHAGAS, Viktor. Uma alternativa para escapar à tabloidização ou uma forma de tabloidização alternativa? O mercado brasileiro de jornais populares e a economia política da imprensa escrita. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 22. Brasília, janeiro - abril de 2017, pp 7-48.

CORRÊA, Diogo Silva. Do problema do Social ao Social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. **Revista de Ciências Sociais**, n. 40, Abril de 2014, pp. 35-62

COSTA, Leonardo; ROCHA, Renata. Muito Barulho por Nada? Maria Bethânia, a Lei Rouanet e a Mídia Brasileira. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, n. 3, 2011.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na constituição federal de 1988: representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à**

Cultura. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 15, 2005.

DALMONTE, Edson Fernando; SOUZA, Pedro Carlos Ferreira de. Ativismo por fandoms políticos conservadores: a discussão em torno dos casos Queermuseu e La bête por páginas pró-Bolsonaro. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 41, n. 2, p. 235-270, maio-ago. 2019
 FELTRAN, Gabriel. “The revolution we are living”. **HAU: Journal of Ethnographic Theory** 2020 10:1, 12-20

DAPIEVE, Arthur. Jornalismo cultural. In: CALDAS, Álvaro. **Deu no Jornal: o jornalismo impresso na era da internet**. Edições Loyola, São Paulo, 2002. 94-112p.

DATAFOLHA, **Recorde, reprovação a governo Jair Bolsonaro atinge 51%**, 9 JUL 2021
 Disponível em <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2021/07/1989332-recorde-reprovacao-a-bolsonaro-atinge-51.shtml>, acesso em 18 mar 2022

DOMINGUES, João e DE PAULA, Leandro. O incentivo à cultura em disputa pública: performances político-discursivas de uma CPI. In: SUZUKI, Júlio César; BORGES, Valterlei; BITELLI, Fábio Molinari (Orgs). **Estudos de Políticas Públicas: turismo, gestão e cidade**. FFLCH, USP, 2021, p.67-92

DOMINGUES, João; Luiz Pereira; SOUZA, Victor Nevesde. Programa Cultura Viva: a política cultural como política social? Elementos de análise dos fundos públicos e do direito à produção da cultura. **Cadernos de Estudos Sociais**, 2012, v.26, n.2. Disponível em <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1458>

DURAND, José Carlos Garcia, GOUVEIA, Maria Alice; BERMAN, Graça. Patrocínio Empresarial e Incentivos fiscais à cultura no Brasil: análise de uma experiência recente. **RAE-Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 4, p. 38-44, 1997.

FELSKI, Rita; FRAIMAN, Susan. Introduction. **New Literary History**, Volume 43, Number 3, Summer 2012, pp. v-xii

FERREIRA, Juca. Uma lei à altura da cultura brasileira. **Interesse Nacional**, n. 6, 2009.
 Disponível em <https://interessenacional.com.br/uma-lei-a-altura-da-cultura-brasileira/>

FERREIRA, Vilma Moreira. A contribuição do Caderno B do Jornal do Brasil durante o período de repressão política do regime militar. **6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho - Alcar**, Niterói, maio de 2008.

FERRON, Fabio Maleronka. **O primeiro fim do MinC**. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FIAMENGUI, Márcio. **A crítica literária ilustrada**: um estudo sobre as resenhas de romance na Folha de S. Paulo. Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo: Universidade Estadual de Campinas, 2016

FICHEIRA, Carolina Marques Henriques; HOLLANDA, Heloisa Helena Oliveira Buarque de. Política Cultural por meio do incentivo fiscal, 26 anos de caminhada: retrato da captação global e setorial no campo das humanidades. **Políticas Culturais em Revista**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 255-277, 11 fev. 2018. Universidade Federal da Bahia.

<http://dx.doi.org/10.9771/pcr.v11i1.28154>. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28154>>. Acesso em: 30 set. 2019

FINGER, Cristiane.; SOUZA, Fabio. Uma nova forma de ver TV no sofá ou em qualquer lugar. **Revista Famecos**, v.19, n.2, 2012.

FORNASIER, Mateus de Oliveira. O uso de bots sociais como ameaça à democracia. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 10, n. 1 p.12-30, 2020

FREIRE, Alberto. Política Cultural e financiamento do setor cultural. **Anais do IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, 2008

GAJANIGO, Paulo. Sentindo do nosso jeito: humores e estudos culturais. **pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Ano 6, número 10, 2016. P.94-108

_____. Evocações e Disputas Sobre o “Clima da Abertura” Durante o Período de Transição no Brasil (1974-1985). **Revista Brasileira de Sociologia – SBS**. v. 08, n. 18, 2020, p. 161-182.

GALF, Renata. 'Infralegalismo autoritário' de Bolsonaro afeta 4 áreas-chave do governo; entenda. **Folha de São Paulo**, jan 2022. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/infralegalismo-autoritario-de-bolsonaro-afeta-4-areas-chave-do-governo-entenda.shtml>>. Acesso em 5 set 2022

GIL, Gilberto. Pronunciamento na Comissão de Educação, Cultura e Desporto – Câmara dos Deputados. 2003. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz, SIQUEIRA, Maurício (Org). **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010 / Gilberto Gil & Juca Ferreira**. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 244-257.

GOMES, Wilson. O que são Fake News?. **Curso Entendendo Fake News**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital, 2020.. Disponível em: <https://youtu.be/8tvJ4cMtYXY>. Acesso em: 10 de Jun 2020.

GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 16 Nº 2, 2019

GRACINO, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos MetrÓpole** [online], v. 23, n. 51, 2021, pp. 547-580.

GUESS, A. M.; LYONS, B. A. Misinformation, Disinformation, and Online Propaganda. In: GUESS, A. M.; LYONS, B. A. **Social Media and Democracy: The State of the Field, Prospects for Reform**. SSRC **Anxieties of Democracy**. Cambridge, Uk: Cambridge University Press, 2020. p. 10-33

GUIMARÃES, Bruno Costa. Concentração cultural: Por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na cultura está mais concentrado que o PIB? **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.25, n.2, 2020. Disponível em <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39490>> Acesso em: 15 mar. 2022.

HABCKOST, Gabriela. BBB19: práticas dos fãs do programa no Twitter. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2019.

IKEDA, Marcelo Gil. **O modelo das leis de incentivo fiscal e as políticas públicas cinematográficas a partir da década de noventa**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

KALSNES, Bente. Fake News. Communication. **Oxford Research Encyclopedias**. 26 set 2018

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KUMAR, S., CHENG, J.; LESKOVEC, J.; SUBRAHMANIAN, V.S. An army of me: Sockpuppets in online discussion communities. In: **Proceedings of the 26th International Conference on World Wide Web**, 2017.

KUMAR, L.; SHAH, N.. False Information on Web and Social Media: A Survey. **Arxiv** Vol. 1, No. 1, Article. 2018.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Edufba e Edusc, Salvador e Bauru, 2012.

MARCIN, Caio César. **A Lei Rouanet sob a perspectiva do financiamento da cultura nacional: entendendo a aplicabilidade da lei por meio do estudo dos bastidores do filme “Chatô, o Rei do Brasil”**. Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política, da Universidade de Brasília, 2017.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The Agenda-Setting function of mass media. The public opinion quartely**, vol. 36, n. 2, 1972, p. 176-187.

MEDEIROS, Jackson. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **TransInformação**, Campinas, 25(1):27-33, 2013

MEIRELLES, Pedro. **Histórico das APIs no monitoramento e pesquisa em mídias sociais**. Brasília: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD, 2019.

MESSEMBERG, Débora. A Direita que Saiu do Armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, 2017, p. 621-647.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, Ulisses. **Feita sob medida: a estrutura de uma notícia falsa e seu papel no convencimento do eleitor**. Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022. 106p.

MENEZES, Henilton. **A Lei Rouanet muito além dos (f)atos**. e-galáxia 2016. 471p

MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, p. 165–178, Ago, 2015

_____. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: Uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito”. **Tempo Social** [online] v. 34, n. 2, 2022, p. 195-216.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Dissertação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. 157p.

MORITZ, Maria Lúcia; RITA, Mayara Bacelar. Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. 2020, v. 43, n. 2, p. 203-223.

MUNIZ JR., José de Souza e BARBALHO, Alexandre. Entre a diversidade e o antagonismo: práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. v. 35, n. 102, 2020

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; FONSECA, Paulo; JESUS, Juciane Pereira; OLIVEIRA, Jéfte Batista. Poder oracular e ecossistemas digitais de comunicação: a produção de zonas de ignorância durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 190–206, 2021.

NUNES, Rodrigo. Todo lado tem dois lados. **Revista Serrote**. jun 2020a. Disponível em <https://www.revistaserrote.com.br/2020/06/todo-lado-tem-dois-lados-por-rodrigo-nunes/>. Acesso em 10 mai 2022

_____. Dezesesseis Teses sobre o Bolsonarismo. **Seminário Direitas, Fascismos, Bolsonarismo - Sessão 2**. Youtube. 11 ago 2020b Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=220s0FPuRRo&t=1200s>. Acesso em 6 mai 2022

_____. 'Of what is Bolsonaro the name?', **Radical Philosophy** 209, Winter 2020c, pp. 3–14. Acesso em 8 out 2022

OLIVEIRA, Felipe. Brasil tem o 3º maior crescimento do Twitter em número de usuários. **Folha de S. Paulo**. 23 fev 2017. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/02/1861175-numero-de-usuarios-do-twitter-no-brasil-cresce-18-em-2016.shtml> Acesso em 5 maio 2022

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal. Leis de incentivo como política pública de cultura**. São Paulo, Escrituras /Instituto Pensarte, 2004.

OXFORD Languages. Word of the Year 2016. Oxford University Press. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em 22 out. 2022.

PARIKH, K. H. Political Fandom in the Age of Social Media: Case Study of Barack Obama's 2008 Presidential Campaign. **MEDIA@LSE Electronic MSc Dissertation Series**, 2012.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você**. Zahar, 2012, 252p

PASSOS, Mariana Rezende dos; PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Narrativas políticas em disputa no Twitter: a (des) construção da imagem pública de Lula no contexto da crise política brasileira de 2016. **Intercom, Rev. Brasileira Ciência da Comunicação**, 42 (3) - Setembro a dezembro, 2019

PAULA, Leandro de; DUMAS, Caroline; PIMENTA, Fernanda. Políticas e Guerras da cultura: filtros de investimento público como "pós-censura". **Políticas Culturais em Revista**, 15(1), 2022, p. 269–290.

PENNEY, Joel. **The citizen marketer: promoting political opinion in the social media age**. Oxford: Oxford University Press , 2015.

PINHEIRO, Tiago Roberto e VIEIRA, José Carlos. A mídia brasileira no impeachment de Dilma Rousseff. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**. Curitiba, vol. 1, n. 2, p. 151-180, jul./dez. 2018.

PORCIUNCULA, André. A Cultura da Modernidade. **Cults e Raridades**. 22 mai 2020. Disponível em <<https://www.cultseraridades.com.br/?p=7363>> Acesso em 22 set 2022.

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2007 , p. 157-179.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, 24, 3, 2018. p.486—522.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura) 191 p.

_____. **Introdução à análise de redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017. 80p.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galaxia (São Paulo, online)**, n. 41, mai-ago. 2019, p. 31-47

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura teoria e prática em um estudo internacional comparado**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

REVERBEL, Paula. Um dos fundadores e líderes do MBL também é cantor do Bonde do Rolê. **Folha de São Paulo**, 7 out 2016

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta: Condições e Contradições do Trabalho Jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 224p.

RIBEIRO, Regiane. O fandom e seu potencial como comunidade interpretativa. *Culturas Midiáticas*, v. IX, n. 17, p. 204–218, dez. 2016.

ROCHA, Camila. '**Menos Marx, mais Mises**': **uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. 233p.

ROCHA, Camila. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019a.

ROCHA, Renata. Políticas culturais, disputas políticas e o desenvolvimento do campo cultural no Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 48, p. e41530-17, 2022.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, p. 87 -107.

_____. Políticas Culturais no Governo Lula. In: RUBIM, A.A.C.(Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador, Edufba, 2010. p.9-24

_____. Políticas culturais do governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Aveiro, v. 1, n.1, p. 224-242, 2013.

SACCHITIELLO, Bárbara. Grandes jornais têm caminho de crescimento no digital. **Meio e Mensagem**. 4 fev 2021. Disponível em:

<<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2021/02/04/grandes-jornais-tem-caminho-de-crescimento-no-digital.html>>. Acesso em: 28 de mar 2021.

SARKOVAS, Yacoff. O incentivo fiscal no Brasil. **Teoria e Debate**, edição 62. 2005. Disponível em <<https://teoriaedebate.org.br/2005/05/18/o-incentivo-fiscal-no-brasil/>>, acesso em 05 de fevereiro de 2022.

SANT´ANA, Raquel. A música gospel e os usos da “arma da cultura”. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, 5(1): 23-41, 2013.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Frederico. **O que se entende por Retórica da Guerra Cultural**. Domínios de Linguagem, vol. 15, n. 1, Uberlândia, 2021. 48p.

SANTOS, João; CHAGAS, Viktor. Direita transante: enquadramentos pessoais e agenda ultraliberal do MBL. **Matrizes**, V.12 - Nº 3. São Paulo, 2018. p. 189-214

SANTOS, Maria Ligia Rangel *et al.* Ações governamentais para enfrentamento da crise de desinformação durante a pandemia da Covid-19. **Saúde em Debate** [online], v. 45, n. spe2 2021, pp. 187-204.

SAVIANI, Demerval. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-5, 2017

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da Identidade e da diferença. In: Silva, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVA, Tarcízio; STABILE, Max. Análise de Redes Sociais em Mídias Sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max. **Monitoramento e Pesquisa em Mídias Sociais: Metodologias, aplicações e inovações**. Uva Limão, São Paulo, 2016. p.235-260

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. **III Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador 2007.

SOARES, Felipe B. ; RECUERO, Raquel. Opinião pública no Twitter: análise da indicação de Alexandre de Moraes ao STF. **Logeion**, v. 3, p. 18-34, 2017.

SOLANO, E., ORTELLADO, P. e RIBEIRO M. M. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações de apoio a Lava Jato e conta a reforma da previdência. **Opinião Pública**, 2017. Disponível em <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7.pdf>>

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

SOUZA, André de. TCU suspende portaria que limitava análise de propostas da Lei Rouanet. **O Globo**, 21 set 2021. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/tcu-suspende-portaria-que-limitava-analise-de-propostas-da-lei-rouanet-25200308>>. Acesso em 17 mar 2022

STATISTA. Publicado por H. Tankovska. **Countries with the most Twitter users 2021**. 9 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/242606/number-of-active-twitter-users-in-selected-countries/>

STEIN, Marlucci; NODARI, Cristine Hermann e SALVAGNI, Julice. Disseminação do ódio nas mídias sociais: análise da atuação do social media. **Interações** [online]. v. 19, n. 1, 2018, pp. 43-59

SUNSTEIN, Cass. An Analogy and an Ideal. In: SUNSTEIN, Cass. **Republic.com 2.0**. Princeton, Princeton University Press, 2009

TANDOC JR., E. WEI LIM, Z & LING, R. Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, 6:2, 2018, 137-153p.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011 – 2016). Em ALMEIDA, Ronaldo de e TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Unicamp, 2018.

TAVARES, Camila. A crise de hegemonia do jornalismo e o impacto nas lógicas da campanha eleitoral online. **Compólitica**, Porto Alegre, 2017. 23p.

TIBURI, Márcia; CASARA, Rubens. Ódio à inteligência: sobre o Anti-intelectualismo. **Revista Cult**. 12 out 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/50931-2/> Acesso em: 19 de mai de 2022.

TOGNOLLI, Cláudio. **Mídia, máfias e Rock'n'Roll: bastidores do jornalismo e outros segredos indispensáveis para estudantes, profissionais e leitores**, editora do bispo, São Paulo, 2007. 163p.

URIBE, Gustavo. Governo Bolsonaro barra patrocínios culturais já aprovados via Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**. 31 dez 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/12/governo-bolsonaro-barra-patrocínios-culturais-ja-aprovados-via-lei-rouanet.shtml>

VEJA. A guerra ao turbante. **Revista Veja**, 23 mar 1988. Disponível em http://web.archive.org/web/20090317181339/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_23031988.shtml

VOLPATO, Bruno. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2021, com insights e materiais gratuitos. **Site Resultados Digitais**, ago 2021. Disponível em <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/> acesso em 5 mai 2022

WARNER, Michael. Públicos e Contrapúblicos (versão abreviada). **Periódico Permanente**, nº 6, 2016

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. Digital 2022 April Global Statshot Report v01, **SlideShare** Abr 2022.

YÚDICE, George. **El recurso de la cultura: Usos de la cultura en la era global**. Barcelona: Gedisa, 2002.

ZAGO, G. da S. O Twitter como fonte para o jornalismo. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S. l.], v. 10, n. 20, 2011.

Normas jurídicas e documentos de governo

BRASIL. Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986. **Diário Oficial da União**, de 04/07/1986

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** de 5 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 24/12/1991, Página 30261.

_____. Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 8 abr 2006, p.1.

_____. Lei nº 12.590, de 9 de janeiro de 2012. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 10 jan 2012, p. 1.

_____. Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014. **Diário Oficial da União**, Seção 1,p.9 , 27/08/2014

_____. Portaria MinC nº58, de 10 de maio de 2016 **Diário Oficial da União**, 11 mai 2016 n 89, seção 1, p. 24

_____. Edital nº 2, de 8 de outubro de 2018 - Habilitação de entidades para indicação dos membros que comporão a comissão nacional de incentivo à cultura - CNIC. **Diário Oficial da União**, 9 out 2018, ed 195, seção 3, p. 9

_____. Instrução Normativa MC Nº 2, de 23 de abril de 2019. **Diário Oficial da União**, Edição 78, Seção 1, 24 abr 2019, p.3.

_____. Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.**Diário Oficial da União**, 20 mar 2020a, p.1

_____. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. **Diário Oficial da União**, edição 123, seção 1, 30 jun 2020b, p.1

_____. Portaria Secult/MTur nº 24, de 22 de dezembro de 2020. **Diário Oficial da União**. Edição: 245, Seção: 1 23/12/2020, p. 149

_____. Portaria nº 124, de 4 de março de 2021 **Diário Oficial da União** 05 mar 2021a, Edição 43, Seção 1, Página 142.

_____. Decreto nº 10755 de 26 de Julho de 2021. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - 27 jul 2021b, Página 1

_____. Portaria Secult/MTur nº51, de 22 de dezembro de 2021. **Diário Oficial da União**, Edição 241, Seção 2, 23 dez 2021c, p. 47

_____. Instrução Normativa Secult/MTur nº1/2022. **Diário Oficial da União** Edição: 27, Seção: 1, 08 fev 2022, Página 67

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. **Cultura é um bom negócio**. Brasília: MinC, 1995a.

_____. **Banco de Projetos Brasília**: MinC, 1995b.

_____. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília, Ministério da Cultura, 2011. 148 p.

_____. EDITAL Nº 1/2013. **Diário Oficial da União**, seção 3, nº4, 7 de janeiro de 2013.

Matérias da Folha de São Paulo ligada ao corpus

AITH, Márcio. 'Ministério não tem vocação para Irmã Dulce'. **Folha de S. Paulo**. Ilustrada, 13 de junho de 2009, p. E3.

AMORA, Dimmi. TCU proíbe Lei Rouanet para projetos lucrativos. **Folha de S. Paulo**. 4 fev 2016, p. A9.

ARANTES, Silvana. Filme é tratado como "questão privada". **Folha de S. Paulo**. 5 mai 2001, p. E3

_____. Procuradoria pede bloqueio de Bens de Bengell. **Folha de S. Paulo**, 21 fev 2002, p.E4.

_____. Cantar com fé. **Folha de S. Paulo**, 12 jul 2005, p. E1

AZEVEDO, Victoria e GONZAGA, Yuri. 20 anos da internet.br: Dos professores à classe C: como o perfil do internauta mudou. **Folha de S. Paulo**. 06 de maio de 2015. Disponível em <<http://temas.folha.uol.com.br/20-anos-da-internet/o-inicio/do-dial-up-ao-4g.shtml>> Acesso em 06 de janeiro de 2021

ALMEIDA, Luciano Mendes de. Restaurar a arte e a vida. **Folha de S. Paulo**. 3 jun 2000, p.A2

ANGIOLILLO, Francesca e ARANTES, Silvana. Cultura sob intervenção. **Folha de S. Paulo**, 6 ago 2002, p. E1.

BALBI, Clara. Bolsonaro atacou séries com visão gay de raça e fé. **Folha de S. Paulo**. 25 ago 2019, p. C8.

BARROS E SILVA, Fernando. Blog e macarthismo. **Folha de S. Paulo**, 19 mar 2011, p.A2

BARSANELLI, Maria Luísa. Festivais culturais driblam incerteza com vaquinhas e parcerias. **Folha de S. Paulo**. 25 ago 2019, p. semináriosfolha 7.

BERGAMO, Mônica e PRETO, Marcus. A lei do mais caro. **Folha de S. Paulo**. 19 dez 2011, p. E1.

BERGAMO, Mônica. Força Gospel. **Folha de S. Paulo**, 30 jan 2012a, p. E2

_____. Fazendo Barulho. **Folha de S. Paulo**, 15 jun 2012b, p.E2

_____. Norma ainda em cena. **Folha de S. Paulo**, 20 out 2013, p.E2

_____. Missão Impossível. **Folha de S. Paulo**. 20 set 2016, p. C2

_____. Pedaco de bolo. **Folha de S. Paulo**, 23 jan 2019, p. C2

BORLINA FILHO, Venceslau. Catedral de Campinas vende área não construída para bancar restauração. **Folha de S. Paulo**, 4 mai 2015, p.B11

BOSCO, Francisco. A cultura dividida - porque não reconhecer o novo MinC. **Folha de S. Paulo**, 12 jun 2016, p. Ilustrissima 3

BRAGON, Ranier. Novo ministro diz que quer descentralizar recursos da lei Rouanet da região Sudeste. **Folha de S. Paulo**, 03 jan 2019, p. C6

CANÔNICO, Marco Aurélio. Rock in Rio capta R\$8,8 mi via Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo** 17 set 2013, p.E3

_____. Money in Rio. **Folha de S. Paulo**. 17 set 2015, p. A2.

_____. Rock in Rio, um exemplo. **Folha de S. Paulo**, 14 set 2017. p.A2

CARVALHO, Daniel; FIORATTI, Gustavo; FERNANDES, Talita. Regina Duarte assume a Cultura em meio a guerra ideológica acirrada. **Folha de S. Paulo**, 30 jan 2020, p. C1

CASTRO, Ruy. O fantasma da ópera ministerial. **Folha de S. Paulo**. 18 de maio de 1985, p. 49.

CESNIK, Fábio de Sá; FREITAS, Aline Akemi. Lei Rouanet na mira. **Folha de S. Paulo**, 29 dez 2016, p.A3

CORREA, Vanessa. Igrejinha de 1779 terá seu 1º restauro completo na Liberdade. **Folha de S. Paulo**. 5 out 2011, p. C10

COSTA, Bruno. Ministra da Cultura minimiza polêmica do blog de Bethânia. **Folha de S. Paulo**. 20 mar 2011, p.A10

CUNHA LIMA, Jorge. Rouanet - a lei morreu, viva a lei. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1991, p. A3.

DIMENSTEIN, Gilberto. O dinheiro de Caetano. **Folha de S. Paulo**, 14 jun 2008, p.C10

_____. Peça feita por Regina Duarte teve contas no valor de R\$ 319 mil recusadas na Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 25 jan 2020a, p.C3

_____. Teto de Vidro. **Folha de S. Paulo**, 21 fev 2020b, p. C1

FERRAZ, Lucas e PINHO, Angela. CGU quer que Fontes devolva R\$ 36,5 mi de 'Chatô'. **Folha de S. Paulo**. 23 fev 2008, p. A13.

FERNANDES, Talita; FIORATTI, Gustavo. O novo homem do presidente. **Folha de S. Paulo**, 20 jun 2020, p. B10

FIORATTI, Gustavo. Filho de pastor é cotado para Secretaria de Cultura. **Folha de S. Paulo**, 7 nov 2019, p. C4

FRANCO, Luiza; URIBE, Gustavo. Não haverá reintegração de posse das ocupações. **Folha de S. Paulo**, 27 mai 2016, p.E1

FREIRE, Vinicius Torres. Cidades respondem por 52% de toda a despesa pública com a cultura. **Folha de S. Paulo**, 25 ago 2019a, p. semináriosfolha 2.

_____. Aportes privados minguiaram nas últimas décadas. **Folha de S. Paulo**, 25 ago 2019b, p. semináriosfolha 3.

_____. Lei Aldir Blanc dá a governos muita verba e pouco tempo para gastar. **Folha de S. Paulo**, 20 dez 2020, p. semináriosfolha 5

FRIAS, Mario. Cem dias de cultura para todos. **Folha de S. Paulo**. 21 set 2020, p.A3

FOLHA DE SÃO PAULO. A Folha depois da campanha diretas-já. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1984. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1984-1.shtml>. Acesso em 17 de janeiro de 2022

_____. Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1991, p. A2.

_____. O Papa no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 set. 1997, p. A2.

_____. Cultura e verba pública. **Folha de S. Paulo**, 25 set 1997, p. A2.

_____. Pesquisa revela perfil do leitor da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun 1998. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21069826.htm>. Acesso em 19 de janeiro de 2022

_____. Guilherme Fontes é inocentado das acusações de desvio de verbas em “Chatô”. **Folha de S. Paulo**, 13 dez 2001, p. A15

_____. Norma Bengell se defende em carta. **Folha de S. Paulo**, 23 mai 2002, p.E3

_____. Artistas poderão disputar recursos com as igrejas. **Folha de S. Paulo**. 19 abr 2007, p.A13

_____. Não precisa. **Folha de S. Paulo**. 20 mar 2011, p.A2

_____. Dilma sanciona artigo que fortalece música gospel na Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**. 11 jan 2012, p.A5.

_____. Minha responsabilidade é minimizar meus riscos’, responde vice do festival. **Folha de S. Paulo**. 17 set 2013, p.E3

_____. O preço do show. **Folha de S. Paulo**. 6 abr 2015a, p.A4

_____. Rock in Rio devolverá R\$ 4 milhões captados por meio da Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**. 8 abr 2015b, p.E3

_____. Cultura do patrocínio. **Folha de S. Paulo**, 6 fev 2016a. p.A2

_____. Circo da CPI. **Folha de S. Paulo**, 17 out 2016b, p.A2

_____. Advogados e Familiares de presos não se manifestam. **Folha de S. Paulo**, 29 jun 2016, p. C3

_____. Cultura sustentável. **Folha de S. Paulo**, 23 mar 2017a, p.A2

_____. Grupo é denunciado sob acusação de desviar R\$ 21 mi na Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 07 nov 2017b, p.C3

_____. Sem Saída. **Folha de S. Paulo**, 29 abr 2017c, p. A4

_____. O fantasma do incentivo. **Folha de S. Paulo**, 03 ago 2018a, p. A2

_____. Rouanet sem mitos. **Folha de S. Paulo**, 12 nov 2018b, p.A2

_____. Lei Ex-Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 01 mai 2019c, p. A2

_____. Demonizada por Bolsonaro, Rouanet ainda é pilar da cultura. **Folha de S. Paulo**, 25 mai 2019d, p. SemináriosFolha 6.

_____. Edição de aniversário: Ilustrada, 60. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 de dezembro de 2018c. Disponível em <http://temas.folha.uol.com.br/ilustrada-60-anos/1958/ha-60-anos-nascia-a-ilustrada.shtml>. Acesso em 6 de janeiro de 2021.

_____. Bolsonaro é criticado por vídeo obsceno e diz que não pretendia atacar Carnaval. **Folha de S. Paulo**, 07 mar 2019a, p. A8

_____. Projeto Editorial. **Folha de S. Paulo**, 12 de março de 2019b. Disponível em <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>. Acesso em 07 de janeiro de 2022.

_____. Boiada Cultural. **Folha de S. Paulo**, 3 mai 2021, p. A2

GASPARI, Elio. Zwi internacionalizou a Lava Jato. **Folha de S. Paulo**. 21 ago 2016, p.A12

GENESTRETI, Guilherme. Guilherme Fontes terá de ressarcir R\$ 68,5 mi. **Folha de S. Paulo**, 28 nov 2014, p. A10.

GREGORIO, Rafael. Apenas para profissionais. **Folha de S. Paulo**, 25 dez 2018, p.B4

GUIMARÃES, Larissa e PINHO, Angela. MPF apura recuo de ministro em veto a uso da Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 18 nov 2009, p. A9.

KRÜKER NETO, Luiz Félix. Se o ministro Juca Ferreira acha justo **Folha de S. Paulo**. Painel do Leitor, 13 jun 2009, p.A3

LOPES, Raquel. Captação de recursos pela Rouanet cai 35%, maior queda da década. **Folha de S. Paulo**, 24 jul 2020, p. B4

MAGENTA, Matheus. Em farra da cultura, interesse privado orientou política pública. **Folha de S. Paulo**. 5 fev 2016, p. C4.

MARIANI, Daniel; MOURA, Eduardo; GENESTRETI, Guilherme; PERASSOLO, João; BARSANELLI, Maria Luísa; GREGÓRIO, Rafael. Rouanet*. **Folha de S. Paulo**, 09 nov 2018, p.C1 e C4

MELLO FRANCO, Bernardo. Quem é contra a Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 29 mai 2016, p.A2.

MEIRELES, Maurício. Petrobras corta patrocínio de 13 projetos, entre eles Mostra de SP. **Folha de S. Paulo**. 16 abr 2019, p. C6

MIOTO, Ricardo. Rouanet banca igreja, ponte, Oktoberfest e festa da Mancha Verde. **Folha de S. Paulo**, 01 set 2013, p. B7

MOISÉS, José Álvaro. Menção injusta. **Folha de S. Paulo**: Painel do leitor, São Paulo, 11 de setembro de 1997, p3. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1984-1.shtml>. Acesso em 17 de janeiro de 2022

MOLINERO, Bruno; BALBI, Clara; FIORATTI, Gustavo. Projetos culturais devem diminuir e encarecer com a nova Rouanet. **Folha de S. Paulo**. 25 abr 2019

MOURA, Eduardo. Governo trava Rouanet e efeitos só devem ser sentidos a longo prazo. **Folha de S. Paulo**, 6 mar 2021, p.C2

_____. Fogo Amigo. **Folha de S. Paulo**, 29 jun 2021, p.B11

NOGUEIRA, Amanda. Contra Corrente. **Folha de S. Paulo**. 06 jun 2017, p.C1

NUNES, Wálter; MEGALE, Bela; SÁ PESSOA, Gabriela; GENESTRETI, Guilherme; VIANA, Rodolfo; URIBE, Gustavo. Operação apura esquema de fraudes na Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 29 jun 2016, p. E1

ORTELLADO, Pablo. Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 20 nov 2018, p. A2

_____. Políticas sem rumo. **Folha de S. Paulo**, 7 jan 2020, p.A2

PÉLICO, Paulo. Cultura sem artista. **Folha de S. Paulo**. 05 ago 2018, p. Ilustríssima 2

_____. A Serra Pelada dos artistas. **Folha de S. Paulo**, 05 mai 2019, p. A3.

PERASSOLO, João. Sinal Fechado. **Folha de S. Paulo**, 18 dez 2020, p. B11

_____. Mario Frias manifesta ignorância sobre a Lei Rouanet em live cristã. **Folha de S. Paulo**, 09 mai 2021, p.C5

PERASSOLO, João; MOURA, Eduardo. O homem e a caneta. **Folha de S. Paulo**, 03 mai 2021, p. B8

PESSOA, Gabriela Sá. Bellini Cultural é disfarce de empresas para contas obscuras. **Folha de S. Paulo**, 29 jun 2016, p. C4

PRADO, Carol; NUNES, Wálter. Sertanejo de ‘Bará Bará, Berê Berê’ foi pago por projeto ‘Caminhos Sinfônicos’. **Folha de S. Paulo**, 29 jun 2016, p. C4

PRETO, Marcus. Cantar só para público cabeça cansa, diz Fagner. **Folha de S. Paulo**, 9 ago 2009, p. E3.

_____. Polêmica sobre blog é equívoco, diz diretor. **Folha de S. Paulo**, 17 mar 2011, p. A11.

RANGEL, Daniel. Estado de alerta. **Folha de S. Paulo**, 18 nov 2018, p. ilustríssima 2

SÁ, Nelson de. Musicais vivem fim de uma era, dizem diretores e produtores. **Folha de S. Paulo**. 25 ago 2019, p. semináriosfolha 6.

SANCHES, Pedro Alexandre. Flora Gil busca patrocínio em estatais. **Folha de S. Paulo**. 31 de maio de 2003, p. E 14.

SANCHEZ, Leonardo; BRÊDA, Lucas; MEIRELES, Maurício. Cultura no chão. **Folha de S. Paulo**, 18 mar 2020, p. C1

SCHWARTSMAN, Hélio. Perversões culturais. **Folha de S. Paulo**, 9 fev 2016. p.A2

_____. Quem precisa de arte? **Folha de S. Paulo**, 17 nov 2018, p. A2

SOMBINI, Eduardo. Setor da cultura precisa diversificar suas fontes de financiamento. **Folha de S. Paulo**. 25 ago 2019, p. semináriosfolha 4.

SOUSA, Ana Paula. Ex-ministro inscreve projeto na Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**. Ilustrada, 21 de agosto de 2009, p.E10.

_____. Frágil ministério. **Folha de São Paulo**, 4 mar 2011, p. E1

_____. Reforma da Lei Roaunet proposta por Bolsonaro ecoa velho discurso petista. **Folha de São Paulo**, 12 abr 2019a, p. C4

_____. Vácuo na Cultura pode levar a ascensão de arte clássica liberal?. **Folha de S. Paulo**. 25 ago 2019b, p. C8.

_____. Velhas atitudes emperram uso de alternativas à Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**. 25 ago 2019c, p. semináriosfolha 9.

STURM, André. Lei Rouanet, patrimônio do Brasil. **Folha de S. Paulo**, 29 jun 2016, p.A3

TREVISAN, Cláudia. Universal recorrerá contra incentivo em viagem do papa. **Folha de S. Paulo**, 23 set 1997. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc230904.htm>

URIBE, Gustavo; FERNANDES, Talita; AZEVEDO, Victoria. Rainha da Sucata. **Folha de S. Paulo**, 5 mar 2020, p. C1

URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela. Limite a prestação de contas da Rouanet deve ser revisto **Folha de S. Paulo**, 6 ago 2016, p. C3

VIANA, Rodolfo. Ingresso do Rock in Rio é R\$ 90 mais caro que valor aprovado pelo MinC. **Folha de S. Paulo**. 1 abr 2015a, p. E1.

_____. Procon-SP notifica produtora do Rock in Rio. **Folha de S. Paulo**. 3 abr 2015b, p. C6.

_____. Demanda congestionada fomento à cultura em SP. **Folha de S. Paulo**. 27 set 2016a, p. C4

_____. Deputados partidariam CPI da Lei Rouanet. **Folha de S. Paulo**. 13 out 2016b, p. C3

_____. À CPI da Rouanet PF reforça omissão do MinC em fraudes. **Folha de S. Paulo**, 26 out 2016c, p.A15.

_____. MinC precisa de quase 19 anos para fechar contas de projetos da Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 21 jun 2016d, p. C6

_____. R\$ 1,6 bi em projetos da Rouanet pode ficar sem exame de contas. **Folha de S. Paulo**, 25 jul 2016e, p. C3

_____. Lei Rouanet terá teto e fiscalização on-line. **Folha de S. Paulo** 21 mar 2017, p. C1

VIEIRA, Bianca e BOTACINI, Guilherme. Impostos e burocracia desestimulam filantropia. **Folha de S. Paulo**. 25 ago 2019, p. semináriosfolha 5.

VIEIRA, Bianca. *Governo Bolsonaro pensa com a bunda*. **Folha de S. Paulo**, 27 jun 2021, p. C2

ZANINI, Fábio; PAULUZE, Thaiza . A Folha é Falha ou Foice. **Folha de S. Paulo**, 28 fev 2021, p. especial 100 anos 74

Tuítes

BOLSONARO, Jair. Dois “famosos” acusam o Governo Jair Bolsonaro de querer acabar com o Carnaval. 5 mar 2019a, 9:19 AM. Twitter @jairbolsonaro Disponível em <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1102906488677371904>>. Acesso em 25 fev 2022.

BOLSONARO, Jair. A Lei Rouanet foi usada para cooptar parte dos artistas “famosos”... 5 mar 2019b, 9:07 PM. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1103084682969825280>>. Acesso em 25 fev 2022.

BOLSONARO, Eduardo. @BolsonaroSP. “Ao chegar na SECULT em JUN/2020 Mario Frias...”. Twitter. 4 Jun 2021a, 7:42 PM. Disponível em . <<https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1400946156486725638>

BOLSONARO, Eduardo. @BolsonaroSP. "Porém, as viúvas da Rouanet reclamam, afinal R\$ 11 bi sem controle por anos, pessoal ficou mal acostumado....". Twitter. 4 Jun 2021b, 7:42 PM. Disponível em <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1400946177961496576>

BOLSONARO, Eduardo. @BolsonaroSP. "Aos que verdadeiramente se preocupam com a arte...". Twitter. 3 Nov 2021c, 9:00 AM. Disponível em <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1455867380584886311?s=20&t=nTjvpeKSQB6AKOZbQCY7Og> Acesso em 6 de nov 2022.

BOLSONARO, Eduardo. @BolsonaroSP. "'Fidel Castro foi um ditador?' Com a palavra a inteligentíssima, super gestora Dilma Rousseff...". Twitter. 12 jul 2021d, 8:15AM. Disponível em https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1414543950480908291?s=20&t=swFB0SM6hkNM7X_49V4fOw

BOLSONARO, Eduardo. @BolsonaroSP. Uma manobra jurídica para transformar bandido em mocinho...". Twitter. 26 dez 2021e, 7:57PM. Disponível em https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1414543950480908291?s=20&t=swFB0SM6hkNM7X_49V4fOw. Acesso em 6 de nov 2022.

BOLSONARO, Carlos. @carlosbolsonaro. "Com a palavra mais um dos milhares de exemplos da geração toddynho". Twitter. 27 dez 2021f, 5:56 AM. Disponível em <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1475390035918790658>, acesso em 6 nov 2022

BRUNETTI, Rafael @BrunettiRafael. "Xeque-Mate: Mario Frias abre caixa-preta... ". Twitter. 17 maio 2021, 1:30AM. Disponível em https://twitter.com/BrunettiRafael/status/1394148253986349056?s=20&t=8ic_2G6a3N4OWBBPENTdVg. Acesso em 6 set 2022

DAMA DE FERRO. @Damadeferroofic. "Se você depende de "'lei rouanet'" para sobreviver...". Twitter. 30 jul 2021a, 4:05PM. Disponível em https://twitter.com/Damadeferroofic/status/1421185137606287365?s=20&t=5L5YzdhP8Fd5TGkSYdN_SQ. Acesso em 2 nov 2022

DAMA DE FERRO. @Damadeferroofic. "Estava à toa na vida e o Bolsonaro falou/ Vá trabalhar vagabundo...". Twitter. 9 ago 2021b, 9:33AM. Disponível em <https://twitter.com/Damadeferroofic/status/1424710481625993235?s=20&t=Pa-2JcFN0Deqfu95UTnADg>. Acesso em 2 nov 2022

FERRONATO, Flávia @flferronato. "O país está tão polarizado que podia ...". Twitter. 18 nov 2021, 3:04 PM. Disponível em <https://twitter.com/flferronato/status/1461394860955611139?s=20&t=bdozG2vEAB7NM6kqw06MHQ> Acesso em 4 de set 2022

FLORES, Izabelle. @IzabelleFores. "Preta Gil - que fase! 1. Com Lei Rouanet 2. Só com seu talento". Twitter. 16 out 2021, 1:25AM. Disponível em <https://twitter.com/IzabelleFores/status/1449230101837664256>. Acesso em 4 de maio 2022

FOLHA DE S. PAULO @folha. "Paulo Coelho oferece R\$ 145 mil a festival barrado..." 14 jul 2021, 9:27AM, Disponível em <https://twitter.com/folha/status/1415286717129580549?s=20&t=yw5Pa5ZGyUGEWQzeVF5G-w>. Acesso em 4 de maio de 2022

FRIAS, Mario. É lamentável que os recursos, repassados devido a imposição... Twitter @mfriasoficial 14 mai 2021a 8:00PM. Disponível em <<https://twitter.com/mfriasoficial/status/1393340557343264768>> Acesso em 31 de maio de 2022

FRIAS, Mário. @mfriasoficial. "Para quem não entendeu, a Lei Paulo Gustavo..." Twitter. 3 jun 2021b, 6:12PM. Disponível em <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1400560973489049605?s=20&t=3bZJ7GSteg2o5GYtQzYVzw> acesso em 6 nov 2022

FRIAS, Mário. @mfriasoficial. "Por muito tempo se normalizou o desvio de função da Lei Rouanet..." Twitter. 13 jul 2021c, 9:11 PM. Disponível em <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1415101653414449156?s=20&t=vtYuT7rODJ94pfm-oWrlw>, acesso em 6 nov 2022

FRIAS, Mário. @mfriasoficial. "Artistas? Ah, lembrei, os 10% de pessoas da elite sindical que ficou com 78%..." Twitter. 31 jul 2021d, 8:07 AM. Disponível em <https://twitter.com/mfriasoficial/status/1421427260922413057?s=20&t=Flrp2v9O3-PaoSUvoFISgg>, acesso em 6 nov 2022

FURTADO, Márcio. @supermarcio_1. "A Globo ataca pq tem dívidas..." Twitter. 12 jul 2021, 10:59AM. Disponível em https://twitter.com/supermarcio_1/status/1414585113967529985?s=20&t=tOLQ1cHIDxIULIaXe-6Mdw. Acesso em 6 de novembro de 2022

GAGLIASSO, Bruno. @brunogagliasso. "Atraso na compra de vacina/ 500 mil mortos..." Twitter. 3 jun 2021a, 5:53 PM. Disponível em <https://twitter.com/brunogagliasso/status/1400556365060390913?s=20&t=rVUJl tELzKrOcjrcQJXA>. Acesso em 6 de nov 2022

GAGLIASSO, Thiago. @ thigagliasso "Fabio Porchat, me disse que eu era do GABINENETE DO ÓDIO...". Twitter. 21 mar 2021b, 2:57AM. Disponível em <https://twitter.com/thigagliasso/status/1373514121824583680?s=20&t=d2Y6GvoGrwpfaIyAmQaUwg>. Acesso em 6 nov 2022

GAGLIASSO, Thiago. @ thigagliasso "Vc sabia q no Brasil apenas 10% de pessoas da elite sindical ficou com 78%...". Twitter. 21 jul 2021c, 11:55AM. Disponível em https://twitter.com/thigagliasso/status/1421484653438021635?s=20&t=ceV1_FBvJrx101d1v0hn0Ag. Acesso em 6 nov 2022

GOMES, Ciro @cirogomes. "Bolsonaro publicou um decreto punindo..." Twitter. 5 Mar 2021, 9:36 PM. Disponível em https://twitter.com/cirogomes/status/1367997411986116610?ref_src=twsrc%5Etfw. Acesso em 5 de maio de 2022.

GUIMARÃES, Ingrid. @IngridGuimaraes. Eu tenho uma peninha desse secretário desesperado pra ganhar likes... **Twitter**. 10 ago 2022. 1:47PM. Disponível em https://twitter.com/IngridGuimaraes/status/1557408315432468482?ref_src=twsrc%5Etfw. Acesso em 6 de novembro de 2022

GUIMARÃES, Ingrid. @IngridGuimaraes. "Entao amor deixa eu te contar uma coisa...". **Twitter**. 25 agosto 2021, 12:09PM. Disponível em <https://twitter.com/IngridGuimaraes/status/1430547977702084615>. Acesso em 6 de novembro de 2022

KICIS, Bia. @biakicis. "Menino, e eu que antigamente pensava que os artistas..." **Twitter**. 27 mai 2021a, 9:01AM. Disponível em <https://twitter.com/Biakicis/status/1397885545255161857?s=20&t=6D5rO3sVOZ0gXQvG--FyiQ>

KICIS, Bia. @Biakicis. "Acabo de saber que apenas 10% dos proponentes dos projetos..." 2 jun 2021b, 2:39 PM. Disponível em https://twitter.com/Biakicis/status/1400145032783540231?s=20&t=WLG3ch2aeKGN_VBgT wD03A

PORCIUNCULA, André. @andreporci. O método é um jornal lançar uma notícia mentirosa... **Twitter**. 2 jan 2021a, 9:17 AM. Disponível em <https://twitter.com/andreporci/status/1345343518542352385?lang=ca>. Acesso em 6 nov 2022

PORCIUNCULA, André. @andreporci "Por que a Folha faz uma matéria por dia nos imputando..." **Twitter** 5 jun 2021b, 10:15 AM. Disponível em <https://twitter.com/andreporci/status/1401165892126396416>. Acesso em 6 nov 2022

PORCIUNCULA, André. @andreporci. Aviso aos militantes: todos que tentarem usar a Rouanet para palanque ... **Twitter**. 13 jul 2021c, 8:40 AM. Disponível em https://twitter.com/andreporci/status/1414912593165176836?ref_src=twsrc%5Etfw

PORCIUNCULA, André. @andreporci. "Por isto a auditoria é parte fundamental no fomento à cultura..." **Twitter** 26 jul 2021d. Disponível em <https://twitter.com/andreporci/status/1419656430647353356?s=20&t=jFGH_MaAGvuRXCFI XhYGxw> Acesso em 22 set 2022

PORCIUNCULA, André. @andreporci "Fiz um levantamento, o @mfriasoficial e..." **Twitter** 17 set 2021e. Disponível em <<https://twitter.com/andreporci/status/1438880767833169931>> Acesso em 22 set 2022

PORCIUNCULA, André. @andreporci "Nos acusam de um não-crime..." **Twitter** 13 out 2021f. Disponível em <<https://twitter.com/andreporci/status/1448291338089283590>> Acesso em 22 set 2022

PORCIUNCULA, André. @andreporci "Aviso aos militantes: todos que tentarem..." **Twitter**. 12 jul 2021g, 9:11 PM. Disponível em https://twitter.com/andreporci/status/1414739164675944449?s=20&t=__SzuabKGDxAYfN bTTxnw

PORCIUNCULA, André. @andreporci “Tenho para mim que a abstinência de alguns...” Twitter. 2 nov 2021h, 3:58 PM. Disponível em https://twitter.com/andreporci/status/1455610309985677313?s=20&t=IGPK3tin_MraBg8imai xIw

PORCIUNCULA, André. @andreporci “A única guerra que travamos é contra os parasitas ...” Twitter. 26 dez 2021i, 9:54AM. Disponível em <https://twitter.com/andreporci/status/1475087513769418754?ref_src=twsrc%5Etfw>, acesso em 06 nov 2022

PORCIUNCULA, André. @andreporci “Você não verá nenhuma das viúvas da Rouanet falando ...” Twitter. 27 dez 2021j, 9:09AM Disponível em <<https://twitter.com/andreporci/status/1475438767926398982>>, acesso em 06 nov 2022

PORCIUNCULA, André. @andreporci “O lobby para aprovar a Lei Paulo Gustavo...” Twitter. 3 jun 2021k, 4:27PM. Disponível em <https://twitter.com/andreporci/status/1400534537168424964?s=20&t=bTceTey5aDfBeNPXc eYz7Q>, acesso em 06 nov 2022

PORCIUNCULA, André. @andreporci “Reforço! Usem a Lei Rouanet para produções culturais...” Twitter. 18 abr 22, 10:33 PM Disponível em <<https://twitter.com/andreporci/status/1516228386552786953>>, acesso em 29 set 2022

PAFFI, Nelson. @nelsonpaffi. “Muitos dos artistas demitidos pela Globo...” Twitter. 12 out 2021, 8:58AM. Disponível em <https://twitter.com/nelsonpaffi/status/1447894532058648578?s=20&t=8xXcRPzdW81vjO31 wejEPw>. Acesso em 6 de novembro de 2022

STASIANKI, Raquel. @RaquelStasiaki. “Visitei alguns perfis de atores e atrizes da Rede Globo...” Twitter 11 jul 2021, 8:15PM. Disponível em <https://twitter.com/RaquelStasiaki/status/1414362829566664709?s=20&t=5WSpRnaby-FbX0vIn7LAXQ>. Acesso em 6 de nov 2022

TROPA DOS PATRIOTAS @patriotmalvadao. “O governo Bolsonaro está suspendendo a análise de projetos...” Twitter. 6 mar 2021, 6:13PM. Disponível em https://twitter.com/patriotmalvadao/status/1368308906414505984?s=20&t=9g_DZb24IXudO jJ_g2Bfgw

Apêndice 01 – Mensagens analisadas na seção *O que dizem os dados*

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
<p>A, B - 05, 06 e 07/03/21: Repercussões sobre Portaria 124, de 4 de março de 2021, em que Bolsonaro suspende Lei Rouanet para cidades que adotaram lockdown, Thiago Gagliasso publica lista de produções que "não prestaram contas" na Ancine</p>	<p>Portaria 124, de 4 de março de 2021 + Lista dos projetos que não prestaram contas</p>	https://twitter.com/portaIR7/status/1367862987088924675?ref_src=twsrc%5Etfw	<p>Governo suspende recursos da Lei Rouanet para estado com restrição https://t.co/fdy4iJCyq8 https://t.co/nTkGKFM5uZ</p>	<p>@portaIR7</p>
		https://twitter.com/cirogomes/status/1367997411986116610?ref_src=twsrc%5Etfw	<p>Bolsonaro publicou um decreto punindo produtores culturais e artistas dos locais onde prefeitos e governadores cumprem o dever de tentar salvar vidas com o isolamento social. Suspendeu a Lei Rouanet. Nós do PDT vamos buscar anular esta aberração na Justiça! Bolsonaro assassino!</p>	<p>@cirogomes</p>
		https://twitter.com/axexeo/status/1367821181026451459?ref_src=twsrc%5Etfw	<p>O secretário especial de Cultura, o bajulador e ex-ator Mário Frias, suspendeu a Lei Rouanet para estados e municípios que tenham decretado medidas de restrição de circulação</p>	<p>@axexeo</p>
		<p>mensagem saiu do ar</p>	<p>Com 4 Bilhões que não prestaram conta na Rouanet daria pra vacinar quantas pessoas?</p>	<p>@Damadeferroofic</p>
		https://twitter.com/thiagagliasso/status/1368046682328403971?s=20&t=wxxdGN0so-a3dWdozbm0xw	<p>Com 4 Bilhões que não prestaram conta na Rouanet daria pra vacinar quantas pessoas? E de quebra fazer um documentário em homenagem a Sarah! Desalmados! Fuiii boa noite!</p>	<p>@thiagagliasso</p>
		https://twitter.com/Vinheteiro/status/1368180976711593989?s=20&t=CVC0Wchcq7iM1H9ZzOx-Eg	<p>Se cada artista que mamou na Lei Rouanet devolvesse 1% do dinheiro pra comprar vacinas, já teríamos vacinado o país inteiro.</p>	<p>@vinheteiro</p>
		https://twitter.com/patriotmalvadao/status/1368308906414505984?s=20&t=9g_DZb24IXudOj_g2Bfgw	<p>O governo Bolsonaro está suspendendo a análise de projetos via Lei Rouanet em cidades e estados que estejam com restrições de circulação e lockdown. Está certo. Se as atividades artísticas e culturais estão proibidas e é para ficar em casa, então não tem liberação de Rouanet.</p>	<p>@patriotmalvadao</p>

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		Passou a ser conta privada	Gente, 4 bilhões da Rouanet que os artistas não prestaram contas daria pra população tomar a vacina até de canudinho. Isso a Globo não mostra!	@Laurinhalronic
		https://twitter.com/thiagagliasso/status/1368429335871430659?s=20&t=296a6HDnRSh3SO66PY6LA	Galera que me pediu nomes da Rouanet nos comentários de quem não prestou contas desse rombo de mais de BILHÕES! Segue no proximo twit a lista, ela já está disponível na pagina do Governo Federal! So ir la...	@thiagagliasso
		conta suspensa pelo twitter	Thiago Gagliasso publica lista de produções que não prestaram conta dos recursos da lei Rouanet e expõe a hipocrisia da classe artística. O Rombo é na casa dos BILHÕES e conta com filmes e séries em homenagem a Fidel Castro, Che Guevara, Cuba, temas LGBT's, e Ditadura no Brasil.	@Pablogapaisa
C - 21/03/21: Thiago Gagliasso repercute live de Fabio Porchat no instagram com a produtora do filme "Meu passado me condena"	Lista dos projetos que não prestaram contas	https://twitter.com/thiagagliasso/status/1373514121824583680?s=20&t=d2Y6GvoGrwpfalyAmQaUwg	Fabio Porchat, me disse que eu era do GABINENETE DO ÓDIO, pq falei que o FILME que bombou dele MEU PASSADO ME CONDENA, deve prestar contas na rouanet	@thiagagliasso
		conta suspensa pelo twitter	Diversão da madrugada: ver @thiagagliasso falando dos filmes que PRECISAM PRESTAR CONTAS com a Dona Rouanet, mas os artistas desses filmes preferem falar de Bolsonaro. 🍷😏😂	@allanldsantos
		https://twitter.com/Damadeferroofic/status/1373382622974509060?s=20&t=2SoGpxnECtlHUfxSBI8_6Q	"Atriz da Globo: ""O Brasil morreu!"" Morreu Mesmo, o Brasil da lei Rouanet!"	@Damadeferroofic
D - 18/05/21: Mario Frias e André Porciuncula falam sobre um relatório preliminar de uma Auditoria sobre a Lei Rouanet, feita pela SEFIC.	Relatório interno sobre prestação de contas da SEFIC	https://twitter.com/andreporci/status/1394605377627504648?s=20&t=xBGxxsmW50R5nTjVdPQlqw	Os resultados iniciais da auditoria dos projetos da Rouanet são escandalosos. Em breve divulgaremos uma lista dos que tiveram suas contas reprovadas e os valores milionários envolvidos. Agora entendendo o motivo de toda a tentativa de intimidação que foi posta em andamento.	@andreporci
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1394631482644340745?s=20&t=2a2wPiclPJVAAb0HDjzOL2Q	Determinei que a SEFIC concentrasse seus esforços no processo de auditoria da Lei "Rouanet". O secretário @andreporci já apresentou um relatório preliminar, que mostra como a lei foi mal usada.	@mfriasoficial

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/BrunettiRafael/status/1394148253986349056?s=20&t=8ic_2G6a3N4OWBBPENTdVg	Xeque-Mate: Mario Frias abre caixa-preta da Lei Rouanet e mostra indícios de irregularidades https://t.co/4xAMX4s1U8	@BrunettiRafael
E - 22/05/21: Repercussões sobre o fato do Senado ter aberto consulta para o PLP 73/2021 (Lei Paulo Gustavo)	Senado abriu consulta para o PLP 73/2021 (Lei Paulo Gustavo)	https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1395862869657411584?s=20&t=28UYJR01fsFWgGt1jFI9ew	"Senado abriu consulta para o PLP 73/2021, de autoria de senadores do PT, que torna obrigatório repasses da Lei Rouanet e joga na lata do lixo todo esforço de probidade e auditoria da atual gestão do SECULT @mfriasoficial e @andreporci Vote NÃO, compartilhe https://t.co/k01JfJ7ert "	@BolsonaroSP
		https://twitter.com/DFDanielfreitas/status/1396083449459576836?s=20&t=jRhVXe03kwRwO42DjklJaw	"Senadores do PT querem tornar OBRIGATÓRIO o repasse de verba pra Lei Rouanet. O @mfriasoficial e sua equipe vêm trabalhando p/ acabar com as velhas práticas, não é à toa que de uns dias para cá são atacados por todos os lados. Vote NÃO e compartilhe: https://t.co/npq4H2FFZj "	@DFDanielFreitas
F - 27/05/21: Tweet de Bia Kicis (@Biakicis) sobre Rouanet com mais de 6mil RT no dia		https://twitter.com/Biakicis/status/1397885545255161857?s=20&t=6D5rO3sVOZ0gXQvG--FyiQ	Menino, e eu que antigamente pensava que os artistas ganhavam dinheiro com o fruto do seu trabalho e do seu talento e que a lei Rouanet era pra ajudar os artistas populares e carentes de um incentivo do Estado... tolinha!	@Biakicis
G - 02, 03, 04, 05/06/21: Após um mês da morte de Paulo	Consulta no Senado para o PLP 73/2021 (Lei	https://twitter.com/Biakicis/status/1400145032783540231?s=20&t=WLG3ch2aeKGN_VBgTwD03A	Acabo de saber que apenas 10% dos proponentes dos projetos da Lei Rouanet ficaram com quase 80% dos recursos. Que política pública é essa com tamanha concentração? #PopularizaRouanet https://t.co/zB72IL8Psm	@Biakicis

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
Gustavo, discussões sobre a vacina da Covid-19 e da PLP 73/2021 se confundem e há muito debate	Paulo Gustavo)	https://twitter.com/CarolDeToni/status/1400163796245749769?s=20&t=lqBpw7NiG79J7_ZJ6Q_Sng	"Você sabia que 15 mil projetos da Lei Rouanet nunca foram auditados? Isso significa dizer que 11 bilhões de reais foram repassados para projetos que não sabemos sequer se de fato aconteceram. #PopularizaRouanet https://t.co/SB9Xm86UBc "	@CarolDeToni
		https://twitter.com/andreporci/status/1400091632431685639?s=20&t=c2fJQ1Cp1XjKbudD0wZ60g	Assim funciona a rede de desinformação das tais das agências de checagem. Todas elas estão mentindo, enquanto dizem esclarecer a verdade. Não há nenhum engano, o FNC é um dos mecanismos da Lei 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet. A Lei Paulo tenta liberar essa verba da Rouanet. https://t.co/vj2BX4xnyU	@andreporci
		https://twitter.com/brunogagliasso/status/1400556365060390913?s=20&t=rVUJl_tELzKrOcjrrcQJXA	Atraso na compra de vacina 500 mil mortos Dólar nas alturas Inflação Caristia da alimentação básica Descaso com a pandemia E o GADO continua falando de mamata da Rouanet. Se quando vc pensa em política vc só pensa no seu umbigo, não projete isso no outro.	@brunogagliasso
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1400560973489049605?s=20&t=3bZJ7GS teg2o5GYtQzYVzw	Para quem não entendeu, a Lei Paulo Gustavo, que visa mudar a Lei Rouanet, quer abocanhar 70% do Fundo Nacional de Cultura, que hoje está quase todo contingenciado, devido a necessidade de economizar recursos para o combate a pandemia. https://t.co/oCXr0TFXcW	@mfriasoficial

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1400946177961496576	<p>Ao chegar na SECULT em JUN/2020 Mario Frias tinha, só na Lei Rouanet: +15.000 projetos não auditados, que totalizavam um passivo de R\$ 11 bilhões (baita farra!)</p> <p>Siga esta thread e conheça o sistema da Lei Rouanet e como isso resulta na perseguição a @mfriasoficial e @andreporci</p> 	@BolsonaroSP
		https://twitter.com/andreporci/status/1400534537168424964?s=20&t=bTceTey5aDfBeNPXceYz7Q	<p>O lobby para aprovar a Lei Paulo Gustavo, que altera a Lei Rouanet, está cada vez mais intenso no Congresso. É a tentativa desesperada de retirar o controle do Governo Federal, transformando-o num caixa eletrônico de saque compulsório, criando um fluxo descontrolado de dinheiro. https://t.co/1Ah0r45vhl</p>	@andreporci
		https://twitter.com/andreporci/statuses/1401165892126396416	<p>Por que a Folha faz uma matéria por dia nos imputando crimes inexistentes? Tem alguma coisa a ver com o PagueSeguro, UOL e Folha, dos mesmos donos, terem abatido 51,7 milhões de reais do imposto de renda, pela Rouanet? São muitos interesses contrariados com auditoria e probidade? https://t.co/qBNTUB0GWF</p>	@andreporci
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1400819109554790407?s=20&t=rGgs5BTSacw75yjavaTGnA	<p>1. Há uma tentativa de nos imputar crime inexistente, mas, como o @BolsonaroSP comentou, tudo o que estamos fazendo é motivado para deixarmos seguros os mecanismos de fomento à cultura, para que não sejam usados para a corrupção advinda de sua instrumentalização política/ideológica</p> <p>2. Essa Lei, que o PT quer criar para mudar a Lei Rouanet, retira o controle federal e abre espaço para o mesmo tipo de corrupção difusa que estamos presenciando com os recursos repassados pelo presidente, para os estados e municípios combaterem o covid. Sou completamente contra!</p>	@mfriasoficial

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
H- 12, 13 e 14/07/21: Repercussões ligadas a parecer desfavorável ao projeto do Festival de Jazz do Capão	Parecer desfavorável ao projeto do Festival de Jazz do Capão	https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1414543950480908291?s=20&t=swFB0SM6hkNM7X_49V4fOw	<p>""Fidel Castro foi um ditador?"" Com a palavra a inteligentíssima, super gestora Dilma Rousseff.</p> <p>Este é o rumo que o Brasil estaria caso em 2018 tivesse sido eleito outro presidente.</p> <p>Concordo com a saudosista da Lei Rouanet Leandra Leal: de fato 2018 não foi uma escolha difícil. https://t.co/vkovz0Fc2T</p>	@BolsonaroSP
		https://twitter.com/RaquelStasiaki/status/1414362829566664709?s=20&t=5WSpRnaby-FbX0vIn7LAXQ	<p>Visitei alguns perfis de atores e atrizes da Rede Globo. Diagnóstico: Mais 4 anos de governo Bolsonaro sem lei Rouanet e sem mamata para a TV Globo metade vai parar num manicômio, e a outra parte vai mendigar nos bares da vida.</p>	@RaquelStasiaki
		https://twitter.com/fabi2moraes/status/1414583261918023682?s=20&t=ekt-IQImPmxwio55_UBroQ	<p>A Funarte deu parecer desfavorável a um projeto de captação na Lei Rouanet para o Festival de Jazz do Capão. Motivo presente no doc: uma postagem nas redes do evento, ano passado, contra o fascismo (!). Também dizem que "a música pode ser vista como arte divina" (+) https://t.co/7pE5eNd35P</p>	@fabi2moraes
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1414761518403575808?s=20&t=2KdPkaN hvNQN_4X3eK_Ueg	<p>Não aceitarei que a cultura nacional seja rebaixada a condição de panfletagem partidária. A lei é bastante clara, apenas eventos culturais serão financiados com a verba federal da Rouanet. Vocês não irão me intimidar com assassinato de reputação.</p>	@mfriasoficial
		https://twitter.com/supermarcio_1/status/1414585113967529985?s=20&t=tOLQ1cHIDxIUllXe-6Mdw	<p>A Globo ataca pq tem dívidas; A CNN ataca pq acabou o MCMV do Menin; Banqueiros atacam pq acabou a Selic de dois dígitos; Artistas atacam pq acabou a Rouanet; Pesquisas difamam pq são pagas pelos grupos acima. Crie sua própria tese! Não compre narrativa dos outros 🤔</p>	@supermarcio_1
		https://twitter.com/andreporci/status/1414739164675944449?s=20&t=SzuaobKGDxAYfNbTTxnw	<p>O jornalista da Globo News reclamou que o parecer negando o projeto da Rouanet foi muito erudito. Vou avaliar baixar um portaria de acessibilidade jornalística, transcrevendo os pareceres num nível cultural em que os jornalistas da Globo compreendam.</p>	@andreporci

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/andreporci/status/1414912593165176836?ref_src=twsrc%5Etfw	Aviso aos militantes: todos que tentarem usar a Rouanet para palanque político/partidário serão impedidos. Não temos medo da pressão de vocês, não deixaremos a cultura do país ser rebaixada a condição de panfleto partidário. Dinheiro público, nesse Governo, é respeitado.	@andreporci
		https://twitter.com/CarlaZambelli38/status/1414775001035808770?s=20&t=TNLB0sv0APDXO0lyVck-wQ	Sempre que um esquerdista diz que está “combatendo o fascismo” no Brasil, está simplesmente mentindo e chamando falsamente alguém de “fascista” para fazer politicagem. Nosso apoio aos secretários @mfriasoficial e @andreporci por vetarem mais essa farra com dinheiro da Rouanet.	@CarlaZambelli38
		https://twitter.com/paulocoelho/status/1415163862534471684?s=20&t=CEPenGvmPZBypvf2dNLrwQ	A Fundação Coelho & Oiticica se oferece para cobrir os gastos do Festival do Capão, solicitados via Lei Rouanet (R\$ 145,000) Entrem em contato via DM pedindo a alguém que sigo aqui que me transmita Única condição: que seja antifascista e pela democracia https://t.co/YUOAaWg115	@paulocoelho
		https://twitter.com/cirogomes/status/1415312381543124996?s=20&t=4gDOrKMh0ULipBvYJDbsfw	Vocês viram as razões que a Secretaria de Anticultura de Bolsonaro usou para vetar os benefícios da Lei Rouanet ao Festival de Jazz do Capão? É uma das coisas mais boçais e asquerosas dos últimos tempos. É o que comento aqui. Veja e depois deixe sua opinião. #JazzContraOFascismo https://t.co/Zs79JwJ4FP	@cirogomes
		https://twitter.com/folha/status/1415286717129580549?s=20&t=yw5Pa5ZGyUGEWQzeVF5G-w	Paulo Coelho oferece R\$ 145 mil a festival barrado por Mario Frias na Rouanet https://t.co/v7WT1KQwj5	@folha
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1415101653414449156?s=20&t=vtYuT7rODJ94pfm-oWrlw	Por muito tempo se normalizou o desvio de função da Lei Rouanet, transformando a verba pública da Cultura em fundo partidário. É inacreditável que parlamentares, que integram a Comissão de Cultura, achem natural o desvio de finalidade dos recursos públicos. https://t.co/DE5jSqD0wa	@mfriasoficial

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
I - 26, 27, 28/07/21: Inabilitação da Fundação Roberto Marinho e Repercussões a nova regulamentação da Lei Rouanet (Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021)	imabilitação da Fundação Roberto Marinho + nova regulamentação da Lei Rouanet (Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021)	https://twitter.com/andreporci/status/1419656430647353356?s=20&t=jFGh_MaAGvuRXCfIXhYGxw	Por isto a auditoria é parte fundamental no fomento à cultura. Há um imenso acúmulo de projetos da Lei Rouanet não auditados (13 bilhões de reais), e iremos focar em resolver esse problema. Qualquer um que fez mau uso das verbas públicas será devidamente responsabilizado. https://t.co/4oWqxEhNjx	@andreporci
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1419658366331277315?s=20&t=2JBagf2nzafRkMEfPpeP-A	As auditorias dos projetos da Lei Rouanet são parte fundamental para moralizarmos os mecanismos de fomento à cultura. É uma prioridade, na minha gestão, auditar todo o passivo de 13 bilhões de reais, para identificar e punir o mau uso do dinheiro do nosso povo. https://t.co/0e9GT3zhNw	@mfriasoficial
		https://twitter.com/andreporci/status/1419406474946748419?s=20&t=oY5d21hMdQvjoa7_QQxWRw	É amanhã, meio dia. Abriremos a caixa da Rouanet e os detalhes da Cultura sob a liderança do @mfriasoficial. Não percam! https://t.co/3E6CSMp1Af	@andreporci
		https://twitter.com/Biakicis/status/1419794220030824454?s=20&t=RG7N4h3b7kptDQhUgHFEMg	A Secretaria de Cultura c/ o secretário @mfriasoficial tem zelado pela correta aplicação dos recursos captados por meio de projetos como a lei Rouanet. A cultura é importante demais p/ ser descuidada ou concentrada nas mãos de poucos. Ela precisa ser democratizada. https://t.co/TPkLO82shE	@Biakicis
		https://twitter.com/andreporci/status/1419980715945508864?s=20&t=grBwWNlzVXIO0hTjZRjuyQ	O presidente publicou, hoje, o novo decreto que regulamenta a Lei Rouanet. Demos um enfoque inédito em Arte Sacra e Belas Artes, além de ter reduzido burocracia e criado ferramentas para foçar a popularização da lei para os pequenos artistas. É a cultura realmente popular! https://t.co/rpHltsJynQ	@andreporci
		https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1419767426485456898?s=20&t=i5nccfz8W1xeRbxDeq58qQ	R\$ 13 bilhões de Lei Rouanet... Aonde foram parar??? Sec. de Incentivo à Cultura @andreporci expõe em números a roubalheira do PT dos tempos de Lula e Dilma. Só um doente mental deseja a volta destes tempos para ser assaltado novamente. https://t.co/xmNel2GnGY	@BolsonaroSP

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/SigaGazetaBR/status/1419781306582503426?s=20&t=v2vQ5hqc9FXfMD_xlec63A	Governo Bolsonaro pune Fundação Roberto Marinho e pede devolução de R\$ 54 milhões por obra inconclusa; organização também ficará impedida de captar recursos públicos pela Rouanet por três anos https://t.co/M12WOfyCRX	@SigaGazetaBR
		https://twitter.com/carloscezarcj/status/1419781232880201729?s=20&t=KeAkXNRTAtRmozqDkNAIOQ	Então a Fundação Roberto Marinho vai ter que devolver grana da Rouanet? 🍷	@carloscezarcj
		https://twitter.com/arthurmoledoal/status/1418690174674952193?s=20&t=kljhDxHPnfaKpb3gFdrXUg	Lei Rouanet liberou mais de R\$ 1 milhão para o Dedé Santana! Sabe por que os bolsonaristas não deram um pio? Porque Dedé apoia o mito! A mamata continua! Só trocou o vermelho pelo verde e amarelo.	@arthurmoledoal
		https://twitter.com/carmelonetobr/status/1420100625212313608?s=20&t=fVweOaKnJ4zkw4_HDbxakw	Através da Lei Rouanet, o PT distribuiu R\$13 bilhões para uma "elite cultural" sem nem auditar a aplicação do dinheiro. Ninguém sabe se parte desses R\$13 bilhões foi embolsada por corruptos. Se esse prejuízo veio apenas de UMA Lei, imagine o rombo total dos 15 anos no governo?	@carmelonetobr
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1420140701921251330?s=20&t=wra-hhVG_MOZ7WOFpRakng	Dirigismo da política pública cultural não é o problema, é parte da função do Governo, o problema mesmo era a antiga política de centralização, onde 10% das grandes empresas ficaram com 78% dos 13 bilhões de reais do passivo da Lei Rouanet. https://t.co/Tns0e33n7p	@mfriasoficial
		https://twitter.com/JornalBSM/status/1420032281603870725?s=20&t=ECI_ga7htQwIRDXTuuv9QA	"O presidente Jair Bolsonaro incluiu a arte sacra na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (Cnic), ou seja, passa a ser uma área contemplada pela Lei Rouanet. https://t.co/BASOGzHjS "	@JornalBSM
		https://twitter.com/freu_rodrigues/status/1420394369820024834?s=20&t=LupghdZfkZJ6zK1qwCMV0w	Zélia Duncan tenta captar R\$ 3 milhões pela Lei Rouanet e não consegue um centavo: Vai procurar uma lavagem de roupa!!	@freu_rodrigues

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/TerraBrasilnot/status/1420359884890124292?s=20&t=y8TNWnF8kQE0zFb1cmLY1g	Zélia Duncan tenta captar R\$ 3 milhões pela Lei Rouanet e não consegue um centavo: "Tá p... da vida"; VEJA VÍDEO https://t.co/jhcsM54jyh https://t.co/wS2fBOJ9gM	@TerraBrasilnot
		https://twitter.com/andreporci/status/1420512504665542658?s=20&t=wHAEiDr5R-8fdJG9h_2rXQ	Qual setor? Aqueles 10% de grandes empresas que ficaram com 78% dos 13 bilhões de reais que não foram auditados na Rouanet? Vocês ainda têm a cara de pau de falar de elitismo. https://t.co/EdKt6HPO7R	@andreporci
		https://twitter.com/JornalDaCidadeO/status/1420404968771686412?s=20&t=M2jQQ3nuJPKI6Ztuh0dfRA	"Fim da mamata... https://t.co/WifnuZw8h4 "	@JornalDaCidadeO
J- 31/07/21: Artistas (organizados pelo Coletivo 342 artes) levantaram hashtag pedindo prisão de Mário Frias, um dia após o incêndio da Cinemateca. A rede bolsonarista reagiu, chamando-os de "elite sindical" e falando sobre concentração de recursos e falta de auditoria.	Viralização de postagens com a tag #MarioFriasNaCadeia	https://twitter.com/mfriasoficial/status/1421427260922413057?s=20&t=Flrp2v9O3-PaoSUvoFISgg	Artistas? Ah, lembrei, os 10% de pessoas da elite sindical que ficou com 78% dos 13 bilhões de reais da Rouanet. Já sei, há muito tempo, que vocês querem se livrar de mim. https://t.co/Em8nZTm8mT	@mfriasoficial
		https://twitter.com/Damadeferroofic/status/1421185137606287365?s=20&t=5L5YzdhP8Fd5TGkSYdN_SQ	Se você depende de "lei rouanet" para sobreviver: Significa que você não tem talento.	@Damadeferroofic
		https://twitter.com/thigagliasso/status/1421484653438021635?s=20&t=ceV1_FBvJrx101d1v0hn0A	Vc sabia q no Brasil apenas 10% de pessoas da elite sindical ficou com 78% dos 13 bilhões de reais da Rouanet q ã houve auditoria na prestação de contas? Quantos artistas estão sem trabalho, nunca tiveram oportunidades, quantos jovens poderiam ser capacitados com esse valor	@thigagliasso
		https://twitter.com/thigagliasso/status/1420893321652748291?s=20&t=SVz7lojJAiGL8dTbCtW2FQ	"Autora da música "Desgoverno", Zélia Duncan tenta captar R\$ 3 milhões pela Lei Rouanet e não consegue um centavo. Com um passivo na prestação de contas chegando a 13 bilhões, chega a parecer piada, mas não é."	@thigagliasso

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/gilsonmachadont/status/1421213741597745154?s=20&t=SenNg2BewVjHcPlyFUddGg	Até aonde vai a maldade humana? Não quero nem pensar que foi criminoso! Muita coincidência ter acontecido momentos antes da live do Pr e no dia do nosso discurso no G20, depois de inabilitar mega empresa e um dia depois do importante decreto da Rouanet. Será Coincidência?	@gilsonmachadont
K- 09/08/21 - uma postagem de Carlos Bolsonaro (@BolsonaroSP) sobre "projetos sem auditoria" e um versinho de @Damadeferroofic	diversos	https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1424702354927099907	ERREI. Peço desculpas. Não eram R\$ 11 bilhões de lei Rouanet sem auditoria acumulados em +15.000 projetos. ERAM R\$ 13 BILHÕES. (Engraçado que nenhum fakect check da vida veio me corrigir, né...)	@BolsonaroSP
		https://twitter.com/Damadeferroofic/status/1424710481625993235?s=20&t=Pa-2JcFN0Deqfu95UTnADg	Estava à toa na vida e o Bolsonaro falou Vá trabalhar vagabundo A Rouanet acabou	@Damadeferroofic
L- 22/09/21 - Repercussões sobre ação contra Bolsonaro nas ruas de NY antes de Assembleia da ONU	Manifestação nas ruas de NY contra Bolsonaro	https://twitter.com/rsallesmma/status/1440472235723014153?s=20&t=OPQZrioltm4uiiJZjSqsrw	Bem coisa de esquerdinha caviar ir protestar em NY... Turma gosta mesmo é de Lei Rouanet e Bolsa Dendê... https://t.co/zARywBVb2C	@rsallesmma
		https://twitter.com/andreporci/status/1440624483186794510?s=20&t=bBoUbkC8q4M1uSTINpT0Ww	As conversas nos corredores da secretaria era que esta senhora mandava e desmandava, com base na sua influência. Diziam que era melhor falar com ela do que com os antigos secretários da Rouanet. Hoje, ela não tem nenhum poder de influência na minha secretaria, é mais uma pessoa. https://t.co/fNoJUkeECt	@andreporci

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/marcoangel/status/1440460700573261826?s=20&t=owX5WuJ2SLOb7wJc104xTA	Minha sábia vovó Angeli já dizia que chutar cachorro morto é perda de tempo. Mas nesse caso, como se trata do ícone da esquerda fashion -e fracassada- vale. A moça, lavigne sem rouanet, conseguiu a façanha de organizar um protesto em NY contra Bolsonaro com seis amigos. 1 https://t.co/SqWXfJpL5r	@marcoangeli
		https://twitter.com/giraldirenato/status/1440625268788379659?s=20&t=3tlAwaPxWKQduZia14GiiA	A Rouanet está fazendo tanta falta pra artista, que tem cantor que terceirizou a esposa pra trabalhar pro Renan.	@giraldirenato
M- 10/10 - Carlos Bolsonaro (@BolsonaroSP) e Andre Porciuncula (@andreporci) repercutem entrevista de Ingrid Guimarães com fala sobre Rouanet no Estádio	diversos	https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1447180834356740105?s=20&t=ZhNcmPDTyi-Yk_ECJK-Vw	Quer dizer então que antes da Lei Rouanet não havia cultura no Brasil? Ou será que o que não havia era artista em peça solo ganhando milhões de dinheiro público, como revelou o Conrado? Como viviam os artistas antes da Rouanet? 😞 https://t.co/J0FvzHXOHD	@BolsonaroSP
		https://twitter.com/andreporci/status/1447172356116467718?s=20&t=8a3R4AkecQrjmunUsMChJA	Claro, porque em mais de dois milênios de civilização ocidental só começamos a ter cultura quando criaram a Lei Rouanet. https://t.co/u2oGI7n55r	@andreporci
		https://twitter.com/blogdadireita/status/1447232066018500613	Qualquer coisa significa querer o Lula. A abstinência da Rouanet faz essa gente se abraçar até no diabo. https://t.co/utTWooNyi4	@blogdadireita
		conta suspensa	Polícia Federal diz que fraudes na lei Rouanet ocorrem há 15 anos. Esta é a verdadeira razão do porquê os "artistas mamadores" odeiam Bolsonaro. https://t.co/SYhNEDUYYw	@leandroacastro

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
N-12/10 - André Porciuncula repercute entrevista que deu no Sem Censura (TV Brasil)	entrevista de André Porciuncula	https://twitter.com/andreporci/status/1447874939743346688	Foram gastos 13 bilhões de reais através da Lei Rouanet e os antigos governos sequer se preocuparam em verificar se esse dinheiro realmente foi alocado em um projeto cultural. Isso é um escárnio com o pagador de imposto. Entrevista completa: https://t.co/aarUmc5evd @tvbrasilgov https://t.co/7bpglY7TVU	@andreporci
		https://twitter.com/andreporci/status/1448018161547321352?s=20&t=4h4kgzjyza286oQAT3-ANQ	Você sabia que 78% da verba da Lei Rouanet ficava concentrada nas mãos de 10% das grandes empresas? Sabia que 30% dos recursos eram gastos com propaganda? Sabia que 15% do dinheiro podia ser gasto com escritório de advocacia? Sabia que 50% da verba ia para a gestão da empresa? https://t.co/hsOSs8SJmf	@andreporci
		https://twitter.com/nelsonpaffi/status/1447894532058648578?s=20&t=8xXcRPzdW81vjO31weJEPw	Muitos dos artistas demitidos pela Globo, além de perderem o salário, ainda terão que devolver milhões, por uso indevido da Lei Rouanet. O desespero dos lacradores é imenso.	@nelsonpaffi
O- 16 e 17/10/21 - Repercussões (01, 02) de uma fala de Fafá de Belém em um show contra Bolsonaro + André Porciuncula fala sobre corte de recursos para publicidade na Rouanet	diversos	https://twitter.com/freu_rodriques/status/1449486390593564689	"Fafá disse que dará comida com veneno para Bolsonaro: e aí Alexandre de Moraes, isso é liberdade de expressão?? Com ROUANET. Sem ROUANET. https://t.co/EL0dlwyoew "	@freu_rodriques
		https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1449756395360903168	Cantora disse que irá envenenar o Presidente. Ameaça do bem? Discurso de ódio do bem? Alguém falará em "limite da liberdade de expressão"? Seria aquela clássica ab\$tinência DO SEU DINHEIRO que tem aflorado em muitos "artistas", via lei rouanet? https://t.co/BjC3NL8Lhw	@carlosbolsonaro
		https://twitter.com/nathaliamp4/status/1449127326374051847?s=20&t=WIEPsx0x1YBqiQnAED87Hw	Após SUSPENSÃO de um repasse de R\$ 11 milhões em shows, Preta Gil entra na Justiça e declara: 'Querem nos matar de fome!' Dieta Low Rouanet. 😊	@nathaliamp4

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/lzabelleFores/status/1449230101837664256	Preta Gil - que fase! 1. Com Lei Rouanet 2. Só com seu talento https://t.co/sHOEHX2ZOa	@lzabelleFores
		https://twitter.com/andreporci/status/1449493109734322184	Quer entender apenas um pedaço da raiva dos donos de mídia contra o presidente? Antes, 30% de todo o valor da Lei Rouanet (1,8 bilhões por ano) iam para propaganda em jornais, revista e TV. Hoje, não permitimos mais isso. Dá para entender a capa e o encontro? https://t.co/q80ZjmNuQR	@andreporci
		https://twitter.com/GiBrasil71/status/1448767234403340295?s=20&t=oG6sUasqcV2YxA2sRHTwCg	Atriz Fernanda Montenegro, que adorava uma graninha da lei rouanet, toma invertida de entrevistado. Toim toim toim https://t.co/KmzU1d6bFZ	@GiBrasil71
		https://twitter.com/marcofeliciano/status/1449803430487339009?s=20&t=GngxrdA57exEd04Srw9tzw	A abstinência do dinheiro da lei Rouanet faz artistas delirarem! Uma certa cantora, num show bradou que irá preparar um prato com veneno para o Presidente @jaibolsonaro - Perguntar não ofende: Ela não excedeu o "limite da liberdade de expressão"? Ou é mesmo o tal ódio do bem? 😞	@marcofeliciano
P- 02 e 03/11/21 - Repercussões de entrevista de Wagner Moura no Roda Viva. Mario Frias fala sobre Passaporte de Vacina. Além	diversos	https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1455259484201365507?s=20&t=GhV3o5DL8PThke29--beKw	Os tentáculos da Rouanet alcançavam todo o sistema! *Imagem: @andreporci https://t.co/gxQWIVX8iQ	@BolsonaroSP
		https://twitter.com/senadorhumberto/status/1455511467378237449?s=20&t=VfbK5pynCjHicWTLbBKuw	“Acabou, Vera. Game Over.” Wagner Moura comenta a destruição do setor audiovisual pelo governo Bolsonaro.	@senadorhumberto

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
disso, @mfriasoficial e @andreporci divulgação uma matéria do @jornaldacidade		https://twitter.com/renatobarrosbr/status/1455539301668823045	"Segundo o Wagner Moura (desmamado da rouanet) em entrevista no roda viva, o Brasil teve ""600 milhões de mortos"". Bem, se você está lendo isso, talvez seja direto do além. Confirma aí. Você está vivo?"	@renatobarrosbr
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1455671492335882247?ref_src=twsrc%5Etfw	Sim, vamos proibir o famigerado Passaporte de Vacinação na Lei Rouanet. São inúmeros as denúncias que estão chegando até mim. Toda a fundamentação jurídica foi muito bem construída, e já está em fase final para a publicação. @jairbolsonaro @andreporci @Carmona_SP https://t.co/lkWPgWSaA	@mfriasoficial
		https://twitter.com/andreporci/status/1455610309985677313?s=20&t=IGPK3tin_MraBg8imaixlw	Tenho para mim que a abstinência de alguns aí não é só da Lei Rouanet. A PF e a PRF ficam batendo recordes de apreensão.	@andreporci
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1455910758529835009?s=20&t=8h_XKcVtqBbs-2UTCr0o0g	Pouca gente entende a importância das mudanças das regras burocráticas para a política cultural. Mas sem o processo de saneamento burocrático que fizemos seria impossível mudar o eixo de investimentos da Lei Rouanet, https://t.co/yuyHvQCc1s	@mfriasoficial
		https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1455867380584886311?s=20&t=nTjvpeKSQB6AK0ZbQCY7Og	"Aos que verdadeiramente se preocupam com a arte, uma boa notícia: ""Orquestra de crianças carentes faz sucesso e dá exemplo de boa aplicação da lei rouanet, para desespero dos esquerdopatas"" *Via @JornalDaCidadeO : https://t.co/9dcf8E8iWv "	@BolsonaroSP
		https://twitter.com/andreporci/status/1455855176112295942?s=20&t=--ODuKukdeUHC6QgzyPbXA	Assim que assumi o comando da Lei Rouanet, vi que ela tinha um bom potencial para boas ações, como esta, o que precisava era de mudanças nas regras burocráticas para direcionar o eixo de investimento, acabando com a concentração de verbas nas mãos de 10% das grandes empresas. https://t.co/x8KiGStpY8	@andreporci

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/Carolmph/status/1455179274340732928?s=20&t=YIUe11YkSGMYhJ9WB8Ei6w	Para o que serve a Lei Rouanet? Para isso! Estímulo ao talento de crianças e jovens é o verdadeiro caminho para uma construção de uma base sólida na Cultura de uma Nação. https://t.co/tnowS6SKE3	@Carolmph
Q-8/11/21 - Frias e Porciuncula repercutem Portaria 44/2021, proibindo cobrança de Passaporte de Vacinação nos projetos da Lei Rouanet	Portaria 44/2021	https://twitter.com/andreporci/status/1457468708813742093?s=20&t=eomB0EgdOH-IKcS24134EA	Pouca gente sabe, mas era obrigatório a previsão de custo com escritório de advocacia nos projetos da Lei Rouanet, e a despesa era abatida a parte do custo operacional de quem realizava o projeto. Centena de milhões de reais em advocacia, todo ano. Eliminamos a obrigação.	@andreporci
		https://twitter.com/mfriasoficial/status/1457672050663899136	A proibição do famigerado Passaporte de Vacinação, nos projetos da Lei Rouanet, visa garantir que medidas autoritárias e discriminatórias não sejam financiadas com dinheiro público federal e violem os direitos mais básicos da nossa civilização. https://t.co/leolcz4G1J	@mfriasoficial
		https://twitter.com/andreporci/status/1457649456455856128	Publicada a portaria proibindo o abominável passaporte de vacinação nos projetos financiados pela Lei Rouanet. Uma grande conquista que protege os direitos humanos mais básicos do nosso povo. Parabéns, secretário @mfriasoficial! https://t.co/IBYp5NvANv	@andreporci
		https://twitter.com/andreporci/status/1457686658233643009?s=20&t=xbTgxhfxWjELEaduGti6ag	Com base na nova portaria publicada pelo secretário @mfriasoficial, que proíbe o criminoso passaporte de vacinação nos projetos da Lei Rouanet, hoje mesmo notificarei todos os que estão adotando tal prática, para que cessem imediatamente, sob pena de multa e bloqueio das contas.	@andreporci
		https://twitter.com/andreporci/status/1457357690443870210?s=20&t=Mj4N44jMd-jq2z-iq3N-bQ	Falei, na Comissão de Cultura da Câmara, que nunca houve política pública cultural no país. Disse que gastar 13 bilhões de reais da Lei Rouanet e não se dar ao trabalho de verificar se o produto cultural aconteceu não é política cultural, é um crime hediondo com recuso público.	@andreporci
		https://twitter.com/andreporci/status/1457468710864752641?s=20&t=CQMbUDxkZBAgBD22XxSzxQ	Não é à toa que a OAB entrou, no início do ano, com uma ação coletiva tentando nos obrigar a aprovar bilhões de reais em projetos da Lei Rouanet.	@andreporci

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/AlanLopesRio/status/1461740970505089029?s=20&t=vlNXuTKroYpRxf0HjQQ_YQ	A partir de hoje, estaremos mostrando os principais escândalos da Lei Rouanet na era PT. Bolsonaro acabou com os esquemas que existiam com o dinheiro dos pagadores de impostos. https://t.co/JoK4KMMjUH	@AlanLopesRio
		https://twitter.com/senadorhumberto/status/1457866981038768128?s=20&t=0A-0jXWT_pdj7z-JaF3AHw	Acabei de dar entrada num PDL para SUSTAR IMEDIATAMENTE a portaria do sec de Cultura, Mário Frias, determinando que os espetáculos culturais que queiram obter benefícios da Lei Rouanet não possam exigir dos espectadores passaporte de vacina.	@senadorhumberto
		https://twitter.com/andreporci/status/1457773972473270275?s=20&t=22G-T_OOLGA4BzPqWby8gw	Aviso: quem já teve seu projeto aprovado pela Lei Rouanet também será proibido de exigir passaporte de vacinação. Todos que estão exigindo devem parar imediatamente e, caso queiram, devem se adequar ao modelo virtual. O descumprimento resultará em multa e/ou bloqueio da conta.	@andreporci
R-19/11 - Uma mensagem sobre polarização de Flavia Ferronato @ffferronato (advogada e colaboradora do Jornal Cidade Online) viraliza	diverso	https://twitter.com/ffferronato/status/1461394860955611139?s=20&t=bdozG2vEAB7NM6kqw06MHQ	"O país está tão polarizado que podia dividir de vez: De um lado ficam os defensores do passaporte vacinal, do STF, da Lei Rouanet, da linguagem neutra, do banheiro unissex. Do outro fica quem só quer poder trabalhar em paz e ter liberdade!!"	@ffferronato
S- 27/12/21 - Algumas mensagens (01, 02, 03, 04) ganham repercussão	diversos	https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1475390035918790658	Com a palavra mais um dos milhares de exemplos da geração toddynho, para não falar outra coisa, certamente influenciada por seus ídolos artistas com abstinência da lei Rouanet! https://t.co/cGm4Z3EiLv	@carlosbolsonaro
		https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1475239415857434631?ref_src=twsrc%5Etfw	Uma manobra jurídica para transformar bandido em mocinho não apaga da memória o meio trilhão do BNDES que foi parar em obras de empreiteiras em Cuba, Venezuela e Nicarágua; é impossível impedir que os brasileiros se lembrem dos R\$ 15 bilhões da Lei Rouanet jamais auditados e etc. https://t.co/SgqzA6JxZD	@bolsonaroSP

Momentos	Fato detonador	Link	Texto da mensagem	Perfil que postou originalmente
		https://twitter.com/andreporci/status/1475438767926398982	<p>Você não verá nenhuma das viúvas da Rouanet falando sobre este crime. Nenhum deles reclamará dos antigos governos, que torraram 13 bilhões e sequer se deram ao trabalho de verificar se os recursos foram de fato aplicados na cultura. https://t.co/M1RkCyeFhP</p>	@andreporci
		https://twitter.com/andreporci/status/1475087513769418754?ref_src=twsrc%5Etfw	<p>"A única guerra que travamos é contra os parasitas que tentavam usar dinheiro da Cultura para fins outros que não o da preservação cultura do povo. É a guerra contra o crime e a corrupção!</p> <p>Exemplo: agora já não é mais obrigatório a previsão de advogado nos projetos da Rouanet. https://t.co/llyJpFiy1d"</p>	@andreporci